

S. P. N.

NVMMVS

NVMMVS



VOL. VII

VOL. VII

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 23

VOL. VII-1

DEZEMBRO 1962

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME VII - 1 — N.º 23

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PÁGINAS

Condições de assinatura para 1962.

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA

Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

SUMÁRIO

	Págs.
Gil Vicente — Moedeiro, <i>por Agostinho Ferreira Gambetta</i>	3 a 36
Ouro amoedado da Índia Portuguesa — 2.ª parte, <i>por Joaquim Fronteira</i>	37 a 57
Reedição da «Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis regentes e governadores de Portugal» de A. C. Teixeira de Aragão	58 a 59
Vida Social	60 a 61
Biblioteca da S. P. N.	62 a 64

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 23

VOL. VII-1

DEZEMBRO 1962

P O R T O

A memória do

ENGENHEIRO RAUL DA COSTA COUVREUR

*Ilustre Numismata e grande
continuidor de uma geração de
distintos colecionadores*

*Homenagem da
Sociedade Portuguesa de Numismática*



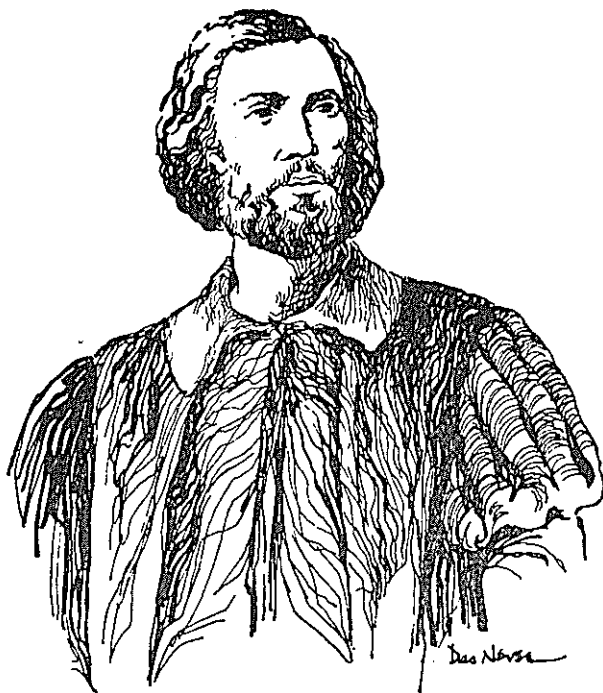
ENGENHEIRO RAUL DA COSTA COUVREUR

GIL VICENTE MOEDEIRO

POR AGOSTINHO FERREIRA GAMBETTA

Para escrever os «Ceitis de D. Afonso», fomos levados a uma série de trabalhos entre os quais avultam as biografias dos moedeiros. Uma das interessantes é precisamente a que trata de Gil Vicente.

Muito se tem escrito sobre aquela figura nacional e será quase impossível vir com alguma novidade. O biógrafo máximo foi Braamcamp



Gil Vicente — reprodução do Almanaque
do Diário de Notícias — 1962

Freire que apresentou um trabalho sobre Gil Vicente, de 636 páginas, na edição póstuma de 1944.

Anselmo Braamcamp Freire não era porém numismata e assim passou-lhe despercebida uma feição do artista, nata sim e consumada na Moeda pelo exercício da profissão de mestre ou juiz da balança. Tal exercício de moedeiro, depois de ter sido ourives, o que sucedera a muitos e só terminou com o «Regimento de D. Pedro II», de 1686, deram num «alentejano», o trovador.

O ourives tem a tradição da fidelidade, só prejudicada pela do negociante. Em regra, para ser mestre da balança na Casa da Moeda, era preciso ser ourives. Tal regra só não se verificava quando havia uma promoção e então sucedia um escrivão ser nomeado mestre da balança, com mantimento ordenado inferior, porque tinha outras achegas muito superiores com o novo emprego.

Foi o que sucedeu por exemplo com Bastião Rodrigues que depois de se celebrar na Índia e em Ormuz, com Afonso de Albuquerque, veio servir a Casa da Moeda de Lisboa, como escrivão, na vaga de Diogo Aires que partira para o Oriente como feitor da China; «subiu» a mestre da balança na mesma Casa, sendo igualmente notável em todos os ofícios. Voltou ao mar e de aqui novamente à Moeda de Lisboa.

Este foi um caso de excepção, como dissemos; Bastião Rodrigues era excepção em tudo. A regra era: ourives ali da Rua dos Espingardeiros, hoje Rua do Ouro, depois de ter sido Rua da Ourivesaria, etc., sendo artista de valor, trabalhava para a Casa Real ou algum dos seus Príncipes. De aí ia direitinho para a Casa da Moeda de Lisboa: fundidor, afinador, ensaiador, salvador, aperfeiçoador, mestre da balança, abridor de cunhos e até balanceiro.

Não consta que Gil Vicente tivesse navegado como tantos moedeiros seus contemporâneos; esteve no entanto por pouco, como veremos.

Muito se debateu a unicidade ou duplicidade, um ou dois de nome Gil Vicente. A bondade de Braamcamp Freire teve que bater-se com a malícia de Teófilo Braga; hoje não há possibilidade de desdobramento.

Inversamente, dois contemporâneos de Gil Vicente, ambos ourives, ambos serviram D. Isabel, cada um a sua, ambos moedeiros e cada um deles de nome Diogo Rodrigues, foram contemporâneos um do outro na Moeda. Têm andado confundidos em um único personagem, não obstante a maior parte dos documentos revelarem o cuidado incessante de os distinguir, quando se referem a um deles.

Com Gil Vicente nunca houve qualquer desdobramento real, que não podia haver; todos os que surgiram na imaginação dos que duvidaram da

verdade são virtuais e filiados em conjecturas com fundamentos de inexatidão, há muito demonstrada. Aquilo porém não é a tese deste preâmbulo mas o moedeiro e, como já nos alongámos, vamos à história.

*
* *
*

Vasco Vicente, moedeiro de Lisboa, era rendeiro de terrenos da coroa em 1458-1459 (1).

«Nasceu», Gil Vicente cerca de 1460 (2) e cerca de Beja. O número vai com uma aproximação de ± 8 anos e a data é boa pela dedução dos melhores biógrafos. Beja é atrevimento nosso, Beja ou arredores. Pode não ter nascido ali mas se nasceu em Guimarães, cerca de Viseu ou outro lugar da Beira, teria vindo muito novo para Beja.

A origem de Guimarães não tem fundamento probatório, a de Beja também não. Diz Gil Vicente no «Auto da Lusitânia»:

«pampilhos nam fazem sorte.
.....
e todo o al he grosseyro,
nam presuma o sovereyro
de dar tamaras doçares.
Gil Vicente o autor
.....
Creo que he da Pederneyra,
neto dum tamborileyro,
sua mãy era parteyra
e seu pay era albardeyro.
E per razam
elle foy ja tecelam
destas mantas Dalentejo
.....
o tecelam das aranhas,
a trovar e escrever
as Portuguesas façanhas» (3).
.....

(1) Sousa Viterbo, 2 — XIX.

(2) 16 — 539.

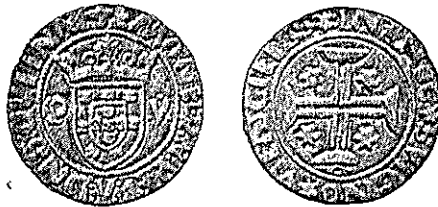
(3) 16 — 285.

(Ver explicação a página 36 referente às notas de pé).

Se não brincava, era de Nazaré (Pederneira) e foi muito novo para o Alentejo (campos de Beja).

Conhecia de tal modo o Alentejo e a Beira que só grandes permanências justificam. Seu carácter porém era de Alentejano e o convívio com a Rainha D. Leonor e seu irmão D. Manuel, Duque de Beja, dão a preferência ao Alentejo. Virá daí a amizade com Garcia de Resende, André Pires e outros que Gil Vicente cita, poupando-os aos seus motejos, que estes, os amigos de poupar, são raros.

Seus pais eram necessariamente gente humilde pois as mercês mais importantes que lhe foram concedidas nunca referem pai ou mãe e nas cartas



régias tal citação era obrigatória quando o pai ou a mãe era «alguém» e a mercê de categoria.

Por esta época (1471) fora aposentado o moedeiro Lopo Gil (1), cujo parentesco com Gil Vicente é de admitir. O tesoureiro da Moeda era Rui Moniz (1472-1480), pai do tesoureiro seu sucessor Garcia Moniz, tristemente celebrado mais tarde por Gil Vicente (2).

No ano de 1480, herda aquele lugar o fidalgo da Casa Real Garcia Moniz, acumulando com o officio de alcaide da mesma Moeda; casou ele por esta altura e teve por isso um alvará de D. Afonso V para receber 1400 dobras (moeda de conta) (2). O tesouro não tinha fundos e pouco depois morreu o Rei.

D. João II tomou o reino em dia de Santo Agostinho: 1481 Agosto 28. Seu primeiro cuidado foi compor as finanças, embora com algumas violências. Em 1485 mandou endireitar os escudos derribados nas moedas (3); por essa época casou Gil Vicente com Branca Bezerra (4).

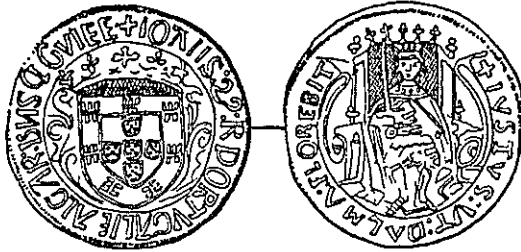
(1) Sousa Viterbo, 2—XVII.

(2) 16—119.

(3) 6—132.

(4) 16—539.

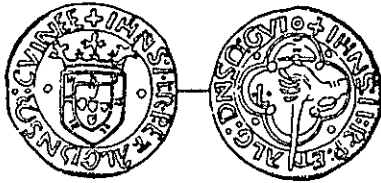
Nesse mesmo ano de 85 revoltaram-se os moedeiros e D. João II satisfaz suas petições (1). Em 1487 são os mesmos moedeiros autorizados a andar armados (1), privilégio que se tornou obrigatório bem como o de



andar a cavalo; assim os moedeiros viraram cavaleiros. Tal privilégio desceu depois até ao carvoeiro da Casa da Moeda, contratado (1).

Muitos moedeiros já eram porém cavaleiros, antes de servirem a Casa e alguns eram cavaleiros-fidalgos (1).

Em 1493 havia espadins de ouro em circulação pois *Raby Abraham, estrolico (Zacuto)*, recebeu dez deles, em pagamento de seus serviços (2), mal pensando então que os judeus iriam próximoamente ser expulsos de Portugal, não obstante a oposição do País a tal medida, na qual oposição tomou



papel de relevo o ourives Gil Vicente, herdeiro da arte dos judeus e seu discípulo.

Pouco depois (1495) morria o Rei e sucedia D. Manuel que protegeu Gil Vicente, já por ser seu amigo desde Beja, já pela influência da Rainha D. Leonor, viúva de D. João II e irmã de D. Manuel I (3).

Este último mandou ao tesoureiro da Moeda, Garcia Moniz, que

(1) 1 — I, II.

(2) 3 — 86.

(3) 17 — 14.



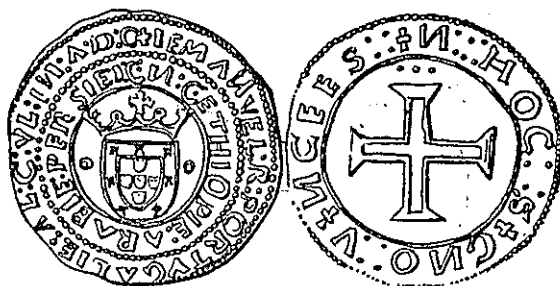
fizesse alardo (recenseamento) de todos os moedeiros ordenados por D. João II, escolhendo para serviço apenas 104 (1). Projectava-se uma grande reforma da Moeda, precedida duma reforma de pesos já tentada por D. João II (2).

No ano de 1497 o ourives da Rainha D. Isabel, Diogo Rodrigues, era



nomeado para abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa (3). Nada terá ele com Gil Vicente, supomos, contrariamente a um outro Diogo Rodrigues que entrará em cena mais adiante, de certeza, outro.

No mesmo ano de 97 teve lugar o primeiro episódio da nossa Índia, a partida do Gama. Em 98 saía o novo Regimento da Casa da Moeda assi-



nado pelo Rei (4). No mesmo ano morria a Rainha D. Isabel, patroa do primeiro Diogo Rodrigues, acima citado, a qual senhora era esposa do Rei e viúva de D. Afonso, filho legítimo de D. João II (5).

(1) 1—I.

(2) 6—165.

(3) J. Pessanha. 2—V—165.

(4) 1—I.

(5) 27—I—196.

O cruzado valia 380 réis; em 1499 passou a valer 390 e em 1517 passou a valer 400 réis (1), mantendo-se assim até 1688.

Em 1501 era nomeado Fernão Lourenço para feitor e tesoureiro dos tratos da Guiné, da Mina de Sofala, das Índias e outras descobertas. A respectiva carta de D. Manuel I foi feita pelo escrivão André Pires (2), mais tarde alcaide da Moeda e grande amigo de Gil Vicente. Tal documento tem sido tomado por criador da Casa da Índia (2).

O novo «Regimento dos Pesos» saía em 1502 (3) e em Lisboa a 1502 Junho 6, segunda-feira, às duas horas da madrugada nascia o Príncipe D. João, da Rainha D. Maria, 2.^a mulher de D. Manuel I (4).

No dia seguinte, D. Maria no leito com o futuro Rei seu filho; presentes o Rei, sua irmã a Rainha D. Leonor, viúva, sua mãe a Infanta



D. Beatriz, e ainda sua irmã a Duquesa de Bragança, e mais pessoas; abriu-se uma porta e entrou Gil Vicente vestido de vaqueiro a recitar o seu conhecido auto. No fim entraram uns 30 *pastores* com ofertas de queijadas, ovos e queijos para o Príncipe. D. Leonor, patroa de Gil Vicente, gostou imenso da novidade. Isto passou-se no Paço da Alcáçova, futura morada de Gil Vicente (5).

Em 1502 Julho 12, chegava Vasco da Gama a Quilôa, no regresso da sua segunda viagem à Índia, e assombrou a cidade, entrando com terror, usando fogo e trovão de artilharia. «*Finalmente o Almirante lhe deu uma*

(1) 7 — 129.

(2) 11 — II.

(3) 6 — 166.

(4) 16 — 61, 539.

(5) 16 — 61, 539.

carta de el-rei dom Manuel, sobre ela tratou com êle que se fizesse seu vassalo para ficar em sua amizade e debaixo de sua protecção, com tributo de quinhentos (sic) miticais de ouro, peso que amoedado podiam ser da nossa moeda, quinhentos oitenta e quatro cruzados, isto mais em sinal de obediência que por a quantidade dêle (1).

As contas de Barros estão erradas em todas as hipóteses e se ele não errou nos 500 miticais, chegaram cá 1500 daquela proveniência. Teria talvez havido outras conquistas de ouro e outras proveniências do ouro que Vasco da Gama entregou à chegada.

Teve ele lugar em 1503 e vieram nos cofres da nau os 1500 miticais de ouro dos páreas extorquidos desumanamente ao régulo de Quilôa. D. Manuel fez logo entrega do ouro a Gil Vicente, cerca de 30 marcos que é quanto terá a custódia (2).

«E, como neste tempo (1503 Outubro 10) el-rei estava em Lisboa, quando foi a êle (Vasco da Gama) levou as páreas, que houvera de el-rei de Quilôa, as quais com grande solenidade a cavalo levava em um grande bacio de prata,... Das quais páreas el-rei mandou fazer uma custódia de ouro, tão rica na obra como no peso, e como... ofereceu a Nossa Senhora de Belem» (3).

No mesmo ano de 1503 nascia a Infanta D. Isabel, filha de D. Manuel I.

A partir de 1504 teve Vasco da Gama uma renda anual de 400\$000, transmissível aos descendentes directos masculinos, devido a ter imposto ao Rei de Quilôa o tributo anual de 1500 *mitigais* de ouro à ida, e ter cobrado à volta o primeiro ano, na sua segunda viagem. Com aquele ouro fez Gil Vicente a custódia dos Jerónimos, hoje nas Janelas Verdes, datada de 1506 (4).

Cerca de 1504-1505 nasceu Belchior Vicente, filho de Gil (5).

D. Manuel Caetano de Sousa atribuiu a data de 1505-1506 ao célebre cálix de Mestre João e à célebre custódia de Gil Vicente, ambos feitos com o primeiro ouro dos páreas de Quilôa (6). Se assim é, os páreas não

(1) 27 — I — 213.

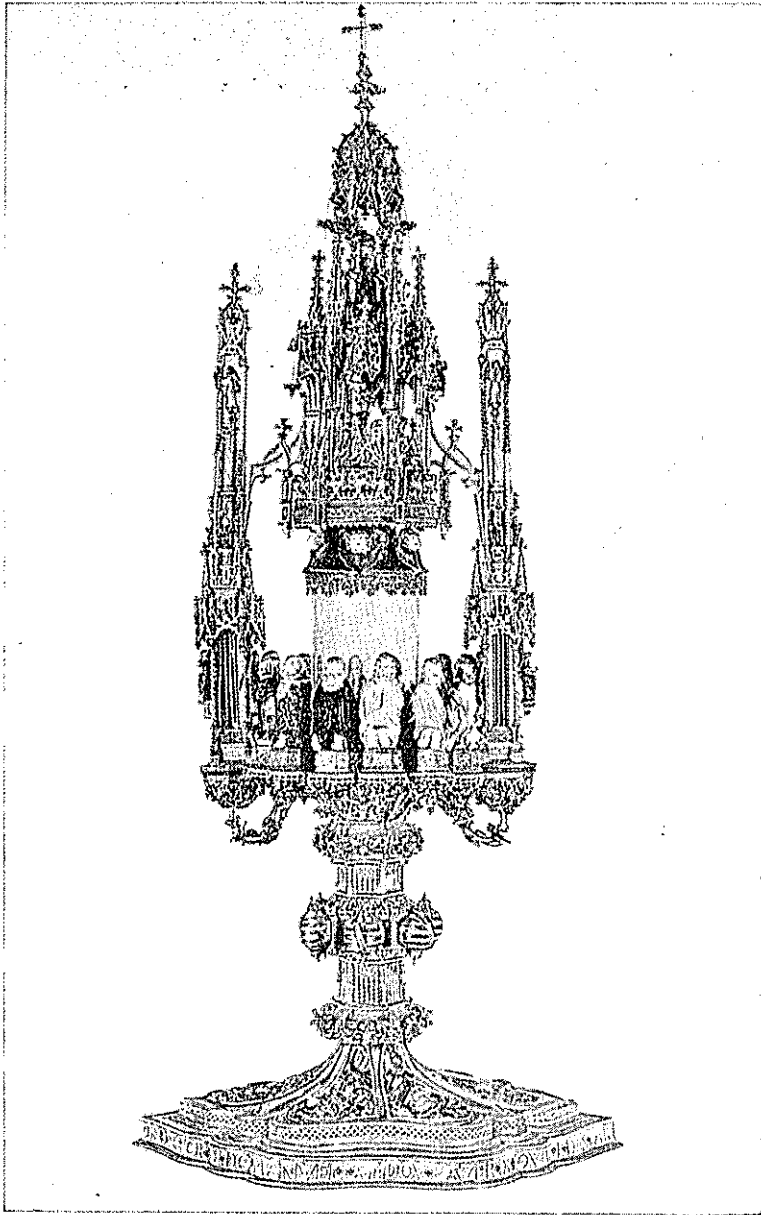
(2) 16 — 67.

(3) 27 — I — 251.

(4) 7 — 183 e 16 — 110.

(5) 16 — 540.

(6) J. Pessanha, 2 — V — 100, 131.



Custódia dos Jerónimos

somavam 500 miticais, nem 1500 mas talvez 3000 que é quanto pesariam os dois objectos e o estudo do estilo e motivos das duas jóias prova que os artistas são os mesmos.

Como além disso Mestre João fora ourives da Rainha D. Leonor e lhe sucedeu Gil Vicente, pode admitir-se que aquele foi mestre deste. Gil Vicente teria ajudado no fabrico do cálice e Mestre João teria pelo menos guiado ao primeiro na custódia. Caetano de Sousa não pôde concluir o seu trabalho pelo que há que admitir que tenha tirado conclusões um pouco diferentes das nossas.

Lê-se na custódia:

= + O - MVITO - ALTO - PR̄ICEPE x E x PODEROSO x SĒHOR x REI
x DŌ x MANVEL x I. = A x MDOV x FAZER x DO x OVRO x I x
DAS x PARIAS x DE x QUILVA x AQVABOV x E x MCCCCCVI.

Tem ela (como o cálice) os doze apóstolos (1).

Gil Vicente lavrou ainda uma grande cruz que D. Manuel I legou igualmente a «Santa Maria de Belém». Fez diversos trabalhos para a Rainha D. Leonor e alguns cálices.

No mesmo ano de 1506 já a Moeda não estava a S. Martinho, mas no cruzamento virtual da Rua do Arco da Bandeira (2) com a Rua de S. Julião. Sucessivas obras e ampliações levaram o edificio até ao 52 da Rua do Ouro onde hoje está o «Piombino», nas traseiras do futuro Paço da Ribeira. Em 1506 teve a Moeda novo «Regimento» de D. Manuel I (3).

Ainda no mesmo ano de 1506 recuperou Tristão da Cunha a sua vista e partiu para a Índia, comandando a armada desse ano. Nela iam Afonso de Albuquerque e Gaspar Vicente que com aquele serviu e era o filho mais velho de Gil Vicente (4).

Cerca de 1507-1509 houve grande disputa entre fundidores e ensaiadores na Moeda, por causa dos toques, ensaios e títulos das ligas. Houve

(1) 19—109 a 111.

(2) Ao tempo Rua dos Odreiros e mais tarde, dos Sapateiros.

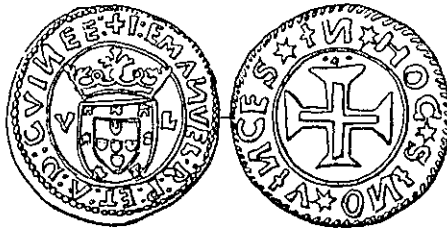
(3) 5—I—58.

(4) 20—8—271 e 16—540.

roubos, inquéritos e prisões (1). Gil Vicente não foi alheio ao julgamento como perito e apurou-se que o verdadeiro responsável era o tesoureiro Garcia Moniz.

No mesmo ano de 1509 foi Gil Vicente nomeado vedor e executor de todas as obras de ouro e prata para o Hospital de Todos-os-Santos, Mosteiro de Belém e Mosteiro de Tomar. No respectivo alvará feito pelo grande amigo de Gil Vicente, André Pires, o Rei nomeara o artista como ourives da *Rainha minha irmã*. A oficina de Gil era na Rua de Jerusalém, frente aos Paços de D. Leonor, metade do L.º dos Lóios (2).

Em 1510 os oficiais da Casa da Índia remetiam um colar ao Rei



D. Manuel, que viera do Oriente. Segundo Mestre João, ourives de D. Leonor, e Diogo Rodrigues futuro sucessor de Gil Vicente na Casa da Moeda, o colar valia 500 cruzados. A notícia fala de Gil como autor da famosa e singular custódia de Belém (3).

A corte passou no ano seguinte de 11, dos Paços de Alcáçova para os Paços da Ribeira, ainda em obras (4); D. Leonor ainda era viva e Gil Vicente foi morar para os Paços velhos, cerca de 1511 a 1525 (4). Porém teve ele Casas na Moeda, de 1512 a 1517, e assim só em 1517 teria passado aos Paços da Alcáçova.

Chegámos a 1512, ano em que Gil Vicente entrou para a Casa da Moeda de Lisboa, se é que não vinha já servindo em anos anteriores, sem alvará e para substituir interinamente Fernão Gil, mestre da balança e talvez seu próximo parente.

(1) Sousa Viterbo, 2 — XVIII.

(2) 16 — 77 e 517.

(3) J. Pessanha, 2 — V — 72.

(4) 16 — 542.

Logo de seguida, ao serviço da Casa e em Abril 9, representava o «Velho da horta» dizendo:

«*Oo sam Gracia
Moniz, tu que hoje em dia
fazes milagres dobrados!*»

Garcia Moniz era o fidalgo, tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa e teria mais de 60 anos de idade (1).

No fim do ano era Gil eleito para a Casa dos Vinte e Quatro, pela bandeira dos ourives; depois era procurador na Câmara, tinha portanto mais de 40 anos de idade e era casado (2).

Em 1512-13 ainda o filho Gaspar servia na Índia, com Afonso de Albuquerque que o mandava como escrivão duma embaixada ao Sabaio (governador de Goa), em 12. Nos princípios de 13 estava a missão cumprida e Albuquerque mandava pagar aos embaixadores (3).

O mantimento ordenado (vencimento) anual dos mestres da balança da Moeda de Lisboa era de 15\$000 réis; no entanto Gil Vicente entrou logo com 20\$000 réis, mediante alvará que desapareceu, ou sem ele. O colega em exercício João Martins, que chegou a servir de tesoureiro, reclamou e foi atendido por carta de Évora de 1513 Janeiro 28 (4).

Copiou aquele documento na Moeda João Rodrigues, cuja história também é muito curiosa; era escrivão. Concertaram o documento com aquele, Bastião Rodrigues e Pedro Homem que vieram a ser mestres da balança. Bastião notabilizara-se na Índia e em Ormuz, com Albuquerque.

Tendo saído Afonso de Albuquerque para a conquista de Malaca, (em 1511) vieram os Mouros atacar Goa. Na defesa distinguiram-se entre os cavaleiros..., «o *Adail Diogo Fernandes, Bastião Rodrigues, que depois foi Juiz da Balança da Moeda de Lisboa,... e Francisco de Madureira, filho de Antão Diaz do chaçariz de Arroios,... que per todo fariam número de té quarenta de cavallo,...; e foi tanta a matança neles nesta fugida, que alguns que escaparam foi por serem tantos, e os nossos tão poucos*» (5).

Em 1513 Fevereiro 13 saíra a carta régia que nomeava Gil Vicente

(1) 16—84.

(2) 16—101.

(3) 16—542.

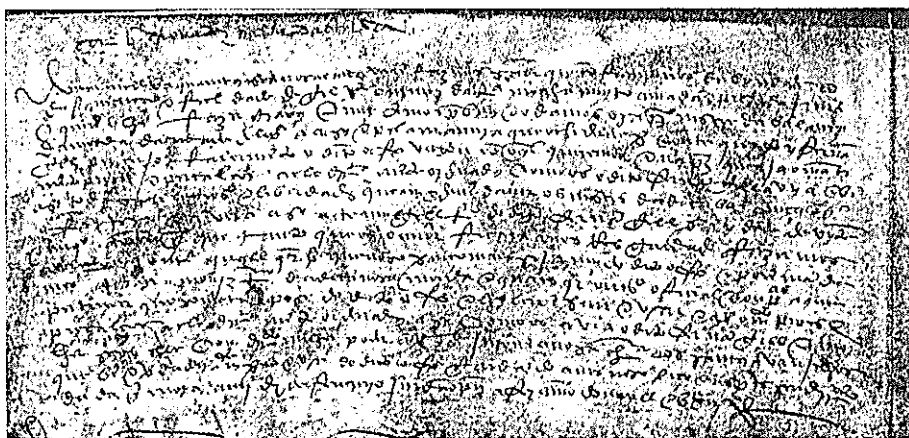
(4) 1—I—42.

(5) 27—III—296.

para mestre da balança da Casa da Moeda de Lisboa, com os seus 20\$000 réis de mantimento ordenado anual. Falecera Fernão Gil, mestre da balança, que deixava um filho Miguel de menor idade. Quando este atingisse 25 anos teria Gil Vicente que entregar-lhe o lugar. Ao alto desta carta que falta nos «Apontamentos» lê-se:

«gil vicente trouador mestre da balança» (1).

em letra que não parece do escrivão da carta, Jordão Pires, mas é da época sem dúvida. Parece que nenhum dos do Tombo tinha aquela letra. O assento



será pois dum contemporâneo, ou Garcia de Resende ou André Pires que qualquer deles estava em Évora, com o Rei, em 1513, e ambos eram amigos de Gil Vicente, desde rapazes. Além disso aqueles dois eram dos poucos escrivães da época que em duas palavras não metiam três erros de ortografia, coisa que não era mal vista na época mas até exigida por alguns mestres: *quando não souberes escrever uma palavra, escreve-a de todos os modos possíveis; quem quiser que escolha.*

A forma da sucessão: Fernão Gil — Gil Vicente — Miguel Gil ou Miguel Vicente, só pode explicar-se pelo parentesco: Gil não era filho de Fernão mas quase certo é ter sido seu sobrinho.

(1) 16 — 517.

No mesmo ano, Outubro 6, reuniu a vereação camarária e Gil Vicente tomou parte na sessão (1). E depois, Dezembro 4, escrevia Afonso de Albuquerque a D. Manuel I: «...Goa, pois que o Sabaio queria pazes; e mandei com Diogo Fernandes e João Navarro o filho de Gil Vicente, e dei-lhes cavagalduras e vestidos, suas despesas.» Tratava-se de Gaspar Vicente, já citado como filho do mestre da balança (2).

Em 1514 estava para casar Filipa Borges, irmã de Gil Vicente, pelo que este obtinha uma ajuda de 20\$000 réis para tal casamento (3). Aquela importância era igual ao vencimento de mestre da balança, de um ano e só foi recebida no ano seguinte.

Cerca do mesmo ano enviuvou Gil Vicente de Branca Bezerra. Estava porém para casar com Melícia Rodrigues cerca de 1516, talvez irmã de Afonso Rodrigues e de Diogo Rodrigues, ourives da Infanta D. Isabel. Daquele segundo casamento nasceram Paula Vicente, cerca de 1519, e Luís Vicente cerca de 1520, os dois filhos compiladores das obras do pai, para publicação que teve lugar em 1562 (4).

Voltando atrás ao ano de 1515, acha-se notícia de Diogo Rodrigues, ourives de Lisboa, ter sido autor de duas bacias douradas e um gomil, entregues a *Fruytos de Goês*, irmão do cronista de D. Manuel (5). Tem que ser o ourives da Infanta, ainda não funcionário da Moeda, pois o outro era nela abridor de cunhos desde 1497.

Ainda em 15, Setembro 25, assinou Gil Vicente o recibo dos 20\$000 réis acima citados. Usa ele (mestre da balança) assim:

«*gill vicente mestre da balança diguo que he verdade...*» (6).

No ano seguinte, uma carta régia manda aos vereadores que estudem uns apontamentos com Gil Vicente, mestre da balança (7).

Seguidamente, Garcia Moniz tesoureiro da Casa da Moeda, recebe ordem régia para receber todo o ouro que ali fosse para lavar e marcar (8). Terá sido um dos últimos actos de tesoureiro do fidalgo porque dias depois

-
- (1) 16—101.
 (2) 16—542 e 18—160.
 (3) 16—109.
 (4) 16—543 e 556.
 (5) 20—25—917.
 (6) 16—519.
 (7) 16—520.
 (8) 11—I—5.

representou-se no Paço da Ribeira o «Auto da Barca do Inferno», de Gil Vicente. Neste auto o enforcado (alma) fala de Garcia Moniz, tesoureiro da Moeda de Lisboa, dando a entender que ele furtava e merecia a forca (1):

*«Venhais embora, enforcado.
que diz lá Gracia Moniz?
Eu vos direy que elle diz
que fuy bem aventurado;
que pollos furtos que eu fiz,
sou sancto canonizado;
pois morri dependurado,
como o tordo na buiz.*

*Entra ca, e remarás
atee ás portas do inferno.
Nã he essa a nao que eu govérno.
Entra, que inda caberas
Pesar de sam Barrabas!
se Garcia Moniz diz
que os que morrem como eu fiz,
sam livres de Satanás!» (2)*

Embora perdoados e com os privilégios, foram os dois para a rua, Gil Vicente, ourives, moedeiro, mestre e juiz da balança e autor do auto, bem como Garcia Moniz, fidalgo da Casa Real, moedeiro, tesoureiro e feitor da Casa da Moeda de Lisboa. Foram sem prejuízo, claro.

No princípio do ano seguinte de 1517, teria casado Gil Vicente com Melícia Rodrigues. Estava na boda o filho do primeiro matrimónio Belchior Vicente, pequeno ainda. O mais velho Gaspar Vicente ainda se conservava na Índia, de onde só regressaria em 1518 (3).

Gil Vicente saiu da Moeda no princípio de 1517 mas continuou a dispor do officio para venda. Quer dizer que o Miguel de que antes se falou ainda não teria os seus 25 anos, para succeder no officio de mestre da balança.

Surgem então dois novos personagens na Moeda; um Afonso Rodrigues sob o qual pesava uma grave accusação mas que gozando do favor régio e da confiança de Gil Vicente, serviu por ele na Moeda, durante mais de

(1) 16 — 117 e 544.

(2) Gil Vicente — Auto da Barca do Inferno — Representado em 1516. 16-118.

(3) 16-189.

meio ano. O outro, Rui Leite, fidalgo da Casa Real e tesoureiro do Rei era quem pagava na Moeda, a Afonso Rodrigues, o vencimento de Gil Vicente (1).

Estava D. Manuel I em Penha Longa, na serra de Sintra e ditou seu testamento onde se lê (1517 Abril 7):

«Iteem mando que se dee ao moesteiro de nosa senora de beleem A custodia que ffez gil vicemte pera a dita casa E a cruz grande que estaa em meu tysouro que fez o dito gill vicemte...» (2).

Da mesma época surgem uns apontamentos para El Rei ver, em que Afonso Rodrigues que regressara de Santa Cruz de Cabo de Gué (3) (Agadir) onde fora feitor, é acusado em Lisboa, de ter ficado com lucros ilegítimos, errando a escrita a seu favor. Perdeu o lugar mas logo se reabilitou e foi readmitido. Morreu porém antes de partir, na viagem, ou mal chegou a Santa Cruz.

Efectivamente Afonso Rodrigues que estava servindo de mestre da balança na Casa da Moeda, por Gil Vicente, cedeu o lugar a Diogo Rodrigues, ourives da Infanta D. Isabel, a fim de ir recuperar o seu lugar de feitor em Santa Cruz de Cabo de Gué; morreu porém antes do fim do ano (4).

Rui Leite que vinha servindo de tesoureiro da Moeda e sucedera a Garcia Moniz, foi em Junho nomeado definitivamente para o lugar (5).

Em Agosto renunciou Gil Vicente ao lugar de mestre da balança, vendendo o officio a Diogo Rodrigues que por sua vez o tomou de Afonso Rodrigues que apenas servia por Gil Vicente (6). A curiosidade destas transmissões está nos parentescos das pessoas pelo que se pode julgar que Melicia Rodrigues, 2.^a mulher de Gil Vicente, Afonso Rodrigues, ourives, cavaleiro e feitor de Santa Cruz e Diogo Rodrigues, ourives da Infanta e mestre da balança, seriam irmãos, facto que não era costume referir nas cartas régias e alvarás, quando se verificava.

(1) 16 — 324.

(2) 16 — 70.

(3) Provavelmente Gué.

(4) 8 — 313.

(5) 16 — 119.

(6) J. Pessanha, 2 — V — 165. Este autor confunde os dois D. Rodrigues; 16-122, 520.

Miguel Gil (?), filho de Fernão Gil, antecessor de Gil Vicente ainda era vivo e não tinha os 25 anos da maior idade do «Regimento», como se vê na carta de 1517 Agosto 6 que nomeia Diogo Rodrigues (1). Da mesma carta e outros documentos referentes à transmissão se conclui o necessário parentesco entre Gil e Miguel pois Gil não poderia ocupar um lugar que por direito pertencia ao Miguel, nem vendê-lo, sem que fosse por exemplo seu tio e tutor.

Afonso Rodrigues, livre das culpas e da situação na Moeda é então nomeado novamente para feitor da «nosa villa de santa cruz do cabo de guee, devido aos seus serviços prestados» (2). Morreu antes de recommençar o serviço como antes dissemos.

Examinando a folha de vencimentos da Casa da Moeda, do ano de 1517, vê-se que Gil Vicente é tido como seu empregado mas não serviu. No quarto trimestre do ano já o mantimento ordenado de mestre da balança é pago adiantado a Diogo Rodrigues. Estava porém ele impedido ainda no serviço da Infanta pelo que foi autorizado pelo Rei irmão dela a ceder o ofício a João Martins que já era mestre da balança, ou outro. O alvará respectivo foi feito por André Pires, já nosso conhecido (3).

Por esta época um carpinteiro e pedreiro de nome Pedro Vicente que até aí trabalhara nas obras da Moeda, naqueles ofícios e por vezes de forna- ceiro, passava a capataz de uma das cinco fornaças anuais de prata, lugar que só se obtinha mediante exame na Moeda e juramento dos oficiais da mesma quanto à aptidão do examinado.

Julgamos ser aquele Pedro Vicente próximo parente de Gil e facto curioso, veio a falecer pela mesma época, talvez no mesmo ano.

Começam a aparecer de aqui em diante, ano de 1517, os contratos dos carvoeiros da Casa da Moeda para o fornecimento a ela de carvão de sobro, cepa, torga e caminheira (3). Colhe-se a impressão de ser esta, a caminheira, uma planta. No entanto Tavares da Silva no seu «Esboço dum Vocabulário Agrícola» diz-nos: «Caminheiras—Medas de lenha que se fazem nos terrenos limpos de matos, para serem queimadas antes da semen- teira. Esta noticia é de excelente lógica porém, diz-nos H. L. de Men- donça (4): «Vinha esta santa imagem vestida de caminho com seu bohemio,

(1) J. Pessanha, 2—V—165. Este autor confunde os dois D. Rodrigues; 16—122, 520.

(2) 8—314.

(3) 1—II.

(4) 2—XXVIII—74.

ou capote nos hombros de brocado de cores... e um chapeo de setim avelutado de ouro». Gil Vicente também fala:

*«planta neste valle posta
pera dar celestes flores
olorosas,
e pera serdes tresposta
em a alta costa
onde se criam primores
mais que rosas;
planta sois e caminheira,
que ainda que estais, vos is
donde viestes.
Vossa patria verdadeira
he ser herdeira
da glória que conseguis:
andae prestes» (1).*

Podem ser simples coincidências mas assim mesmo, de curioso sabor. Isto quanto à caminheira; quanto a coisas da Moeda, dinheiro, e carvão da mesma Moeda:

*«E que lhe nam refundais
o dinheyro que elle tem,
mas nelle forgeis tam bem,
que apanhe muyto mais
e nam dee nada a ninguem.
.....
o Marichal,
assi daquela feyçam,
ydade e desposiçam,
assi nobre e liberal,
e gaste-se todo o carvam» (2).*

Vamos ainda no ano de 1517 cujo mapa dos vencimentos pagos refere os dois Diogo Rodrigues, sem frisar a distinção, porém, um mestre da balança

(1) 22—II—4.

(2) 16—188.

e outro, abridor de cunhos, guarda de fornaça e ensaiador, officios estes três incompatíveis com o de mestre da balança (1).

Todos os homens que figuram naquele mapa de moedeiros se celebrizaram fora da Moeda, em outros officios, desde o porteiro, o ferreiro e o amolador, ao alcaide que no mapa não figura (André Pires recebia pela Fazenda), ao tesoureiro e ao vedor que nele figuram e nos seguintes.

Gil Vicente não volta à Casa da Moeda como moedeiro. Ele não esqueceu no entanto, no resto da sua vida que tinha sido moedeiro e mestre da balança como vamos ver. O seu colega João Martins que já citamos, foi de mestre da balança a tesoureiro substituto em 1518, por ausência legítima



do tesoureiro Rui Leite, dono do lugar e membro duma família de fidalgo-tesoureiros.

Cerca de 1519 nasceu a filha Paula Vicente e cerca de 1520 o filho Luís Vicente. O pai dedicava-se quase exclusivamente ao seu teatro, poesias e outras artes, no que se ocupou até à hora da morte que o surpreendeu no trabalho de compilação de todas as suas obras, trabalho este completado por aqueles seus dois cultos filhos e publicado em 1562 (2).

Ainda em 1520 estava Gil Vicente ocupado na direcção, organização e montagem cênica dos festejos da próxima entrada da Rainha D. Leonor, 3.^a mulher de D. Manuel I, e que fora noiva de seu filho o futuro Rei D. João III. Gil Vicente habitava os Paços da Alcáçova (3).

Por este tempo já André Pires era alcaide e guarda-mor da Casa da Moeda de Lisboa e iria dedicar o melhor do seu tempo aos assuntos gráficos da marinharia dos descobrimentos, por ser grande calígrafo e desenhador. Porque era escrivão copiou assuntos científicos, de originais que em parte se perderam e sem ele se não conheceriam (4).

(1) 1—III—17.

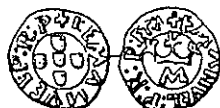
(2) 16—189.

(3) 16—521, 546.

(4) 3—125, etc.

Por alvará de 1521 Janeiro 10 era dispensado das tarefas de ouvidor da Moeda; o alcaide era juiz dos moedeiros, cível e criminal. Foi autorizado a nomear substituto no cargo de ouvidor, para poder melhor dedicar-se aos trabalhos da marinharia e roteiros (1).

A corte estava em Évora e no dia 20 ou 21, estando pronta a cidade de Lisboa da obra de Gil Vicente, aqui se dirige a mesma corte, entrando



triunfalmente o Rei e sua Rainha. Pormenor do cortejo na comédia das Cortes de Júpiter:

*«Os da Moeda yram tornados
em garoupas de Guinee,
das moreas espantados,
perguntando aos pescados
cada hum que peyxe he» (2).*

Segundo o Prof. Marques Braga, os empregados da Casa da Moeda irão metamorfoseados (3).

Mal sabiam os soberanos quão pouco duraria o seu júbilo. Em Dezembro, dia 4, adoeceu o Rei, no dia 7 já não pôde assinar um alvará; no dia 11 ditou um codicilo do testamento, a António Carneiro, seu secretário.

Em 1521 Dezembro 13, dia de Santa Luzia, morreu D. Manuel I nos Paços da Ribeira, vítima daquela peste de que fugira insistentemente, durante o seu reinado (4):

-
- (1) 1 — II.
(2) 16 — 142.
(3) 22 — IV — 237.
(4) 16 — 150.

*«Pranto fazem em Lisboa,
dia de Santa Luzia
por El-rei Dom Manuel
que se finou nesse dia.*

.....
*os Iffantes davam gritos,
a Iffanta se carpia;
seus cabelos, fios d'ouro,
arrincava e destruía;
seus olhos maravilhosos
fontes d'agua parecia» (1).*

No dia 17 houve a quebra dos escudos e entrou curioso na cidade, para iniciar a sua aventura, Fernão Mendes Pinto; *se não mentes eu não minto* (2).

D. João III devia ser aclamado no dia 18 em que houve tempestade, era Dezembro. Foi aclamado no dia 19 e Gil Vicente bem documentou a cerimónia, celebrando nos seus versos, além do Rei, outros notáveis da época e da coroação em «S. Domingos».

Punha na fala do Conde de Penela, D. João de Vasconcelos e de Meneses, depois vedor da Fazenda, a oração:

*«Senhora, nossa esperança,
triumpho de nossa vida,
nave de certa guarida,
fiel de fina balança,
nossa carreira sabida:
Ó sem mágoa concebida,
redentora d'Israel,
dae a El Rei Dom Manuel
a gloria que nos foi havida
per Gabriel» (3)*

tanto mais curiosa quanto é certo que ele Gil Vicente fora fiel da balança, officio que põe em Nossa Senhora.

(1) 22—VI—203.

(2) 33—I—4.

(3) 22—VI—211.



«Isabel de Portugal» — 1487-1576 — Ticiano
Museu do Prado, Madrid

Os mapas da Moeda desse mesmo ano de 1521 bem mostram os esforços da Nação para abastecer a Índia de homens e de dinheiro. Um dos capatazes é ainda Pedro Vicente. No mesmo ano regressou do Oriente Bastião Rodrigues, cavaleiro fidalgo que ali se celebrou e veio a empregar-se na Casa da Moeda como escrivão e depois foi nela mestre ou juiz da balança.

O mapa dos vencimentos de 1521 apresenta (1):

«Diogo Rodrigues, mestre da balança, com 20\$000».

«Diogo Rodrigues, outro, ensaiador, meio guarda da fundição e abridor de cunhos, com 14\$864», onde se vê que são dois, o que nunca sucedeu com Gil Vicente, contemporâneo, em que nenhum documento o refere de forma a distingui-lo de qualquer homónimo. Inversamente, desde que aparece o segundo Diogo Rodrigues, na Moeda e fora dela, quase todos os documentos se esforçam denodadamente e de forma eficaz, a distinguir os dois homens.

Em 1523 teve Gil Vicente de prémio pelos seus trabalhos, mais uma mercê de 6\$000 réis (2). No mesmo ano morreu o primeiro Diogo Rodrigues, o abridor de cunhos, sucedendo-lhe Diogo Álvares, ourives do Infante D. Fernando, irmão de D. João III (3).

Continuava porém servindo de mestre da balança o segundo Diogo Rodrigues, o que sucedera a Gil Vicente, era ourives da Infanta D. Isabel, irmã também do Rei e que veio a casar com Carlos V.

Em 1523 Setembro 15, estava a corte em Tomar e lavrou-se um alvará de belo e «pitoresco sabor». As mulheres dos moedeiros podiam vender *uvas na praça*, habilitadas apenas com uma licença do alcaide da Casa da Moeda de Lisboa, ou seu substituto. Não teriam que pagar à Câmara: *mealharya*. Quem fez tal alvará foi o próprio alcaide da Moeda que estava em Tomar com o Rei, na sua qualidade de escrivão da Câmara do mesmo Rei (4). Era André Pires e ouçamos Gil Vicente acerca de outro alvará tido por falso:

*«Damiam Diaz, ou quem,
lhe ouve elle o negro alvalá;
Christovam Estevez tambem,
ou quiçais sabe Deos quem,
Andre Pirez nam seraa»* (5).

(1) 1 — III — 16.

(2) 16 — 172.

(3) Sousa Viterbo, 2 — XVI.

(4) 1 — II.

(5) 16 — 290.

Passando ao ano de 1524 encontramos uma tença de 12\$000 réis e dois prémios um de 4\$000 e outro de 6\$000 réis, os quais tudo o Rei dava em Évora a Gil Vicente, pois a corte estava ali com o seu actor e autor teatral (1).

Só nesse ano de 24 foram pagas as 1400 dobras do casamento de Garcia Moniz, antigo tesoureiro da Moeda que saíra dela com Gil Vicente, devido às acusações deste no «Auto do Inferno». Garcia Moniz tinha uma reforma e falecera, sendo então o célebre dote pago à viúva D. Genoveva (2).

Pela mesma época Rui Lopes que servia D. João III desde a menor idade deste (3) e era então do seu Conselho e vedor da sua Casa, teve uma grande actividade para descobrir minas, explorá-las e cunhar ceitis em Beja, fundando ali uma Casa da Moeda. Tinha por alcunha «o Pato», era natural de Beja e parece que nada conseguiu, como mineiro e moedeiro.

Por essa época (1498-1521) tinham aparecido em França livros para rabdomancia. O agente respectivo ou vedor segurava a vara da avelaneira, na busca de minas metálicas. Rui Lopes que era *veador* quis ser também *vedor*. Os termos *veador*, *viador*, *vedor* e *vedor* andaram sempre confundidos. Dizia dele Gil Vicente, no «Clérigo da Beira»:

*«Do veedor he necessario
saber a planeta sua.
Sua planeta he a lua.
o sino he sagitario
com hua frecha da tabua.
Tem folego como gato
digo, vida perlogada;
porem nam coma de pato
senam soo hua talhada,
inda que custe barato»* (4).

Foi celebrado por Gil Vicente em alguns dos seus autos e também por Garcia de Resende no seu «Cancioneiro Geral», pois Rui Lopes é um dos seus poetas (5).

A tença de 12\$000 réis foi elevada para 20\$000, no ano de 1525,

(1) 16—548.

(2) 16—119 e 191.

(3) 25—I—17.

(4) 16—206.

(5) 20—15—437.

acrescida ainda de 3 moios de trigo (1) que era a «moeda do Alentejo»; estavam em Évora, Gil Vicente sem ceutil e o vedor ainda não arranjava *cobre para o ceutil*.

Por esse tempo obteve ainda Gil Vicente o officio de língua da cidade de Ormuz (1) para o qual necessariamente obteve conhecimentos e apontamentos de Bastião Rodrigues que ali permanecera, combatera e estudara no



Tu y el Arte

tempo de Afonso de Albuquerque, servira de intérprete em Ormuz e estava agora na Moeda, onde veio a ser mestre da balança.

Parece no entanto que Gil Vicente não chegou a partir para Ormuz, pois no ano seguinte vendeu o officio a Francisco de Ponte (2).

Neste mesmo ano de 1525 o mestre da balança Diogo Rodrigues era nomeado afinador do ouro e fundidor da prata, com um sócio, mantendo a categoria particular de ourives da Infanta D. Isabel e mantendo ainda a confiança e amizade desta senhora; seguiram-se os desponsórios de D. Isabel com Carlos V e a Rainha viúva D. Leonor morreu no seu Paço de Sto. Elói, com 67 anos de idade e vários achaques. Constavam do testamento de D. Leonor, dois cálices, um feito por Gil Vicente, outro corrigido por ele (3).

D. Isabel casou em Março e em Sevilha, com 900 000 cruzados de

(1) 16 — 190, 522.

(2) 16 — 522.

(3) 16 — 199.

dote; seu primeiro filho foi Filipe II de Espanha, I de Portugal. Viveu em Toledo sem fausto e sempre com saudades de Portugal e da corte de seu pai e irmão (1).

Bastião Rodrigues passou a mestre ou juiz da balança em 1526 e dele diz Barros nas Décadas várias vezes: «que ora serve de juiz da Balança da Moeda» (2).

O «Templo de Apolo», comédia representada em 1526, lembra-nos mais uma vez o ourives e moedeiro:

*«Y deviera de hazer
de azero los barones,
segun mis opiniones,
y de plata la muger
para hazella tostones» (3).*

No mesmo ano de 1526 apareceu na Moeda um fornaçeiro, logo guarda de fornaças, de nome Luís Guilhão, talvez espanhol que trouxe para



a mesma Moeda o termo *gyleza* que parece referir-se à espessura dos discos metálicos que saiem da obra do salvador (4). Há aqui uma analogia curiosa: gileza será espessura e Gil é o mesmo que egídeo, protegido com a égide, forte. Gilavento também é o lado do vento forte, o lado para onde sopra o vento.

«Felipe Guillen» ou Filipe Guilhão, boticário de Sevilha, tido como entendido e engenhoso veio para Portugal cerca de 1519. Gil Vicente dedicou-lhe uns versos de troça (5). Dado como impostor foi preso por denúncia de João Rodrigues (parece o escrivão da Moeda, com este nome).

(1) 20—14—36.

(2) 27—III—205, etc.

(3) 16—203.

(4) Ordem aos capatazes de fornaça de 1526. Junho 14; 1—II.

(5) 3—I.

Em 1538 foi o Guilhão desterrado para o Brasil, aqui apreciado pelos seus méritos, geólogo também no Brasil, em 1561 (1).

O capataz referido Luís Guilhão tem seu nome figurado nos documentos da Moeda como Guillen precisamente, bem como variantes até Guilhom ou Guilham, gylhom, gilhem, etc.

A Infanta D. Isabel casara com Carlos V como se disse e logo em 1527 pedia a seu irmão D. João III para lhe enviar a Castela o seu ourives Diogo Rodrigues, para acompanhá-la a Portugal (2).

Foi Diogo Rodrigues portanto dispensado temporariamente da Moeda mas nunca conseguimos encontrar vestígios da vinda da Imperatriz a Portugal, pelo que não sabemos se cá veio. Enquanto ausente, foi Diogo Rodrigues substituído por um ensaiador, na Moeda. Voltou e retomou o serviço e teria morrido em 1528, talvez (2).

No mesmo ano de 27 representou-se a «Farsa dos Almocreves»:

*«mandastes dar a hum cego
hum real por endoenças.
.....
na Pederneyra compradas
daquelos mesmos dinheiros.
Ora eu recebi cem reaes
em tres annos, contey bem,
tenho aqui meo vintem» (3).*

Em 1528 paga D. João III os autos a Gil Vicente, com outra tença de 20\$000 réis (4). André Pires, grande amigo do poeta, continua com os trabalhos náuticos e com a corte; é ele autor ou subscreve a maior parte dos alvarás e cartas régias destinadas à Moeda de Lisboa, na sua qualidade de escrivão interino da Câmara de El-Rei, alcaide e guarda-mor da mesma Moeda.

Nem todos evidentemente tinham a cultura e ciência dos Pires, dos Nunes, dos Faleiros e dos Resendes; aos impostores *chegava* Gil no «Auto da Feira»:

(1) 16—275.

(2) 1—II.

(3) 16—239.

(4) 16—551.

«E porque a estronomia
anda agora muy maneyra,
mal sabida e lisongeyra,
eu aa honrra deste dia
vos direy a verdadeira.
muytos presumem saber
as operações dos ceos
e que morte ham de morrer,

.....
E cada hum sabe o que monta
nas estrelas que olhou,
e ao moço que mandou
nam lhe sabe tomar conta
dum vintem que lhentregou» (1).

Cerca de 1530 nasceu outra filha a Gil Vicente, nomeada Valéria Borges (2).

No mesmo ano, as casas que tinham sido ocupadas por Gil Vicente na Moeda, e depois por Pedro Homem, também seu amigo, também poeta do Cancioneiro de Resende e também mestre da balança, eram agora ocupadas pelo Infante D. Fernando, irmão de D. João III. Pedro Homem teve assim 8\$000 réis anuais para alugar casas, além do seu mantimento ordenado (3).

Em 1530-31 foram Lisboa, Santarém e todo o Ribatejo sacudidos por violentos tremores de terra e em 1531 Janeiro 26, 5.^a feira, 4 da madrugada, ruíram templos, palácios e mais de 1500 prédios urbanos de Lisboa (4).

O mestre da balança Bastião Rodrigues, estava em 1531 cheio de saudades do mar, pelo que voltou a embarcar, não já para a Índia mas para as Ilhas Terceiras que era como então se chamavam aos Açores, em serviço da respectiva armada que ali ia todos os anos esperar as que vinham da Índia. Manteve-se porém no quadro de funcionários da Moeda e *recebendo por ela* (5).

Em 1532 ainda Rui Lopes, o Pato, vedor do Rei, andava entretido com os preparos da lavra do cobre em Beja que não parece ter chegado a

-
- (1) 21.
(2) 16—552.
(3) 1—II.
(4) 27—I—XXV.
(5) 1—II.

fazer-se (1). A caminheira continua a figurar em todos os contratos dos carvoeiros com a Casa da Moeda, ao lado do sobro, cepa e cepas. O carvoeiro contratado, como os rendeiros (empregados na Casa), continua oficial da Moeda e número dos *cento e quatro* (2).

No ano de 35 regressou Bastião Rodrigues, à Moeda; havia fomes em Lisboa (3). A corte estava em Évora e aí Gil Vicente obtém do Rei os seus 8\$000 réis de *vestearia* (vestuário). Estava ele porém velho e doente, pelo que a sua vestearia anual foi lançada no tesouro em seu nome e recebida «*per seu filho belchior viçente*». Dois meses depois assinava Gil Vicente o recibo, para salvaguarda do tesoureiro. Recebeu em mercadoria como consta do recibo de 1535 Agosto 11 (4).

Em 1536 morria Garcia de Resende e sucedia-lhe efectivo no lugar de escrivão da Câmara do Rei: André Pires. Cerca do mesmo ano morria Gil Vicente em Évora e era sepultado em «S. Francisco» (5).

Não houve luto nacional que não era costume da época. O primeiro contrato de carvão desse ano de 1536 já não fala da caminheira e daí em diante igualmente; parece que morrera com Gil Vicente (6).

Bastião Rodrigues e Pedro Homem continuam mestres da balança, Diogo Rodrigues o sucessor de Gil Vicente, protegido da Infanta D. Isabel e valido da mesma D. Isabel Imperatriz, falecera talvez em 1528.

Em 1537 morria Pedro Vicente, muito velhinho e que julgamos parente próximo de Gil. Para lhe suceder, no lugar de capataz duma das cinco fornaças anuais de prata, foi apresentado ao fidalgo André Pires, escrivão da Fazenda, alcaide e guarda-mor da Moeda de Lisboa, bem como aos escrivães e mestres da balança da mesma Moeda, o moedeiro e fornaceiro da mesma, Diogo Alves, morador em Unhos (6).

Nos dois últimos anos já Diogo Alves trabalhava por Pedro Vicente impossibilitado pela idade e doença (6).

No ano de 39 e em Toledo falecia a Imperatriz D. Isabel de Portugal apenas com 36 anos de idade. Fora senhora de grande formosura que muitos cantaram, morreu desfigurada (7).

(1) Sousa Viterbo, 2 — II — 53.

(2) 1 — II.

(3) 16 — 553 e 1 — II.

(4) 16 — 523.

(5) 16 — 554.

(6) 1 — II.

(7) 20 — 14 — 36.

Em 1549 falecia André Pires, Garcia de Resende seu colega e antecessor já lá ia em 1536 (1).

1557 Junho 11, sexta-feira, depois da *meia noite*, de *súpita e grave doença*, como escreveu Frei Luís de Sousa, falecia D. João III (2), que protegeu Gil Vicente até à hora da morte deste e depois muito facilitou a compilação de *totalas obras*, levada a cabo pelos filhos Paula Vicente e Luís Vicente, em 1562.

Camões não dirá uma palavra sobre Gil Vicente mas diz algo sobre os moedeiros e sobre as moedas:

Nos Anfitriões:

«Quando cuido que sois ouro,
Acho-vos toda ceitis» (3).

No Seleuco:

«Senhor, não faz ao caso; que os erros por amores têm privilégio de moedeiro» (4).

Na carta de Ceuta, dedução de Hernâni Cidade:

«E se, todavia, quizer meter mais mãos na escudela, mande-lhe lavar o nome, e valha sem cunhos».

«Metáfora tirada das moedas» (5).

Em carta da Índia:

«Depois que dessa terra me parti, como quem o fazia pera o outro mundo, mandei enforcar a quantas esperanças dera de comer até então, com preção público: Por falsificadoras de moeda» (6).

Quem nos disse quem foi durante toda a sua vida, melhor que ninguém, foi o próprio Gil Vicente, nas obras.

Sobre a sua linguagem basta o que dizia Barros:

«E Gil Vicente, comico que a «*linguagem portuguesa*» mais tratou em compostura que alguma pessoa destes reynos, nunca se atreveu a introduzir hu centurio português; por que, como o nã consente a naçam, assy o nam soffre a linguagem» (7).

(1) 16 — 293.

(2) 25 — II — 309.

(3) 28 — III — 9.

(4) 28 — III — 84.

(5) 28 — III — 225.

(6) 28 — III — 243.

(7) 27 — I — XLV.



Muitos estudaram Gil Vicente com escasso material biográfico. Anselmo Braamcamp Freire a todos calou com uma compilação documental de grosso volume. Ainda assim, disse um autor contemporâneo que quase nada se sabe sobre Gil Vicente.

Pouco mais fizemos que extrair da nossa «História da Moeda» (Apostamentos), alguns dados relativos a um moedeiro, sem deixar de seguir Braamcamp Freire, evidentemente. Se alguma coisa acrescentámos foi para encenar o ambiente e mostrar a procedência dos moedeiros de quinhentos. O moedeiro categorizado provinha de ourives.

Ensaíamos agora um «romance».



Oficina de ourives do século XVI. «Tu y el Arte» — pág. 85,
de Wilhelm Waetzoldt — Barcelona, 1955

Nesta estampa há luz e flores à janela. À esquerda o ferreiro junto à forja segura uma peça com a tenaz na mão esquerda e dá ao fole com a direita. Está vestido de burguês e em cabelo; é o dono da casa.

Em primeiro plano, à esquerda, um fornaceiro sentado numa tripeça

está ante um cepo com bloco, malhando um arriel que segura na sua mão esquerda; na direita está o martelo que vai malhar. Ainda no cepo se vê uma turquês de segurar os arriéis quando vêm quentes, e duas bitolas, uma cheia e outra anelar. No chão, encostado ao cepo, outro martelo.

À direita outro banco tripeça com bacia e vaso; no chão: pinça, fole e bacia com objectos metálicos e cizalhas.

No centro da oficina uma bancada de bela marcenaria, junto dela à esquerda um gravador sentado na sua tripeça, tem à frente o avental metálico de recolher cizalhas e ferramentas. Sobre a mesa um prato já salvado, moldado, e que ele está cinzelando e lavrando com um martelinho na mão direita e um troquel na esquerda. O outro o da direita que está encoberto será um salvador; a seguir um branqueador que está acabando outra salva. Sobre a bancada diversas ferramentas como um compasso. Na estantezinha, que tapa o salvador, copos e taças, uma das quais coberta.

Pendurados na parede, um alicate e umas tesouras, martelo, umas balanças, faca, lima e grossa. Sobre isto, na prateleira, dois vasos.

Vejamos agora a estampa dos moedeiros, da mesma época.

Ao fundo janela de vitrais, à direita porta de alta soleira para que uma moeda não role para fora. À esquerda forno de duas fornalhas, incapaz de fundir, conforme o «Regimento». À esquerda do forno, uma pinça ou tenaz. Tecto de vigas, chão de lajes.

A cena está viva e animada. À mesa está sentado um fidalgo idoso e de longas barbas, tesoureiro e feitor da Casa, admoestando o capataz da fornaça que de pé, junto dele, atônito e submisso, ouve o chefe e olha o pessoal.

O feitor entrara na ausência do capataz, sentara à sua mesa surpreendendo o pessoal: «de patrão fora». Chega o capataz que ouve o competente sermão; os empregados já trabalham e à maravilha. O mesmo feitor ensaiara na balança umas 50 moedas aprovadas, com outras tantas acabadas de fazer; eram quase todas febres, por isso que chama a atenção do capataz para o «Regimento» onde aponta com o indicador da sua mão direita, a respectiva ordenação; a mão esquerda dá realce à oração.

O capataz nem fala, olha os fornaceiros.

Na mesa vê-se um saquinho com cordão de franjas; dentro dele estão as amostras, as bitolas e os ponderais das moedas que se estão lavrando.

À esquerda, sentado à sua bancada, está o salvador aperfeiçoando. Sua tesoura tem uma haste cravada na mesa para que a força do ourives seja metade; bacia com discos prontos, tabuleiro com cizalhas e alcofa com

discos a aperfeiçoar. Na mesa, alguns discos rejeitados para abater no contador e entregar ao capataz, separadamente das cizalhas.

No centro, um fornaceiro sentado junto a um cepo, com um bloco ou tais, estende um arriel para obter chapa a entregar ao salvador.



Casa da fornaça da prata (ano de 1500) — «A História do Dinheiro»,
de A. H. Quiggin — Liv. Civilização — 1958. Pág. 4

À direita o cunhador e guarda do cunho, sentado numa tripeça, junto ao cepo com pilha, segura o troquel na mão esquerda e vai martelar com a direita. O troquel está esbotenado superiormente, do uso. Entre a pilha e o troquel está uma moeda para cunhar em dinheiro. Um aprendiz tem na mão outra moeda para dar ao cunhador e ser feita em dinheiro. Sobre o cepo

estão alguns dinheiros rachados e mal cunhados, para serem cortados pelo mestre da balança e juntar à cizalha branca. No chão, a ceira das moedas prontas a branquear e mais à esquerda o cofre dos cunhos, de duas chaves, uma ao cuidado do guarda do cunho e outra à guarda do tesoureiro e feitor.

★

✧ ✧

Podemos agora *ver* Gil Vicente erguendo a sua custódia que ficou para Nossa Senhora de Belém. Estamos a vê-lo à mesa da balança da Casa



«Mulher pesando oiro» — Jan Vermeer
National Gallery of Art, Washington

do Despacho da Moeda, fazendo tabelas ou pesando o ouro que veio da Casa da Mina, procedente da Mina, navio São Miguel, e vai ser feito em cruzados.

Podemos ainda vê-lo a fazer os autos a El-Rei:

«E hum Gil... hũ Gil... hum Gil...
 que maa retentiva ey!
 hum Gil... já não direy;
 hum que nam tem nem ceitil,
 que faz os aytos a el Rey.

 todo bem se vay oo fundo;
 o dinheyro anda acossado
 e o prazer vagabundo» (1).

Gil Vicente era um só, Diogo Rodrigues eram dois e Diogo do Couto eram nada menos de três, havendo que acrescentar aos dois de nomeada: Diogo do Couto, comprador da Casa da Moeda de Lisboa, que fora criado do Conde de Vila Nova (de Portimão) e capataz de fornaças de ceitis, de 1517 a 1524.

Gil Vicente era só um que segundo Menendez y Pelayo «no tiene quien le aventaje en la Europa de su tiempo» (2).

B I B L I O G R A F I A

- 1—Casa da Moeda e Papel Sellado—Apontamentos para a História da Moeda em Portugal—Lisboa, 1878. Três partes.
- 2—Diversos autores—O Archeologo Português—Lisboa, 30 volumes.
- 3—A. Fontoura da Costa—A Marinharia dos Descobrimentos—3.^a edição, 1960.
- †—Livros diversos—Chancelaria de D. Afonso V—Tombo.
- 5—A. C. Teixeira de Aragão—Descrição Geral, etc.—Lisboa, 1874-80.
- 6—Ferraro Vaz—Numária Medieval Portuguesa—2 volumes, 1960-61.
- 7—Alvaro Velho—Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama por—A. F. da Costa—Lisboa, 1960.
- 8—Joaquim Figanier—História de Santa Cruz do Cabo de Gué—Lisboa, 1945.
- 9—Artur Basílio de Sá—Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Insulindia—Lisboa, 5 volumes, 1954 a 58.
- 10—Berta Leite—D. Gonçalo da Silveira—Lisboa, 1946.
- 11—Prof. Luciano Ribeiro—Registo da Casa da Índia—2 volumes—Lisboa, 1954-55.
- 12—Frei António Brandão—Crónica de D. Afonso Henriques—Livraria Civilização, Porto, 1945.

(1) 16—182.

(2) 32—350.

- 13—Frei António Brandão—Crónica de D. Sancho I e D. Afonso II—Liv. Civilização, Porto, 1945.
- 14—Frei António Brandão—Crónica de D. Sancho II e D. Afonso III—Liv. Civilização, Porto, 1945.
- 15—Fernão Lopes—Crónica de D. João I—Liv. Civilização, 2 volumes, Porto, 1945.
- 16—Anselmo Braamcamp Freire—Vida e Obras de Gil Vicente—Lisboa, 1944, 2.^a edição.
- 17—D. Jerónimo Osório—Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel, de—Liv. Civilização, Porto, 1944, 2 volumes.
- 18—Afonso de Albuquerque—Cartas para El-Rei D. Manuel I. Trabalho de António Baião—Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1942.
- 19—A. C. Teixeira de Aragão—Vasco da Gama e a Vidigueira—Lisboa, 1898.
- 20—Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira—Lisboa, 40 volumes.
- 21—Gil Vicente—Obras de Devoção—Livro I (transcrições).
- 22—Gil Vicente—Obras Completas—6 volumes, Liv. Sá da Costa, 1942-44—Trabalho do Prof. Marques Braga.
- 23—Lello Universal—2 volumes, Porto, 1940.
- 24—Diogo do Couto—O Soldado Prático—Trabalho do Prof. M. Rodrigues Lapa; Liv. Sá da Costa, 1937.
- 25—Fr. Luís de Sousa—Anais de D. João III—Trabalho do Prof. M. Rodrigues Lapa; 2 volumes, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1938.
- 26—António Galvão—Tratado dos Descobrimentos—Liv. Civilização, Porto, 1944.
- 27—João de Barros—Décadas—Trabalho de António Baião, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1945-46. 4 volumes.
- 28—Luís de Camões—Obras completas—Trabalho do Prof. Hernâni Cidade, 5 volumes, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1946-47.
- 29—Sant'Anna Dionisio—Museu-Biblioteca de Vila Viçosa, Lisboa, 1947.
- 30—Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo—Elucidário das palavras, termos e frases, etc.—Trabalho de Mário Fiúza, Liv. Civilização, Porto, 1962.
- 31—Dicionário de Moraes.
- 32—Diário de Notícias—Almanaque, 1962.
- 33—Fernão Mendes Pinto—Peregrinação e Outras Obras—Vol. I, Liv. Sá da Costa, 1961. Trabalho de António José Saraiva.

NOTAS DE PÉ:

- a) O primeiro número refere o número da obra constante da relação bibliográfica acima.
 - b) O segundo número refere o volume quando há mais de um, ou
 - c) O último número refere o número da página.
 - d) Quando se cita ainda o autor é porque na obra há vários autores.
- Assim: Sousa Viterbo, 2—XIX, dá o autor, a obra e o volume.

OURO AMOEDADO DA ÍNDIA PORTUGUESA

2.^a PARTE

POR JOAQUIM FRONTEIRA

Apresenta-se, a seguir, a relação dos numismas da Índia Portuguesa, cunhados em ouro, desde D. Manuel I até D. Maria II, dos quais se conseguiu notícia recorrendo, como já se disse, a diversas fontes de informação para o efeito consultadas quando não houve outra solução, isto é, sempre que não foi possível observar os exemplares em causa. E, diga-se em abono da verdade, o exame directo não foi viável em grande número de casos.

Os exemplares encontram-se mencionados, dentro de cada reinado ou regência, por ordem decrescente do seu valor facial ou legal e aí seriados cronologicamente. Para cada tipo de moeda, depois de ligeiras notas sobre o seu anverso e reverso, apenas para facilitar a identificação, indica-se:

1. A posição numérica.

A letra ou letras e o primeiro algarismo referem-se ao monarca ou regente; os dois algarismos seguintes marcam a posição do exemplar dentro do reinado ou regência.

2. A data (sempre que conste do exemplar).

Das moedas de ouro serão muito raras aquelas em que a data haja sido modificada, por meio de punção, posteriormente à sua cunhagem, contrariamente ao que tão frequente foi nas rupias, xerafins e pardaús de prata. Não se considerou, por isso, esse caso.

3. A casa monetária (quando conhecida).

Pode dizer-se que Goa, Malaca, Diu e Lisboa foram as casas monetárias nas quais se bateu ou fundiu moeda de ouro para a nossa Índia. Não será impossível, contudo, que apareçam, um dia, moedas de ouro cunhadas em Damão, Baçaim, Coulão, ou outras



idades do Indústão. De resto, a Índia Portuguesa é um alfofre perene de raridades numismáticas!

4. O peso legal ou presumível legal.
O peso legal não carece de explicação; o presumível legal é o atribuído aos exemplares em virtude de informações oriundas de fontes diversas, mas concordes quanto a essa indicação.
5. O limite dos pesos máximo e mínimo dos exemplares observados ou referenciados.
Destes limites extremos foram excluídos os valores inaceitáveis por grosseiramente errados.
6. Quaisquer outras informações complementares.

SINAIS CONVENCIONAIS

Peso legal ou outro elemento desconhecido	?
Peso legal presumível	*
Exemplar conhecido, descrito ou citado, mas sem indicação de peso	x
Exemplar cuja autenticidade é contestável	Ø

D. MANUEL I (1495-1521)

Cruzado, Manoel ou Esfera

- A — Cruz de Cristo
R — Esfera armilar

M1.01 — s/d Goa 3,45 g* 3,45 g


Meio Manoel ou Meia Esfera

- A — Coroa real e MEA
R — Esfera armilar


M1.02 — s/d Goa 1,70 g* (1,70/1,61) g ⁽¹⁾

D. JOAO III (1521-1557)
(Aclamado em Goa em 23-8-1522)


Pardau S. Tomé

A — Armas coroadas de Portugal (I — )
R — S. Tomé, sentado, olhando à direita (S — T) (S virado)

J3.01 — s/d Goa 3,22 g* (3,39/3,13) g (1.^a cunhagem)

A — Armas coroadas de Portugal (I — )
R — S. Tomé, sentado, olhando à direita (S — T) (S virado)

J3.02 — s/d Goa 2,80 g* (2,92/2,67) g (2.^a cunhagem)

A — Armas coroadas de Portugal. Roda. (O — O) 
R — S. Tomé, sentado, olhando à esquerda (S — T)

J3.03 — s/d Goa 2,80 g* 2,80 g (2.^a cunhagem) (2)

S. Tomé (Indiano)

A — Armas coroadas de Portugal
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda (S — T)

J3.04 — s/d Lisboa 9,00 g (9,62/9,00) g

D. SEBASTIÃO I (1557-1578)
(Aclamado em Goa a ?-9-1558)

S. Tomé

A — Armas coroadas de Portugal (A —)
R — S. Tomé, de pé, olhando à direita. Roda. (A — *)

S1.01 — s/d Goa 3,35 g* 3,35 g

D. FILIPE I (1580-1598)
(Aclamado em Goa a 1-9-1581)

S. Tomé

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda (S — T)

F1.01 — s/d Goa 3,36 g* 3,36 g (8)

D. FILIPE III (1621-1640)
(Aclamado em Goa a 5-2-1623)

S. Tomé de 5 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (G — A). Legenda.
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda. Data. S. THOME.

F3.01 — 1632 Goa 3,60 g 3,60 g (4)

F3.02 — 1633 Goa 3,60 g ? (4-a)

S. Tomé de 1 xerafim

A — Armas coroadas de Portugal (A — M)
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda (3 — oo)

F3.03 — 1634 Malaca ? 1,03 g (5)

D. AFONSO VI (1656-1667)
(Aclamado em Goa a 7-10-1657)

S. Tomé de 12 xerafins

A — Custódia sobre altar. Legenda AFONSVS...TEGIS P.
R — Cruz equilátera, 12 x. Data.

A6.01 — 1664 ? ? 5,00 g Ø (6)

S. Tomé velho de 5 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (G — A). Legenda
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda. Data. S. THOME.

A6.02 — 1670 Goa 3,40 g 3,50 g (7)

A6.03 — 1677 Goa 3,40 g 3,40 g (8)

A6.04 — 1678 Goa 3,40 g 3,50 g (9)

A6.05 — 1680 Goa 3,40 g (3,50/3,40) g (10)

S. Tomé

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda. Data.

A6.06 — 1660 Goa ? 1,94 g (11)

A — Armas de Portugal. Legenda REX PORTUGALLE
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda. Data. STHOME.

A6.07 — 1660 Goa ? 1,35 g ⁽¹²⁾

D. PEDRO REGENTE (1667-1683)
(Em Goa, de 22-11-1667 a 12-12-1683)

S. Tomé velho de 5 xerafins

A — Armas coroadas, sem quinas nem castelos (D — O)
R — S. Tomé, de pé. Data.

PR.01 — 1684 Diu 2,90 g 2,90 g ⁽¹³⁾

A — Armas coroadas de Portugal (? — G)
R — S. Tomé, de frente.

PR.02 — s/d Goa 2,90 g 2,89 g ⁽¹⁴⁾

A — Armas coroadas de Portugal (G — ?)
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda.

PR.03 — s/d Goa 2,90 g 2,85 g ⁽¹⁵⁾

S. Tomé novo de 2 1/2 xerafins

A — Armas coroadas, sem quinas nem castelos (D — O)
R — S. Tomé, de pé. Data.

PR.04 — 1684 Diu 1,45 g 1,45 g ⁽¹⁶⁾

D. PEDRO II (1683-1706)
(Aclamado em Goa em fins de Outubro de 1664)

S. Tomé velho de 1 xerafim

A — Armas coroadas de Portugal
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data

P2.01 — 1705 Goa 0,68 g 0,50 g

D. JOÃO V (1706-1750)
(Aclamado em Goa em Outubro (?) de 1707)

S. Tomé de 10 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda. Data.

J5.01 — 1713 Goa 5,60 g x ⁽¹⁷⁾

J5.02 — 1714 Goa 5,60 g 5,60 g ⁽¹⁸⁾

J5.03 — 1715 Goa 5,60 g x ⁽¹⁹⁾

J5.04 — 1717 Goa 5,60 g x ⁽²⁰⁾

A — Armas coroadas de Portugal
R — Cruz de S. Tomé, data e legenda CR SD S. T ME

J5.05 — 1728 Goa 5,60 g 5,60 g ⁽²¹⁾

S. Tomé de 10 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)
R — Cruz de S. Tomé, data e legenda CR SD S. T ME

J5.06 — 1729 Goa 5,60 g 5,67 g

J5.07 — 1731 Goa 5,60 g x ∅ ⁽²²⁾

J5.08 — 1732 Goa 5,60 g (5,72/5,67) g

J5.09 — 1737 Goa 5,60 g (5,68/5,58) g

A — Armas coroadas de Portugal
R — Cruz de S. Tomé, data e legenda IH CR V.S P.S

J5.10 — 1737 Goa 5,60 g 5,56 g ⁽²³⁾

S. Tomé novo de 5 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)
R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda, data e legenda S.ME

J5.11 — 1713 Goa 2,80 g x ⁽²⁴⁾

J5.12 — 1714 Goa 2,80 g 2,80 g ⁽²⁵⁾

J5.13 — 1715 Goa 2,80 g x ⁽²⁶⁾

J5.14 — 1716 Goa 2,80 g x ⁽²⁷⁾

J5.15 — 1717 Goa 2,80 g x ⁽²⁸⁾

A — Armas coroadas de Portugal (G — A). Legenda...S.V.R.P.
 R — S. Tomé, de pé, olhando à esquerda, legenda S.TME

J5.16 — s/d Goa 2,80 g 2,80 g ⁽²⁹⁾

A — Armas coroadas, sem quinas nem castelos (D — ())
 R — S. Tomé, de pé. Data.

J5.17 — 1717 Diu 2,90 g x ⁽³⁰⁾
 J5.18 — 1719 Diu 2,90 g (2,90/2,87) g
 J5.19 — 1721 Diu 2,90 g (2,90/2,88) g
 J5.20 — 1722 Diu 2,90 g x ⁽³¹⁾
 J5.21 — 1723 Diu 2,90 g x ⁽³²⁾
 J5.22 — 1726 Diu 2,90 g x
 J5.23 — 1727 Diu 2,90 g x ⁽³³⁾
 J5.24 — 1728 Diu 2,90 g x

S. Tomé novo de 2 1/2 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (() — A)
 R — S. Tomé, de pé. Data.

J5.25 — 1713 Goa 1,40 g x ⁽³⁴⁾
 J5.26 — 1714 Goa 1,40 g 1,39 g ⁽³⁵⁾
 J5.27 — 1715 Goa 1,40 g 1,40 g ⁽³⁶⁾
 J5.28 — 1717 Goa 1,40 g x ⁽³⁷⁾

S. Tomé novo de 2 1/5 xerafins

A — Armas coroadas, sem quinas nem castelos (D — ())
 R. — S. Tomé, de pé. Data.

J5.29 — 1717 Diu 1,45 g x ⁽³⁸⁾
 J5.30 — 1720 Diu 1,45 g x ⁽³⁹⁾
 J5.31 — 1721 Diu 1,45 g x ⁽⁴⁰⁾
 J5.32 — 1726 Diu 1,45 g x ⁽⁴¹⁾

S. Tomé novo de 2 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (? — A)

R — S. Tomé, de pé e de frente. Data.

J5.33 — 1712 Goa ? x (42)

J5.34 — 1714 Goa ? 1,40 g (43)

J5.35 — 1716 Goa ? x

S. Tomé novo de 1 xerafim

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)

R — Cruz de Cristo. Data.

J5.36 — 1711 Goa 0,57 g x

J5.37 — 1714 Goa 0,57 g x (44)

J5.38 — 1715 Goa 0,57 g (0,58/0,57) g

J5.39 — 1716 Goa 0,57 g (0,60/0,57) g

J5.40 — 1717 Goa 0,57 g (0,57/0,56) g

J5.41 — 1718 Goa 0,57 g (0,60/0,57) g

J5.42 — 1721 Goa 0,57 g (0,58/0,50) g

J5.43 — 1728 Goa 0,57 g 0,50 g

Meio S. Tomé (?)

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)

R — S. João (?). Data.

J5.44 — 1719 Goa ? ? (44-a)

D. JOSÉ I (1750-1777)

(Aclamado em Goa a 1-12-1751)

S. Tomé de 12 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal

R — Cruz de S. Tomé. Data. Legenda CR SD S.T ME

Jo.01 — 1762 Goa 4,88 g 4,88 g

Jo.02 — 1763 Goa 4,88 g (4,90/4,67) g

Jo.03 — 1764 Goa 4,88 g (4,93/4,71) g

Jo.04 — 1765 Goa 4,88 g (4,93/4,78) g

A — Armas coroadas de Portugal

R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

Jo.05 — 1766	Goa	4,90 g	(4,90/4,84)	g
Jo.06 — 1767	Goa	4,90 g	x	(⁴⁵)
Jo.07 — 1768	Goa	4,90 g	(4,90/4,83)	g
Jo.08 — 1769	Goa	4,90 g	(4,90/4,67)	g
Jo.09 — 1770	Goa	4,90 g	4,88 g	
Jo.10 — 1771	Goa	4,90 g	x	(⁴⁶)
Jo.11 — 1772	Goa	4,90 g	x	
Jo.12 — 1773	Goa	4,90 g	(4,90/4,75)	g
Jo.13 — 1774	Goa	4,90 g	(4,90/4,88)	g (com variantes)
Jo.14 — 1775	Goa	4,90 g	(4,90/4,60)	g

A — Armas coroadas de Portugal

R — Cruz de S. Tomé, doze x . Data.

Jo.15 — 1775	Goa	4,90 g	(4,90/4,71)	g
Jo.16 — 1776	Goa	4,90 g	(4,86/4,78)	g
Jo.17 — 1777	Goa	4,90 g	(4,87/4,80)	g
Jo.18 — 1778	Goa	4,90 g	(4,92/4,90)	g
Jo.19 — 1779	Goa	4,90 g	x	(⁴⁷)
Jo.20 — 1780	Goa	4,90 g	4,87 g	(⁴⁸)

S. Tomé de 10 xerafins

A — Armas coroadas (desenho bárbaro)

R — Cruz de S. Tomé. Data.

Jo.21 — 1752	Diu	5,86 g	5,69 g
Jo.22 — 1755	Diu	5,86 g	(5,86/5,58) g
Jo.23 — 1757	Diu	5,86 g	x

S. Tomé de 8 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (G — A)

R — Cruz de S. Tomé. Data. Legenda CR SD ST ME

Jo.24 — 1763	Goa	3,25 g	x	(^{48-a})
--------------	-----	--------	---	---------------------

A — Armas coroadas de Portugal
 R — Cruz de S. Tomé, 8 x. Data.

Jo.25 — 1766 Goa 3,25 g (3,29/3,20) g
 Jo.26 — 1768 Goa 3,25 g (3,30/3,14) g ⁽⁴⁹⁾
 Jo.27 — 1769 Goa 3,25 g (3,26/3,07) g
 Jo.28 — 1771 Goa 3,25 g (3,26/3,10) g
 Jo.29 — 1773 Goa 3,25 g x ⁽⁵⁰⁾

A — Armas coroadas de Portugal
 R — Cruz de S. Tomé, otto x. Data.

Jo.30 — 1775 Goa 3,25 g (3,19/3,10) g
 Jo.31 — 1776 Goa 3,25 g x ⁽⁵¹⁾
 Jo.32 — 1777 Goa 3,25 g x
 Jo.33 — 1778 Goa 3,25 g x ⁽⁵²⁾
 Jo.34 — 1779 Goa 3,25 g x ⁽⁵³⁾
 Jo.35 — 1780 Goa 3,25 g x ⁽⁵⁴⁾
 Jo.36 — s/d Goa 3,25 g x ⁽⁵⁵⁾

S. Tomé de 5 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal (desenho bárbaro)
 R — Cruz de S. Tomé, 5 x. Data.

Jo.37 — 1755 Diu 2,84 g (2,84/2,79) g
 Jo.38 — 1757 Diu 2,84 g x ⁽⁵⁶⁾

S. Tomé de 4 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal
 R — Cruz de S. Tomé, 4 x . Data.

Jo.39 — 1763 Goa 1,62 g 1,40 g ⁽⁵⁷⁾
 Jo.40 — 1764 Goa 1,62 g x
 Jo.41 — 1765 Goa 1,62 g x ⁽⁵⁸⁾
 Jo.42 — 1766 Goa 1,62 g (1,62/1,50) g
 Jo.43 — 1768 Goa 1,62 g (1,63/1,61) g ⁽⁵⁹⁾
 Jo.44 — 1769 Goa 1,62 g 1,60 g
 Jo.45 — 1774 Goa 1,62 g (1,64/1,63) g
 Jo.46 — 1775 Goa 1,62 g (1,54/1,52) g

A — Armas coroadas de Portugal

R — Cruz de S. Tomé, quatro x . Data.

Jo.47 — 1775	Goa	1,62 g	1,58 g	
Jo.48 — 1776	Goa	1,62 g	x	(⁶⁰)
Jo.49 — 1777	Goa	1,62 g	x	(⁶¹)
Jo.50 — 1778	Goa	1,62 g	1,60 g	
Jo.51 — 1779	Goa	1,62 g	x	(⁶²)
Jo.52 — 1780	Goa	1,62 g	x	(⁶³)

S. Tomé de 3 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal

R — Cruz de S. Tomé, 3 x . Data.

Jo.53 — 176? Goa ? 1,27 g (⁶⁴)

S. Tomé de 2 xerafins

A — Armas coroadas de Portugal

R — Cruz de S. Tomé, 2 x . Data.

Jo.54 — 1762	Goa	0,80 g	0,80 g
Jo.55 — 1766	Goa	0,80 g	(0,87/0,75) g

A — Coroa real

R — Cruz de S. Tomé, 2 x . Data.

Jo.56 — 1766	Goa	0,80 g	(0,81/0,71) g
Jo.57 — 1768	Goa	0,80 g	(0,81/0,70) g (⁶⁵)
Jo.58 — 1769	Goa	0,80 g	x (⁶⁶)
Jo.59 — 1772	Goa	0,80 g	(0,80/0,65) g
Jo.60 — 1774	Goa	0,80 g	(0,81/0,64) g

A — Coroa real sobre escudo com estrela de 5 pontas

R — Cruz de S. Tomé, dous xerafins. Data.

Jo.61 — 1775 Goa 0,80 g (0,77/0,68) g

A — Coroa real
 R — Cruz de S. Tomé, dous xerafins. Data.

Jo.62 — 1776 Goa 0,80 g x ⁽⁶⁷⁾
 Jo.63 — 1777 Goa 0,80 g x ⁽⁶⁸⁾
 Jo.64 — 1778 Goa 0,80 g x ⁽⁶⁹⁾
 Jo.65 — 1779 Goa 0,80 g x ⁽⁷⁰⁾
 Jo.66 — 1780 Goa 0,80 g x ⁽⁷¹⁾



S. Tomé de 1 xerafim

A — Coroa real
 R — Cruz de S. Tomé, 1 x . Data.

Jo.67 — 1766 Goa 0,40 g 0,40 g ⁽⁷²⁾
 Jo.68 — 1768 Goa 0,40 g x ⁽⁷³⁾

A — Escudo real, sem coroa
 R — Cruz de S. Tomé, 1 x . Data.

Jo.69 — 1769 Goa 0,40 g 0,38 g Ø ⁽⁷⁴⁾

A — Coroa real
 R — Cruz de S. Tomé, 1 x .

Jo.70 — s/d Goa 0,40 g (0,40/0,30) g

D. MARIA I e D. PEDRO III (1777-1787)
 (Aclamada em Goa a 25-2-1778)

S. Tomé de 12 xerafins

A — Armas de Portugal ornamentadas
 R — Cruz de S. Tomé, dose xerafins. Data.

MP.01 — 1778 Goa 4,88 g (4,87/4,68) g
 MP.02 — 1780 Goa 4,88 g 4,74 g

A — Armas de Portugal coroadas
R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

MP.03 — 1781 Goa 4,88 g (4,90/4,68) g

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

MP.04 — 1782 Goa 4,88 g (4,90/4,68) g
MP.05 — 1783 Goa 4,88 g 4,88 g
MP.06 — 1784 Goa 4,88 g (4,90/4,75) g
MP.07 — 1785 Goa 4,88 g (4,90/4,77) g
MP.08 — 1786 Goa 4,88 g 4,68 g (⁷⁵)

S. Tomé de 8 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
R — Cruz de S. Tomé, otto x . Data.

MP.09 — 1778 Goa 3,25 g x (⁷⁶)

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
R — Cruz de S. Tomé, 8 x . Data.

MP.10 — 1782 Goa 3,25 g x (⁷⁷)

S. Tomé de 4 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
R — Cruz de S. Tomé, quatro x . Data.

MP.11 — 1778 Goa 1,62 g x

S. Tomé de 2 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
R — Cruz de S. Tomé, dous x . Data.

MP.12 — 1778 Goa 0,80 g x (⁷⁸)

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
 R — Cruz de S. Tomé, 2 x . Data.

MP.13 — 1786 Goa 0,80 g 0,70 g ⁽⁷⁹⁾

D. MARIA I (1787 - 1807)

S. Tomé de 12 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas

R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

M1.14 — 1787 Goa 4,88 g 4,68 g
 M1.15 — 1788 Goa 4,88 g x ⁽⁸⁰⁾
 M1.16 — 1789 Goa 4,88 g (4,90/4,73) g
 M1.17 — 1790 Goa 4,88 g 4,90 g
 M1.18 — 1791 Goa 4,88 g (4,90/4,76) g (com variantes)
 M1.19 — 1792 Goa 4,88 g (4,89/4,80) g
 M1.20 — 1793 Goa 4,88 g (4,90/4,74) g (com variantes)
 M1.21 — 1794 Goa 4,88 g 4,90 g
 M1.22 — 1795 Goa 4,88 g (4,90/4,84) g
 M1.23 — 1796 Goa 4,88 g (4,95/4,87) g (com variantes)
 M1.24 — 1797 Goa 4,88 g (4,89/4,86) g

A — Armas de Portugal, ornamentadas e coroadas

R — Cruz de S. Tomé, dose xerafins. Data.

M1.25 — 1798 Goa 4,88 g 4,78 g

A — Armas de Portugal, ornamentadas e coroadas

R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

M1.26 — 1799 Goa 4,88 g x
 M1.27 — 1800 Goa 4,88 g 4,90 g
 M1.28 — 1801 Goa 4,88 g 4,92 g ⁽⁸¹⁾
 M1.29 — 1802 Goa 4,88 g x
 M1.30 — 1803 Goa 4,88 g (4,92/4,80) g
 M1.31 — 1804 Goa 4,88 g (4,90/4,60) g
 M1.32 — 1805 Goa 4,88 g x ⁽⁸²⁾
 M1.33 — 1806 Goa 4,88 g 4,88 g
 M1.34 — 1807 Goa 4,88 g x ⁽⁸³⁾
 M1.35 — 1809 Goa 4,88 g 4,80 g ⁽⁸⁴⁾

S. Tomé de 8 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
 R — Cruz de S. Tomé, 8 x . Data.

M1.36 — 1784 Goa 3,25 g 3,24 g ^(84-a)
 M1.37 — 1787 Goa 3,25 g 3,30 g
 M1.38 — 1793 Goa 3,25 g x ⁽⁸⁵⁾
 M1.39 — 1794 Goa 3,25 g x ^(85-a)
 M1.40 — 1804 Goa 3,25 g 3,22 g

S. Tomé de 4 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
 R — Cruz de S. Tomé, 4 x . Data.

M1.41 — 1795 Goa 1,70 g 1,54 g
 M1.42 — 1803 Goa 1,70 g 1,70 g
 M1.43 — 1804 Goa 1,70 g x ⁽⁸⁶⁾

S. Tomé de 2 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas
 R — Cruz de S. Tomé, 2 x . Data.

M1.44 — 1799 Goa 0,80 g x ⁽⁸⁷⁾

D. JOÃO REGENTE (1807-1819)
 (Regente, na Índia, de 1807 a 1819)

S. Tomé de 12 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo oval)
 R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

JR.01 — 1807 Goa 4,70 g x
 JR.02 — 1808 Goa 4,70 g 4,90 g
 JR.03 — 1809 Goa 4,70 g x ^(87-a)
 JR.04 — 1811 Goa 4,70 g 4,80 g
 JR.05 — 1812 Goa 4,70 g 4,90 g
 JR.06 — 1813 Goa 4,70 g (4,90 / 4,81) g
 JR.07 — 1814 Goa 4,70 g (4,84 / 4,69) g
 JR.08 — 1815 Goa 4,70 g (4,90 / 4,86) g
 JR.09 — 1816 Goa 4,70 g x ^(87-b)

S. Tomé de 8 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo oval)

R — Cruz de S. Tomé, 8 x . Data.

JR.10 — 1819 Goa 3,25 g 3,19 g

S. Tomé de 2 xerafins

A — Armas do reino unido, coroadas e ornamentadas

R — Cruz de S. Tomé, 2 x . Data.

JR.11 — 1815 Goa 0,80 g 0,83 g ⁽⁸⁸⁾

D. JOÃO VI (1819-1826)*S. Tomé de 12 xerafins*

A — Armas do reino unido, coroadas e ornamentadas

R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

J6.01 — 1819 Goa 4,77 g 4,87 g

J6.02 — 1820 Goa 4,77 g x

J6.03 — 1822 Goa 4,77 g x ⁽⁸⁹⁾

J6.04 — 1824 Goa 4,77 g 4,18 g ⁽⁹⁰⁾

J6.05 — 1825 Goa 4,77 g 4,90 g

S. Tomé de 8 xerafins

A — Armas do reino unido, coroadas e ornamentadas

R — Cruz de S. Tomé, 8 x . Data.

J6.06 — 1819 Goa 3,25 g 2,90 g ⁽⁹¹⁾

S. Tomé de 4 xerafins

A — Armas do reino unido, coroadas e ornamentadas

R — Cruz de S. Tomé, 4 x . Data.

J6.07 — 1819 Goa 1,62 g 1,56 g

S. Tomé de 2 xerafins

A — Armas do reino unido, coroadas e ornamentadas
 R — Cruz de S. Tomé, 2 x . Data.

J6.08 — 1819 Goa 0,80 g 0,74 g (⁸²)

S. Tomé de 1 xerafim

A — Armas do reino unido, coroadas e ornamentadas
 R — Cruz de S. Tomé, 1 x . Data.

J6.09 — 1819 Goa 0,40 g 0,32 g

D. MARIA II (1834-1853)

(Aclamada em Goa a 10-1-1834)

S. Tomé de 12 xerafins

A — Armas de Portugal, coroadas entre ramos de loiro
 R — Cruz de S. Tomé, 12 x . Data.

M2.01 — 1840 Goa 4,90 g (4,90/4,84) g

M2.02 — 1841 Goa 4,90 g (4,93/4,86) g

Aqui termina a relação que elaborámos das moedas de ouro da Índia Portuguesa. Nela se apresentou um conjunto de cerca de 200 exemplares diferentes, pelo reinado, pela data ou por outro atributo importante que, nitidamente, os diferenciava, independentemente das suas pequenas e múltiplas variantes.

De uma forma geral, e sempre que tal pareceu conveniente, quando se teve conhecimento da existência apenas de um exemplar, quer por citação ou descrição em catálogos ou outras fontes, quer por informação de se encontrar integrado em determinada colecção particular, anotou-se o facto procurando, assim, documentar-se a sua inclusão na lista. E, diga-se de passagem, é bastante elevado o número de moedas nessas condições! Daqui a extensão das «Notas justificativas» que se seguem.

Recorda-se ainda que a indicação do peso legal, ou como tal considerado, de cada exemplar referenciado precede as dos pesos extremos encontrados nas várias fontes consultadas.

Finalmente é de notar a incongruidade dos pesos e valores das moedas batidas em Diu em confronto com as da Casa da Moeda de Goa, facto que duvidamos se será lícito filiar apenas na diferença de toque dos respectivos «flans».

B I B L I O G R A F I A

CONSULTADA

- Les Six Voyages en Turquie, en Perse et aux Indes, etc., par Jean Baptiste Tavernier Écuyer Baron d'Aubonne (Suisse). Paris — MDCLXXIX.
- Historia Monetária de Portugal (Mns. s/d, da Biblioteca Nacional de Lisboa), por Estanislau Maria Cesar Famin.
- Memoria das Moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos romanos, até o anno de 1856, por Manuel Bernardo Lopes Fernandes. Lisboa — 1856-1857.
- Noticia sobre os pesos, medidas e moedas de Portugal e suas possessões ultramarinas, etc., por Luis Travassos Valdez. Lisboa — 1856.
- Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa — Memoria sobre as moedas cunhadas em Goa, por Felipe Neri Xavier — 1866.
- Livro dos pesos da Yndia e assy medidas e mohedas, in «Subsídios para a história da Índia Portuguesa», da Academia Real das Sciências, por António Nunes, Lisboa — 1868. (Original de 1554).
- Descrição Geral e Historica das moedas cunhadas em nome dos reis, etc., por A. C. Teixeira de Aragão. Lisboa — 1875-1880.
- Diccionario de Numismatica Portuguesa, por José de Amaral B. de Toro e Tito de Noronha. Porto-Viseu — 1872-1886.
- Contributions to the study of Indo-Portuguese numismatics, by J. Gerson da Cunha. Bombay — 1880.
- Variedades e alguns exemplares inéditos de moeda portuguesa, por Julius Meili. Zürich — 1890.
- Collection Portugaise (Catalogue J. Schulman — 1894).
- Numismatica da India Portuguesa, por José Maria do Carmo Nazareth. Nova Goa — 1896.
- Catalogue d'une collection remarquable de monnaies du Brésil, de Goa et Diu, de Madame la Vicomtesse de Cavalcanti, par J. Schulman, de Amersfoort. Amsterdam — 1896.
- Numismatica Indo-Portuguesa, por Manuel Joaquim de Campos. Lisboa — 1901.
- Catálogo da Colecção de José Lamas — 1903.
- Collection White King, par J. Schulman. Amsterdam — 1904-1905.
- Collection Cyro Augusto de Carvalho, par J. Schulman. Amsterdam — 1905.
- Catálogo da Colecção Numismática pertencente ao espólio de Joaquim Gomes de Souza Braga, por Augusto de Souza Lobo. Rio de Janeiro — 1906.
- Collections Manoel Joaquim de Campos et José Lamas, par J. Schulman, Amsterdam — 1906.
- Collection de Álvaro de Araújo Ramos, de Bahia, par J. Schulman. Amsterdam — 1909.
- Collection de feu le Dr. Jules Meili, à Zürich, par J. Schulman. Amsterdam — 1910.

- Catálogo das moedas do Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Nova Goa, por José Agostinho Xavier. Nova Goa — 1910.
- Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada, etc., par J. Schulman. Amsterdam — 1911.
- Collections de Monsieur G. ... à Amsterdam et de Monsieur N. à Nimègue, etc., par J. Schulman. Amsterdam — 1913.
- Catalogue de la collection importante H. T. Grogan à Londres, par J. Schulman. Amsterdam — 1914.
- Numismática Indo-Portuguesa, por H. T. Grogan (1908-1919), trad. do Dr. Luís Pinto Garcia. Lisboa — 1955.
- Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto, por Damião Peres. Porto — 1924.
- Catalogue de la collection António Augusto de Carvalho Monteiro (J. Schulman — 1926).
- Catalogue of the collection R. A. Shore (Glendining & Co. Ltd — 1945).
- Catálogo do 4.º Leilão de Soares & Mendonça, L.^a, de Set.º de 1947 — (Parte da Colecção do Dr. Azevedo Borralho).
- Catálogo de Moedas Portuguesas antigas de ouro (Leilão de Junho 1955, da Agência Soares & Mendonça, L.^a).
- Archeologo Português: Museu de Diu (Estado da Índia Portuguesa), por João Jerónimo Lobo de Quadros, vol. VIII, pág. 183. — S. Thomés de ouro, por Manoel Joaquim de Campos, vol. VIII, pág.^a 237. — A invenção do santhomé de 12 xerafins de 1731, por Manoel Joaquim de Campos, vol. X, pág.^a 120. Lisboa — 1901 a 1905.
- Catálogos dos Leilões (91) e Listas da Casa A. Molder, «A Moeda». Lisboa — 1948-1958.
- Seaby's Coin and Medal Bulletin (February 1961).
- Catálogos diversos da Liquidadora, de Guilhermina de Jesus.
- Listas de Moedas, de Almeida, Basto & Piombino.
- Informações obsequiosamente prestadas das colecções particulares dos Ex.^{mos} Senhores: engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos, Eduard Marius van der Niepoort, banqueiro Afonso Pinto de Magalhães e engenheiro Joaquim Ferraro Vaz.
- Exemplares da colecção do autor.

OBSERVAÇÕES E NOTAS JUSTIFICATIVAS

- (1) — Há três variantes na colecção do senhor banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, diferindo entre si pela inclinação da eclíptica e pelo número de pontos sobre a esfera.
- (2) — Atribuído por Henry Thomas Grogan ao reinado de D. Sebastião I (V. «Numismática Indo-Portuguesa», trad. do senhor Dr. Luís Pinto Garcia, pág. 60) e por J. Schulman (V. Catálogo de 1914, pág. 88) e pelo autor a D. João III.
- (3) — Da colecção do conselheiro W. H. Codrington, de Ceilão (V. «Peças inéditas de Goa e Ceilão», in «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 101).
- (4) — Id., id., pág. 103.
- (4 a) - Seaby's Coin and Medal Bulletin (February 1961).
- (5) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos. Os algarismos 3-oo referem-se, talvez, ao valor da moeda em réis (ao tempo 1 xerafim < 300 réis).
- (6) — Catálogo do 75.º leilão da Casa Molder, n.º 523.
- (7) a (10) — Cunhadas já na regência de D. Pedro.

- (7) — Da colecção do Prof. Wilhelm Bergsöe (V. Catálogo de J. Schulman, de 1903, n.º 2118, est. X e Catálogo de Frederik Müller & C.º, de Amsterdam, de 1903, n.º 1089, cit. in «Archeologo Português», vol. VIII, de 1903, pág. 237/238).
- (10) — Leilão Schulman, de 28/6/1926, n.º 214 e Cat. Schulman, de Março de 1929, n.º 1148. (7), (9) e (10) — V. cit. Catálogo de Frederik Müller.
- (11) — Apresentado por Jean Baptiste Tavernier, in «Les Six Voyages, etc.» pág. 37.
- (12) — Da colecção do senhor engenheiro Joaquim Ferraro Vaz.
- (13) e (16) — Cunhadas já no reinado de D. Pedro II (V. «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 50).
- (14) — «Descrição Geral e Histórica, etc.», do Dr. António Teixeira de Aragão, vol. III pág. 263.
- (15) — «Variedades e Inéditos», do Dr. Julius Meili, n.º 24, citado como de D. Afonso VI.
- (16) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 50.
- (17) e (20) — Id., id., pág. 65.
- (21) — «Collections Manoel Joaquim de Campos et José Lamas», catálogo de J. Schulman, 1906, n.º 82, cit. como de 12 xerafins.
- (22) — Apresentado, inicialmente, por J. Amaral de Toro, no «Dicionário Numismático», pág. 140.
- (23) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 69.
- (24) a (26) — Id., id., pág. 65.
- (27) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (28) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 65.
- (29) — Id., id., pág. 66.
- (30) a (32) — Id., id., pág. 51.
- (33) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (34) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 65.
- (35) — «Numismática da Índia Portuguesa», por J. M. do Carmo Nazareth, n.º 305/26.
- (36) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 66.
- (37) — Id., id., pág. 65.
- (38) a (41) — Id., id., pág. 51.
- (42) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (43) — Cit. por Manoel Joaquim de Campos in «Numismática Indo-Portuguesa», pág. 229, como pertencendo à colecção Carmo Nazareth. (V. nota n.º 35).
- (44) — Da colecção do senhor banqueiro Afonso Pinto de Magalhães.
- (44 a) — «Collections Manoel Joaquim de Campos et José Lamas», catálogo de J. Schulman, 1906, n.º 65.
- (45) e (46) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis Vasconcellos.
- (47) e (48) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 71.
- (48 a) — Catálogo do 4.º leilão de Soares & Mendonça, Lda. (Setembro de 1947). [Parte da Colecção do Dr. Azevedo Borralho].
- (49) — Variante com erro de data (7168), na colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (50) — Da colecção do senhor banqueiro Afonso Pinto de Magalhães.
- (51) a (54) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 71.
- (55) — Lista n.º 2, de Almeida, Basto & Piombino, n.º 333-A.
- (56) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, págs. 47 e 51.

- (57) — «Collections Manoel Joaquim de Campos et José Lamas», catálogo de J. Schulman, 1906, n.º 185.
- (58) — Cit. por Manoel Joaquim de Campos in «Numismática Indo-Portuguesa», pág. 232, como pertencendo à colecção James Gibbs, já também cit. pelo Dr. Gerson da Cunha nas «Contributions», pág. 96.
- (59) — Variante com erro de data (7168), na colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (60) a (63) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 71.
- (64) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos. Exemplar muito cercado.
- (65) — Variante com erro de data (7168), na colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (66) — Cit. por Manoel Joaquim de Campos in «Numismática Indo-Portuguesa», pág. 234, como pertencendo à colecção de Eduardo Luiz Ferreira do Carmo.
- (67) a (71) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 71.
- (72) — Id., id., pág. 69.
- (73) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (74) — Da colecção do autor.
- (75) — «Numismática da Índia Portuguesa», por J. M. do Carmo Nazareth, n.º 149.
- (76) — Cit. por Manoel Joaquim de Campos in «Numismática Indo-Portuguesa», pág. 236, referindo-se ao n.º 5 da est. VII, das «Contributions», do Dr. Gerson da Cunha.
- (77) — «Catálogo das moedas do Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Nova Goa», por José Agostinho Xavier, pág. 49, n.º 209/34.
- (78) e (79) — Cit. por Manoel Joaquim de Campos in «Numismática Indo-Portuguesa», pág. 237 e 238, como pertencendo, respectivamente, às colecções do Dr. Julius Meili e Carmo Nazareth.
- (80) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 71.
- (81) — Da colecção do senhor Eduard Marius van der Niepoort.
- (82) e (83) — «Numismática Indo-Portuguesa», de H. T. Grogan, pág. 71.
- (84) — Da colecção do senhor Eduard Marius van der Niepoort.
- (84 a) - Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto, n.º 123.
- (85) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (85 a) - Museu Numismático da Casa da Moeda.
- (86) — Lista n.º 5, de Almeida, Basto & Piombino, n.º 1182.
- (87) — Da colecção do senhor engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos.
- (87 a) e (87 b) — Museu Numismático da Casa da Moeda.
- (88) — Da colecção do autor.
- (89) — Cit. por Manoel Joaquim de Campos in «Numismática Indo-Portuguesa», pág. 242, como pertencendo ao medalheiro de António P. de Andrade.
- (90) — «Descrição Geral e Histórica, etc.» do Dr. Teixeira de Aragão, vol. III, pág. 357.
- (91) — Da colecção do senhor engenheiro Joaquim Ferraro Vaz.
- (92) — Da colecção do senhor Eduard Marius van der Niepoort.

REEDIÇÃO DA «DESCRIPÇÃO GERAL E HISTÓRICA DAS MOEDAS CUNHADAS EM NOME DOS REIS, REGENTES E GOVERNADORES DE PORTUGAL» DE A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO

Se lançarmos uma atenção esclarecida através do panorama da bibliografia numismática portuguesa, breve depararemos com o avantajado edifício que Teixeira de Aragão carinhosamente construiu. A «Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal» ficou a dominar toda a numismática nacional, recorrendo-se vincadamente nos vastos horizontes da história das moedas portuguesas. Como Catedral gigantesca supera, a larga distância, todas as obras precedentes e procedentes, pela luminosidade que irradia, pela seriedade das suas eruditas investigações, pela documentação histórica, pertinente, e até pela crítica sagaz com que analisa os principais numismas nacionais.

Não há exagero se considerarmos, ainda hoje, esse monumental trabalho de Teixeira de Aragão como a principal base de conhecimentos da numismática portuguesa, os indispensáveis alicerces, digamos até, o padrão pelo qual se deve ainda aferir o valor das obras que o seguem e que mereceu largos encômios do nosso Alexandre Herculano e do nosso José Leite de Vasconcelos. Consultada e lida àvidamente por nacionais e estrangeiros, tornou-se, com o rodar dos anos, uma raridade bibliográfica, difícil de consultar e caríssima para os seus possuidores.

Consta, como se sabe, de 3 volumes, profusamente ilustrados com gravuras da Litografia da Imprensa Nacional, o 1.º aparecido em 1874-1875, com estudos da numismática das primeiras dinastias (1128-1640). O segundo veio a lume em 1877 tratando das moedas da dinastia de Bragança até ao reinado de D. Luís (1640-1877). O terceiro publicado em 1880, contém as moedas da Índia e da África Oriental. A data do aparecimento deste último volume (3.º), coincidiu com a festa nacional do Terceiro Cen-

tenário do nosso Épico, Luís de Camões, e contém uma litografia alusiva desenhada e gravada pelo filho do autor.

Para um quarto volume, que não chegou a publicar na íntegra, reservou o estudo das moedas referentes ao Brasil e à África Ocidental. José Leite de Vasconcelos revela que parte desse volume foi publicado com o título: «Breve Notícia Sobre o Descobrimento da América».

Pois este valiosíssimo trabalho de Aragão, (que domina toda a Numismática Portuguesa), vai ser, dentro de breve, reeditado sob o patrocínio da Sociedade Portuguesa de Numismática, para que todos os colecionadores e estudiosos possam usufruir da sua propriedade e assim consultar o mais seguro oráculo em tudo o que respeita à história das nossas moedas, segundo a abalizada opinião do Mestre Leite de Vasconcelos.

É a Livraria Fernando Machado, desta cidade, que meteu ombros à ingente tarefa cultural, prometendo também a publicação do 4.º volume devidamente actualizado.



VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SÓCIOS EFECTIVOS

- N.º 315 — Carlos Santos Júlio — Eng.º Mecânico — Coimbra
N.º 316 — Hans Kochmann — Numismata — S. Paulo — Brasil
N.º 317 — Pedro Fernandes Rodrigues — Estudante — Porto
N.º 318 — Evaristo Marques (Dr.) — Delegado do I. N. T. P. — Viana do Castelo
N.º 319 — Domingos Daniel Fornelos Pereira de Almeida — Func. de Coordenação Económica — Carnide
N.º 320 — Fondazione «Ignazio Mormino» — Cultura e Turismo — Palermo — Itália
N.º 321 — Jorge Guedes do Lago — Ajudante de Despachante — Porto
N.º 322 — Augusto Candeias de Oliveira — Func. dos Hospitais Civis — Lisboa
N.º 323 — Eng.º Parcídio A. M. de Campos e Matos — Eng.º Civil — Porto
N.º 324 — D. Gisela Pereira Medina — Doméstica — Vila Robert Williams — Angola
N.º 325 — Arlindo Correia de Mesquita Guimarães — Empregado Bancário — Porto
N.º 326 — Luis Noura — Médico — Lisboa
N.º 327 — Manuel Martins Rego — Empregado Comercial — Porto
N.º 328 — António Pereira Guedes — Industrial — Porto
N.º 329 — Joaquim de Oliveira — Industrial — Porto
N.º 330 — Abílio José Henriques Duque — Médico — Coimbra
N.º 331 — Jacques Tavares da Silva — Industrial — Setúbal
N.º 332 — António Augusto Ferreira de Almeida — Funcionário Ultramarino — Lisboa
N.º 333 — Frederico Marrocos — Proprietário Rural — Idanha-a-Velha
N.º 334 — Joaquim dos Santos — Gerente Comercial — Lisboa
N.º 335 — Albano de Paiva Alferes — Pároco — Souto — Feira
N.º 336 — Álvaro Neves — Comerciante — Lisboa
N.º 337 — Joaquim Francisco Soeiro Torrinha — Químico Farmacêutico — Vila Viçosa
N.º 338 — Antóni Ribot i Fornaguera — Arquitecto — Barcelona — Espanha
N.º 339 — Hermann Issel — Comerciante — Lisboa
N.º 340 — Alcibiades Fernandes de Almeida — Comerciante — Gaia
N.º 341 — Alberto Lopes de Melo — Director Escolar — Nova Lisboa — Angola
N.º 342 — José Abudarham Abecassis — Engenheiro — Carcavelos
N.º 343 — Luis António Vaz Marques dos Santos — Debuxador — Covilhã
N.º 344 — Manuel Pires Grosso — Engenheiro — Lisboa
N.º 345 — António Pinto Ramos Milheiro — Capitão de Eng.º — Lisboa
N.º 346 — Francesco Giacalone — Empregado — Torino — Itália
N.º 347 — Augusto Teles Marques — Eng.º Civil — Lisboa
N.º 348 — Associação Ressurgimento Mirandês — Museu em Organiz. — Miranda do Douro

- N.º 349 — John M. Holloway — Estudante — Illinois — Estados Unidos — América
N.º 350 — António da Rocha Ferreira (Dr.) — Professor — Porto
N.º 351 — Alfredo Joaquim Miranda Vieira — Empregado Escritório — Porto
N.º 352 — Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos — Aveiro
N.º 353 — Eduardo Fernando Monteiro — Empregado Comercial — Setúbal
N.º 354 — Carlos da Silva Pinho — Empregado Bancário — Lisboa
N.º 355 — Bernardino Ferreira da Silva — Empregado de Escritório — Vila de Cucujães
N.º 356 — Manuel Luis da Silva Almeida — Tenente de Infantaria — Lamego
N.º 357 — Carlo Ermano Giuseppe América — Estudante — Matosinhos
N.º 358 — António Augusto dos Santos Costa — Negociante — Lisboa
N.º 359 — António Sanhundo Soares Duarte (Dr.) — Verificador das Alfândegas — Porto
N.º 360 — Francisco Alberto Costa de Gouveia — Empregado de Escritório — Lisboa.
N.º 361 — Menino José Manuel Cabral de Sousa e Silva — Porto



BIBLIOTECA DA S. P. N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Ofertas particulares:

- Do SR. LEONEL RIBEIRO
História das Letras e dos Algarismos (Segredos Milenários finalmente conhecidos).
- Do SR. DR. ADRIANO VASCO RODRIGUES
Arqueologia da Península Hispânica
- Do LABORATÓRIO DE FÍSICA E ENGENHARIAS NUCLEARES
Encadernação de 1961
- Do MUSEUM NATIONAL BANK — DETROIT, E.U.A.
Ancient And Medieval Coins
U. S. Coins
U. S. Paper Money and Miscellaneous
Modern Foreign Currency
- Da AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR
Numismática Indo-Portuguesa — Por H. T. Grogan
Contribuições para o Estudo da Numismática Indo-Portuguesa — Por J. Gerson da Cunha
- Da LIVRARIA FERNANDO MACHADO
Manual de Numismática — Por Alexandre Ferreira Barros
- Do MUSEU DA MARINHA
Medalhistica
- Do SR. FERNANDO CARLOS CORREA DE BACELLAR
O Pavilhão do Banco de Angola — na Exposição Feira — Luanda
- Do SR. DR. ARNALDO BRAZÃO — LISBOA
O Pataco e a sua Bibliografia
- Do SR. ENG.º FERRARO VAZ
Numária Medieval Portuguesa — 1.º e 2.º volumes
- Do SR. AUGUSTO COIMBRA PACHECO
Banco de Angola
- Do SR. DR. LUÍS PINTO GARCIA
Uma lápide funerária dum soldado britânico

Obtidas por intercâmbio:

- De OSCAR RINALDI — CASTELDARIO, MANTOVA, ITALIA
Itália Numismática. N.ºs de Janeiro de 1961 a Outubro de 1962.
- Da CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
Boletim Cultural. Vol. XXIII. Fasc. 3-4-1960. Vol. XXIV-1-2 e 3-4-1961

- Da **STADT UND-UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK — BERNA**
Schweizer Münzblätter. N.º de Novembro de 1960 — Fevereiro, Julho, Outubro, Dezembro; 1961 — Abril e Agosto de 1962
- De **B. A. SEABY LTD. — LONDRES**
Seaby's Coin and Medal Bulletin. N.º de Janeiro 1961 a Novembro de 1962
Standard Catalogue of British Coins
- Da **SOCIEDADE MARTINS SARMENTO — GUIMARAES**
Revista de Guimarães. Volumes LXX-3-4-1960 e LXXI 1-2, 3-4 de 1961
- Do **MUSEUM FÜR HAMBURGISCHE GESCHICHTE — ALEMANHA**
Numismatisches Nachrichtenblatt. N.º de Janeiro de 1961 a Outubro de 1962
- Da **SOCIEDADE NUMISMÁTICA DO RIO DE JANEIRO**
Boletim da Sociedade. N.º 23, 24 de 1961
- Da **SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA — S. PAULO**
Boletim da Sociedade. N.º 1 a 11 de 1961
- Da **SOCIEDADE NUMISMÁTICA DE PUEBLA — MÉXICO**
N.º de Outubro-Dezembro de 1960 — Março de 1961
- De **SPINK & SON LTD. — LONDRES**
The Numismatic Circular. N.º de Janeiro de 1961 a Novembro de 1962
- Da **INSTITUCIÓN «PRÍNCIPE DE VIANA» — PAMPLONA — ESPANHA**
Príncipe de Viana. Ano 21-80-81 — Ano 22-82-83-84-85.
- Da **SOCIEDADE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS NUMISMÁTICOS — MADRID**
NVMISMA (revista trimestral). N.º de Setembro — Outubro de 1958 e Novembro-Dezembro de 1958
- Da **CESKOSLOVENSKA AKADEMIE VĚD — CHECOSLOVAQUIA**
Bulletin. De Fevereiro, Maio, Julho, Agosto, Dezembro de 1961. Janeiro, Fevereiro, Março, Maio, Setembro de 1962
Slezsky Numismatic — 13-14 (33-34)
- Da **FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN — LISBOA**
Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira. Vol. I N.º 4-5-11
- Do **INSTITUTO ANTÓNIO AGUSTIN — ESPANHA**
Número Hispânico. Tomo VIII — 1959
- Da **FACULDADE DE LETRAS — INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA — COIMBRA**
Conimbriga. Vol. I
- Da **ACADEMIE REPUBLICII POPULARE ROMÈNE — ROMÉLIA**
Studii si Cercetari de Numismática
- Da **FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA — LISBOA**
Uma reprodução em cobre de Moeda de retrato, datada de 1650, com efígie de D. João IV e a «Conceição».
- Da **UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA — ESPANHA**
Boletín de la Universidad Compostelana — 67-1959
- Da **BAYERISCHE NUMISMATISCHE GESELLSCHAFT — ALEMANHA**
Jahrbuch für Numismatik — XI-1961 — XII-1962
- De **POLSKIE TOWARZYSTWO — POLÓNIA**
Wiadomosci Numizmatyczne — Vol. 11. N.º 3 de 1958 a Vol. V 16 a 19
Wiadomosci Numizmatyczne — Polski Numismatic — Nenes
Bibliografie Numizmatyki — Polski 1954-1967

CATÁLOGOS DE VENDAS DE MOEDAS

RECEBIDOS:

- Numismática*—Giuseppe de Falco—Nápoles. N.º de Março, Junho, Setembro, Outubro de 1960, Março e Junho de 1961.
- Numismática*—Muschietti-Udine. N.º 23—Outubro de 1962
- Monete per collezione*—Luigi Simonetti—Firenze—Itália. N.º 6 a 15.
- Monete per collezione*—P. & P. Santamaria—Itália
- Monnaies—Antiques—Modernes*—J. Vinchon & Cie—Paris
- Cachets et Cylindres Orientaux*—J. Vinchon & Cie—Paris
- Monnaies d'or*—J. Vinchon & Cie—Paris
- Catálogo di monete antiche*—Rag. M. Raviol—Turin—Itália. N.º de Fevereiro-Maio de 1961. Fevereiro de 1962.
- Catálogo di monete antiche*—Dott Cesare Gamberini—Itália. N.º 12.
- Catálogo di monete antiche*—Moderne—Pighi Luigi—Itália. N.º de Julho e Agosto de 1961
- Münzen—Medaillen*—Adolph Hess A. G.—Lucerna—Suíça. N.º de Outubro de 1962
- Mark M. Salton*—Schlessinger. N.º de 1960-61 32-33
- Public Auction*—Hans Schulman—New York—U. S. A. N.º de Março de 1962
- Munten en Penningen*—Jacques Schulman—Amsterdam—Holanda. N.º de 1962
- Monnaies et Médailles Françaises*. N.º 235. Jacques Schulman—Amsterdam





NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 24

VOL. VII-2

DEZEMBRO 1963

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME VII - 2 — N.º 24

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PAGINAS

Condições de assinatura para 1963.

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA
Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

SUMÁRIO

	Págs.
As comemorações do 10.º aniversário da Sociedade Portuguesa de Numismática, <i>pelo Dr. António Francisco Teixeira</i>	67 a 74
As legendas monetárias indígenas da Península Ibérica e as primeiras decifrações derivadas do alfabeto numérico, <i>pelo Dr. Leonel Ribeiro</i>	75 a 96
Evangelização da Península e seus primeiros evangelizadores, por <i>José Manuel Landeiro</i>	97 a 104
Uma oficina monetária do século XVI, por <i>Joaquim Fronteira</i>	105 a 108
Variantes inéditas de moedas portuguesas da 4.ª dinastia, por <i>J. O. de Sousa Nunes</i>	109 a 113
Mais uma achega para a solução de um problema numismático, <i>pelo Dr. Arnaldo Brasão</i>	114 a 118
Cunhou-se moeda Portuguesa no Transval durante a guerra?, <i>pelo Comandante José Torres</i>	119 a 121
O Ministério das Obras Públicas e a arte medalhística em Portugal, <i>pelo Dr. António Francisco Teixeira</i>	122 a 127

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 24

VOL. VII-2

DEZEMBRO 1963

P O R T O

AS COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

PELO DR. ANTÓNIO FRANCISCO TEIXEIRA

Foi há dez anos.

Um escasso número de coleccionadores reunia-se com o propósito de fundarem um organismo que os agrupasse a todos e contribuisse para a expansão e desenvolvimento da causa da Numismática entre nós e servisse ao mesmo tempo para o indispensável intercâmbio com outros Países que dispunham já de organizações congêneres.

Eram poucos, mas havia neles a força de ânimo e o entusiasmo bastantes para levarem de vencida todos os obstáculos, de modo a concretizarem a ideia que de início parecia apenas uma vaga aspiração.

Contagiados pelo seu entusiasmo, outros vieram reunir-se a eles, engrossando o número de vontades e de colaboradores.

E o sonho tornou-se realidade.

A Sociedade Portuguesa de Numismática surgia, com os seus Estatutos aprovados pelo Ministério da Educação Nacional, com os seus objectivos e finalidade perfeitamente definidos e suprimindo uma falta que há muito se sentia no nosso meio cultural.

São passados dez anos, no decorrer dos quais a Sociedade se tem consagrado devotadamente à sua acção, servindo com dignidade a causa da Numismática.

De toda a acção desenvolvida necessário é destacar a criação do seu Boletim «NVMMVS», publicação que, pelo seu alto nível cultural, depressa alcançou o mais elevado êxito não só no meio intelectual do País, como nos mais diversos Países do mundo com os quais a Sociedade tem mantido as mais estreitas relações.

Ao fazer o balanço destes dez anos de actividade, a Sociedade pode com razão orgulhar-se da acção que tem desenvolvido, que sem dúvida veio a ultrapassar, em tão escasso lapso de tempo, as esperanças mais optimistas daqueles que acompanharam os seus primeiros e imprecisos passos.

A explicação para tal êxito só pode provir do alto ideal que a todos anima e isso explica ainda que a Sociedade depressa se tivesse imposto à consideração de todos os coleccionadores portugueses, que hoje, seja qual for a parte do território nacional onde vivam, enfileiram já no número dos seus associados.

Eis porque pode afirmar-se que a Sociedade, no sector de actividade a que se dedica, se reveste hoje de autêntico interesse nacional.

A posição atingida criou necessariamente à Sociedade especiais responsabilidades no futuro.

Que estará à altura delas não o duvidamos, pois é penhor seguro disso a acção desenvolvida até agora.

Muito acertadamente deliberou a actual Direcção da Sociedade dar especial solenidade às cerimónias com que celebrou este 10.º aniversário da fundação, estabelecendo para o efeito um programa de realizações que decorreram, todas elas, com o mais assinalado êxito.

Embora decerto conhecido esse programa, importa referi-lo aqui para a apreciação que sobre o mesmo iremos fazer e se ponha em relevo o especial significado e alcance de cada acto e de cada cerimónia.

Assim, foi o seguinte o plano elaborado:

No dia 15 de Junho de 1963 — Às 17 horas: No Salão da Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto:

1) — Inauguração da 1.ª Exposição Biblio-Numismática Portuguesa, descerrando-se nessa altura um medalhão-bronze com a figura do Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão;

2) — Algumas palavras pelo Dr. José de Barros, presidente da Assembleia Geral.

Às 17,30 horas — No Salão Nobre:

1) — Duas palavras de agradecimento pelo Presidente da Direcção da Sociedade;

2) — Entrega de diplomas de Sócios Honorários e Beneméritos;

3) — Conferência invocando a figura do Dr. Teixeira de Aragão, proferida pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. António Cruz;

4) — Palavras de encerramento pelo Presidente da Sessão.

De todo este programa, dois factos se salientam e avultam pelo especial e alto significado de que se revestem e que exigem uma larga referência: a homenagem à figura do Dr. Teixeira de Aragão e a realização da 1.ª Exposição Biblio-Numismática Portuguesa.

A cada um deles faremos agora os devidos comentários, sobretudo para levar ao conhecimento de todos os leitores não só o modo como decor-



Vista parcial da Exposição



reram, mas também e ainda para fazer a devida apreciação ao mérito de cada uma dessas realizações.

Qualquer delas bastaria para assinalar o alto nível das celebrações.

*
* *
*

Começaremos por fazer referência à homenagem prestada à figura do Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, considerado muito justamente como a figura mais destacada e respeitada da Numismática Portuguesa.

Não cabe aqui fazer a biografia do ilustre homenageado, até porque tal foi objecto da magnífica conferência realizada pelo Dr. António Cruz.

Não serão, porém, descabidos alguns comentários acerca da oportunidade e da justiça duma tal iniciativa.

Na verdade, julgamos que todos quantos de qualquer maneira se dedicam a esta modalidade de coleccionismo, por modestos que sejam os seus conhecimentos, conhecem bem o quanto a Numismática em Portugal ficou devendo ao labor do seu espírito, à sua competência e autoridade, não sendo demais, no entanto, repetir que a ele se deve a expansão que tem tido este ramo das Ciências Históricas através do impulso recebido dos seus valiosos estudos, além da patriótica e utilíssima tarefa por ele desenvolvida no sentido de recolher e guardar para a posteridade inúmeros numismas, muitos deles verdadeiros monumentos nacionais pela sua raridade e significado histórico, preciosidades artísticas salvas de perderem-se mercê do interesse com que sobre todas se debruçava para o seu estudo atento e minucioso.

Do que constou, do modo como decorreu, do brilho de que se revestiu essa homenagem, eis o que nos propomos relatar neste trabalho para que todos os associados, conhecendo-o, possam constatar ter-se essa cerimónia situado ao nível da alta e respeitada figura que se homenageava, com o que a Sociedade seguramente se honrou, ao mesmo tempo que constituiu uma concludente prova da sua valiosa utilidade no campo da investigação e dos estudos numismáticos.

Tal manifestação, que veio na hora própria e no momento mais oportuno, despertando no meio intelectual do País o mais vivo interesse, estamos mesmo em crer que consagrou de forma definitiva a Sociedade e o valor da sua acção, numa afirmação de presença que se alargou muito para além do âmbito limitado dos seus associados para interessar a todos quantos apreciam e cultivam as actividades do espírito.

Só aliás uma organização bem estruturada, com a plena consciência

do seu valor, dispondo nos seus quadros de elementos conhecedores de todos os problemas inerentes à sua especialidade se poderia abalancar a uma tal iniciativa, delicada e difícil tendo em conta que ela em nada deveria desmerecer do alto mérito da figura homenageada.

Ora a Sociedade Portuguesa de Numismática pôde galhardamente mostrar-se à altura duma tal responsabilidade e, muito embora os seus limitados meios de acção, soube reunir à sua volta, numa feliz conjugação de esforços, os colaboradores mais aptos e esclarecidos, para que tudo resultasse brilhante, elevado e grandioso.

Não podia, pois, ter sido mais feliz a celebração deste aniversário, assinalado por esta inesquecível realização e os numismatas portugueses podem com razão considerar-se retribuídos do contributo que vêm oferecendo à sua Sociedade, que tão bem os soube representar em tal emergência.

E a Sociedade viu por sua vez devidamente compreendido todo o mérito e alcance da sua iniciativa com a presença em todas as cerimónias das personalidades mais ilustres e representativas da vida oficial do País, a contribuir para o brilhantismo de que todas elas se revestiram, mas ainda a traduzirem uma afirmação de compreensão, apoio e estímulo que importa salientar.

Se com verdade podemos apontar Teixeira de Aragão como o precursor e o pai da Numismática em Portugal, a qual depois dos seus trabalhos e investigações deixou de ser uma simples curiosidade, para assumir um papel da maior importância como ramo destacado das Ciências Históricas, adquirindo foros de ciência autêntica com suas leis, seus postulados e seus problemas específicos, não admira que desde a primeira hora as mais destacadas personalidades tivessem dado o melhor do seu patrocínio à realização dessa justa homenagem.

Por isso mesmo, vimos fazerem parte da respectiva Comissão de Honra, presidida pela alta figura de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, que é ao mesmo tempo Sócio Honorário desta Sociedade, além de outras personalidades de relevo na vida intelectual do País, o magnífico Reitor da Universidade do Porto, S.^a Ex.^a Reverendíssima o Administrador Apostólico da Diocese, o Presidente do Tribunal da Relação do Porto, o Comandante da 1.^a Região Militar, o Governador Civil do Distrito, o Presidente da Câmara Municipal, o Delegado no Porto do Instituto de Alta Cultura, a atestarem todos eles o seu apreço e o seu interesse por esta iniciativa de tão alto significado.

Daí o brilhantismo de que tudo se revestiu, do enorme êxito alcançado por esta manifestação que marca, no domínio da actividade desenvolvida



Mesa de honra da sessão solene, vendo-se no uso da palavra o sr. Presidente da Direcção da S. P. N.



O Professor Doutor Inocêncio Galvão Teles, Ilustre Ministro da Educação Nacional, assinando o livro de honra da Sociedade



Os Ex.^{mos} Senhores: Governador Civil do Porto, Eng.º Brito e Cunha; Reitor da Universidade do Porto, Eng.º Manuel Correia de Barros; e Director da Biblioteca Pública do Porto, professor Dr. António Cruz

pela Sociedade Portuguesa de Numismática ao longo dos seus dez anos de existência, um dos seus momentos altos e de maior relevo.

A cerimónia revestiu todo o aspecto de consagração, não apenas à memória de Teixeira de Aragão, mas ainda a todos quantos, guiados pelos seus ensinamentos, impulsionados pelo seu exemplo, dominados pela mesma paixão, se têm por igual consagrado a servir a mesma causa da Numismática, que acabou por impor-se em definitivo ao espírito dos estudiosos.

Esta a lição deixada por Teixeira de Aragão, sempre viva e actual, a atestar, pelos tempos fora, que todo o seu esforço não resultou inglório.

Muitos o entenderam e o estão seguindo, numa permanente homenagem à lição que lhes legou, num constante respeito pela linha de orientação que a todos deixou.

Porque na realidade, servir e trabalhar pela causa da Numismática é ainda e sempre de qualquer maneira honrar a memória de Teixeira de Aragão.

Ele está sempre presente, como mestre e guia, em cada um dos nossos trabalhos de investigação e sempre que surge uma dúvida, um problema por esclarecer, é ainda ao seu saber que temos que recorrer pela consulta aos inúmeros trabalhos que nos deixou publicados, fonte segura de orientação.

Honrou-se muito justa e merecidamente a memória de Teixeira de Aragão e honrou-se com isso a Numismática portuguesa.

*

* *

Em representação de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional presidiu às cerimónias o Reitor da Universidade do Porto, Prof. Eng.º Correia de Barros, que procedeu ao acto inaugural com o tradicional corte da fita.

Atingiu-se então um dos momentos altos das cerimónias com o descerramento do medalhão bronze com a figura do Dr. Teixeira de Aragão, obra do artista portuense Cruz Caldas, tendo procedido a esse descerramento, dominada por visível comoção, a filha do homenageado Ex.^{ma} Senhora D. Maria Luísa Teixeira de Aragão Garcia Reis, que especialmente se deslocou ao Porto a convite da Direcção para o efeito.

Esse medalhão, que reproduz de maneira fiel a respeitada figura do Dr. Teixeira de Aragão, encontra-se a partir de agora na Sede da Sociedade, a perpetuar pelos tempos fora a homenagem e o respeito dos numis-

matas portuguesas pela sua nobre figura, como que a presidir, com a sombra do seu espírito, a toda a acção da Sociedade.

A Sociedade enriqueceu assim não só o seu património material, com uma obra de alto mérito artístico, mas muito especialmente o seu património espiritual, com um valor que se não exprime facilmente.

Numa outra iniciativa feliz, decidiu ainda a Direcção da Sociedade fazer a emissão duma série de medalhas em que se reproduz a figura do medalhão, pondo assim ao alcance dos associados e de quantos se interessam por estas manifestações a possibilidade de guardarem, ao menos como recordação, uma medalha que recorde o acontecimento e lhes dê a conhecer a verdadeira figura de Teixeira de Aragão.

Depois e ainda no âmbito da homenagem, há que referir a conferência proferida no Salão Nobre da Faculdade de Letras do Porto pelo Ex.^{mo} Senhor Dr. António Cruz, professor da mesma Faculdade sobre a figura de Teixeira de Aragão.

Investigador de mérito, orador experimentado, o Dr. António Cruz pôde dar-nos, através da sua conferência, uma biografia completa e largamente documentada do homenageado.

Toda a sua acção como estudioso e investigador, todo o mérito das suas publicações ricas de ensinamentos, a sua competência na organização de colecções, na conservação de numismas e na sua interpretação e classificação, tudo afinal quanto concorria em Teixeira de Aragão para o tornar inconfundível e atestar a sua autoridade, tudo isso foi apresentado na admirável conferência.

É caso de dizer que o conferente esteve à altura do homenageado e só um orador, com a experiência e o saber do Dr. António Cruz, seria capaz de tratar assim o tema.

Não esquece tão cedo o brilho destas cerimónias.

Estamos certos mesmo que não esquecerá nunca.

A recordá-lo sempre lá está, na sede da Sociedade, o medalhão de bronze.

*

* * *

O outro grande acontecimento destas comemorações, o de mais alta expressão e de mais amplos objectivos, foi sem dúvida a realização da 1.^a Exposição Biblio-Numismática Portuguesa.

Aspiração de muitos anos, empenhou-se várias vezes a Sociedade em



O Medalhão de Teixeira de Aragão, acaba de ser descerrado por sua filha, Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Luisa Teixeira de Aragão Garcia Reis



Expressiva demonstração do interesse suscitado



realizar um certame deste género, sem contudo conseguir, apesar dos esforços realizados, remover os inúmeros obstáculos que sempre se opuseram à concretização da ideia.

Realizou-se agora, enfim, aliás no momento mais oportuno e adequado.

No entanto, conhecidas as inúmeras dificuldades de que se revestia a sua realização, a série imensa de obstáculos a vencer e de problemas de vária ordem a resolver, só um enorme esforço e um trabalho árduo seriam capazes de operar o quase milagre da sua efectivação.

Tomou sobre si essa ingrata tarefa a actual Direcção que, levando de vencida todas as dificuldades, pôde oferecer à contemplação de quantos a visitaram o espectáculo magnífico dessa Exposição.

Actuando como um bloco e rodeada ainda dos colaboradores mais aptos, a Direcção entregou-se deliberadamente à missão de realizar o certame.

Apesar de tudo isso e sem minimizar a acção de quem quer que seja, impõe-se, como acto de justiça, salientar que é sobretudo à pessoa do seu ilustre Presidente, Dr. Raul Gonçalves, que se fica devendo tal realização.

Só quem conhece a acção por ele desenvolvida, o trabalho por ele realizado, o entusiasmo, o interesse e a atenção por ele postos na concretização da ideia, pode avaliar na sua justa medida o quanto a Exposição representa como obra inteiramente sua.

A Exposição pode apresentar-se de facto, sem exageros desnecessários mas com justiça merecida, como obra sua, como resultado da sua acção individual.

Este serviço, a Sociedade e com ela todos os associados, lhe ficam devendo.

Tudo ele ponderou e estudou minuciosamente, o que explica o enorme êxito alcançado pela Exposição e o interesse que despertou em quantos a visitaram.

A atestá-lo está o facto de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, impedido de comparecer ao acto inaugural, mas conhecedor do valor e mérito da Exposição, logo que veio ao Porto a ter honrado com a sua visita, no dia 21 de Junho, não regateando os seus elogios aos promotores da Exposição que tanto o impressionou.

Desde a selecção dos exemplares expostos, à sua disposição e modo de os expor, ao critério havido na escolha dos temas, até ao infimo pormenor de os enquadrar num ambiente decorativo apropriado, tudo foi cuidado com tal minúcia e sentido do essencial e pertinente, que podia sentir-se ali a actuação do entusiasta e do especialista.

Na parte bibliográfica interessa destacar que, a par de inúmeras publicações do mais alto valor, nela se podia observar a obra raríssima «CAESAR AVGVSTVS» referente às moedas cunhadas pelos imperadores romanos, por amável cedência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Adérito Madeira, ilustre médico escolar do Liceu de Aveiro.

Na impossibilidade de nos referirmos a todos os exemplares expostos, apenas faremos referência a alguns dos mais salientes e que só por si são suficientes para se aquilatar da grandiosidade do certame.

Assim, destacamos:

— uma série de 212 moedas portuguesas de ouro, desde D. Sancho I até D. Luís I, incluindo as de Moçambique, Índia e Brasil, cedidas pelo Banco Pinto de Magalhães, do Porto;

— uma série de 70 medalhas do Palácio de Cristal do Porto, cedidas pelo Ex.^{mo} Sr. Eduard Niepoort, que apresentou também grande quantidade de moedas respeitantes às 3 primeiras dinastias;

— a série de 102 moedas todas respeitantes ao Estado da Índia, do Eng.^o Manuel António de Azevedo.

— a curiosa colecção de falsificações, pertença do sr. Carlos Peixoto Braga;

— o conjunto de moedas, desde D. Pedro II até D. Maria II e pertença do sr. António Pinto de Sousa;

— a série de moedas em prata, de D. Pedro V até à República, pertença de Miguel Augusto Coimbra Pacheco.

Como estas, outras decerto mereciam igual referência.

Consideramos, porém, suficiente estas indicações, que já permitem avaliar da grandiosidade e importância da Exposição.

*

* * *

O Livro de Honra da Sociedade guarda, como recordação destas solenidades inesquecíveis, a assinatura de quantos visitaram a Exposição e se interessaram por ela.

O número e a categoria dos visitantes atestam bem o interesse que todas estas manifestações despertaram.

Deve com isso a Sociedade sentir-se compensada dos esforços que teve que realizar para as levar a efeito.

Êxito alcançado, missão cumprida.

Ao iniciar uma nova década, saiba a Sociedade manter-se à altura das responsabilidades criadas.



O Senhor Dr. António Cruz, proferindo a sua lição sobre Teixeira de Aragão



O autor do Medalhão, Mestre Cruz Caldas, recebendo das mãos do Magnífico Reitor, o diploma de Sócio Benemérito da S. P. N.

AS LEGENDAS MONETÁRIAS INDÍGENAS DA PENÍNSULA IBÉRICA E AS PRIMEIRAS DECIFRAÇÕES DERIVADAS DO ALFABETO NUMÉRICO

PELO DR. LEONEL RIBEIRO

NOTA DE ABERTURA

As presentes notas foram tomadas durante a preparação do II volume das Inscricões Lusitanas, que o autor conta poder acabar em breve, e que terá o título «Comparações de Alfabetos, de Letras e de Palavras», tal como foi anunciado na nossa História das Letras e dos Algarismos.

Nesse livro se expôs como se chegou ao conhecimento dum alfabeto numérico primitivo e europeu, do qual derivaram todos os alfabetos conhecidos, tanto antigos como modernos ⁽¹⁾.

As decifrações das legendas monetárias indígenas, que se vão apresentar, foram uma consequência directa da maneira nova, e inédita até agora, de que o autor se serviu para determinar quanto possível os valores de cada símbolo e as suas muitas variações fonéticas e, mesmo, consonânticas, que se registam em número cada vez maior, no tempo e no espaço. Ao percorrer trilhos tão novos, teve o autor de deixar de lado, como é bem de supor, velhos caminhos, preconceitos vários e muita ideia feita que, além de motivos de ordem diferente, se têm por responsáveis pelo atraso e repetidos insucessos na leitura das antigas moedas e inscrições peninsulares.

Para se poder ter conseguido o pouco de seguro que se vai apresentar houve, também, que abandonar mitos e autoridades tidas como respeitáveis cujo prestígio noutros campos tem induzido em erro e, portanto, em insucesso, grande parte das boas vontades que a estes estudos se têm dedicado.

(1) Leonel Ribeiro — História das Letras e dos Algarismos — Lisboa, 1959.

É assim que, no estudo especial das legendas indígenas das moedas ibéricas, turdetanas ou lusitanas, tem que se fazer quase sempre «tábua rasa» de alfabetos propostos por autores anteriores como, por exemplo, os de Heiss, ⁽¹⁾ Delgado, ⁽²⁾ Hübner, ⁽³⁾ e, mesmo, o Prof. M. Gomez Moreno, ⁽⁴⁾ porque com eles, e através deles, têm enchido livros e corrido mundo dezenas e dezenas de «palavras ibéricas» *que nunca existiram* senão na fantasia dos seus criadores ou no erro em seguir o seu falso ensino. A nossa experiência prova-nos que, neste estudo das legendas e inscrições antigas, há que ter em atenção *factos e só factos*, sem nunca os adulterar, para não induzir em erro, como tanta vez tem sucedido, mesmo com os autores mais exigentes e bem intencionados. Estão neste caso, por exemplo, e isto no campo especial das legendas monetárias, a redução a tipos fixos de imprensa dos símbolos alfabéticos que preenchem aquelas legendas. Por tais motivos, estão cheias de erros as cópias de grande número de legendas e de inscrições, mesmo em autores de verdadeiro espírito crítico como Vives, ⁽⁵⁾ e L. de Vasconcelos ⁽⁶⁾. Esses símbolos devem reproduzir-se fotograficamente, sempre que possível, ou por cópia directa, e nunca por outro meio, pelo menos enquanto não houver um conhecimento perfeito, bem comprovado e por todos aceite, dos respectivos alfabetos e da maneira como foram utilizados. Deste modo se explica, embora resumidamente, o método especial de reproduções e de estudo que passamos a utilizar nas presentes notas. Nestas estudaremos algumas legendas monetárias que consideramos suficientemente comprovadas, tais como os nomes indígenas de Obulco, Sevilha, Xelsa ou Gelsa, Epila, S. Felíu de Guixols, Sagunto, Liria, Chella, Hellin, Orihuela, Gessa (Viella) e, talvez, Teruel. Poucos, muito poucos, porque este estudo é extremamente difícil e moroso quando se não quer ir para o campo, que tantos têm seduzido, de ilógicas conclusões, quando não de pura fantasia.

Começamos pela legenda indígena que contém o nome latino de OBULCO, hoje PORCUÑA, como geralmente se entende, porque a sua

⁽¹⁾ Aloïss HEISS — Description Générale des Monnaies Antiques de l'Espagne, Paris, 1870.

⁽²⁾ D. Antonio Delgado — Nuevo método de clasificacion de las medallas autónomas de España, Sevilha, 1871, 73 e 79.

⁽³⁾ Aemilius HÜBNER — Monumenta Lingve Ibericae, Berlim, 1893.

⁽⁴⁾ Manuel GOMEZ MORENO — Miscelaneas — La escritura iberica y su lenguaje, Madrid, 1948.

⁽⁵⁾ Antonio VIVES y ESCUDERO — La Moneda Hispánica, Madrid, 1926.

⁽⁶⁾ Dr. J. L. de Vasconcelos in Archeologo Português, vários anos.

decifração, além de trazer elementos valiosos para o entendimento dalguns símbolos do respectivo alfabeto, parece apresentar um tal fundo «euro-peizante» que faz pensar, sèriamente, na revisão de muitas das «ideias feitas» sobre importantes aspectos culturais da antiguidade peninsular.

I

A LEGENDA INDÍGENA DE PORCUÑA (OBULCO)

A) *As moedas de Obulco e as suas legendas*

No citado estudo de Heiss tratou este autor, com a profundidade e o cuidado que o caracterizavam, do «número considerável de moedas de tipos diferentes que Obulco emitiu» e fez um estudo desenvolvido, de páginas 36 a 42, das «legendas turdetanas», concluindo parecer-lhe «fora de dúvida», e por comparação com as moedas que continham os nomes latinos dos edis L. Aemil(ius) e M. IVN(ius), «que les légendes turdétanes placées sur les revers des autres bronzes d'Obulco doivent contenir aussi des noms de magistrats.»

Na sequência desse seu parecer «hors de doute» Heiss não parece ter posto, por isso, a hipótese, depois tão seguida por Delgado, de que entre os 17 conjuntos de legendas turdetanas, que registou, *pudesse estar o nome indígena de Obulco perdendo, assim, uma possibilidade muito grande de o ter encontrado.* Delgado e Hübner seguiram o trilho aberto, embora com leviandade e a referida hipótese (que o saibamos) nunca se chegou a pôr.

Mas dentro daquele ponto de partida Heiss estudou cuidadosamente as legendas turdetanas, tendo chegado à conclusão de que desconhecia, apenas, os valores de cinco dos respectivos símbolos—o que, entretanto, considerava suficiente para pôr as maiores reservas nas suas restituições e no quadro de alfabetos, incluindo o turdetano, que apresentava a páginas 42. Como prova de isenção e escrúpulo científico, que os seus continuadores não imitaram, merece a pena transcrever as suas próprias palavras: «Nous sommes malheureusement arrivés à un point où le terrain manque, pour ainsi dire, sous nos pas; il n'existe aucun document sur lequel nous puissions baser nos restitutions, aussi est-ce avec la plus grande réserve que nous le présentons.»

Por má leitura, muito provavelmente devido a erro de cópia, Heiss apresentava três variantes diferentes duma só legenda (as n.ºs 13 supra, e

14 e 15, infra) e duas variantes também diferentes duma outra (as n.^{os} 16 e 16 bis). Os dois grupos correspondem às legendas I e II do Quadro junto e as respectivas «restituições», relacionadas com o alfabeto hebraico, podem indicar-se assim, mas da esquerda para a direita:

Legenda 13 supra → M Th L M S
 » 14 infra → M Th L M S
 » 15 » → M Th L M S

leitura esta que, como se vê, era igual, embora feita de legendas com símbolos ligeiramente diferentes, mas tidos como simples variantes do mesmo símbolo.

A «restituição» da legenda 16 e 16 bis, porque também tinha dois símbolos diferentes, mas tidos como variantes da mesma letra M, daria o seguinte:

I M L G

A nenhuma destas possíveis leituras atribuiu Heiss qualquer sentido ou valor concreto, embora o tivesse feito para outras legendas de Obulco.

D. António Delgado e o seu continuador Mateus Gago seguiram em grande parte as conclusões de Heiss no estudo das mesmas legendas, que estudaram desenvolvidamente. A pág. 222 e segs. do «Nuevo Método», II volume encontram-se as conclusões a que se havia chegado, Delgado e outros, e que passamos a resumir:

Delgado: M O L Q S

M. Gago: M Th L OO S que comparava com Metilos, (METHELOS),

Zobel: M Th I L K O S que interpretava Mithilkos

Quanto à legenda II do Quadro junto, havia relativo acordo entre os diversos autores que, seguindo na esteira de Heiss, liam:

I M L C, e que comparavam a Imilco ou Himilco.

★

Em 1893 aparece a grande obra de Emílio Hübner que, pela sua indiscutível autoridade de grande epigrafista latino, fez aceitar, como sendo ibéricas, centenas de «palavras» que nunca existiram senão na sua fantasia de autor que pouco mais fez do que seguir as indicações de Delgado, mas que,

pelo prestígio de que gozava, criou uma nefasta escola de erros que muito complicou os estudos, já de si tão difíceis, das inscrições peninsulares, e, procedendo assim, seriamente contribuiu para o atraso e confusão em que ainda hoje os encontramos. Na sua obra *Monumenta Linguae Ibericae*, Hübner toma as legendas que estamos a estudar, insere, sem crítica suficiente, todas as variantes de Heiss e de Delgado provenientes de más leituras, passa tudo à «peste» dos tipos de imprensa e faz da nossa legenda I, de mistura com outras legendas que nunca existiram, as variantes seguintes:

N.º 120 — 10 a, b: G Th L Q S
 N.º 120 — 15 a, c: M O L Q S
 » » — 15 h: M O L Q M
 » » — 15 d: M O L Q I S

Merece a pena fazer um pequeno comentário a estas «palavras ibéricas»: enquanto Heiss, como se vê acima, tirava resultados iguais de leituras ligeiramente diferentes (porque erradas), como lhe impunha a lógica e a sua crítica exigente, Hübner tirava *resultados diferentes* da mesma legenda, só porque a cunhagem, o estado da moeda ou a respectiva leitura se mostravam deficientes. Assim o símbolo inicial bitriangular da legenda 10 a, b de Hübner nunca se encontrou naquela legenda que nada tem, portanto, com a sugestão Gaetulicos de Zobel, nem, tão pouco, com nomes registados no Corpus. É fantasia pura.

Mas nas transliterações de Hübner há coisa pior: o segundo símbolo da legenda, que, quanto ao tipo, é perfeitamente igual nos números 120-10 a e b e 120-15 a e b, é transliterado, sem qualquer objecção ou nota, no primeiro caso por TETH ou Theta, no segundo por O, o que, além de falta de lógica, está em completa oposição com os dados do alfabeto da Ulterior, impresso a pág. LVI dos Prolegomena. Entretanto, diga-se de passagem e a crédito de Hübner que a grave confusão de formas entre aquelas duas letras, o Theta e o Ó(micron) só se pôde considerar resolvida quando, em 1959, com a «Reforma do Novo», se demonstrou a equivalência Theta-Ó-Zero (*Hist.^a das Letras...* pág. 336, § 457 e segs.).

Como se vê, Hübner fez daquele símbolo um Ó, como o fizera Delgado, e fez do mesmo um Theta como o haviam feito, entre outros, Heiss, Zobel e M. Gago! E com contradições destas ou parecidas se foram fantasiando nomes e mais nomes «ibéricos»!

Quanto à legenda II do Quadro junto, e tal como Heiss, Delgado e outros, Hübner translitera, de acordo com o seu alfabeto:

N.º 120 — 14 a, b, c.: I M L C comparando com *Imilco*, valor este que, como os outros, é fantasia também, como veremos.

Legenda (?) III do Quadro junto:

Sob o n.º 27 de Obulco apresenta Delgado a legenda de uma moeda, muito mal cunhada e conservada, com as características peculiares das moedas de Obulco e que parece ser uma das de Hübner, N.º 120 — 4 a ou b e, em Vives, a N.º 4 de ABRA, Lâmina XCVIII-4 de Abra. Estas moedas são raras, mal feitas, e só uma comparação fotográfica entre todas as existentes poderá esclarecer os problemas que suscitam. Para já, parece que a atribuição de Vives a ABRA, que não se sabe o que seja, é mais problemática ainda que a sua inclusão entre as moedas de Obulco.

Mas deixando de lado estes problemas, vejamos os factos que dessas moedas resultaram:

Hübner, pondo de parte problemas ou hesitações, passou a tipo de imprensa os fracos e imprecisos desenhos de Delgado-Gago n.º 27, como os citados de Zobel e Pujol e translitera, com a maior certeza deste mundo:

N.º 120 — 4 a e b: D R A C equivalente a *Draco*, o que, como se vê, também não pode deixar de se considerar mera fantasia.

★

Passemos agora ao exame do Quadro junto:

As consoantes líquidas L e R eram conhecidas há muito como podendo ter valores, não só consonânticos mas também vocálicos «ÉLE» e «ÉRRE», como se infere do seu nome latino, português, etc.; este facto, comprovado e esclarecido pela origem numérica das letras, como se deixou dito na referida História das Letras e dos Algarismos, a ter-se na devida conta, trazia uma luz inesperada a todas as dificuldades levantadas por aquelas letras no estudo das inscrições monetárias peninsulares: G L I por G I L I, C L S A por CELSA, etc.: em vez de G igual a GE e C igual a CE, tínhamos L igual a «IL» e L igual a «EL» ou, mesmo «OL»! Aplicando estes valores ao caso das legendas de Obulco que vimos estudando, podia supor-se que o L da legenda II teria um valor vocálico qualquer; neste caso, porém, as legendas I e II passavam a apresentar aspectos de grande semelhança, mesmo quase identidade, uma vez que se fizesse a correspondência

QUADRO Nº 1

MOEDAS DE OBULCO COM O NOME INDIGENA DESSA CIDADE

I						TRANSLITERAÇÃO						
LEGENDA INDIGENA												
SINISTRORSA ←						→ DESTROSA						
6	5	4	3	2	1	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
M	⊗	1	⊙			P	O	L	C	o	M	A
M	⊗	1	⊙			P	O	L	C	o	M	A
M	⊗	1	⊙			P	O	L	C	o	M	A
M	⊗	1	⊙			P	O	L	C	o	M	A
M	⊗	1	⊙			P	O	L	C	o	M	A

II											
Λ	1		⊗		P	o	L	C			
Λ	1		⊗		P	o	L	C			

N.B.: o símbolo 1, 1 = L, deve ler-se OL; o símbolo M deve ler-se OMA, ONA.

Camilo de Paula
1962

dos respectivos símbolos segundo o método de colunas já utilizado, e com vantagens evidentes, no estudo dos alfabetos numéricos.

Por outro lado, o símbolo da coluna 2, que de Heiss a Hübner tinha sido lido como M, não apresentava aspecto algum do MEM semítico ou grego, mas sim e muito um «ar» de Pi grego (compunha-se de dois traços verticais paralelos com pontos interiores); mas esta semelhança, que naturalmente acudia ao espírito que tinha chegado à conclusão de que o PI era o símbolo numérico 2×3 , não cabia facilmente naqueles espíritos, todos eivados do preconceito de que «o alfabeto turdetano derivava do fenício e não do grego»!

Formado o conjunto do Quadro junto, logo a evidência saltava ao espírito: estava-se em face do nome P O L K... que era, nem mais nem menos, que o corpo da palavra Porcuna, o nome actual do latino Obulco! Nesse caso, estava-se em presença de duas legendas indígenas equivalentes e interrelacionadas: a da legenda I sem a vogal inicial como em Porcuna, e a da legenda II, mais alatinizada, com a vogal inicial como em Obulco e ainda com o L vocalizado, tal como o HERCLE etrusco por HERCULE.

Mas isto, que já era bem evidente, passava a revestir-se de evidência total quando se aduziram os elementos comprovativos reunidos pelo próprio Hübner: os nomes registados no CORPUS Inscriptionum Latin, números 1565, 1643, 1646, 1651, 1652, 1653 e, ainda, o n.º 1046. Esses nomes, que apresentam a circunstância especialíssima de serem uma *justaposição das formas indígena e latina de Obulco*, são os seguintes:

- C. I. L. n.º 1046: IPORCA
 IPORCENSIVM
 » » 1565: IPOLC (OBULCOLENSIS)
 IPOLC/OBULCOLA
 » » 1643: IPOLC/OBULCULE.SIS
 » » 1646: .POLCONENSI e
 .POLCONE.SI...
 » » 1651: IPOLC/OBVLC.LENSIS
 » » 1653: IPOLC

Em os números 1565, 1643 e 1651 fez-se a separação por meio de traços oblíquos para melhor pôr em evidência os dois elementos justapostos e que, nas inscrições, formam uma só palavra.

No conjunto acima, ao qual podiam juntar-se as formas gregas e algumas latinas muito alteradas, vê-se claramente que há uma nítida diver-

gência entre a forma de influência indígena — a primeira — e a forma latina constante das mesmas moedas e dos escritos dos clássicos. A forma indígena em caracteres latinos é letra por letra e, possivelmente, som por som, uma perfeita equivalência das duas legendas indígenas I e II do nosso Quadro; pois, para ser completa, até tem formas com o I inicial e sem o I inicial, como tem, também um «O», «U» vocalizado pelo L! Sinceramente cremos que esta é uma prova feita para sempre e que muito dificilmente poderá ser posta em dúvida.

Resta-nos tratar do símbolo final, coluna 5. O seu sentido, logo de entrada, parece não dar lugar a dúvidas: as formas adjectivas latinas

têm	O B U L C O N —	
Strabão e Ptol, têm	'O BOÛ L K Ő N	e uma das moedas, a 90 de
Delgado, XCVII-11 Viv.	O B U L C O N H	o que tudo coincide com as
terminações medievais	B U L C O N A,	
	P U L C O N A	e, finalmente,
a actual	P O R C U N A.	

Aquele símbolo final tem, portanto, o valor duma vogal nasal, um M ou um N e parece corresponder às muitas terminações das legendas monetárias indígenas em KM ou CN, às quais se tem dado, geralmente, o valor de terminações em —cum, —cun, —con, etc., talvez relacionadas com a muito discutida grega em —Kon que será objecto dum trabalho já adiantado, mas ainda não suficientemente amadurecido de maneira a poder ser publicado.

Quanto à legenda III há duas palavras, apenas, a dizer: o «iberismo» DRACO de Hübner é, como se disse, mera fantasia que deve inteiramente ser posta de parte, pois nas legendas não há elementos concretos suficientes para identificar quaisquer símbolos; à primeira vista, não custa admitir, por comparação com outras legendas mal feitas destas moedas, que se trate de mais uma forma, muito adulterada, do nome indígena ou alatinado de Porcuna. A hipótese, porém, não tem, por enquanto, comprovação séria e suficiente, pelo que não deve ser utilizada senão a tal título.

*B) — O significado do nome POLCON — e a sua possível
relação com as figuras e objectos das moedas*

Uma vez decifrada, com uma evidência que se pode chamar perfeita, a legenda (ou legendas), indígena que contém o nome da antiga cidade que

QUADRO N.º 1-A

I-A <i>Completado</i> 1961	LEGENSAS LATI-				
	N A S				
XCIV-9	o	B	V	L	c o
XCV-5	o	B	V	L	c o
"-7	o	B	V	L	c o
XCVI-5	o	B	V	L	c o
"-7	o	B	V	L	< o
"-9	o	B	V	L	c o
XCVII-2	o	B	V	L	c
"-11	o	B	V	L	c o A
"-8	o	B	V	L	c o
"-12	o	B	V	L	? ?
"-15	o	B	V	L	c o
"-5	?	B	V	L	c o
XCVIII-2	o	B	V	L	? c
XCV _{ref.} -2	o	B	V	L	o o
"-4	o	B	V	L	o o
"-6	o	B	V	L	c o
"-8	o	B	V	L	c o
XCVI _{ref.} -6	o	B	V	L	c o
"-10	o	B	V	L	c o
XCIV _{ref.} -1	o	B	V	L	c o
"-5	o	B	V	L	c o
"-7	o	B	V	L	c o

Grafias monetárias da palavra OBULCO

hoje é a vila de Porcuña, não se estranhará nesta Revista de se pôr a questão do seu significado etimológico, e isto na sequência dos estudos das chamadas «bases», que se está desenvolvendo cada vez mais. Podemos, por isso, pôr algumas interrogações: Qual terá sido o significado etimológico de «POLCON»? A ter tido algum, terá ele alguma relação com os elementos mais característicos das moedas de Obulco, tais como a cabeça penteada, o arado, a espiga, o jugo, o boi, o porco, a águia, etc.?

D'HAUTERIVE, no seu «Dictionnaire des racines» ⁽¹⁾, regista a Raiz PEL— IV. (europ.), «idée de secouer» Gr. *pallō*, secouer. Lat. *pellere*, *pulsum*, pousser; *pulsus*, choc; *pulsare*, pousser; et nombreux composés. É fácil ver que a forma latina tem uma grande representação na península: pulso, impulso, *puxar*, empurrar, impelir e afins, apelar, etc., etc. Reparando nos objectos das moedas, podemos notar desde já que o arado, o jugo ou canga e o boi são tudo coisas relacionadas com *puxar*, esp. *pujar*, do Lat. PULSARE; nas linguas anglo-saxónicas a palavra «arado» parece ser da mesma Raiz: Islandês antigo, PLOG-R, arado, angl.-sax. e sueco, PLOG(E), idem; inglês PLOUGH, arado; alemão PFLUG, idem. Se, agora, passarmos ao vasconço, os achados são mais interessantes ainda: BULKAKA, significa «*puxar à canga*», «*aos puxões*», «*bois a puxar*»; BULKA OU BULKHA, impulsão, empurrão; e, quanto ao boi, encontramos em inglês um termo de origem mal conhecida BULL, touro; BELLOW, berrar que parecem ter uma sinonímia ainda relacionada com o sentido geral daquela Raiz.

Se, daqui, passarmos ao estudo do significado profundo da cabeça penteada, também não deixaremos de notar factos interessantes: a Raiz latina PILUS, pêlo, cabelo, parece estar relacionada com o grego mal conhecido Pilos, boné de feltro, lã *prensada*; Pyleôn, coroa; no anglo-sax. encontra-se o inglês antigo e desusado POLL, o alto da cabeça, a nuca, holandês BOL, alemão, POLLE, nuca, donde, talvez, o Lat. PULC-RO. E o vasconço? Este, na forma BUR-, talvez por PUL-, tem BUR-U, *cabeça*, cimo, remate; BURUKA, *espiga*, cabeçada, luta; BURUKO ou BURKO, tudo o que se *leva à cabeça*, lenço, rodilha, capuz, *touca*, etc.; BURUTE, rodilha (pequena almofada ou atado de trazer à cabeça por debaixo do peso), *espiga cortada*, peça de couro que cobre a frente dos bois jungidos.

Sabe-se bem que tudo isto é vago, impreciso e insuficiente para tirar conclusões definitivas; para muitos será, mesmo, um terreno escorregadio que

⁽¹⁾ R. Grandsaignes d'HAUTERIVE — Dictionnaire des Racines des Langues Européennes, Paris, Larousse, 1949.

se devia deixar de lado. Cremos, porém, que só por estes caminhos, ou equivalentes, se poderá penetrar a pouco e pouco, sempre com as maiores cautelas e reservas, no mundo trabalhoso, mas tão altamente atraente, do significado que os antigos peninsulares deram aos nomes dos seus povoados, dos seus instrumentos e dos seus «enfeites».

Neste sentido, com todas as cautelas e sempre à espera de factos ou de sugestões novas mais concretas, não nos furtamos a avançar que *parece* haver relações profundas entre o nome indígena P O L C O N, hoje Porcuña, e a vida agrícola dos seus habitantes, as espigas das suas colheitas e, até, a maneira cuidada e estética como cuidavam dos seus penteados; por outro lado, não deixaremos de notar, mais uma vez, as relações que parecem deparar-se-nos, embora muito discutíveis e esbatidas, entre certos termos vascos e termos europeus tão antigos e desusados que mal permitem vislumbrar os seus significados primitivos. O «iberismo» ou o vasconço independentes e sem relação com a linguagem indo-europeia, ou melhor, *europeia primitiva*, talvez comecem a ter os seus dias contados!

II

A LEGENDA INDÍGENA DE GUIXOLS, A CIPSELA DE AVIENO

À seguir à legenda de Obulco, e sem guardar a ordem acima apontada, passamos a tratar da legenda indígena de San Feliu de Guixols, Gerona, por ela, como aquela, apresentar elementos novos para a decifração das restantes legendas monetárias ibéricas e, bem assim, para a rectificação do respectivo alfabeto e das ideias «feitas» sobre a sua «derivação do alfabeto fenício». S. Feliu de Guixols é a sede do município do mesmo nome, que, em 1940 tinha cerca de 7.600 habitantes e é uma povoação — porto de mar ao Sul do Rio Ter, contígua a larga e bem abrigada enseada de mais de um quilómetro de abertura, limitada a SO. pela ponta de *GARBI* (S. Telmo?) e a NE. pela ponta de Levante. (V. Enc. Espasa — San Feliu de Guixols, e Carta n.º 366, 1/50.000, do Instituto Geográfico y Catastral).

Vives, na já citada *La Moneda Hispánica*, T. II, pág. 61 e XXIX (15), Ceca 15.^a, descreve seis moedas, com as respectivas fotografias, que apresentam, todas elas, uma só mas bem reconhecida legenda indígena, formada por cinco caracteres, todos bem identificáveis. O quadro junto contém as cópias das legendas das moedas n.ºs 1, 2, 3, 4 e 6 porque a fotografia da n.º 5,

embora revele a legenda, não a apresenta com clareza suficiente para nela se confiar. Em Hübner, M. L. I., pág. 35, N.º 27, vem a referência às mesmas moedas e a respectiva bibliografia até à data daquela publicação (¹).

Delgado, vol. III, pág. 266, lê um «ibérico» IAITZOLE e faz a derivação IAIZOLA — AETULA — BAETULA —, donde a cidade ant. BAETULO, Badalona, no que teria sido seguido, segundo Hübner, por Heiss e Pujol. Ali refere que Velasquez leu NEOLA
Sestini HIRAE (Juno)
Saulcy VIELE
e Boudard (²) JISCHLE que atribuiu, acertadamente, mas sem consequências, à CIPSELA de Avieno.

Hübner, N.º 27, lê IITLH e crê que o «ibérico» *Iitlh* ou *Iithla* tivesse sido pronunciada Baitulo ou Baetulo pelos Gregos ou pelos Romanos, mas com alterações locais já esquecidas.

Vives, que foge à questão da leitura das moedas indígenas, refere apenas a leitura de Hübner e a correspondência a Badalona, já citada.

Temos aqui uma amostra bem clara da confusão tremenda em que se tem vivido quanto à leitura das legendas monetárias indígenas; se, por simples espírito de comparação, quizermos aplicar, à legenda reproduzida no quadro junto, o alfabeto «ibérico» proposto pelo Prof. Gomez Moreno (ob. cit., pág. 23) em 1948, teríamos, mais ou menos, a leitura seguinte: *Ba I To L O* a qual, como se vê, não só vem ajustar-se à leitura de Delgado e de Heiss, mas quase faz crer que esse «alfabeto», quanto ao símbolo 3.º ou médio da legenda, foi influenciado por leituras antigas que, como se vai ver, não podem aceitar-se: a leitura que daria, indirectamente, Baetulo ou Baitulo, Badalona. Nisto, talvez não seja ocioso recordar a «ideia feita», vinda de longe por Delgado a Hübner, de que, dada a proveniência, *fenícia e não grega*, do alfabeto «ibérico» (confronte-se a ausência («deest») no alfabeto «ibérico» de Hübner, a pág. LVI da M. L. I.), este não podia ter as letras finais do alfabeto greco-etrusco, simplesmente porque aquele as não tinha!

(¹) «Sestini p. 216 tab. X 3; Saulcy p. 181, 137, 138; Lorichs tab. III 6, 7; Heiss p. 109 tab. V 1; Delgado III p. 266, tab. CXLVII 1-3; Zobel II p. 38 tab. IV 12, inncr. 137, 138, 215; Pujol *Bol. de la Acad. VII 1888 p. 35, rev. de ciências hist. IV 1866 p. 207, epigr. n.º 121*».

(²) P. A. Boudard — Études sur l'alphabet ibérien; sur quelques monnaies ibériennes in *Rév. Arch.* 1853, pág. 702-714; *Essai sur la numismatique ibérienne, précédé de recherches sur l'alphabet et la langue des ibères*, Paris, 1859.

A decifração da legenda indígena

A legenda do Quadro junto é dextrorsa, todos a têm lido, correctamente, da esquerda para a direita, os seus caracteres são claramente desenhados e não dão lugar a dúvidas de identificação se os compararmos, independentemente de qualquer preconceito ou escola, com os alfabetos conhecidos da antiguidade mediterrânica.

A legenda compõe-se de cinco letras ou símbolos simples e sem quaisquer desenhos accidentais que os deturpem ou compliquem. Estudemo-los um por cada vez:

A primeira letra ou símbolo — um traço recto, vertical, não pode deixar lugar a dúvidas quando comparado com aqueles alfabetos antigos: — é o I romano-etrusco ou iota grego. Se não quizermos ir mais longe, basta confrontá-lo com os Quadros N.^{os} 9, 10, 14, 22 e 27 da nossa «História», para nos convenceremos dessa certeza. Como iota ou Jota que é, podemos, em princípio, atribuir-lhe o valor de Jota, no que não há desacordo substancial com Delgado, Heiss e Hübner mas há, pelo contrário, uma discrepância absoluta com o valor proposto pelo Prof. G. Moreno.

A segunda letra ou símbolo da legenda também não deixa lugar a dúvidas: praticamente, foi sempre tido por um iod fenício, de desenho muito corrente em todos os alfabetos orientais, História cit., Q. 23 e 28, a pág. 149 e 357, e nisto também há acordo quase total, inclusive com o Prof. G. Moreno. Damos-lhe o valor básico de i, embora possa apresentar leves flutuações vocálicas. Juntando as duas letras, a primeira mais consoante que vogal, teríamos uma sílaba inicial que, lido à portuguesa, seria mais ou menos gi-, como quiz Boudard; mas o espanhol, que, mais que outros, herdou a pronúncia antiga do Levante, não o pronunciava à latina, (Je- ou Gi-) mas à levantina Gui-, ou mesmo Xi-, modo, como na região catalã, ouvimos pronunciar o nome Guixols: «Xixoles». Na verdade, como se pode ler na Enc. Espasa, 1 c., o Guixols de hoje escreveu-se, à latina, JECSALIS, GISSALIS e GIPPALENSUM, (sic), mas também se escreveu à levantina GUIXOLENSIS no séc. XI, e GUIXELENSIS no séc. XIV. Sobre todas estas correspondências parece não ser fácil ter dúvidas.

Passando ao símbolo médio, a terceira letra da legenda, distanciamos-nos, então, de todos os outros autores, à excepção de Boudard: vista sem preconceitos a letra é, em todas as variantes que apresenta nas cópias do Quadro junto, *um autêntico Psi greco-etrusco*. Para tal concluir mais não seria preciso do que confrontar essas variantes com os alfabetos etruscos, por exemplo, de Buonamici, ou com os gregos de S. Reinach, V. Hist.^a cit.,

QUADRO Nº 2

A LEGENDA INDÍGENA DE GUIXOLS (S. FELIU DE)	
	1 2 3 4 5 6 7
1	I N W A N
2	I N W A N
3	I N W A N
4	? N W A N
LEIA- -SE:	J I PS EL É
CP. CGM: 6	C I PS EL A
7	C Y PS EL A
8	K v ψ ε λ α
9	J E CS AL I S
10	G I SS AL Y S
11	G UI X EL ENSIS
12	G UI X OL - S

Q.º n.º 10, 14 e 27. Só o não admitirá quem o não queira ver. Mas tratando-se da letra PSI, não deixa de ser provável que ela tivesse sido empregada na legenda para ter uma função parecida com a daquela letra. Como são relativamente poucas, na Península, as palavras topónimos com o som PS-depressa nos chamou a atenção a CYPSELA de Avieno (v. 527), tanto mais que o conjunto gráfico e fonético da palavra que denominava a cidade de Avieno parecia apresentar, logo à primeira vista, uma estreita relação com a nossa legenda. Passando-se a procurar relações no espaço, logo concordamos com as indicações de Schulten que, em F. H. A. — I, pág. 123, emitiu o parecer de que a cidade de CIPSELA devia ter existido junto à foz do Rio Ter, no antigo e agora assoreado golfo entre Estarit e Pals, o que quase coincidia com a ideia de Delgado, transmitida a Hübner, que supunha a cidade cerca da foz do Ebro porque «as moedas provinham dessa região». Com estes dados coincidentes em parte, fácil foi encontrar a vila-porto de San Feliu de Guixols cujo nome, também logo à primeira vista, parecia corresponder, de maneira impressionante, quer com o nome de CIPSELA, quer com o relativamente provável significado da legenda. Chegados aqui, havia que indagar se algum facto permitia esclarecer e circunscrever um pouco mais as relações que parecia depararem-se-nos. A comprovação, que pode agora considerar-se quase perfeita, apareceu-nos no artigo da Enc. Espasa sobre S. F. de Guixols: aí se lê, com efeito, o seguinte: «En la punta dels Guixols ó Fortin, (é uma ponta que separa em duas a praia da bahia), se descubrió una necropolis con urnas cinerárias, monedas, objetos de bronze y hierro, y fragmentos de ceramica de diversas formas, la mayor parte romanas, pero, algunos, semejantes a los de los ultimos tiempos préhistóricos; otros de importacion griega, barnizados y pintados, de fondo negro con adornos rojos, y otros de los llamados saguntinos». «Los griegos se remontam à fines del siglo V ó principios del IV antes de nuestra era y permiten deducir la existencia por aquel entonces de un núcleo de poblacion ibero-griega, relacionada probablemente con EMPORION, que subsistió y adquirió cierta importancia durante la dominación romana».

Como se vê por esta transcrição, um pouco longa, mas que vem muito a propósito, os achados de proveniência grega, atribuídos aos séculos V-IV a. Cr., coincidem, singularmente, com a data dos séc. VI-V, geralmente atribuída às descrições mais antigas do poema de Avieno.

Por fim, a história medieval de S. Felíu de Guixols fornece dados que implica uma correspondência que se pode considerar muito satisfatória e concludente entre a CIPSELA de Avieno e a Guixols actual.

Voltando à legenda, e tomando em atenção o que vem de ser dito.

deve notar-se desde já que autores como Pape, citado por Schulten, afirmam que Cipsela é «um nome grego, Kipsela», embora conceda que ele poderia ser a deformação de um nome ibérico análogo, donde resulta que o suposto PSI da legenda corresponde a um Psi grego, real e, na expressão aviénica, à sua correspondente latina. Por outro lado, continua a haver uma indiscutível correspondência entre esse PSI íbero-greco-latino e as formas —S— da GESORIA DE PLINIO, —CS— da Jecsalis monástica, —SS— na Gissalis de 993 e —X— na Guixelensis de 1362.

Há, portanto, razões muito sérias e, por assim dizer, quase definitivas, para considerar como sendo a letra PSI o símbolo médio da legenda.

O quarto símbolo literal da legenda nunca levantou grandes dúvidas e atribuiu-se-lhe em geral, o valor de L. Nota-se, porém, uma grande e esclarecedora diferença entre aquele simples valor de L e a leitura —EL— que vimos fazendo por força do «alfabeto numérico». Sem ela, a leitura do Psi seria incompleta, senão incompreensível, como sucedeu a Boudard; com ela, está-se a ver já, com toda a facilidade, a leitura integral da legenda: *K y ps el c*, visto que a letra final é indubitavelmente um H que geralmente se lê E ou A mudo; isto é, a legenda indígena apresenta-se, sem tirar nem pôr, com uma correspondência perfeita com os nomes grego e latino e, não só com esses, como com todos os outros que se lhe seguiram até à forma actual!

E agora, depois desta demonstração, podemos notar o fruto da eliminação das «letras finais gregas» do alfabeto ibérico: «En realidad no es possible fijar con exactitud la fecha del origen de esta población, (San Feliu de Guixols), pues ni la GESORIA de Plinio, ni la GYPSELA (sic) de Avieno, corresponden á la ciudad de que se trata, como han demostrado *Hübner* y otros autores». O leitor, decerto muito interessado pelos grandes e difíceis problemas da decifração das legendas monetárias indígenas, está, agora, para ver como se «havia demonstrado a negativa» e como se vem tentando, finalmente, demonstrar a afirmação de que *a legenda, o nome de Avieno, os nomes medievais e o nome actual de GUIXOLS são apenas variantes, no tempo, do mesmo nome original.*

Poderemos ir mais longe? Segundo o Dic. grego-francês de BAILLY, houve na Arcádia a praça forte de Kypseles e o tirano Kypselos; kypsele, significa vaso, caixa, cofre, cavidade. Ora, como se vê na Carta espanhola de 1/50.000, n.º 366, e se descreve na Espasa, o porto de Guixols «enclavado en un valle abierto entre altas montañas es privilegiado».

Haverá alguma relação entre a palavra grega e o nome de Guixols? Significará ele cova, enseada, porto fundo entre montanhas? E, a ter significado, tratar-se-á, apenas, dum baptismo de gregos protohistóricos ou ha-

veria, entre a população indígena denominações parecidas? Ou, por outro lado, terá o nome alguma relação com Pselioô, envolver, cercar, ou, ainda com Ipsos, cortiça, bóia? Por outro lado ainda: até que ponto houve intercâmbio de influências entre gregos dos tempos heróicos e os povos peninsulares? Respostas todas muito difíceis, mas que só no estudo porfiado e paciente poderão achar começos de claridade.

Ficou por tratar um problema de Fonética: como é que a combinação indígena Jy-, seguida por Je-, GE- e Gy- pode alternar com Ky- e com GUI-? Trata-se de coisas muito complexas e, antes de mais, há que registar e comparar entre si o maior número de casos possível, com as respectivas variantes para, depois, se poder ter, do caso, alguma ideia aceitável.

III

A LEGENDA BILINGUE DE GELSA-ZARAGOZA

Vamos tratar, a seguir, duma legenda indígena que não traz novidades porque estamos em presença de uma série de moedas cujo conjunto pode considerar-se bilingue: a legenda indígena e a legenda latina CELSA. Escolhemos esta legenda por ela de certo modo completar e esclarecer o valor qu se deu ao —L— nas legendas de Obulco e de Cipsela-Guixols.

No estudo das moedas da CELSA latina, como Hübner já notou (N.º 33, pág. 39) nem é desconhecido o seu lugar junto do Ebro, a jusante de Pina, nem é desconhecido o seu nome actual, *GELSA*.

Quanto à leitura da legenda indígena os autores do século passado estiveram mais ou menos de acordo em que a legenda continha o nome CELSA; porém, como essa legenda tem apenas quatro letras e só uma vogal —o —E— final, ficava-se sem conhecer onde estava o som —E— da sílaba inicial CEL-. À falta de solução mais satisfatória foi-se para uma mistura de métodos de leitura (o hebraico) e de formações de letras (traço a mais, ângulo a mais) que os factos, bem observados, em nada confirmavam, mas que não deixou de induzir em erro, conduzindo a péssimos resultados. Assim Hübner, M.L.I., N.º 33, dá nas legendas *a* e *b*, a leitura CE-L-S-E, simplesmente porque o *C* inicial tem dois ângulos em vez de um; em 33 — *c* e *d* dá a leitura C-L-S E, porque o mesmo *C* inicial tem um só ângulo e em 33-*c* (2.ª) dá C-EL-S-E, porque ao *L* atribui um pequeno traço interior que não se prova: três leituras diferentes, da mesma legenda, e nenhuma provada, nem satisfatória.

Quanto à leitura que vamos fazer — tão fácil que o leitor pode prevê-la desde já — não pode surgir a mais pequena dúvida ou objecção: as quatro letras da inscrição indígena, também sempre dispostas por ordem dextrorsa dão a seguinte leitura G E L S E. A letra inicial, C/G tinha, porém, uma pronúncia muito imprecisa que nunca pôde ser perfeitamente transliterada, nem nos peninsulares medievais e modernos. Por isso variam tanto, no tempo e na escrita, os nomes daquela mesma povoação:

Em grego, K É L S A , Ptolemeu, II, 6-7; Estrabão, III, 4-10.

Em latim, C E L S A , Moedas, Plínio, III, 24.

Em espan. X E L S A , Florez, I, pág. 349, (1757).

Em espan. J E L S A , Vives y Escudero, II, pág. 153.

Em oficial G E L S A , Munic. de Esp.; Carta 413 de L/50.000, etc.

Para nós, trata-se dum som muitíssimo complexo do europeu nascente, nascido da maneira como os europeus neolíticos pronunciavam uma das duas ou três palavras que significavam o numeral «dois», som esse que veio a entrar na composição de outros nomes numerais como «panCa, 5 e oCto, oito, (V. a «Hist. das Letras», págs. 99 e 110, e a «criação do símbolo C-G», §§ 249 e segs., a págs. 188).

Muito provavelmente, foi porque o alfabeto grego não tinha um som próximo do português —GE—, (geada, gelo, gente), que a palavra indígena acima estudada, Guixols, visivelmente influenciada pelo grego, ou vice-versa, tem por inicial a letra I, com o som JE, JY que o grego clássico e por aproximação transliteraram por —K—, como fizeram, para outra letra inicial, no caso de Gelsa. Voltaremos ao assunto.

IV

A LEGENDA INDÍGENA DE BILBILIS E O NOME DE SEVILHA

Outra série de moedas que podem considerar-se quase como bilingues, tão aparente é a semelhança entre a legenda latina e a legenda indígena é a série que, desde Florez se tem atribuído, dum modo geral à cidade (ou cidades), que teve o nome latino de *BILBILIS*. O quadro junto mostra as cópias tiradas das reproduções fotográficas de Vives, Lâmina LXIII, e por estas se vê, claramente, uma quase perfeita identidade entre as duas legendas,

QUADRO N.º 3

ONOVO MODO DE LER
A LEGENDA INDÍGENA
DE GELSA :

1 < 1 S V
2 < 2 S V
3 < 3 S V
4 < 4 S V
5 < 5 S V
6 < 6 S V
7 < 7 S V
8 < 8 S V
9 < 9 S V
10 < 10 S V

1962
C. G. G. G.

LEIA-SE: C E L S A

G E L S A (ZARAGOZA), EBRO.

N.º III-A	LEGENDAS LATINAS	C	E	L	S	A	Y VIVES	LAM. CLX-9
		CELS	?	?			"	" - 10
		CELE					"	" - 11
		CELE					"	" - 12
		CELSA			LAM. CLXI			2
		CELSA			"			3
		CELSA			"			5
Grago	Latino III, 4-10. P. 612	KÉΛ	α					
"	"	CELSA						
Esparthol		CELSA						
"	"	X CELSA						
"	"	JE LSA						
"	"	GE LSA						

1961
C. G. G. G.

latina e indígena. A legenda indígena, de seis letras e também em sentido dextrorsum, tem duas letras repetidas, tal e qual como na legenda latina, não oferecendo dúvidas as duas letras restantes e finais que facilmente se reconhece serem o I e o S, também coincidentes com a terminação da legenda latina. Das letras repetidas a segunda e a quarta são claramente um L e correspondem, perfeitamente, a idênticas letras da legenda latina. O símbolo literal restante, primeiro e terceiro da legenda, é visivelmente um P mediterrânico, como bem se conclui pelos Quadros 10, 14 e 27 da nossa História das Letras...; como tal, este P corresponde à labial sonora B da legenda latina, como é normal.

Quanto aos primeiro e segundo II da legenda latina, que tinha de se subentender ligado ao P, sabemos agora, pelos casos de *Obulco* e de *Gelsa*, que esse I se contém na leitura do respectivo L. Deste modo a leitura da legenda indígena resulta fácil e clara:

P IL P IL I S em perfeita correspondência com a latina . . .
 B I L B IL I S, onde, de novo, nos aparece o P indígena em correspondência com o B latino.

Até aqui não há portanto, quaisquer dificuldades, nem desacordos apreciáveis. Estas surgem, porém, quando se trata de procurar saber se algum topónimo actual continuará a representar o nome indígena. Florez, I, pág. 169, Tabla IV, seguindo a solução de Gaspar Barreyros «en su Chorographia», aceita a localização de Bilbilis no cerro de BAMBOLA, junto a Calatayud, «que es la heredera de sus glorias». Esta indicação foi geralmente aceite até hoje e a cidade de Calatayud, nas margens do rio Jalon (o antigo Salo), pode vangloriar-se de ostentar no seu escudo a legenda AUGUSTA BILBILIS e de ver chamar, aos seus habitantes, «bilbilitanos». Mas será Bambola uma sobrevivência do nome indígena ou, mais simplesmente, o designativo comum de «fanfarronada» (Cêrro da)?

Estudemos o assunto: os clássicos deixaram-nos da Bilbilis do Salo, famosa por ter sido a pátria do poeta Marcial, e por ter as melhores águas para tempera de aços finos, as seguintes variantes:

BILBILIS moedas e vários autores:
 BILBILITAN. (Aquae)
 BE. BLITANI Plínio, III, 24,
 BELBILI Raven. 309, 16.
 BIRBILI C.I.L. 2728
 BIRBILIS Justino, XLI v, 3, 8;
 BILBILIS em grego, Strab. e Ptolemeu.

Comparemos os topónimos actuais:

BÁRBOLES Municip. de Zaragoza, junto do Jalon;

BARBOLLA Municip. de Segóvia (Sepúlveda)

BAMBOLA Calatayud, acima referida.

A aceitar-se, por simples hipótese, qualquer relação com a legenda indígena, a maior razão parece que deveria ir para a primeira daquelas três formas actuais, até pela sua localização, embora qualquer das outras não seja de rejeitar à primeira vista. Pode ser, pode não ser, se bem que o O não se explique fàcilmente.

Mas nas moedas de Bilbilis, em algumas pelo menos, surge um elemento novo que tem dado muito que pensar e que gerou já, no dizer de Florez, «controvérsia entre los Antiquários». Florez desfaz vários acertos e termina, «mientras no se descubra otro sentido, que aquiete mas que el de la alianza de Bilbilis con Italica» (Sevilha).

Em face dos factos tal aliança é pelo menos, muito estranha: Sevilha, nas margens do BAETIS (Guadalquivir), está a mais de quinhentos quilómetros de Calatayud ou de outra cidade do rio Jalon. Povos diferentes, celtíberos ao Norte, turdetanos ao Sul, ambos tão longe, porquê a aliança?

Tentemos outro caminho, começando por nova interrogação:

Acaso terá havido duas «Bilbilis» conhecidas dos romanos? O caso não seria inédito pois há, disso, alguns exemplos. Vamos por partes: a cidade bética que hoje é Sevilha teve um nome alatinado, «Hispalis», que também tem dado muito que falar, parecendo que ainda não há acordo quanto às relações entre essa forma e o nome actual de Sevilha. Por isso, é natural que se volte ao assunto, começando por registar as principais variantes do nome antigo:

Latim,	H I S P A L	Mela, Plínio, etc.
»	H I S P A L I S . .	Forma clássica.
Grego,	* H I S P A L I S . .	Estrabão, Ptolemeu, etc.
»	* . I S P A L I S . .	Estrabão, III-21; Ptolemeu, II-4, 10.
«ad.	. I S P A L I . .	Heiss, Mon. Vis., p. 53.
»	. . S P A L I . .	Heiss, Mon. Vis., p. 53.
L. ad.	. . S P A L I S . .	cit. Hübner: Cosmogr. 79 — 9R.

Grego . I S P O L A ou
adulterado . I S P I L A cit. por Hübn., Philostr. vit. Apoll., V-9.

QUADRO N.º 4

O NOVO MODO DE LER A LEGENDA INDÍGENA NA DE BILBILIS:						
1	∩	∩	∩	∩	N	∩
2	∩	∩	∩	∩	N	∩
3	P	∩	P	∩	N	∩
4	P	∩	P	∩	N	∩
5	P	∩	P	∩	N	∩
6	∩	∩	∩	∩	N	∩
7	P	∩	P	?	N	?
8	∩	∩	∩	∩	N	?
9	P	∩	P	∩	N	?
10	∩	∩	P	∩	N	?
LEIA- -SE:	P	∩	P	∩	I	S
CPA- RE:	B	I	L	B	I	L

IV — A legenda indígena de Bilbilis e o nome de Sévilha

? H I S P I L A ou

? H I S P I L I A, supostas variantes que, segundo Philipon, (1)
teriam dado o nome Sevilha.

Árabe E S B I L I A ou

» ASCHB Y L Y A em 1806. (Enc. Espasa), (Sevilha).

Espanhol SEV I LL A

Comparemos agora:

E . P I L H . A Povoação nas m. do Jalon (Zaragoza).

P I L P I L I S legenda indígena já citada, e a latina
corrente B I L B I L I S a c. do Salo que tinha as melhores têmeperas.

Gr. ad. I B Y LL. A cidade tartess., ignorada, Estefano (Estra-
bão), 142).

S I L P I . . A cidade da ulterior, Livio, XXVIII, 12.

Quanto à pronúncia do —A—, nas formas latina e grega, Philipon, atrás citado, parece ter razão quando diz: «son non actuel de SEVILLA postule un ibero-latin «HISPILA; (sur l'LL espagnol, voy. Diez, Gramm. des langues romanes, t. I, p. 190)». (Les Ibères, p. 103, nota 2). A aceitar a sugestão, estaríamos em face duma forma bastante próxima do topónimo actual EPILA, (leia-se Epilha), nas margens do Jalon e numa região onde, mais ou menos, teria estado a antiga PILPILIS-BILBILIS, tão famosa por ter «la fabricación de armas, cuyas hojas se templaban con las aguas del Jalon y sus espadas eran muy estimadas, demodo que surtian de ellas toda la Celtiberia y aun países lejanos». (Espasa, v. Calatayud).

Será, então, Epila o nome actual da antiga Pilpilis indígena?

Com bastantes reservas, não deixaremos de afirmar que assim nos parece, não só pela relativa semelhança dos nomes, como por outros motivos ainda, como se vai ver:

O município de Epila tem um escudo que «tiene a la derecha tres bandas plateadas y a la izquierda *una pila* (pia em forma de cálice) asida por dos leones». É possível que, tal como sucedeu em Calatayud, em cujo escudo se lê, como vimos, Augusta Bilbilis, (certamente em seguida à suposta localização de Bilbilis, ali, por Barreyros), a grande pia (pila), em forma de cálice tivesse ido para aquele escudo por causa da semelhança com o nome

(1) ÉDOUARD PHILIPON — Les peuples primitifs de l'Europe Méridionale. Paris, 1925. pág. 178; Les Ibères — Paris, 1909, pág. 103, nota 2.

Epila; não o sabemos, mas pode ter sido assim. Entretanto, podemos continuar a raciocinar: como é na água das pias (pila) que as espadas em brasa, se mergulham para lhes dar a têmpera requerida, também pode ser que a «pila» de *Epila* seja uma sobrevivência das «pilas» (pias), dos seus famosos ferreiros... Mas ao chegarmos aqui, surgem-nos aspectos novos e parece que interessantes: os dicionários vascos (o francês de Lhande ou o espanhol de Mendizabal) ⁽¹⁾ trazem uma série de palavras seguramente relacionadas com a base indo-europeia *Pila-*, num conjunto de sinonímias que apresenta grande interesse; assim:

Vasco «PILA II — trou qui sert dans les tuilleries à préparer et à composer la pâte de terre avec laquelle on fait les ouvrages; amassadoiro, cova de amassar barro. Lhande. Compare o

Latim PILA

L arcaico PEILA e PILLA «mortier à *piler*», amassadoiro, cova ou pia para debulhar, pisando, favas, trigo, etc. Guill FREUND- Gr. Dict. de la Lang. lat.

Lat. PILUM «Pilon avec lequel on pile dans un mortier».

Lat. PINSO, ou PISO, SI, SUI, PINSUM e PISTUM — broyer, piler.

Raiz i.-e. PEIS-

Grego, PTISSŌ, *piler*, monder;

Grego Ptisanê, tisane d'orge *pilée*. D'Hauterive.

Sanscr. PInâsti, il écrase, »

Pistâ, ecrasé. »

Port. *Pilar*, debulhar castanhas pisando-as com as botas. (*Pilada*).

Port. Pia, de Pila. pedra com cova para ter água.

Quanto à forma vasca PILA, ainda se pode dizer, como Lhande, que ela é importada do europeu; mas em vasco e em bretão, há outra série de palavras, tidas como tendo origem onomatopaica e que, por isso mesmo, ninguém acusará de influência europeia recente, mas que tudo indica estarem relacionadas com aquela Raiz Pila, são elas:

Vasco esp. e fr.	PIL-PIL.	fervura, palpitação, pulsação; diminutivo de
» variante	PUL-PUL	»
» »	PAL-PAL e	Compare PHALA, Écluse.
» »	PHAL-PHAL	

(¹) Pierre LHANDE S. J. — Dict. Basque-Français, Paris, 1926; Dicc. Vasco-castellano de P. Bera — Lopez MENDIZABAL, 3.ª ed. Guipuzcua.

»	»	PIR-PIR	fervura. e, agora,
»	»	BIL-BIL	boule d'eau,
»	»	BUR-BUL	» »
»	»	PONPOIL	lágrima, gota de água.
Bretão		POULL,	trou, fosse, mare. R. Hemon — Dict. br.-Fr.
»		PILAD,	écraser, piler, faire tomber.
»		PILPASAÑ,	piétiner.

Se se reparar que as variantes vocálicas de PIL-PIL tornam difícil a aceitação duma origem onomatopaica e se, por outro lado, se tiver em atenção que a água *ferve* e *chia* nas pias dos ferreiros quando nela mergulham as espadas ou quaisquer objectos de aço em brasa para serem temperados, podemos estar em face de uma ligação geral à cova com água, à água que ferve na pia, quando se dá a têmpera. PIL-PIL-IS pode então ter sido um plural em forma de redobro de cova com água, de pias pequenas onde se temperavam os aços, piasinhas, talvez.

De tudo o que vem exposto e registado podemos, agora, tirar algumas conclusões de bastante interesse, assim:

- 1.^a — A Raiz indo-europeia PEIS «idée de piloner», tem ainda uma grande vitalidade em toda a Europa ocidental, sobretudo no sentido, arcaico, de «cova com coisas dentro para serem pisadas pelos pés ou por qualquer pilão apropriado», donde cova para amassar barro para fabrico de vasos ou de material de construção, trabalho este que, como se sabe, era primitivamente feito com os pés;
- 2.^a — Esta mesma Raiz está, indiscutivelmente representada tanto no vasco como no bretão nos quais, a formas muito semelhantes correspondem significados inteiramente iguais;
- 3.^a — Na região aragonesa do Jalon (Ebro) onde existiu a cidade indígena que deixou a legenda PILPILIS e que ficou célebre por ter sido um importante centro de fabrico de espadas de têmpera especial feita com as águas do Salo, (hoje o Jalon);
- 4.^a — Nessa mesma região e junto do Jalon encontra-se a vila actual de EPILA, cujo escudo apresenta uma PIA (PILA) em forma de cálice, donde se infere a probabilidade de que se relacionou o nome EPILA com o nome PILA (pia) se é que se não trata de mais antiga tradição;
- 5.^a — A têmpera de aços especiais fazia-se, e faz-se ainda, metendo

o aço, em brasa, aos poucos e poucos, em movimentos de avanço e recuo, na água da respectiva PILA (Pia), de modo muito semelhante ao da pisa para debulhar cereais, frutos ou legumes ou, ainda, ao da pisa das uvas no lagar ou do barro na cova do amassadoiro (latim *mortarium*, donde fr. *mortier*, argamassa.

- 6.^a — A grande semelhança entre os nomes EPILA, do Jalon, e os nomes antigos de Sevilha: árabe, ESBILIA e lat. hipot. HISPILIA, posta em confronto com o nome indígena PILPILIS, lat. BILBILIS, quando acompanhado pela palavra ITÁLICA, leva, irresistivelmente, a pensar que as formas actuais EPILA e SEVILHA não são mais do que sobrevivências do nome indígena PILPILIS que talvez tenha designado povoação ou campo de pias de ferreiros, ou de rios com corrente ruidosa como a água que ferve, se é que se não tenha referido, mesmo, a águas termais como a *Aquae Bilbilitanorum*.

Entretanto, não se deixa de reconhecer que são poucas, precárias e imprecisas as provas do que se supõe e que não se dá, por enquanto, como suficientemente provado. Por outro lado o assunto que se vem tratando suscita outros problemas a que não vemos, por enquanto solução aceitável: o primeiro é a falta de razão suficiente para explicar ou justificar a inclusão de *golfinhos* — animais essencialmente marinhos ou, pelo menos, de estuários de águas salobras — em moedas da Bilbilis do Jalon — rio de água doce e de pouco caudal, — a mais de duzentos quilómetros do mar. O problema, que não deixa de ser muito interessante, é muito complicado e exige um estudo conjunto de muitas moedas indígenas. O outro é levantado pela explicação de Madoz: poderá provar-se que a «ISPALIS» de Plínio, (ou uma delas) se referia à Bilbilis do Jalon? Deixando de lado a fantasiada «Byspolis» e a sua sinónima SECUNDA (de Madoz), aquela atribuição de Plínio, a comprovar-se, seria uma quase perfeita contraprova de que o nome Sevilha vinha, mesmo, de PILPILIS. Esperemos que o tempo e a investigação tragam mais luz a estes problemas.

Por agora, e de interessante, teríamos que, a comprovar-se tal origem, tanto Sevilha como todo o Garbe europeu, teriam de passar a ser considerados como regiões linguísticas pertinentes ao *europeu arcaico ocidental* — talvez o criador da escrita milenária referida por Estrabão, ao falar dos Turdetanos!

EVANGELIZAÇÃO DA PENÍNSULA E SEUS PRIMEIROS EVANGELIZADORES

POR JOSÉ MANUEL LANDEIRO

NO TEMPO DOS SUEVOS

Desde o tempo de Constantino, a Hispânia ficou dividida, para efeitos administrativos, em 5 províncias: Lusitânia, capital Mérida; Bética, capital Sevilha; Galécia, capital Braga; Cartaginense, capital Cartagena; Tarracense, capital Tarragona.

A cada uma delas correspondia uma província eclesiástica, atribuindo-se a categoria de *metropolitana* ao bispo da capital civil.

A cada civitas presidia, em regra, um bispo. A diocese de Braga datava talvez do século III e deveria ser a única da Galécia, em terras do actual Portugal.

O cristianismo teve, em Portugal, o seu primeiro desenvolvimento nas cidades.

Pode dizer-se que, à parte de alguns cultos gentílicos no princípio do século V, quase toda a população hispano-romana era cristã, e o culto existente dos ídolos começou por decair ainda no tempo dos romanos.

A invasão dos bárbaros, embora considerada como uma grande catástrofe para a Igreja, foi de grande alcance para a ampliação do Cristianismo.

Após os primeiros desastres com a sua inquietação, veio a confiança por um futuro risonho.

Por isso, Santo Agostinho dizia: «Não é um mundo que acaba, mas um mundo novo que começa».

Dá-se a queda de Roma e 20 anos depois seguem-se as conversões de bárbaros. Entre elas, mencionaremos a de Clovis, chefe dos francos, juntamente com 3.000 dos seus guerreiros.

No século VI convertem-se os suevos evangelizados por S. Martinho

de Dume. Em 589 é Recaredo, rei dos Visigodos, que abraça, solenemente, a fé cristã.

INVASÕES DOS BARBAROS

Como dissemos no 1.º capítulo deste trabalho ⁽¹⁾, os romanos denominavam por — bárbaros — a todos os povos que viviam fora das fronteiras do império.

Deles, os primeiros a entrarem na Península foram os *Alanos*, *Vândalos* e *Suevos* que em 409 passaram os Pirineus, depois de haverem devastado as Gálias.

Após um período de guerras com os hispano-romanos, resolveram repartir entre si as províncias, para nelas viverem pacificamente, (411) indo os suevos para a Galiza.

O REI REQUIÁRIO

Idácio e Santo Isidro informam que Requiário (448-456) foi o primeiro rei suevo que se converteu ao catolicismo «embora não deixasse as práticas de barbaridade sanguinária».

S. MARTINHO DE TOURS

No alvorecer do século IV (316-397) evangelizou as Gálias e o Ocidente um bispo que se notabilizou pelas suas virtudes e milagres. Esse evangelizador foi S. Martinho de Tours.

O seu túmulo foi centro de muitas peregrinações. A ele implorou graças Charrarico, rei dos suevos numa grave doença de seu filho Teodomiro.

Para obter a cura, Charrarico enviou à Gália emissários à procura de relíquias de S. Martinho de Tours, e fundou uma igreja em sua honra, possivelmente em Dume. Os emissários, em vez dele, encontraram um outro Apóstolo, natural de Panoia (Hungria) também com o nome de Martinho.

Este novo Martinho havia desembarcado em Portuscale, aonde os reis suevos viviam com mais frequência, e fundou, em Dume, um mosteiro que se tornou uma verdadeira escola monástica, junto à igreja fundada em honra de S. Martinho de Tours, por Charrarico.

S. Martinho foi elevado à dignidade episcopal, ficando toda a região do mosteiro de Dume constituindo um bispado com a Sé na igreja do mosteiro

⁽¹⁾ Vide NVMMVS n.º 22. Volume VI — 3.

(556). (1) A conversão do povo suevo, apoiada no exemplo da corte, depois de alguns anos de duro e intenso trabalho apostólico, veio a operar-se no reinado de Teodomiro, (o miraculado por S. Martinho de Tours), (558-559), realizando-se, nessa altura, o 1.º concílio de Braga.

Com a morte do bispo de Braga, Lucrecio, Martinho de Dume foi ocupar a vaga no sôlio metropolitano bracarense. Com a ampliação dos territórios dos suevos, ampliaram-se também os limites das províncias eclesiásticas: além da Galiza, ficaram-lhe ainda adstritas as Astúrias e grande parte da Lusitânia.

O reino suevo ficou dividido, eclesiásticamente, em dois sínodos: Bracarense e Lucense, ainda que em Lugo não fosse criada uma nova Sé metropolitana.

Ficou, pois, Braga com o sôlio metropolitano das Espanhas.

Os bispos dos dois sínodos uniram-se em Braga para um novo concílio (o 2.º) ao qual presidiu S. Martinho de Dume, — falecido a 20/3/579 e sepultado na Catedral de Dume, passando em 1606 para a Sé de Braga os seus restos mortais.

A igreja Bracarense celebra a sua festa em 20 de Março.

A EGITÂNIA

Esta «civitas» dos Igeditanos, a cidade episcopal dos Suevos, a Egitânia dos Visigodos, principia por ser município romano e termina por cidade episcopal do reino dos Suevos e Visigodos.

Com a queda do império romano, a Península foi invadida, no ano 405, pelos Alanos, Vândalos, Artingos, Silingos, Suevos e Visigodos.

Os Alanos instalaram-se ao Sul do Douro. Os Suevos foram a ocupar as terras a Noroeste, fazendo de *Bracara* a sua capital e, mais tarde, alargaram o seu território até à Bética, tendo, nesta altura, (410-420), tomado a Egitânia, que sofreu, então, a primeira das muitas destruições de que foi vítima até ao domínio árabe.

A destruição, pelos suevos, não foi total, visto que a cidade, em pouco espaço de tempo, foi reconstruída e rapidamente adquiriu grande prestígio com a escolha dela para a sede de um novo bispado.

(1) Este bispado durou até à invasão árabe (711).

«Monastère fondé par saint Martin de Dume, au milieu du VI siècle, et abandonné par ses successeurs trois siècles plus tard n'a laissé aucune trace matérielle de son ancienne splendeur». Un modeste hameau dans les faubourgs de Braga, conserve seulement le nom du saint fondateur». (Georges Gaillard, professor da Universidade de Lille).

Autores há que afirmam que desta destruição permaneceu intacto o bairro «Guimarens» onde se diz ter nascido S. Dâmaso que ocupou a cadeira de S. Pedro, em Roma (366-384) e sua irmã Santa Irene. Este bairro tem hoje o nome de *Rua de Guimarães*. Devido a estes toponímicos, formou-se tal confusão que certos autores não souberam discriminar a localização destes lugares e supõem S. Dâmaso natural da cidade de Guimarães e não do Bairro Guimarens (Idanha-a-Velha), quando é certo que a cidade de Guimarães ainda não estava fundada no tempo em que viveu S. Dâmaso. Este Santo é pois do Bairro de Guimarens (Idanha-a-Velha) e não de Guimarães, cidade.

Como já tivemos ocasião de dizer há a tradição de que, quando da estada de S. Paulo na Península, ⁽¹⁾ prégou, nestas terras, onde converteu Xantipas, seu marido Probo e todos os habitantes da região.

Não existem documentos que comprovem esta tradição e o mesmo poderemos dizer da estada de S. Pedro de Rates, discípulo de Santiago, como já atrás dissemos.

Positivamente, as notícias concretas sobre o cristianismo na Península só aparecem depois dos meados do século III, partindo-se da hipótese que os primeiros cristãos da Hispânia tenham sido mercadores e soldados, vindos de Roma, antes do início da evangelização da Península.

A diocese da Egítânia deve ter sido criada quando Teodomiro, rei dos Suevos, filho de Charrarico, (559-570) impressionado pela prêgação de S. Martinho de Dume ou então pelo facto de ser um miraculado de S. Martinho de Tours, se converteu ao Cristianismo, e, com ele, todo o povo.

A conversão dos suevos efectuou-se por diversas vezes, pois eles tão depressa se convertiam como depressa abjuravam o cristianismo. O próprio Rei Requiário (448-456) — o primeiro rei suevo convertido ao Cristianismo — nunca deixou de praticar as barbaridades sanguinárias, ⁽²⁾ como já dissemos.

⁽¹⁾ Ao que já dissemos sobre a estada de S. Paulo na Península, Pierre David «in Etudes sur le livre de Saint-Jacques atribui au Pape Calixte II, In Bulletin d'Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal», Tomo X-XIII; Coimbra 1945-1949, à «Prêgação de S. Paulo é uma lenda tardia, na qual se enxertaram muitas outras, ainda menos verosímeis» pois que «se a viagem de S. Paulo se passou de projecto, não deixou qualquer lembrança na tradição popular» o que não é verdade, pois no texto apresentamos grande número de tradições.

⁽²⁾ O bispo Idácio foi o historiador que mais se ocupou destes acontecimentos. Foi preso por um dos chefes dos suevos a 26-7-460, na Igreja de AQUAS FLAVIAS (Chaves), onde tinha a sua sede Episcopal, tendo sofrido o cativeiro durante três meses.

Antes da conversão de Charrarico, já o Rei Requiário, em 448, se havia convertido, tendo sido este o primeiro rei cristão do «orbe latino» como já tivemos ocasião de fazer referência. Não durou muito o Cristianismo do povo suevo, pois que, tendo sido morto em Portuscale o rei Requiário, pela altura da invasão goda, os suevos regressaram ao arianismo, voltando com Charrarico tal qual aconteceu anos depois com Teodomiro que caíram no arianismo, ⁽¹⁾ depois de segunda conversão.

A última data dos suevos a voltarem a ser arianos é-nos apontada como sendo o ano 466.

⁽¹⁾ Arianismo foi a heresia proclamada por Ario. O ponto de partida de raciocínio de Ario consiste em que nos três primeiros evangelhos e mesmo no quarto o Filho aparece subordinado ao Pai. A essa subordinação deu ele um sentido absoluto, o que destruía a igualdade das pessoas da SS. Trindade.

Se o Filho, diz Ario, está subordinado ao Pai, não é absolutamente Deus; por conseguinte, não é igual ao Pai e não o sendo, não é da mesma essência: porque se possuía a essência divina, sendo essa essência perfeita, devia ser ele próprio perfeito, e nesse caso havia dois Deuses iguais em tudo, o que levava ao politeísmo. Além disso, sendo a substância divina absolutamente simples, indivisível e imutável, Deus não pode criar, se se entende por esta palavra produzir, tirar da sua própria substância: portanto, geração e criação são neste caso sinónimos; ao lado da substância incriada, não pode haver senão substâncias criadas, e quem diz «ser criado», diz um ser que teve começo, que nasceu no tempo. Logo o Filho não é eterno, é uma criatura, é uma obra, a criatura-tipo, sem dúvida, mas, enfim, criatura.

O arianismo começou a manifestar-se em 318, propagando-se com grande rapidez e dando lugar a acesas controvérsias entre os teólogos. Ocuparam-se da heresia diferentes concílios que a condenaram, o que não impediu que os que a ela aderiram a pregassem com denodo. O patriarca, por seu turno, não descansou na propaganda da sua doutrina, chegando a enviar a sua profissão de fé a muitos bispos; indo à Palestina e à Bitina pregá-la, muitos homens eminentes prestaram a sua adesão, entre os quais Eusébio de Nicomédia e Eusébio de Cesarea. Assim dividida a Igreja em dois campos, a luta encarniçou-se, travando-se um verdadeiro duelo entre os partidários de Ario e os seus antagonistas. Combatida a heresia pelo concílio de Nicea, os bispos que não aderiram às resoluções dessa assembleia começaram a prêgar com mais veemência a nova doutrina, conseguindo o arianismo dominar no Oriente. Vieram depois os concílios de Sardica na Ilíria e de Filipopolis, na Trácia, onde os bispos aderentes se excomungaram reciprocamente, até que, após muitas lutas e muitas controvérsias, os arianistas foram tratados como rebeldes, sendo as suas igrejas saqueadas.

Quando parecia perto a extinguir-se, a invasão dos bárbaros trouxe-lhes novos alentos, conseguindo dominar ainda na Itália com Teodorico na Gália Narbonesa, na Aquitania e em Espanha com Alarico, na África com os Vândalos, etc. Pouco depois, porém declinava rapidamente, até que de todo emudeceram os que com tanta veemência haviam pregado e propagado a nova heresia, que marca um período tempestuoso na história das lutas e das controvérsias religiosas.

Conversões e Abjurações do povo suevo foram devidas à «atitude pouco uniforme dos monarcas».

A conversão dos suevos tornou-se definitiva entre os anos 550 a 560 com S. Martinho de Dume, «o Apóstolo dos suevos», que, segundo a opinião do Padre Miguel de Oliveira, desenvolveu aqui uma acção em tudo semelhante à do seu compatriota e homónimo S. Martinho de Tours, «o Apóstolo das Gálias», que tratou da organização não só paroquial como monástica, isto é, da organização eclesiástica.

Em 585 o reino dos suevos desaparecia, absorvido pelos visigodos, depois de obedecerem já ao Papa durante mais de 40 anos. Com a invasão dos árabes, a Egitânia foi atacada e destruída, a ponto de os seus bispos se terem refugiado na vila de Penamacor, servindo-lhe de Sé a igreja de Santiago.

Nesta vila beiroa os prelados egitanienses estavam mais acobertos dos mouros de Alcântara. Aqui estiveram até que D. Sancho I, em 1199, por a cidade de Idanha se encontrar destruída desde o tempo dos mouros, «escreveu ao Papa Elestino que lhe mandasse bispo, etc., e lhe mandou o bispo D. Martinho, o primeiro de nome, estrangeiro de nação, pelos anos do Senhor de 1211». D. Sancho I fundou naquele ano a diocese da Guarda e, nessa época, o rei Povoador obteve do Papa Inocêncio III licença para transferir para a nova cidade a sede episcopal de Idanha para a Guarda «com a condição expressa de conservar o antigo e venerando título *egitaniense* em homenagem à histórica cidade da Egitânia».

Foi seu primeiro bispo D. Martinho Pais, mas só em 1229 se instituiu a Sé.

A diocese ficou sufragânea de Compostela até que no reinado de D. João I passou a ser da metrópole de Lisboa. O que sucedeu à Egitânia (diocese) em lhe mudarem a sede para a Guarda, o mesmo aconteceu com Conimbriga em que os bispos tiveram de ir, no tempo dos suevos, para Eminium, onde instalaram a sede da sua diocese.

Só existe uma diferença entre ambas, é a de que a primitiva sede egitaniense não está, actualmente, incluída no território da diocese que hoje conserva o seu nome, mas, sim, na de «Portalegre e Castelo Branco».

Foi com razão que o mestre José Leite de Vasconcelos cognominou Idanha-a-Velha de «ruína das ruínas» onde, actualmente, desde há dois anos, um ilustre arqueólogo, sr. dr. D. Fernando de Almeida, chefia as escavações do subsolo da velha catedral, nossa velha aspiração, defendida tanto no livro como no jornal e ainda na rádio.

Temos a certeza de que Idanha-a-Velha, a sucessora da cidade epis-

copal dos suevos, há-de vir a ser um dia um centro de peregrinação de pessoas que amam o Passado.

A grande obra que ali vem realizando o distinto arqueólogo sr. dr. D. Fernando de Almeida, proclamado há pouco tempo oficialmente «cidadão honorário da Egitânia», com a comparticipação da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais e com o auxílio do sr. António de Pádua Marrocos e da Casa Capelo Franco e do da Junta Provincial da Beira Baixa, tudo nos faz crer em que virá a contribuir para o enriquecimento do património histórico-arqueológico da Província da Beira Baixa e, portanto, da Arqueologia Nacional.

DEUS O QUEIRA!

OBRAS CONSULTADAS

- ACTOS DOS APÓSTOLOS — Novo Testamento.
 ALMEIDA (*D. Fernando de*) — Egitânia — 1956.
 ALMEIDA (*Fortunato de*) — História da Igreja em Portugal — 1915.
 ALVES (*Francisco Manuel*) — Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança. Tomo IX — 1934.
 ARGOTE (*D. J. Contador D'*) — Memórias para a História Eclesiástica do Arciprestado de Braga — Primaz da Espanha — Tomo I — 1734.
 AZEVEDO (*P.º Agostinho de*) — Terras da Maia — 1939.
 AZEVEDO (*Rui de*) — O Mosteiro do Lorvão na Reconquista Cristã — 1948.
 ACTAS DE LOS VERONES APOSTÓLICOS in *Miscelânea Litúrgica Cristã* — Tomo I — 1948.
 BOSCH (*Gimpera*) — La Formacion de los Pueblos de España — 1945.
 BEIRA ALTA — Da Junta Provincial da Beira Alta.
 BRANDÃO (*Fr. António*) — Crónica de D. Sancho I — 1945.
 BRACARA AUGUSTA — Câmara Municipal de Braga.
 CARVALHO DA COSTA (*P.º António*) — Geografia Portuguesa — 1708.
 COLECCÃO DE CÂNONES ORDENADOS por S. Martinho Bracarense — 1803.
 COLECTIO CANONUM ECCLESIAE HISPANAE — 1808.
 DAVID (*Pierre*) — Etudes Historiques sur la Galice et le Portugal du VI.º siècle au VII.º siècle — 1947.
 DAVID (*Pierre*) — Etudes sur le livre de Saint-Jacques attribué au Pape Caliste II in *Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal* — Tomes X-XIII — 1945-1949.

- ERDMANN (*Caetl*) — O Papado e Portugal no I século da História Portuguesa — 1953.
- ESTRABÃO — Geographie in viajes de extranjeros por España y Portugal — 1952.
- ESTAÇO (*Gaspar*) — Várias Antiquidades de Portugal — 1625.
- FERREIRA (*Pr. F. Joaquim José*) — História de N.^a Senhora — 1915.
- FONSECA (*Crispiano*) — A Egíptea — Idanha-a-Velha — 1922.
- GAMA E CASTRO (*J. Osório*) — Diocese e distrito da Guarda — 1902.
- GARCIA VILLADA (*Zacarias*) — História Eclesiástica de España — Tomos I e III — 1929 e 1936.
- GARCIA E BELLIDO (A) — Os mais primitivos nomes da Península Hispânica — 1947.
- GARCIA E BELLIDO (A) — La Península Ibérica en los comienzos de su Historia — 1953.
- HERCULANO (*Alexandre*) — História de Portugal.
- LANDEIRO (*José Manuel*) — O concelho de Penamacor — 1938.
- LANDEIRO (*José Manuel*) — Diocese da Guarda — 1940.
- LANDEIRO (*José Manuel*) — Da velha Egíptea — 1952.
- LEITE DE VASCONCELOS (*José*) — Etnografia Portuguesa — Tomo III — 1885.
- LEITE DE VASCONCELOS (*José*) — Religiões da Lusitânia — Tomo I e III 1893-1913.
- MARROCOS (*A. Capelo Manzarra*) — Idanha-a-Velha — 1936.
- MEREIA (*Paulo*) — Algumas palavras sobre Portugal no século IX — 1930.
- OLIVEIRA (*P.^o Miguel de*) — História Eclesiástica de Portugal — 1948.
- OLIVEIRA (*P.^o Miguel de*) — Epigrafia Cristã em Portugal — 1941.
- OLIVEIRA (*P.^o Miguel de*) — As Paróquias Portuguesas — 1940.
- PELAYO (*Menendes*) — História de los Heterodoxos Españoles — Tomo I — 1946.
- PERES (*Damião*) — A Reconquista Cristã.
- PORTUGALIA E MONUMENTA HISTÓRICA.
- REVISTA DE GUIMARÃIS — Sociedade Martins Sarmiento.
- SCILAX - PERIPLO — Cap. 2 in Fontes.
- SILVA PINTO (*Sérgio*) — Requiário de Braga — Primeiro Rei Católico do Orbe Latino — 1954.
- SYLVA LEAL (*M. Pereira*) — Notícias da Gazeta Ocidental — 1898.
- VASQUEZ DE PARCA — La Division de Wamba — 1743.
- VITERBO (*Fr. J. de Santa Rosa de*) — Elucidário — 1865.

UMA OFICINA MONETÁRIA DO SÉCULO XVI

POR JOAQUIM FRONTEIRA

A bela cidade que o Danúbio atravessa de fugida — a Wien dos Imperadores, de Metternich, do Congresso de 1814-1815 e das imorredouras valsas — tem sempre, para nós, um particular atractivo: os seus Museus.

Opulentos, não só pelo recheio como pelas suas monumentais instalações construídas, quase todas, com ricos mármore austríacos e italianos, a lembrança da sua visita perdurará por longo tempo na memória do turista culto que lhes dedique uns quantos dias que não serão, precisamente, de físico repouso. Foi em um desses Museus, no «Kunsthistorisches Museum», que na sala I do «Gabinete Numismático» encontramos uma reprodução ampliada e emoldurada, da xilogravura que ilustra este artigo e cujo original pertence à «Österreichische National-Bibliothek», de Wien.

Trata-se de uma gravura a preto, medindo no original 21,8x19,5 cm., representando o interior de uma oficina monetária do século XVI, conforme consta da respectiva legenda, que se transcreve a seguir:

MÜNZERWERKSTATTE des 16. Jahrhunderts
Aus dem «Weisskünig»

Pela natural similitude que deveria haver então nos processos de cunhagem a martelo na Europa Central e nos restantes países do Velho Continente, afigura-se-nos interessante apresentar a descrição pormenorizada dessa gravura, em especial recordando o que, a tal respeito, nos diz o Dr. Teixeira de Aragão:

«Até 1561 o cunho da moeda era impresso a martello, e n'esse anno foi que João Gonçalves, o *engenhoso*, empregou a máquina de sua invenção. Os resultados parece não haverem correspondido ao que se esperava, e teve de se voltar ao antigo systema do martello». Em 1649 fez-se nova tentativa

com «o engenho trazido de França por António Routier para a cunhagem da moeda», mas não logrou melhor resultado do que a primeira. Em 1678 o 3.º conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, voltou a substituir a martelagem pela nova máquina de cunhar, passando também a ser serrilhadas as moedas de ouro e prata a fim de evitar o seu cerceio.

A legenda transcrita informa-nos de que a gravura é reproduzida do «Weisskünig». Para ilucidação do leitor a respeito desta obra, a seguir traduz-se a notícia que dela consta na enciclopédia alemã «Grosser Brockhaus»:

«Weisskünig», o Rei Branco — quer dizer, o rei vestido de branco — é a antítese pouco valiosa do «Teuerdank». Escrita em prosa, meia crónica, meia romance, narra em três partes, o casamento e a coroação do imperador Frederico III, a educação e o reinado de Maximiliano I até à conclusão da guerra com os venezianos, em completa conformidade com a História, mas ocultando com alegorias todos os verdadeiros nomes.

Também esta obra foi concebida por Maximiliano (até 1512), mas mais tarde, em 1514, mandou-a executar e concluir pelo seu secretário-particular Marx Treizsaurwein von Erentreiz, falecido em 6 de Setembro de 1527.

Todavia só em 1775 o «Weisskünig» foi impresso (em dois volumes), com gravuras em madeira por Hans Burkmair, cujas chapas originaes se tinham conservado em Graz.

Informados de que não havia à venda no Museu qualquer reprodução da gravura em causa, chegados a Lisboa escrevemos ao Director da Biblioteca Nacional Austriaca, de Wien, pedindo que nos fosse enviada uma cópia dela, bem como autorização para a sua publicação em a «NVMMS». Passado algum tempo recebemos uma reprodução fotográfica da gravura e, depois, a solicitada autorização dada pelo Dr. Franz Unterkircher, Director das Colecções de Manuscritos da referida Biblioteca, a quem apresentamos, por esse motivo, os nossos agradecimentos.

Passamos agora à descrição da gravura, na convicção de que não haja sido publicada ainda em Portugal.

Na pequena quadra que ela representa encontram-se reunidas as várias operações que constituem o fabrico da moeda batida a martelo e que se inicia e termina pela pesagem efectuada pelo personagem sentado de costas para a janela, envidraçada com típicos «fundos de garrafa», como nos recordamos de ver no «Frilandsmuseet», perto de Copenhague, e no «Skansen», de Stockholm. Esse personagem dá entrada ao metal destinado a amoedação, procedendo ao respectivo registo no livro que se encontra aberto sobre a mesa, e dá depois saída à moeda batida, cuja estiva verifica em face do metal empregado, fazendo também o devido lançamento. Uma destas opera-

ções estará, acaso, decorrendo e será objecto da conversa com o seu interlocutor, de pé, junto da mesa e entre esta e o arco da entrada, à direita.



Em frente abre-se a bocarra do forno, aceso, cujas labaredas estão derretendo o metal contido em três cadinhos de secção subtriangular, enquanto um quarto repousa na soleira, sob a qual se vêem as duas «fornaças» — termo

dado, por extensividade, também à própria oficina, segundo Santa Rosa de Viterbo, do que discorda João Pedro Ribeiro que considera «fornaça» sinónimo de «fornada». Ladeiam a abertura do forno, suspensas de polés, um par de tenazes e a balança para as pesagens.

Seguindo o curso do fabrico está a figura central desferindo pancadas com um martelo sobre uma chapa de metal, apoiada numa grande bigorna cravada em um enorme cepo, ao lado de uma pequena flauta. Fica-se em dúvida se este artífice será também o encarregado de proceder ao corte dos «flans», conquanto, na verdade, não se veja algum vasador ou ferro adrede destinado. O que é facto é que o outro moedeiro, sentado em um mocho, de costas para o centro da quadra, está procedendo à cunhagem a martelo, com um cunho móvel (torquel) e outro fixo (contra-cunho), dos «flans» que lhe são passados pelo aprendiz, sentado em frente, que os tira de um recipiente colocado sobre os joelhos.

As moedas, depois de batidas, são lançadas para dentro do vaso com duas asas que se vê no chão. Dali seguem para cima da mesa à esquerda, onde o último artífice, munido de uma comprida tesoura, procede à operação de aparar o excedente da cunhagem deixado por este primitivo sistema de amoedação. Assim regularizado o seu contorno, as moedas são deitadas no prato à esquerda do operador e, depois da pesagem, guardadas no pequeno cofre chapeado, que se vê no primeiro plano da gravura.

NOTA — Já depois de escrito este artigo, por amável indicação do nosso amigo e confrade sr. major Ismael Joaquim Spínola, tivemos conhecimento de que no «*Curso de Numismática*», de António Beltrán Martínez, (Cartagena, 1950), a pág. 60, se encontrava a grav. n.º 68 com a legenda «Grabado frances representando todas las operaciones de una ceca en tiempo de Luiz XII (acuñacion a martillo)», (De Blanchet, Man. de Núm. Franc).

A gravura não é a que ora apresentamos, embora com ela tenha flagrante semelhança, faltando-lhe, contudo alguns pormenores que se encontram nesta, que é bastante mais cuidada.

Recordando que Luís XII (d'Orleans) reinou em França de 1498 a 1515, o facto confirma a hipótese que pusemos, de início, da semelhança do sistema de cunhagem a martelo, no século XVI, nos diversos países da Europa.

Ao nosso obsequioso informador apresentamos os devidos agradecimentos pela sua oportuna indicação.

VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.^a DINASTIA

POR J. O. DE SOUSA NUNES

Se se considerarem como variantes inéditas as moedas que ainda não tenham sido descritas em qualquer catálogo, estou dentro da razão ao v^{er}, por intermédio desta secção da NVMMVS, dar conhecimento aos nossos prezados confrades de um certo número de variantes que considero de elevado interesse.

A circunstância de julgar saber que vários coleccionadores estão, de facto, interessados nas variantes de que a seguir dou nota, mais me anima a fazer esta comunicação, esperando que o meu exemplo frutifique e que outros venham também à liça, revelando exemplares de numismas não mencionados na minha relação e que correspondam a características idênticas.

Além disso, bem estimaria estar a contribuir para que se reatasse a tradição das comunicações desta natureza, que tanto interessam à numismática e que em hora de feliz inspiração foram publicadas na NVMMVS, em alguns dos números que compõem o seu 1.^o volume. Infelizmente, por aí se ficou...

Sabe-se que, entretanto, apareceram algumas moedas inéditas, especialmente em ouro, verdadeiras raridades, das quais a NVMMVS nunca deu qualquer notícia, sendo de lamentar que os seus possuidores, ou achadores, não hajam publicado a sua descrição, embora sucinta.

Relação das moedas que figuram na minha colecção:

CRUZ DO SANTO SEPULCRO SOBRE A ESFERA DA COROA

D. José



Cruzado, de 1774 e 1775 (2 var.)

D. Maria I e D. Pedro III

Cruzado, de 1779 (3 v.) e 1780 (2 v.)

CRUZ DO SANTO SEPULCRO NO CALVÁRIO

D. José I



Meio cruzado, de 1774

Ensaio, de chumbo, uniface, do meio cruzado, de 1775 (a)

Seis vinténs

LXXX (2 v.) (b)

D. Maria I e D. Pedro III

Cruzado, de 1780

Meio cruzado, de 1779 e 1780

LXXX (a)

Seis vinténs

CRUZ SIMPLES, PEQUENA, NO CALVÁRIO

D. Maria I e D. Pedro III



Cruzado, de 1782

Meio cruzado, de 1781, 1784 e 1785

Seis vinténs

LXXX

XXXX

D. Maria I

Meio cruzado, de 1791, 1792 e 1793

Seis vinténs

LXXX

XXXX

Açores 300 réis 1794, 5 a 7

150 réis

Lisboa, 31 de Outubro de 1962

(a) da colecção Eng.º Costa Santos.

(b) da minha colecção e que foi descrito, em parte, no catálogo de Batalha Reis, sob o n.º 10 B.

NOVAS VARIANTES DA 4.^a DINASTIA

Persistindo no propósito de, por intermédio da NVMMVS, ir dando a conhecer, aos nossos prezados Consócios, variantes de moedas da 4.^a Dinastia, oferece-se-me o ensejo de dar nota de mais algumas de que apontei elementos. Assim se confirma o que afirmei na minha comunicação de 31 de Outubro de 1962, quanto ao conhecimento de moedas inéditas.

No entanto, ainda me permito acentuar que é natural que outras tenham aparecido no mercado sem terem chegado ao meu conhecimento, ou que as não tenha anotado na devida altura. Porque a verdade é que foi por mera curiosidade que iniciei os meus apontamentos, uma vez que nunca me passara pela mente a ideia de vir a colaborar na nossa revista, isto por ser o primeiro a reconhecer que para tal me faltam «engenho e arte». Sobra-me, porém, a boa vontade em ser útil àqueles que, como eu, têm a paixão — ou o «vício» — de se interessar pela numismática.

MOEDAS DE OURO

Variantes de datas

D. Pedro II

Moeda, de Lisboa, de 1705 — colecção A. P. de Magalhães

Meia moeda, de Lisboa, de 1706 — colecção Dr. Evaristo Marques

D. João V

Peça, da Baía, de 1730 — colecção A. P. de Magalhães

Meia peça, de Minas, de 1727 — de uma colecção do Norte

Meia peça, da Baía, de 1732 — colecção A. P. de Magalhães

Escudo, da Baía, de 1729, variante reverso, desenho XXII — colecção A. P. de Magalhães

D. José I

Peça, de Lisboa, de 1752 c/ J — Museu Numismático Nacional

Escudo, da Baía, de 1752 c/ J — vendida pela casa A. B. & Piombino

D. Maria I e D. Pedro III

Peça, de Lisboa, de 1777 — colecção A. P. de Magalhães

D. João P. R.

Peça, de Lisboa, de 1813 — colecção A. P. de Magalhães

D. João VI

Peça, de Lisboa, de 1818 — colecção A. P. de Magalhães

Quartinho, de Lisboa, de 1820 — colecção A. P. de Magalhães

MOEDAS DE PRATA

Variantes de legendas, cunhos e contramarcas

D. João IV

Tostão, de Lisboa, sem data, legenda terminando em REX — colecção A. P. de Magalhães

Tostão, de Lisboa, sem data, coroa de fio de pérolas — colecção A. P. de Magalhães

Tostão, de Lisboa, sem data, escudo coroado entre pontos (como os do Porto) — colecção A. P. de Magalhães

Vintém, de Évora, coroa não cortando a legenda — colecção A. P. de Magalhães

Meio tostão (F. Vaz, n.º 38) com a contramarca 60 — colecção A. P. de Magalhães

D. Afonso VI

Meia pataca (4 reales), contramarca 300 coroado (coroa do 2.º tipo das contramarcas anteriores) — uma na col. A. P. de Magalhães, uma na minha colecção.

D. Pedro II

Nova orla e serrilha

Meio cruzado de D. João IV, do Porto, sem contramarca — colecção Miguel Pacheco.

Meio cruzado de D. Afonso VI, de Lisboa, sem data, com a 1.ª contramarca (2SO) — uma na minha colecção

Cruzado de D. João IV, de Lisboa, com a 1.^a contramarca (SOO)
— uma na minha colecção

Esta interessantíssima moeda tem duas invulgares particularidades, pois que além de ser um cruzado de D. João IV, e na nova orla ter sido cunhada a legenda de D. Afonso VI, tem ainda as legendas trocadas, tal como a seguir se descrevem:

A/ . * . IN * HOC * . SIGNO * VINCES

R/ * ALPHONSVS:VI:D:G:PORTVG:ET:ALG:REX

D. João P. R.

Cruzado, de 1802, legendaPORT ET ALG... — uma na col. A. P.
de Magalhães, uma na minha colecção

MOEDAS DE COBRE

D. João VI

V Réis; de 1824, legenda do reverso BRASIAE — uma na minha
colecção

Lisboa, 18 de Julho de 1963.

MAIS UMA ACHEGA PARA A SOLUÇÃO DE UM PROBLEMA NUMISMÁTICO

POR DR. ARNALDO BRAZÃO

«O escritor consciencioso vai estudando e emendando; a crítica auxilia a investigar a verdade e esta é o único alicerce da história.»

TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, 1898.

Sob o título *Cunhou-se moeda portuguesa no Transval durante a guerra?*, o comandante José Torres publicou, no «Boletim da Sociedade de Geografia» (série 54.^a, 1936, n.º 1/2, p. 45), um interessante e esclarecido artigo sobre o aparecimento de uns cunhos na casa da moeda de Pretória, referentes a uma moeda moçambicana, e se julga terem sido feitos quando da Grande Guerra que, a norte da nossa província de Moçambique, abriu um dos seus numerosos campos de operações.

Teve o ilustre articulista conhecimento dessa existência por intermédio do seu camarada, o comandante José Cardoso, ao realizar uma das suas visitas a Pretória. Aqui lhe mostraram esses cunhos como elemento raro e interessante e na realidade eles despertam curiosidade e vivo interesse a quantos se dedicam à ciência das moedas.

Aquele também ilustre oficial da Armada, dado a assuntos culturais e de interesse especial para a província de Moçambique, começou a investigar o caso que lhe foi presente, e como elemento de interesse histórico procura dar-lhe solução, isto é, procura as razões de uma tal existência. Foi bater a diversas portas, como velhos colonos ou antigos combatentes que, por aquelas paragens, muito prestigiaram a bandeira nacional. Uma delas, foi o comandante José Torres, autor do artigo de referência, que tomou parte activa nas operações de guerra como oficial de marinha e elemento

de ligação entre os comandos das forças expedicionárias portuguesas e inglesas, portanto figura de militar com autoridade especial para explicar esse enigma que é a existência, na casa da moeda de Pretória, de cunhos para o fabrico de moeda para Moçambique.

Analisando esmiuçadamente o artigo do ilustre comandante da *Chaimite*, podemos dividi-lo em 3 partes distintas. Na primeira começa por fazer, resumidamente, a história da nação que tinha por capital Pretória, e hoje fazendo parte da próspera e progressiva União Sul-Africana, para demonstrar que, naquela época acima referida, guerra 1914-1918, não estava em actividade a casa da moeda daquela capital, dada a circunstância de ter passado para o domínio inglês, após a guerra transvaliana, todo aquele território de que faziam parte os antigos estados soberanos, Orange e Transval. Porém, com a construção de nova casa da moeda naquela cidade, em 1923, volta-se a cunhar moeda em Pretória. Como se vê, só depois da assinatura do tratado de Versalhes, que pôs termo à primeira guerra mundial, aquela casa abriu as suas portas, retomando a sua actividade fabril. Na segunda parte do citado artigo, embora não chegue a conclusões seguras, precisas ou concretas, explica a possibilidade de a ideia de tais cunhos pertencer ao comando das tropas aliadas. E assim, afirma que o comandante das tropas inglesas expedicionárias, com bases militares em território português, em dado momento, encontrou-se em sérias dificuldades para pagamento do pré às suas unidades, por falta de numerário adequado que circulasse na região de operações, isto é, moeda portuguesa, pois aquelas tropas estavam acampadas em território moçambicano, sob a directa administração da Companhia do Niassa. Nestas circunstâncias, aquele oficial general propôs que as rupias de que dispunha pudessem circular ao norte daquela provincia ultramarina, visto a rupia em tudo se assemelhava aos nossos 500 réis, ainda ali em circulação e correspondendo aos 50 centavos, segundo a reforma monetária de 1911. Não havendo opposição da Companhia do Niassa e não consta que tivesse havido por parte do Governo Geral da Provincia, as rupias começaram a circular, facilitando a vida aos combatentes britânicos, porque necessitavam comprar as mais diversas coisas, sempre necessárias a uma vida, seja de homem de armas ou de pacífico cidadão.

E o problema está assim enunciado, mas sem qualquer vislumbre de solução porque, até então, não se falou numa cunhagem especial ou operação de carimbagem urgente para nacionalizar a moeda estrangeira, por todos bem aceite, em tudo semelhante aos 5 *tostões* ainda em circulação. Na terceira e última parte deste testemunho vívido, o ilustre autor do artigo em questão parece querer dar a deixa para uma possível solução. Dada a circuns-

tância de nas tropas britânicas, quer no estado maior, quer nos serviços administrativos ou noutros, ter havido numerosos sul-africanos, aventa a hipótese de se pensar em submeter aquelas rupias a uma recunhagem, de que ninguém falou até então, para conceder certos vislumbres de legalidade à nova moeda, e poder circular livremente naquele nosso território e aceite sem relutância da parte do comércio e da população. Como conclusão, embora sem uma afirmativa categórica, e para justificar a existência de tais cunhos em Pretória, o autor do artigo inclina-se a admitir a hipótese de tal iniciativa, isto é, a abertura de cunhos ser de origem inglesa, através de algum elemento militar do estado maior, ou dos serviços administrativos ou ainda de outros serviços das tropas em campanha como já fôra dito. E quanto à existência de exemplares, isto é, de moeda como elemento de troca, inclina-se pela negativa, pelo que se deduz de todo o conteúdo da sua exposição, por não terem sido vistos quaisquer exemplares e porque o camarada, comandante José Cardoso, no decorrer das suas investigações nada ter recolhido de positivo, numa época não muito distante do desenrolar daqueles tristes acontecimentos.

Até aqui parece estar tudo muito bem, esperando-se que o acaso faça chegar até nós, os que tratamos destes assuntos de investigação numismática, qualquer exemplar dessa moeda imaginária e de emergência para dar solução a um problema histórico à base da Numismática.

Neste momento, porém, a uma distância de 44 anos, aparece um documento que vem rectificar certas dúvidas e levantar novas hipóteses. E como se trata de uma prova fotográfica que se reproduz muito gostosamente, ⁽¹⁾ natural é que ainda existam outros exemplares guardados em algum arquivo ou biblioteca pública ou particular, ou ainda dentro de algum *dossier*, também difícil de descobrir. Por obsequiosa e gentil oferta do sr. Engenheiro Bacelar Bebiano, antigo ministro do Ultramar, a fotografia ora reproduzida e lhe fora oferecida, em Pretória, quando da sua viagem ministerial de Angola à Contracosta, em 1932, quando o caminho de ferro de Benguela atingiu a fronteira do Katanga, essa fotografia reforça a ideia da existência dos cunhos, embora não tivessem sido postas em dúvida as palavras do comandante José Cardoso. Quanto à tentativa de cunhagem, sem dúvida se ultimaram as operações para tal fim, a gravura ora publicada o comprova, e estamos em presença de provas realizadas em rupias da África Oriental Alemã!!!

(1) Esta gravura reproduz-se no artigo seguinte: «Cunhou-se moeda portuguesa no Transval durante a guerra?»

É precisamente esta circunstância que nos leva a novas interpretações que vão ser presentes à crítica dos nossos leitores. Se aquelas provas tivessem sido feitas por ingleses, em Pretória ou noutra local, teriam eles aproveitado uma moeda alemã? Opinamos pela negativa. No reverso da prova os vestígios de uma recunhagem são evidentes, estão bem nítidas as passagens da legenda que seguramente nos dão a origem da chapa metálica para as experiências. Veja-se *An catalog of modern world coins*, por B. S. Yeaman, 1.^a edição, 1957, p. 208. Estas duas provas, anverso e reverso, terão ainda outros parceiros, e nada custa a crer que sejam unificadas. Quer sim quer não, a lógica leva-nos a afirmar que, em Pretória, domínio inglês, não se faria esta operação sobre uma moeda do país inimigo. Por exclusão de partes pode admitir-se que os cunhos e as provas teriam sido feitos pelas tropas invasoras cujo comando, naquelas paragens e com dificuldades de comunicações com a mãe-pátria, em igualdade de circunstâncias do seu camarada inglês, teria de bater moeda para suprir as grandes dificuldades de alcançar moeda para as suas tropas. Parece até, sem que possamos comprovar a nossa afirmativa, na antiga colónia alemã da África Oriental, naquela época, viu-se obrigado a cunhar uma moeda local, verdadeira moeda de emergência, moeda obsidional. E se ele assim fez em território nacional, melhor o faria em terreno conquistado e na convicção de que, no final, ditaria as condições de paz aos vencidos e a imposição de uma moeda já em circulação, semelhante no seu valor intrínseco ao da moeda corrente, evitando-se complicações com o comércio local e a relutância das populações. E nisto não fugiria à regra de um país conquistador subordinar-se à lei monetária do país conquistado. Pelo menos no começo da sua administração. Pomos também de parte, por inverosímil, a hipótese de pertencer ao comando português a iniciativa da abertura de uns tais cunhos. Todo o conteúdo do artigo em análise, reforça a nossa ideia.

Resta agora saber como é que os cunhos foram parar ao museu da casa da moeda de Pretória, quando ela, nessa época tinha encerradas as suas portas. Como nos inclinamos a admitir a paternidade alemã a tais cunhos, possível é que eles fizessem parte de algum espólio das tropas vencidas, recolhido pelas tropas vencedoras (inglesas) e estas, porque nos seus quadros, segundo informa o ilustre oficial da Armada, comandante José Torres, havia sul-africanos, conhecedores da existência, na sua terra, de uma casa da moeda com o seu museu numismático, para lá os remeteram num belo e nobre gesto de patriotismo, aumentando assim o recheio com novos elementos que, mais tarde seriam, como foram de facto, elementos de curiosidade e objectos de estudo.

Na verdade, assim poderia ter acontecido. Há pelo menos lógica nesta interpretação. Em primeiro lugar, porque o Comandante José Cardoso nada concluiu das suas infrutíferas embora operosas diligências pelo território moçambicano; em segundo lugar, porque o Comandante José Torres, equacionando o problema tão-sòmente, ao apresentar os seus preciosos esclarecimentos no boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, também não chegou a resultados seguros; em terceiro e último lugar, porque o autor destas linhas, com esta modesta achega e prova fotográfica procura chegar a uma conclusão, por não conhecer qualquer outro trabalho, estudo ou diligência que possam modificar, alterar ou dar solução definitiva e diferente.

Como simples e última observação é de notar a falta da respectiva data quando havia tanto espaço para lá a colocar. Bem sabemos que o momento era cheio de dificuldades, de imprevistos e de surpresas, por tudo isto pode muito bem ter havido lapso do artista gravador, assediado pela necessidade ingente de apresentar o trabalho num curto prazo de tempo. Não é também para desprezar a simplicidade do desenho. Não podia ser mais pobre.

EM CONCLUSÃO

- a) Não se cunhou moeda privativa para Moçambique quando da guerra de 1914-1918;
- b) Tendo-se feito trabalhos preliminares para a cunhagem é de presumir que o decorrer das operações militares não permitissem um tal fabrico;
- c) Há cunhos existentes no museu da casa da moeda de Pretória e as respectivas provas;
- d) Ignora-se o número destes exemplares monetários;
- e) As provas foram realizadas em rupias da África Oriental Alemã, trata-se, pois, de uma recunhagem;
- f) Por esta circunstância, atribuímos a artista alemão a abertura dos cunhos cuja simplicidade se deve atribuir a fortes pressões de um estado de guerra;
- g) Estes cunhos, finda a guerra, e por fazerem parte de qualquer espólio deixado pelos vencidos, seriam enviados para Pretória, que possuía um museu;
- h) Este problema levantado pelo comandante José Torres, não fica encerrado com a nossa intervenção que é apreciável só pela documentação fotográfica apresentada;
- i) Aguardam-se novas achegas que possam dar solução definitiva a este problema numismático.

CUNHOU-SE MOEDA PORTUGUESA NO TRANSVAL DURANTE A GUERRA?

PELO COMANDANTE JOSÉ TORRES

Na cidade de Pretória, anteriormente à anexação da República Transvaliana aos domínios britânicos, funcionava uma casa de moeda que cunhava moeda para a circulação na República do Transval.

Dada a anexação, essa casa deixou de funcionar e nunca mais se voltou a cunhar moeda na África do Sul até que, em 1 de Janeiro de 1923, tendo sido prèviamente construída uma nova casa de moeda, se voltou a fazer operações de cunhagem de moeda.

Em fins de 1932, procedendo-se a uma arrumação e selecção de maquinismos e mais material existente na antiga casa de moeda do tempo de Kruger, foram encontrados uns cunhos estranhos, com os seguintes dizeres:

Anverso: PROVINCIA MOÇAMBIQUE

Reverso: 50 CENTAVOS

Como não houvesse conhecimento de a Província de Moçambique ter cunhado em tempo algum moeda especial, para a circulação exclusivamente na Província, e como muito menos houvesse conhecimento de que o Governo da Província se tivesse dirigido à casa de moeda da antiga República do Transval, pedindo que lhe fosse ali cunhada moeda, causou o aparecimento destes cunhos uma manifesta surpresa.

Motiva-a e justifica-a o caso de, desde a anexação do Transval aos domínios britânicos, nunca mais se ter cunhado moeda em Pretória e o cunho estar gravado «50 centavos», designação adoptada na moeda circulante portuguesa, só depois da implantação da República em Portugal em 1910.

Chegava assim a haver mesmo um conflito de possibilidades visto a casa da moeda de Pretória, ter deixado de funcionar anteriormente a 31 de Maio de 1902, data da assinatura do tratado de paz de Vereeniging e «50 centavos» só poder ser gravada depois de 1910.

Numa visita a Pretória, o comandante José Cardoso, oficial de Marinha, que desde cerca de 1920 vive na Colónia de Moçambique, teve ocasião de ir à Casa da Moeda, ali, entre as curiosidades, foi-lhe mostrado o cunho a que nos vimos referindo e suscitou-se o interesse de averiguar a razão da existência desses cunhos.

Tendo regressado o comandante José Cardoso a Lourenço Marques, com o interesse que toma sempre por todos os assuntos que se relacionam com a vida da Colónia, escreveu a vários amigos residentes na Colónia, que ele supunha poderem dar-lhe informações sobre o assunto, a fim de ver se alguma coisa podia saber.

Entre as pessoas a quem se dirigiu, encontrava-se o signatário que o informou do seguinte:

Quando após a entrada das forças alemãs, na Colónia, sob o comando do general Von Lettow Vorbeck, os aliados foram obrigados a deslocar todas as suas bases de operações, as forças britânicas tiveram que vir também a território português, a fim de ali cooperarem na perseguição do inimigo.

Assim, as forças britânicas constituíram bases de operações em Porto Amélia, Moçambique, mais tarde Quelimane, tendo apoiadas nestas bases, forças importantes, empregando numerosos carregadores vindos uns da Colónia do Kênia, outros do Território do Tanganica, e sendo recrutados muitos em território português, para que o Governo deu as necessárias autorizações.

O signatário, então comandante da canhoneira «Chaimite», foi destacado, com o navio do seu comando, para Porto Amélia, encarregado de cooperar nos desembarques das forças britânicas e servir como elemento de ligação entre as forças britânicas e o Comando das Forças Expedicionárias portuguesas e, simultaneamente, ainda com o Governo dos Territórios do Niassa (então sob a administração da Companhia do Niassa) e o Governo Geral da Colónia.

Nessa qualidade teve de intervir continuamente no seguimento dos vários assuntos que se relacionavam com a permanência das forças britânicas no território português e entre eles no seguinte:

Carecendo o Comando da Base Inglesa, em Porto Amélia, de efectuar pagamentos quer às tropas, quer a carregadores, via-se na dificuldade de não dispor de moeda do país para o poder fazer por forma a permitir que os seus homens pudessem com as importâncias recebidas, adquirir as pequenas coisas de que carecessem, ou fazerem as despesas que entendessem.

Sugeriu o Comandante da Base que, vindas das Colónias do norte de Moçambique, dispunha de rupias, moeda de dimensões muito semelhantes à nossa antiga moeda de 500 réis, ainda ao tempo circulando na colónia e que



poderia utilizar essa moeda desde que não houvesse dificuldade da parte do Governo dos Territórios do Niassa, e que essa moeda fosse considerada equivalente à nossa moeda de 500 réis ou 50 centavos, como já então era oficialmente designada.

Consultado pelo signatário o Governador dos Territórios do Niassa, então o sr. Abílio de Lobão Soeiro, este não pôs relutância na adopção desta convenção, demais desde que os câmbios existentes ao tempo davam para a rupia uma equivalência muito aproximada ao valor que se lhe ia atribuir.

Começaram então as tropas britânicas e os carregadores, mesmo os recrutados em território português, a serem pagos em rupias, consideradas para efeitos de circulação como «50 centavos» e circularam elas primeiro nos territórios do Niassa, depois no distrito de Moçambique e mais tarde no de Quelimane, como tendo esse valor.

Nenhuma relutância foi posta, mesmo pelo Governo da Colónia, à circulação das rupias como 50 centavos.

Ora, na ocasião em que as forças britânicas vieram para território português, e mesmo até ao fim da campanha, o comando das tropas britânicas era exercido pelo General Van Deventer, que, no seu estado maior, serviços administrativos, etc., tinha numerosos sul-africanos, sendo possível que, conhecendo a existência da antiga casa da moeda transvaliana de Pretória, pensassem em submeter as rupias destinadas a circular na nossa Colónia, a uma recunhagem, por forma a apagar-lhes os cunhos primitivos e substituírem-nos pelos transcritos no começo desta notícia.

Teria havido qualquer opposição do Governo da Colónia à circulação das rupias em território português?

Não o sabemos, pois ao signatário nunca chegaram instruções sobre tal ponto e várias vezes teve ocasião de se avistar, quer com o General Sousa Rosa, comandante das Forças Expedicionárias portuguesas, quer com o General Massano de Amorim, Governador Geral da Colónia, recebendo deles instruções sobre serviços a executar, como official de ligação, verbalmente, além das continuas comunicações que por virtude dos serviços que executava, tinha sempre que manter.

Mais nos confirma na nossa opinião o facto de que o comandante José Cardoso, tendo por todos os lados procurado obter informações acerca desses cunhos, nada mais pôde saber além do que lhe foi indicado pelo signatário e com certeza ele teve acesso aos arquivos da Colónia.

Quinta da Passagem, 6 de Janeiro de 1936.

O MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E A ARTE MEDALHÍSTICA EM PORTUGAL

PELO DR. ANTÓNIO FRANCISCO TEIXEIRA

É por demais evidente a atenção, o entusiasmo e o apreço com que o País vem acompanhando a notável acção desenvolvida pelo Ministério das Obras Públicas, com a conclusão das mais diversas e valiosas obras com as quais se está contribuindo para o progresso e desenvolvimento da Nação em todos os sectores de actividade.

São poucos, porém, os que conhecem o interesse e o valor atribuídos por esse departamento do Estado à medalha como meio de consagrar alguns factos de especial relevância para a vida nacional e que através dela se procuram perpetuar ao longo do tempo.

Isso nos propomos salientar aqui, em despreziosas linhas cujo objectivo é chamar a atenção dos numismatas portugueses para os altos serviços que esse ministério está prestando à arte da medalha, cada vez mais valorizada através de exemplares do mais apurado gosto.

Na verdade, vai sendo frequente o Ministério das Obras Públicas, sempre que se inaugura um novo melhoramento de grande interesse nacional — e são inúmeros já os que podem apontar-se nestas condições — assinalar o facto com a emissão de uma medalha alusiva, como meio mais adequado, sem dúvida, de perpetuar a importância do acontecimento.

Deste modo, são inúmeros já os exemplares emitidos, todos eles dum primor de execução e duma beleza de expressão que atestam bem o elevado critério que tem presidido à escolha dos projectos apresentados, os quais ficam a assinalar uma época inconfundível da arte medalhística em Portugal.

Não vamos por agora referir-nos a todos eles. Essa obra terá que fazer-se um dia, com o estudo detalhado e a apreciação ampla que o assunto requer.

Importa por agora salientar a importância atribuída por esse ministério à medalha como meio de expressão, sem esquecer o seu alto valor artístico, o que faz com que, cada exemplar emitido, embora adequado ao facto que consagra, constitua uma verdadeira peça de arte, que se aprecia com enlevo, que se admira com atenção.

Assim, desta maneira silenciosa mas inteligente, está o Ministério das Obras Públicas contribuindo para o enriquecimento do nosso património medalhístico e talvez devido ao seu estímulo a arte medalhística em Portugal atingiu agora uma tal expressão que já não receia hoje confrontos com a dos países como a França e a Itália onde tinha alcançado o mais alto nível artístico.

Muitos se têm podido consagrar a esta modalidade artística com interesse e devoção, melhorando os seus processos de trabalho, outros valores têm sido atraídos para esta arte subtil e podemos assim admirar hoje exemplares de medalhas até há pouco julgadas impossíveis de realizar entre nós.

Este forte estímulo tem resultado sem dúvida da regularidade com que as emissões se vêm fazendo e nesse aspecto a acção do Ministério das Obras Públicas avulta como a mais decisiva e importante.

Têm, pois, os numismatas portugueses fortes motivos para se entusiasmar com o carinho e o interesse mostrados por este departamento do Estado ao proporcionar-lhes frequentemente novos e belos exemplares, uma vez que são eles, mais que quaisquer outros, que poderão interessar-se pelo seu aparecimento no sentido de valorizarem e enriquecerem as suas colecções.

Para além deste interesse, porém, supomos que um outro sentimento os animará ao conhecerem bem e avaliarem na sua justa medida como os mais elevados espíritos, mesmo não dominados pela paixão do coleccionismo, atribuem um tão alto valor à medalha que, na simplicidade das suas linhas e no espaço limitado do seu círculo, melhor que qualquer outro meio de expressão tão bem interpreta e traduz os mais variados actos históricos.

Reconhecer esta verdade, eis a lição a tirar do cuidado com que esse Ministério faz coincidir a inauguração duma obra de vulto com uma medalha que a comemore e a perpetue e os coleccionadores, considerados por muitos como simples curiosos, podem verificar que há quem os entenda e justifique até a sua paixão.

Sim, embora para a grande maioria a medalha mais não represente que uma simples rodela de metal, essa simples rodela de metal ensina e

explica muita coisa, respeita e consagra altos valores, tanto materiais como do espirito e nisso reside o seu alto mérito que muitos não chegam a entender.

Mas bem o tem entendido o Ministério das Obras Públicas e por isso cada medalha devida à sua iniciativa, ao mesmo tempo que consagra o facto a que respeita, representa uma autentica obra de arte de primorosa execução.

Sente-se em cada uma delas o cuidado e o critério havidos na escolha dos motivos, da composição, do equilíbrio, enfim, um interesse para que tudo resulte belo e harmonioso, que dá bem a medida do objectivo a alcançar com a medalha, no fundo o reconhecimento da sua verdadeira utilidade.

Que os numismatas portugueses não têm assistido indiferentes a este valioso labor do Ministério das Obras Públicas prova-o o facto de esta Sociedade, por unanimidade dos seus associados, ter deliberado attribuir a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Eng.º Arantes e Oliveira, o título de sócio honorário desta Sociedade.

Bem merece o Ilustre Estadista esta distinção, através da qual os participantes da S. P. N., representando sem dúvida todos os numismatas portugueses onde quer que se encontrem, pretendem testemunhar-lhe todo o seu agradecimento e a sua admiração pelos beneficios que lhe devem pelo estímulo que vem dando à causa da Numismática entre nós.

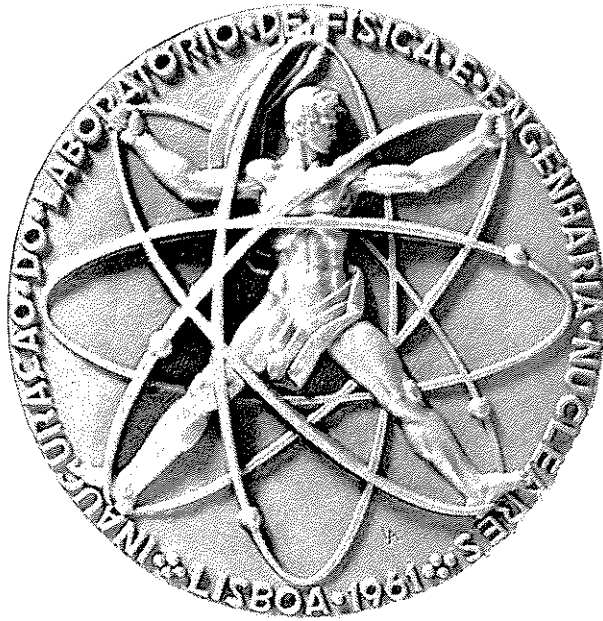
Se, como dissemos, todas as medalhas emitidas por iniciativa deste Ministério ficam a assinalar uma época inconfundível na arte medalhística no nosso País, a ela fica indissoluvelmente ligado o nome do ilustre homem público, como inspirador e orientador da sua execução.

*
* *

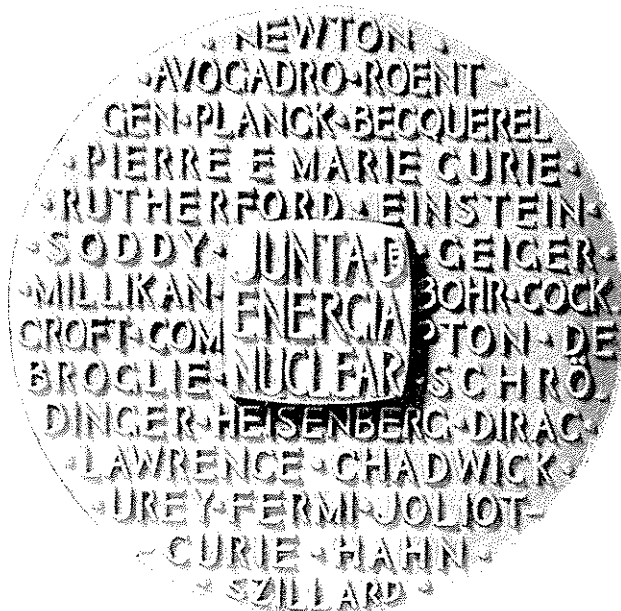
Como já se disse, são actualmente bastante numerosas as medalhas aparecidas por iniciativa deste departamento de Estado e a descrição de todas elas obrigaria a um extenso trabalho de divulgação.

Na impossibilidade, pois, de, nas breves linhas desta crónica, as enumerar e referir a todas, vamos apresentar aos leitores desta Revista algumas ao acaso a que ainda se não fez referência nestas colunas, sem qualquer outra preocupação que não seja apenas dá-las a conhecer, chamar para elas a atenção daqueles que porventura nem sabem ainda do seu aparecimento.

Escolhemos assim, ao acaso, para a crónica deste número:



Anverso



Reverso

Fig. 1



Anverso



Reverso

Fig. 2

*Medalha comemorativa da Inauguração do Laboratório
de Física e Engenharia Nucleares:*

Fig. 1

Escultor: Leopoldo de Almeida
Gravador: Casa da Moeda
Anverso: José Rosa
Reverso: Américo de Carvalho

Número de exemplares cunhados:

21 em prata
354 em bronze

O motivo é, como se compreende, difícil, não se prestando talvez a um grande efeito de composição.

O escultor, porém, encontrou uma solução equilibrada, representando com simplicidade o homem da era nuclear.

Medalha que se impõe pela sobriedade.

*Medalha Comemorativa da Inauguração
do Museu da Marinha*

Fig. 2

Escultor: Álvaro de Brée
Diâmetro: 80 mm

Número de exemplares cunhados:

20 em prata
702 em bronze

Esta medalha, como todas as que se conhecem da autoria de Álvaro de Brée, tem a marca inconfundível do estilo pessoal deste artista.

Artista de forte personalidade, de processos sérios, senhor duma técnica segura, embora respeitando as linhas clássicas soube entender o sentido modernista da sua arte, criando assim um estilo próprio em que as figuras, sobretudo, ganham maior relevo e expressão.

Por isso cada trabalho deste artista é sempre igual a si próprio e sempre diferente.

Uma composição feliz num estilo inconfundível, assim podemos considerar esta medalha, que enfileira no número dos melhores exemplares devidos ao génio do artista.

*Medalha Comemorativa da Inauguração do Palácio
da Justiça do Porto*

Fig. 3

Diâmetro: 80 mm

Número de exemplares cunhados:

Para o Ministério das Obras Públicas

6 em prata
270 em bronze

Para o Ministério da Justiça

10 em prata
150 em bronze

Autor: Euclides Vaz

Artista experimentado em trabalhos deste género, soube fazer uma síntese da austeridade com a imponência, resultando uma composição equilibrada.

*Medalha Comemorativa da Inauguração
do Monumento dos Descobrimentos*

Fig. 4

Diâmetro: 80 mm

Número de exemplares cunhados:

3 em vermeil
47 em prata
702 em bronze

Autor: Leopoldo de Almeida



Anverso



Reverse

Fig. 3



Anverso



Reverso

Fig. 4



Anverso



Reverso

Fig. 5

Reproduz no anverso o conhecido Monumento dos Descobrimentos da Praça do Império, em Lisboa.

Medalha sóbria, em que a beleza do Monumento se pode apreciar com todo o pormenor.

*Medalha Comemorativa da Inauguração
da Ponte da Arrábida*

Fig. 5

Diâmetro: 90 mm

Número de exemplares cunhados:

20 em prata

580 em bronze

Autor: Joaquim Correia

É feliz a composição em que a ligação entre as duas margens do rio nos surge representada de modo a evidenciar-nos bem o esforço que foi necessário para o conseguir.

*

* *

A escolha destas medalhas para as referir nesta crónica não obedeceu, como se salientou, a qualquer critério.

Alguns exemplares apenas escolhidos ao acaso entre tantos que por igual mereceriam ser referenciados.

Dado o limitado espaço de que dispomos, apenas estas por hoje, embora as suficientes para pôr em realce o alto mérito de todas as medalhas devidas à iniciativa do Ministério das Obras Públicas.

Esperamos em nova crónica chamar a atenção para outras mais, se possível para todas, enquanto não surge o trabalho mais que necessário, indispensável mesmo, em que se faça o estudo completo, detalhado, de todas as medalhas conhecidas e devidas à iniciativa deste Ministério.

A paixão pela medalhística impele-nos irresistivelmente a tentá-lo, embora reconhecendo a responsabilidade dum trabalho desta natureza.

Será que outros, com maiores possibilidades, o farão?

Há que preencher esta lacuna na nossa bibliografia numismática.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

CORRIGENDA

<i>Pág.</i>	<i>N.º</i>	<i>Lê-se</i>	<i>Leia-se</i>
143	S 2.28	— id. variante,	— id. (variante,
144	S 2.47	SANCHI REX	SANCHI REX
145	A 3.06	ALFONS REX	ALFONS REX
147	A 3.50	— 5 e 6 arr.	— 4 e 6 arr.
142	S 2.05	A gravura está invertida como se nota pelas letras	



SUPLEMENTO

A O

N.º 24

VOL. VII-2

DEZEMBRO 1963

P O R T O



De há muito que a Sociedade Portuguesa de Numismática perflhava e apoiava a ideia sugerida ao autor acerca da conveniência em actualizar os seus preçários, de passo os modificando, apresentando trabalho simples e, tanto quanto possível, completo, de fácil manejo e pronta consulta.

Isso mesmo foi exposto no n.º 16 de «A Permuta», em Abril de 1962. O apelo então feito aos numismatas, através dessa exposição, encontrou eco em alguns interessados, motivo por que hoje se dão à estampa nas colunas de «NVMMVS» os «Valores Numismáticos» ora actualizados. Obedecendo àquele desiderato de «fácil manejo e pronta consulta» apresentam-se em suplemento do n.º 24 desta revista o que nos parece concitará o melhor aplauso dos nossos presados consócios.

A COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA

POR J. FERRARO VAZ

O capítulo X desta obra, intitulado «Valores Numismáticos», não satisfaz ao desejo quase geral de se dispor de um preço simples e completo para uso nas trocas e transacções de exemplares de moedas aí catalogadas.

A lacuna, salientada por leitores amigos, tem dado motivo a censuras e a outras tantas incitações ao trabalho de preenchimento, não obstante as razões que foram então expostas para justificar o que se fez e o que se não fez.

Venceram os censores reclamantes. Mas as dificuldades da empresa persistem, com a agravante das susceptibilidades que possam surgir pelo facto de se atribuírem preços a objectos de estimação, que podem mesmo não ter par ou serem considerados joias de família.

Perante tarefa tão árdua como inglória, não resistimos à ideia de pedir conselho e colaboração à nossa prestimosa Sociedade Portuguesa de Numismática, onde encontrámos, como sempre, franco e bom acolhimento. Assim, conseguimos uma ajuda valiosa e autorizada para extrair das avaliações penosamente feitas uma lista de preços compensada, em condições de servir de guia nas negociações de exemplares das peças reproduzidas nas várias estampas do tomo II da Numária Medieval Portuguesa.

Haverá, portanto, razões para recomendar os «Valores Numismáticos» médios de 1962, para moedas em bom estado de conservação, que agora se apuraram e dão à estampa, uma vez que se não percam de vista as reservas postas aqui e no mencionado capítulo X. Todavia, ao usar esses valores convem sempre ter presente a grande importância que se atribui à aparência de qualquer peça, visto cunhagem e conservação serem características a influir fortemente nos preços, quer elevando-os acima de toda a expectativa, no caso de excepcional beleza, quer baixando-os até ao valor intrínseco, no caso contrário.

Posto que a natureza e as vicissitudes dos objectos de arte, cujo número tende a diminuir enquanto aumentam dia a dia os interessados, actuam no sentido da sua valorização contínua, será útil salientar determinados factos que ocorrem neste domínio.

Os metais amoedados em qualquer época, sob formas rígidas incompatíveis com as mutações do ambiente criador, entram oportunamente no cadinho da renovação, servindo amoedações seguintes e outros fabricos, de forma que as espécies sobrantes, quando as haja, nunca poderão fornecer senão quantidades relativamente pequenas.

Ora, não só é verificável uma acentuada escassez de moedas, mormente das mais antigas geralmente conseguidas à custa de eventuais achados de raríssimos tesouros perdidos nos seus esconderijos, como também é de prever um desenvolvimento, já notável, do interesse de nacionais e estrangeiros pela numismática portuguesa, com o seu cortejo de novos coleccionadores a pesar na procura de uma mercadoria que se vai esgotando sem reprodução possível. Não será pois fantasia prognosticar para data muito próxima um desequilíbrio entre a oferta e a procura que convide a multiplicar por 2, ou mais, o preço agora cuidadosamente fixado para qualquer peça coleccionável de boa aparência.

Explicados o motivo, as dificuldades e o que se pode esperar deste empreendimento, passamos aos resultados obtidos correspondentes a cada um dos espécimes das estampas I a XXXII, isto é, aos valores numismáticos médios referidos ao ano findo, 1962, quando banqueiros e cambistas trabalharam com números da ordem dos que a seguir se registam. (1)

(1) BANCO DE PORTUGAL, *Relatório-Gerência de 1962*.

a) Câmbio médio (venda) de Lisboa sobre (1):

		(1960)	(1962)
Amsterdão	Florim	7\$64,6	8\$01,2
Berlim	Marco	6\$91,4	7\$21,8
Bruxelas	Franco	\$58	\$57,98
Buenos Aires	Peso (notas)	\$35,4	\$28
Cairo	Libra	70\$17	70\$17
Copenhaga	Coroa	4\$18	4\$18,1
Estocolmo	Coroa	5\$57,3	5\$56,7
Genebra	Franco	6\$70	6\$67,9
Helsinqia	Marco	\$09	\$09
Joanesburgo	Rand (notas)	39\$90	39\$38,6
Londres	Libra	80\$83	80\$83
Madrid	Peseta (notas)	\$48	\$48,3
Nova Iorque	Dólar	28\$83	28\$85
Oslo	Coroa	4\$03,5	4\$03,7
Paris	Franco	5\$88	5\$88,7
Praga	Coroa	4\$01,3	4\$01,3
Rio de Janeiro	Cruzeiro (notas)	\$16	\$07,1
Varsóvia	Zloty	7\$22,3	7\$22,3
Viena	Xelim	1\$11	1\$11,7

b) Cotações médias (venda):








Libra ouro	279\$55,4	290\$38,7
Ouro fino (grama)	33\$44,9	33\$45,3
Prata fina (grama)	\$88,9	1\$06,6 (2)

(1) Entre a compra e a venda há uma diferença de 8,25 ‰, aproximadamente.

(2) INSTITUTO NAC. DE ESTAT., *Estatísticas Financeiras*. A prata, com tendência a subir de preço, atingiu em Dezembro 1\$20.





Preçário ponderado para numismas de bom aspecto, considerando os resultados de negociações havidas, a relatividade de quantidades e o ambiente do meio coleccionista (1962)

D. AFONSO I (1128-1185)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO (¹)	VALOR NUMISMÁTICO	NOTAS
I	BOLHÃO			
A1 .01	Dinheiro	 { <i>Pentalfa / cruz alta entre T e V</i>	7.500\$00	
.02	»	 { <i>Id. / cruz entre V e T</i>	9.000\$00	
.03	»	 • <i>A e ☩ / cruz equilateral</i>	8.000\$00	
.04	»	 • <i>Busto e Co / id.</i>	5.000\$00	
.05	Mealha	 { <i>Duplo báculo / id.</i>	6.000\$00	
.06	»	 { <i>Id. / id. (legendas trocadas)</i>	7.000\$00	
I.a	BOLHÃO			
A1 .07	Dinheiro	 • <i>2 duplos báculos / id.</i>	15.000\$00	

(¹) O traço oblíquo (/) separa as características que dizem respeito ao reverso.





D. SANCHO I (1185-1211)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁTICO	NOTAS	
II	OURO				
SI .01	Morabitano		{ EX RTVGALIS / cruz de escudetes EX PORTVGALIS / / id. REX PORTVGALIS / / id. Id. / id., ponto sob a estrela do 2.º ângulo ⁽¹⁾ Id. / id. (módulo menor)		
.02	»				8.000\$00
.03	»				9.000\$00
.04	»				8.500\$00
.05	»				10.000\$00
			30.000\$00		
III	BOLHÃO				
SI .06	Dinheiro		{ 5 escudetes triangulares / cruz cantonada por cravos (SANCS) Id. / id. (SANCIVS) Id. / id. (outro cunho)		
.07	»				250\$00
.08	»				80\$00
			100\$00		
.09	»		{ Escudo entre 2 espadas / cruz (SANCIO) Id. / id. (SANCIV)		
.10	»				2.500\$00
			2.000\$00		
.11	Mealha		• 4 escudetes / id.	1.800\$00	
.12	»	Tipo 6/8	{ — Módulo menor — Escudetes diminuidos	800\$00	
.13	»			1.000\$00	

⁽¹⁾ A contar de cima e da direita do observador.

(Outro cunho): O n.º 8 distingue-se do n.º 7 por ser de fabrico mais perfeito e de cruz menor no reverso.

D. AFONSO II (1211-1223)






EST. B N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁTICO	NOTAS			
IV A2 .01	OURO Morabitino		† REGIS PORTVGA- LENSM / cruz à es- querda ⁽¹⁾ † REGIS PORTVGA- LENSIVM / id. Id. / cruz à direita (mó- dulo menor) • REGIS : / id.	35.000\$00 35.000\$00 40.000\$00 45.000\$00			
.02	»						
.03	»						
.04	»						
V A2 .05	BOLHÃO Dinheiro		Escudo amendoado / / cruz pequena (AFOS) Id. / id. (AFOSV) Id. / id. (outro cunho) (²) Id. / id. (ALFOSV) Id. / id. (ALFOSVS)	2.000\$00 1.500\$00 1.500\$00 1.800\$00 1.800\$00			
.06	»						
.07	»						
.08	»						
.09	»						
.10	»					Escudo arredondado / / cruz grande Id. / id. (outro dese- nho) (³)	4.000\$00 4.500\$00
.11	»						
V. a A2 .12	»					• Escudo amendoa- do / cruz grande	6.000\$00

(1) Do observador.

(2) O n.º 7 é nitidamente diferente do n.º 6 pelo aperfeiçoamento do desenho, de traço mais fino.




(3) O n.º 11 destaca-se do 10, principalmente por ter as estrelas e os crescentes do reverso noutra posição.

D. SANCHO II (1223-1248)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
VI	OURO			
S2 .01	Morabitino		REGIS PORTVGA- • LENSVM / cruz à direita	75.000\$00
VII	BOLHÃO			
S2 .02	Dinheiro		{ Escudo, 5 arruelas em T / cruz lisa	250\$00
.03	»		Id. / cruz floreada — 4 pontos	120\$00
.04	»		Id. / id. — 2 pontos e 2 estrelas (SANCIV)	60\$00
.05	»		Id. / id. — id. (SAN- CIVS)	65\$00
.06	»		Id. / id. — id. (varian- te, rev.)	65\$00
.07	»		{ 5 arruelas em cruz / id. — id. (SANCIV)	65\$00
.08	»		Id. / id. — id. (SAN- CIVS)	65\$00
.09	»		Id. / id. — id. (variante, rev.)	65\$00
.10	»		{ 3 arruelas / id. — id. (SANCIV)	70\$00
.11	»		Id. / id. — id. (variante, rev.)	70\$00
.12	»		Id. / id. — id. (SAN- CIVS)	70\$00
.13	»		Id. / id. — id. (variante, rev.)	70\$00
.14	»		Id. / id. — 4 pontos	100\$00
.15	»		Id. / cruz lisa — 4 pon- tos	150\$00
.16	»		{ 2 arruelas, SANCIV	70\$00
.17	»		Id., SANCIVS	75\$00






(Variante, rev.): os n.ºs 6, 9, 11 e 13 são diferentes dos anteriores pela posição de estrelas e pontos nos ângulos da cruz.

D. SANCHO II (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMA- TICO	NOTAS	
VIII S2 .18	BOLHÃO Dinheiro		5 esc. de 1 arruela / / cruz lisa—4 pontos	150\$00	
.19	»		Id. / cruz floreada—2 pontos e 2 estrelas	150\$00	
.20	»		Id. / id.—4 pontos (SANCIV)	60\$00	
.21	»		Id. / id.—id. (SAN- CIVS)	60\$00	
.22	»			5 esc. de 1 arruela e cir- culo / id.—id. (SAN- CIV)	60\$00
.23	»			Id. / id.—id. (SAN- CIVS)	70\$00
.24	»			5 escudetes vazios / id. —2 pontos e 2 es- trelas	100\$00
.25	»			Id. / id.—id. (variante, rev.)	100\$00
.26	»			Id. / id.—4 pontos	60\$00
.27	»			Id. / id.—2 pontos	60\$00
.28	»	Id. / id.—id. variante, rev.)		60\$00	
IX S2 .29	»	• 4 esc.—bases ao cen- tro / cruz floreada		200\$00	
.30	»		4 escudetes / cruz lisa —4 pontos	200\$00	
.31	»		Id. / id.—4 crescentes	150\$00	
.32	»		Id. / id.—2 triângulos	100\$00	
.33	»		Id. / id.—id. (variante, rev.)	150\$00	
.34	»		Id. / id.—1 ponto (1.º ângulo)	100\$00	
.35	»		Id. / id.—id. (2.º ân- gulo)	100\$00	
.36	»		Id. / id.—id. (3.º ân- gulo)	100\$00	
.37	»		Id. / id.—id. (4.º ân- gulo)	100\$00	

(Variante, rev.): o n.º 25 difere do 24 pela posição de estrelas e pontos nos ângulos da cruz; n.º 28, do 27, pela posição dos pontos; e n.º 33, do 32, pela dos triângulos.

D. SANCHO II (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
IX S2 .38	BOLHÃO Dinheiro		{ 4 esc. (2 triangulares) / / cruz lisa (SANCI) Id. / id. (SANCII) Id. / id. (outro cunho) (¹)	60\$00 60\$00 70\$00
.39	»			
.40	»			
X S2 .41	»		• 4 esc. — bases ao cen- tro / id.	100\$00
.42	»		{ 4 escudetes / id. (SAN- CI) Id. / id. (SANCII) Id. / id. (variante do 42) Id. / id. (variante do 43) Id. / id. (SANCII RE:X Id. / id. (SANCII REX) Id. / id. (SANCII . R . EX	60\$00 60\$00 60\$00 60\$00 60\$00 50\$00 50\$00 50\$00
.43	»			
.44	»			
.45	»			
.46	»			
.47	»			
.48	»			
.49	»			• 4 esc. — bases ao cen- tro — sem ponto / id.
.50	»		{ 4 escudetes / id. (SAN- CII) Id. / id. (variante) Id. / id. (SANCI) Id. / id. (SANCI II)	50\$00 50\$00 60\$00 100\$00
.51	»			
.52	»			
.53	»			

(¹) O n.º 40 distingue-se do 39 por ter desenho mais perfeito e traço mais fino; e o n.º 51, do 50, por ter círculos menores e letras maiores.

D. AFONSO III (1248-1279)


EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
XI	BOLHÃO (claro)			
A3 .01	Dinheiro	ALFONSV REX / 5 es- cudetes — 3 arruelas	60\$00	
.02	»	Id. / id. — 5 arruelas	50\$00	
.03	»	Id. / id. — id. (variante, anv.)	50\$00	
.04	»	ALFONSVS REX / id. — id.	55\$00	
.05	»	Id. / id. — id. (variante, anv.)	55\$00	
.06	»	ALFONS RE : X / id. — id.	60\$00	
.07	»	ALFONS RE : X / id. — id.	40\$00	
.08	»	ALFOSV REX / id. — id.	60\$00	
.09	»	ANSVS REX / id. — id.	50\$00	
.10	»	ALFONSV REX / id. — 3 arruelas	40\$00	
.11	»	Id. / id. — 5 arr.	40\$00	
.12	»	Id. / id. — id. (variante, anv.)	40\$00	
.13	»	ALFONSVS REX / id. — id.	40\$00	
.14	»	Id. / id. — id. (variante, anv.)	40\$00	
.15	»	Id. / id. — id. (variante)	40\$00	
.16	»	Id. / id. — id. (R⊂X)	45\$00	
.17	»	Id. / id. — 3 e 5 arr. (REX)	50\$00	
.18	»	Id. / id. — 1 e 3 arr. (R⊂X)	60\$00	
XII	BOLHÃO (escuro)			
A3 .19	Dinheiro	ALFONSV REX / id. — 2 arr.	50\$00	
.20	»	Id. / id. — 3 arr.	50\$00	
.21	»	Id. / id. — 5 arr.	30\$00	



(Anverso)

(Variante, anv.): os n.º 3, 5, 12 e 14 diferem dos anteriores pela posição de estrelas e crescentes nos ângulos da cruz; e o n.º 15, do 14, por ter cruz mais pequena e fina.

D. AFONSO III (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
XII	BOLHÃO (escuro)			
A3 .22	Dinheiro	<i>Id. / id. — 5 e 6 arr.</i>	40\$00	
.23	»	<i>Id. / id. — 5 e muitas arr.</i>	100\$00	
.24	»	<i>: A · LFONSV REX / / id. — 6 arr.</i>	100\$00	
.25	»	<i>ALFONSV EX / id. — 5 arr.</i>	80\$00	
.26	»	<i>ALFONSV IEX / id. — id.</i>	70\$00	
.27	»	<i>ALFONSVS REX / id. — 3 arr.</i>	60\$00	
.28	»	<i>Id. / id. — 5 arr.</i>	30\$00	
.29	»	<i>ALFONSVS IIX / id. — 6 arr.</i>	70\$00	
.30	»	<i>AFONSVS REXX / / id. — 3 arr.</i>	90\$00	
XIII				
A3 .31	»	<i>ALFONSV REX / id. — 1 e 3 arr.</i>	70\$00	
.32	»	<i>· ALFONSVS REX / / id. — 2 arr.</i>	70\$00	
.33	»	<i>ALFONSVS REX / / id. — id.</i>	60\$00	
.34	»	<i>Id. / id. — 1 e 3 arr.</i>	60\$00	
.35	»	<i>Id. / id. — id. (variante, rev.)</i>	60\$00	
.36	»	<i>Id. / id. — 3 e 4 arr.</i>	30\$00	
.37	»	<i>Id. / id. — 3 e 5 arr.</i>	35\$00	
.38	»	<i>Id. / id. — 5 arr.</i>	25\$00	
.39	»	<i>Id. / id. — id. (variante, rev.)</i>	30\$00	
.40	»	<i>Id. / id. — 6 arr.</i>	40\$00	
.41	»	<i>Id. / id. — 7 arr.</i>	60\$00	

(Variante, rev.): n.ºs 35 e 39, com diferente acomodação de estrelas e crescentes relativamente aos anteriores.

D. AFONSO III (Continuação)



EST. E N.º	METAL E NOME	T I P O	VALOR NUMISMÁTICO	NOTAS
XIII A3 .42	BOLHÃO (escuro) Dinheiro	<i>Cruz cantonada por 4 crescentes / id. — 5 arr. (¹)</i>	250\$00	
XIV A3 .43	»	<i>ALFONSVS REX / id. — 5 arr. e 5 (em aspa)</i>	150\$00	
.44	»	<i>ALFONSVS REX / / id. — id.</i>	160\$00	
.45	»	<i>Id. / id. — 6 arr. e 5 (em aspa)</i>	180\$00	
.46	»	<i>Id. / id. — 5 arr. em aspa</i>	150\$00	
.47	»	<i>Id. / RT no 1.º ângulo (²)</i>	200\$00	
.48	»	<i>Id. / id. (variante, anv.)</i>	190\$00	
.49	»	<i>Id. / V G no 1.º ângulo</i>	250\$00	
.50	»	<i>Id. / A L no 1.º ângulo — 5 e 6 arr.</i>	230\$00	
.51	»	<i>Id. / id. — 3 arr.</i>	220\$00	

(¹) No caso geral são 2 crescentes e 2 estrelas, no anverso.

(²) Os dinheiros anteriores, que representam a maioria, têm P O no 1.º ângulo da cruz dos escudetes.

(Variante, anv.): n.º 48, que difere do 47 pela acomodação de estrelas e crescentes.

D. DINIS (1279-1325)



EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO (1)	VALOR NUMISMÁTICO	NOTAS
XV Di .01	PRATA Tornês	 (Anverso)	6.500\$00	
XVI Di .02	BOLHÃO Dinheiro	 (Anverso)	: D REX / AL no 1.º ângulo (²)	25\$00
.03	»		: D REX / id.	35\$00
.04	»		: D : REX : / id.	35\$00
.05	»		· D · REX / id.	38\$00
.06	»		· D : REX · / id.	33\$00
.07	»		· D · REX : / id.	30\$00
.08	»		· D : REX : / id.	30\$00
.09	»		Dº REX / id.	30\$00
.10	»		D REX / id.	25\$00
.11	»		· D · REX PORTV- GAL / id.	i20\$00
.12	»		· D · REX / id. (4 arr. em T)	150\$00
.13	»		· D · RCXX / id.	180\$00
.14	»		º D º REX / id.	130\$00
.15	»		Id. / id. (variante, anv.)	140\$00
.16	»		I RC X / id. (4 arr. em T)	130\$00
.17	»		D · RC X / id.	90\$00
.18	»		D RC X / id.	70\$00

(¹) As arruelas que carregam os escudetes passam definitivamente a 5 dispostas em aspa desde o fim do reinado anterior, salvo poucas excepções atribuídas a erro ou incúria.

(²) Com os letreiros variam também os desenhos de letras e símbolos, geralmente.



(Variante, anv.): o n.º 15, em relação ao 14, com estrelas e crescentes em posição diferente.

D. DINIS (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMA- TICO	NOTAS
XVII Di .19	BOLHÃO Dinheiro	 (Reverso)	<i>D REX / GA no 1.º</i> <i>ângulo —</i> 	90\$00
.20	»		<i>Id. / id.</i>	30\$00
.21	»		<i>Id. / id. (variante, anv.)</i>	40\$00
.22	»		<i>º D REX / id.</i>	30\$00
.23	»		<i>D º REX / id.</i>	30\$00
.24	»		<i>º D º REX / id.</i>	30\$00
.25	»		<i>D º REX / id.</i>	30\$00
.26	»		<i>º D º REX / id.</i>	30\$00
.27	»		<i>º D º REX / id.</i>	100\$00
.28	»		<i>·D : REX : / id.</i>	60\$00
.29	»		<i>D º REX / RB no</i> <i>1.º ângulo</i>	200\$00
.30	»		<i>º D º REX / id.</i>	180\$00
.31	»		<i>D º REX / id.</i>	180\$00
.32	»		<i>D º REX / II no 1.º</i> <i>ângulo</i>	160\$00
.33	»		<i>·D · REX / id.</i>	170\$00
.34	»		<i>º D REX / id.</i>	150\$00
.35	»	<i>·D · REX : / id.</i>	160\$00	

(Variante, anv.): o n.º 21 apresenta uma cruz pateia, lembrando a da Ordem do Templo.

D. AFONSO IV (1325-1357)


EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
XVIII A4 .01	BOLHÃO Dinheiro	 (Anverso)	<i>ALF DEI GRA REX / PORTU- GAL ALGARBI (¹)</i>	1.500\$00
.02	»		<i>ALF REX : / AL no 1.º ângulo</i>	100\$00
.03	»		<i>ALF REX / id.</i>	100\$00
.04	»		<i>: ALF REX / id.</i>	120\$00
.05	»		<i>ALF REX · / id.</i>	100\$00
.06	»		<i>ALF. RCX : / GA no 1.º ângulo</i>	100\$00
.07	»		<i>ALF REX : PORTV- CAL / id. (²)</i>	300\$00
.08	»		<i>ALF REX / id.</i>	100\$00
.09	»		<i>: ALF REX / id.</i>	80\$00
.10	»	 (Anverso)	<i>ALF REX · PORTVG / /id.</i>	250\$00
.11	»		<i>ALF REX / RB no 1.º ângulo</i>	280\$00
.12	»		<i>Id. / id. (variante, anv.)</i>	280\$00
.13	»		<i>ALF REX : / II no 1.º ângulo</i>	300\$00
.14	»		<i>ALF REX / id.</i>	350\$00

(¹) À parte a legenda fora do comum, tem de módulo 20 mm a contrastar com os 17 mm dos outros números.

(²) O caso geral é PORTVGL.





(Variante, anv.): n.º 12, diferindo do 11 pela posição de estrelas e pontos.

D. PEDRO I (1357-1367)

EST. B N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMA- TICO	NOTAS
XIX	BOLHÃO			
P1 .01	Dinheiro	 (Anverso)	'P REX / AL no 1.º ângulo	100\$00
.02	»		·P REX / id.	130\$00
.03	»		:P REX / id.	100\$00
.04	»		'P REX / id.	150\$00
.05	»		Id. /id. (variante, anv.)	130\$00





(Variante, anv.): O n.º 5 difere do 4 pela acomodação de estrelas e pontos.

D. FERNANDO (1367-1383)





EST. B N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
(¹) XXI	OUIRO (Lisboa)			
Fe .01	Dobra pê-terra		Sem cruzetas laterais / 	38.000\$00
.02	½ dobra		Id. / id.	75.000\$00
.03	Dobra pê-terra		Id. / 	42.000\$00
.04	»		Com cruzetas / id.	44.000\$00
.05	»		Id. — argolas nos om- bros / id.	44.000\$00
.06	½ dobra		Id. — id. / id.	75.000\$00
XXII	OUIRO (Lisboa)			
Fe .07	Dobra gentil		Sem pontos / 8 castelos — 7 para fora	20.000\$00
.08	»		1 ponto / id. — id.	16.000\$00
.09	»		2 pontos / id. — id.	16.000\$00
.10	»		3 pontos / id. — id.	18.000\$00
.11	»		4 pontos / id. — id.	20.000\$00
.12	(Porto) »		Sem pontos / 8 castelos para fora	70.000\$00

(¹) Não se faz referência à Est. XX porque os dinheiros de D. Fernando são tratados no fim (Est. XXXII).


D. FERNANDO (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
XXIII	PRATA (Lisboa)			
Fe .13	Real		<i>F</i> coroado — <i>L</i> à direi- ta / <i>quinas</i> <i>Id.</i> — <i>L</i> em baixo / <i>id.</i> <i>Id.</i> — entre <i>cruzetas</i> / / <i>id.</i> <i>Id.</i> — entre <i>florões</i> / <i>id.</i>	2.600\$00 2.300\$00 2.200\$00 4.500\$00
.14	»			
.15	»			
.16	½ real			
.17	Real		<i>FR</i> coroados — <i>L</i> à es- querda / <i>id.</i> <i>Id.</i> — <i>L</i> em baixo / <i>id.</i> <i>Id.</i> — <i>L</i> à esquerda / <i>id.</i> <i>Id.</i> — <i>L</i> em baixo / <i>id.</i>	1.800\$00 900\$00 2.000\$00 1.700\$00
.18	»			
.19	½ real			
.20	»			
.21	Real		<i>Escudo</i> coroado / <i>cruz</i> — <i>L</i> , à esquerda <i>Id.</i> / <i>id.</i> — <i>L</i> em baixo <i>Id.</i> / <i>id.</i> — <i>L</i> em baixo	6.000\$00 5.000\$00 4.000\$00
.22	»			
.23	½ real			
XXIV	BOLHÃO (Lisboa)			
Fe .24	Tornês		<i>Busto</i> -entre <i>LIS·BOA</i> / / <i>quinas</i> <i>Busto</i> - entre <i>cruz</i> e <i>L</i> / / <i>id.</i> <i>Busto</i> - entre <i>L</i> e <i>B</i> / <i>id.</i> <i>Busto</i> / <i>id.</i>	3.000\$00 800\$00 3.000\$00 3.500\$00
.25	»			
.26	½ tornês			
.27	»			



D. FERNANDO (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO		VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS			
XXIV	BOLHÃO (Lisboa)							
Fe .28	Tornês		Escudo - entre florões / / cruz	600\$00				
.29	»				Escudo - envolvido por 6 arcos / id.	7.500\$00		
.30	½ tornês					Escudo / id.	800\$00	
.31	»						Id. / id. (outra legenda no rev.)	1.000\$00
.32	»							• Quinas / cruz
.33	»		Escudo / cruz a cortar a legenda	3.000\$00				
.34	»			Id. / castelo	2.500\$00			
XXV	BOLHÃO (Porto)							
Fe .35	Tornês							
.36	»	Tipo 24/27	Busto - entre P e O / / quinas	1.800\$00				
.37	½ tornês			Busto - entre cruz e P / / id.	1.900\$00			
.38	Tornês	Tipo 28/31			• Escudo - entre P. O. R. T. O	8.000\$00		
.39	(Samora) Tornês		F coroado / quinas	5.200\$00				
.40	½ tornês	Tipo 13/16		Id. — FERNANDVS... / / escudete	5.500\$00			
.41	»				Id. — DOMINVS... / / id.	5.500\$00		


D. FERNANDO (Continuação)

EST. R N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS						
XXV	BOLHÃO (Samora)									
Fe .42	Tornês	Tipo 28/31	<i>Escudo - entre Ç e A / / Cruz</i>	2.000\$00						
.43	»				<i>Escudo - entre florões / / id.</i>	3.500\$00				
.44	½ tornês						<i>Escudo / id. — FER- NANDVS...</i>	1.500\$00		
.45	»								<i>Id. / id. — DOMINVS...</i>	1.200\$00
.46	»									
XXVI	BOLHÃO (Corunha)									
Fe .47	Tornês	Tipo 24/27	<i>Busto - entre C e V / / quinas</i>	2.800\$00						
.48	»				<i>Busto - entre D e V / id.</i>	3.000\$00				
.49	½ tornês						<i>Busto - entre C e V / id.</i>	5.500\$00		
.50	»		<i>Escudo / torre - entre CR e V</i>	5.500\$00						
.51	»				<i>Id. / torre - entre FR · EN</i>	5.500\$00				
.52	Tornês	Tipo 28/31	<i>Escudo - encimado por torre e cruzetas / cruz</i>	4.000\$00						
.53	»				<i>Id. - torre / id.</i>	4.500\$00				
.54	½ tornês	Tipo 32	• <i>Quinas - encimadas por torre / id.</i>	3.500\$00						
.55	(Milmanda) Tornês	Tipo 28/31	<i>Escudo - encimado por M / id.</i>	1.500\$00						
.56	½ tornês				<i>Id. - id. / id.</i>	4.500\$00				


D. FERNANDO (Continuação)

EST. II N.º	METAL II NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
XXVI	BOLHÃO (Milmanda)			
Fe .57	½ tornês	Tipo 32	{ Quinas / 3 torres	3.500\$00
.58	»		{ Id. / castelo	3.000\$00
.59	»	Tipo 34	• Escudo / id.	3.500\$00
XXVII	BOLHÃO (Lisboa)			
Fe .60	Barbuda		{ Elmo coroadado — L, à direita / quinas e cas- telos	3.500\$00
.61	»		{ Id. — sem L / escudo sobre cruz	250\$00
.62	»		{ Id. — L, à direita / id.	200\$00
.63	½ barb.		{ Id. — id. / id.	1.000\$00
.64	Barbuda		{ Id. — id. (viseira ado- çada) / id.	200\$00
.65	½ barb.		{ Id. — id. (viseira ado- çada) / id.	1.100\$00
.66	Barbuda		{ Id. — id. (viseira de gra- de) / id.	200\$00
.67	½ barb.		{ Id. — id. (viseira de gra- de) / id.	1.250\$00
XXVIII	BOLHÃO (Porto)			
Fe .68	Barbuda		{ Elmo coroadado e escude- te / quinas e castelos	3.000\$00
.69	»		{ Id. / id. (outra legenda no anv.)	2.800\$00
.70	»		{ Id. / escudete sobre cruz	400\$00
.71	»		{ Id. — entre P e O / id.	400\$00
.72	»		{ Id. — entre PR e OT / / id.	1.300\$00
.73	½ barb.		{ Tipo 72, só com P à direita	2.200\$00
.74	¼ barb.		{ Id. / cruz, cantonada por P · O · R · T	6.000\$00

D. FERNANDO (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁTICO	NOTAS	
XXVIII	BOLHÃO (Porto)				
Fe .75	Barbuda		<ul style="list-style-type: none"> { <i>Id. — entre P e O / escudo sobre cruz</i> 350\$00 <i>Elmo coroado e escudo</i> { <i>— entre P e O / id.</i> 320\$00 <i>Id. — P à direita / id.</i> 300\$00 <i>Id. — entre A e P / id.</i> 350\$00 <i>Id. — entre P e P / id.</i> 350\$00 <i>Id. — entre florão e P / escudete sobre cruz</i> 1.600\$00 <i>Id. — entre florão e P / escudo sobre cruz</i> 1.700\$00 <i>Id. — florão e P à esquerda / id.</i> 1.600\$00 		
.75a	»				
.76	»				
.77	»				
.78	»				
.79	½ barb.				
.80	»				
.81	»				
XXIX	(Samora)				
Fe .82	Barbuda				
.83	½ barb.	Tipo 61/65	<ul style="list-style-type: none"> { <i>Elmo coroado — entre Ç e A / id.</i> 2.500\$00 <i>Id. — id. / escudete sobre cruz</i> 3.000\$00 		
.84	(Corunha) Barbuda				
.85	½ barb.	Tipo 61/65	<ul style="list-style-type: none"> { <i>Elmo coroado — entre CR e V / escudo sobre cruz</i> 2.600\$00 <i>Id. — id. / id.</i> 3.000\$00 		
.86	(Milmanda) Barbuda				
.87	½ barb.	Tipo 61/65	<ul style="list-style-type: none"> { <i>Elmo coroado — M à direita / id.</i> 1.500\$00 <i>Id. — id. / id.</i> 2.100\$00 		
.88	(Tui) Barbuda	Tipo 76-81	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Elmo coroado e escudo — T à direita / id.</i> 5.500\$00 		
.89	½ barb.	Tipo 61/65	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Elmo coroado - id. / id.</i> 5.000\$00 		
XXX	(?)				
Fe .90	Barbuda				
.91	»	Tipo 76/81	<ul style="list-style-type: none"> { <i>Elmo coroado e escudo — entre Q e florão / id.</i> 7.500\$00 <i>Elmo coroado... / cruz cantonada por 2 escudetes e 2 castelos</i> 8.000\$00 		

D. FERNANDO (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	T I P O	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS	
XXXI	BOLHÃO (Lisboa)				
Fe .92	Grave				
.93	»		<i>F</i> num escudo coroado — cruz em baixo / / escudo e 4 castelos	70\$00	
.94	(Porto) Grave		<i>Id.</i> — <i>L</i> em baixo / <i>id.</i>	60\$00	
.95	»		<i>Id.</i> — entre torre e <i>P</i> / / <i>id.</i> — <i>P</i> à esq.	80\$00	
.96	»		<i>Id.</i> — entre cruces / esc. com 4 cast. dentro de 4 arcos — <i>P</i> à dir.	80\$00	
.97	»		<i>Id.</i> — <i>P</i> sob o <i>F</i> / <i>id.</i> — <i>id.</i>	500\$00	
.98	»		<i>Id.</i> — entre cruz e <i>P</i> / / <i>id.</i> — <i>id.</i>	120\$00	
.99	(Corunha) Grave		<i>Id.</i> — entre cruz e <i>P</i> / / <i>id.</i> — sem <i>P</i>	110\$00	
.100	(Milmanda) Grave		<i>Id.</i> — entre cruces / esc. e 4 cast. — <i>V</i> à dir.	350\$00	
.101	(Tui) Grave		<i>Id.</i> — <i>M</i> em baixo / es- cudo e 4 castelos	750\$00	
.102	»		<i>Id.</i> — entre <i>T</i> e cruz / / <i>id.</i>	1.800\$00	
.103	(Valença de Alcântara) »		<i>Id.</i> — entre <i>T</i> e cruz / / <i>id.</i> — dentro de 4 ar- cos	1.800\$00	
			<i>Id.</i> — entre <i>V</i> e <i>A</i> / es- cudo e 4 castelos	900\$00	

D. FERNANDO (Continuação)

EST. E N.º	METAL E NOME	TIPO	VALOR NUMISMÁ- TICO	NOTAS
XXXII	OBLHÃO (Lisboa)			
Fe .104	Pilarte	Coroa — <i>L</i> à direita / / <i>quinas</i>	40\$00	
.105	»	<i>Id.</i> — <i>L</i> à dir. e seta à <i>esq.</i> / <i>id.</i>	50\$00	
.106	(Porto) Pilarte	<i>Id.</i> — <i>P</i> em baixo / <i>id.</i>	55\$00	
.107	»	<i>Id.</i> — <i>id.</i> / <i>id.</i> — <i>anele-</i> <i>te</i> no 1.º ângulo	55\$00	
.108	»	<i>Id.</i> — <i>id.</i> / <i>id.</i> — <i>anele-</i> <i>te</i> sob o <i>esc. sup.</i>	50\$00	
.109	»	<i>Id.</i> — <i>id.</i> / <i>id.</i> — <i>anele-</i> <i>te</i> sobre o <i>esc. inf.</i>	50\$00	
.110	»	<i>Id.</i> — <i>M</i> em baixo / <i>id.</i> (<i>FERNANDVS</i> :)	1.300\$00	
.111	»	<i>Id.</i> — <i>M</i> em baixo / <i>id.</i> (<i>FERNANDVS</i> ¢)	1.350\$00	
	BOLHÃO (Lisboa- -Porto)			
.112	Dinheiro	Cruz / <i>quinas</i> , <i>AL</i> no 1.º ângulo	45\$00	
.113	»	<i>Id.</i> / <i>id.</i> — <i>anelete</i> sob o <i>esc. sup.</i>	45\$00	
.114	»	<i>Id.</i> / <i>quinas</i> , <i>GA</i> no 1.º ângulo	50\$00	
.115	»	<i>Id.</i> / <i>id.</i> — <i>anelete</i> sob o <i>esc. sup.</i>	50\$00	

CORRIGENDA

<i>Pág.</i>	<i>N.º</i>	<i>Lê-se</i>	<i>Leia-se</i>
143	S 2.28	— id. variante,	— id. (variante,
144	S 2.47	SANCII REX	SANCII · REX
145	A3.06	ALFONS RE:X	ALFONS REX
147	A3.50	— 5 e 6 arr.	— 4 e 6 arr.
142	S 2.05	A gravura está invertida como se nota pelas letras	





NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 25

VOL. VII-3

JANEIRO 1965

PORTO

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME VII-3—N.º 25

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PAGINAS

Condições de assinatura para 1965:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA

Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

SUMÁRIO

	Págs.
Ensayo sobre la evolución comercial e monetaria en Byzancio, <i>pelo Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	163-178
Descrição das moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe, <i>pelo Dr. Luís Pinto Garcia</i>	179-215
Moedas de Angola e São Tomé e Príncipe. Erros e dúvidas, <i>pelo Dr. Alexandrino Passos</i>	216-219
Medalhas da Real Efigie de D. Miguel ou Reais Efigies, <i>por Alexandre Ferreira Barros</i>	220-222
Vida Social	223-224
Biblioteca da S. P. N.	225-227

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 25

VOL. VII-3

JANEIRO 1965

P O R T O

ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(Continuación del numero 22—Vol. VI)

POR ANTONIO MANUEL DE GUADAN Y LÁSCARIS COMNENO

c) — *SIMBOLISMO DE LA CORONACIÓN E INVESTIDURA DE LOS EMPERADORES*

El origen místico del poder de los Emperadores es objeto de numerosas imágenes en los cuños monetarios, con escenas de la investidura Bizantina; se trata únicamente de escalones distintos en la jerarquía: de la misma manera que el Emperador confiere el poder a un funcionario, Jesucristo o un Santo que obra en cierto modo por su delegación, inviste al Basileus de todo su poder como Autócrata, haciendo el gesto ritual de la bendición o más frecuentemente poniendo sobre su cabeza la insignia Imperial de la Corona. Aunque el origen de estas imágenes haya sido alguna coronación concreta, quedan luego como tipo general, y en uso muy extendido durante todo el Imperio.

No se utiliza en la simbólica Bizantina el gesto clásico de la colocación de la mano sobre la cabeza, tan frecuente en la antigüedad clásica, y que está ligado a escenas funerarias con un claro simbolismo religioso ⁽¹⁾. En cambio aparece la mano de Dios, «*manus dei*», encima de la imagen del Emperador, como en el caso de Constantino V, acompañado de su hijo el futuro Leon IV, en las monedas de este período iconoclasta ⁽²⁾, con la clara sustitución de la imagen por la mano, dada la hostilidad a la representación antropomorfa de Cristo, tan característica del período. Sin embargo el tipo de «*manus dei*» no es nuevo original, puesto que sus antecedentes paganos también son indudables ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Véase el trabajo de F. Benoit «Le geste d'imposition de la main a Entrement». *Melanges Picard*. I. 1949, página 48 y siguientes.

⁽²⁾ Wroth. *B.M.C.* II, lámina XLV, 5. De Saulcy, *op. cit.* Lam. XIV, 6.

⁽³⁾ Alföldi — *Röm. Mitt.* 5 — 1935, página 56, nota 2.

Esta imagen un poco rudimentaria del siglo VIII cambia luego a las elegantes composiciones de Juan Zimiscés y Juan II Comneno, en que la misma «*manus dei*» sale del borde de la moneda para bendecir la figura Imperial, aunandose así la coronación a la bendición en un mismo simbolismo monetario complejo, de clara fuente pagana, pues basta reemplazar la figura de Cristo o de la Virgen por una «*Niké*», para encontrar la raíz de este esquema iconográfico.

Sin embargo el intervalo de más de tres siglos en que no aparecen en las monedas estas escenas, hace suponer con fundamento que al evolucionar los tipos, los simbolismos también han variado mucho y no pueden asimilarse la corona de laurel de los tiempos de Constantino, símbolo de Victoria (1), con la diadema o «*kamelaukion*» que impone Jesucristo o la Virgen, sobre la cabeza del Emperador, símbolo sagrado de su poder, pero ya perdido el pristino significado de Victoria.

Desde la época Macedónica en adelante, este tipo «*manus dei*» es corrientísimo hasta el final del Imperio, y se perpetúa también en el Imperio de Nicea y Trebizonda, donde es complemento indispensable de todos los anversos de los «*asper*».

El mismo ejemplo de las acuñaciones de Juan Zimiscés, nos enseña además los antecedentes religiosos más directos de esta composición simbólica, pues aunque es la Virgen la que corona al Basileus, una mano Divina bendiciendo en dirección a María y al Emperador, ocupa la parte superior de la moneda. De ello hay ejemplos abundantes en el campo pictórico religioso en escenas de Bautismo de Jesucristo, en que la mano divina, luego sustituida por la paloma aparece en un segmento del Cielo, y en que San Juan Bautista con respecto a Cristo, ejerce la misma función ritual que la Virgen con el Emperador (2).

B) — EVOLUCIÓN ARTÍSTICA DE LAS AMONEDACIONES BYZANTINAS

Un estudio de conjunto de la evolución artística en las monedas Bizantinas, debe ir precedido en cada una de sus grandes divisiones, grupos de épocas con fundamento estético diferente, de un pequeño resumen de la transformación cíclica del Arte Bizantino en general, pues la Numismática

(1) Alföldi. *Op. cit.* páginas 55 y 56.

(2) Millet, *Iconographie de l'Évangile*. Figuras 123-125.

como Arte oficial y sujeto a cánones estrictos, es el reflejo mas exacto de las ordenaciones de la Jerarquia y Ceremonial byzantinos en cada momento, fuente inagotable de verdaderos documentos iconográfico-artísticos.

La moneda, y tanto en el Mundo antiguo como en el moderno, raramente ha alcanzado el nivel de un verdadero Arte, con la sola excepcion de las acuñaciones Griegas, y entendiendo por Arte lo que en frase de Ruskin es «un producto al cual han contribuido simultaneamente, la habilidad manual, el cerebro y el corazon del artista». Las monedas Byzantinas no pueden considerarse en si como puramente artisticas, si bien tanpoco han de desdñarse como ocurría en siglos anteriores, y mas bien estar situadas en un termino medio.

Su influencia sobre las amonedaciones de todo el mundo coétaneo es indudable ⁽¹⁾, y su ejecucion tecnica, no muy cuidada en algunos periodos, en otros presenta características de gusto depurado, sobretodo en los bronces de las primeras epocas, y en los reversos con leyendas unicas, que se agrupan de una forma estetica y apropiada al conjunto.

No entra en los limites del presente trabajo un estudio detallado de cada época artistica Byzantina, pues solo lo relacionado con la Numismatica tiene importancia como elemento auxiliar y aclaratorio de esta, y en cualquier Manual de Arte Byzantino, se pueden hallar los datos que interesen como ampliatorios de los que a continuacion reseñamos. No existe vertido en Lengua Castellana hasta la fecha, ningun verdadero tratado de Arte Byzantino, laguna que no dudamos se llenará algun dia, y de entre los extranjeros tienen efectiva importancia, ademas del clásico de Charles Diehl ⁽²⁾, el de Kondakof ⁽³⁾, Bayet ⁽⁴⁾ mas reducido que los anteriores, Millet ⁽⁵⁾, Dalton ⁽⁶⁾ el mejor en lengua Inglesa y Wulff ⁽⁷⁾.

Ademas de esta infinidad de monografias y manuales sobre aspectos particulares de este Arte, pero desgraciadamente poco o ninguno en relacion directa con la Numismatica del periodo si exceptuamos al tanta veces citado de Grabar.

⁽¹⁾ Keary — Numismatic Chronicle, 1886, pagina 77 y siguientes, tambien MacDonald — Coin Types, pagina 251.

⁽²⁾ C. Diehl. Manuel d'Art Byzantin. II tomos. Paris 1925. «2.^a edicion».

⁽³⁾ Kondakof — Histoire de l'Art Byzantin considéré principalement dans les miniatures. II vols. Paris 1886-1891, traduccion del original ruso.

⁽⁴⁾ Bayet. — L'Art Byzantin. Paris 1904.

⁽⁵⁾ Millet. — L'Art Byzantin, en la Histoire de l'Art, Michel, Paris 1905.

⁽⁶⁾ Dalton. — Byzantine Art and Archaeology. Oxford. 1911.

⁽⁷⁾ Wulff. — Altchristliche und Byzantinische Kunst. II vols. Berlin 1914-18.

Dividiendo pues la larga historia Bizantina en dos grandes grupos, uno desde sus inicios hasta finales del siglo VI y otro desde el VII hasta la caída de Constantinopla, comenzaremos por una breve exposición del estado actual de la investigación en este tema, para emprender luego el comentario de cada uno de los dos periodos, en sus dos partes, o sea primero consideraciones generales sobre la evolución artística del periodo y a continuación el aspecto Numismático de la evolución del Arte Bizantino en el mismo.

A) — ESTADO ACTUAL DE LA INVESTIGACION SOBRE ESTUDIOS ARTISTICO-MONETARIOS BYZANTINOS

Pocas obras se han publicado en los últimos años que traten aspectos nuevos de estos temas. El Padre Laurent en su ya citado trabajo de recensión ⁽¹⁾ hace un estudio de las principales, escasas y poco originales en su mayoría.

M. Castelfranco ⁽²⁾ estudia la amonedación del siglo V, pre-Bizantina, en su aspecto artístico, defendiendo la tesis de que los grabadores, a pesar de su aparente mediocridad, hacen prueba de gusto y habilidad en los cuños monetarios, que alcanza el mayor grado de perfección bajo Justiniano II hasta Constantino VII, del que M. Blanchet ⁽³⁾ hace también un estudio interesante.

Considera el sólido de oro de este Emperador como uno de los mejores trabajos clásicos del Arte monetario, y del que quedó como tipo fijo en adelante el busto de Cristo, difundido más tarde en los grandes bronce de Juan Zimisces, cuyos ejemplares en buen estado asombran por la perfección del moldeado y detalle de esta figuración ⁽⁴⁾.

J. Babelon ⁽⁵⁾, vuelve al ya conocido tema del hieratismo del retrato Imperial en la amonedación Bizantina, con la repetición de lo ya expuesto en trabajos anteriores, sobre el simbolismo de los cuños. Según el autor la época de los Comnenos, es en la que el retrato monetario presenta un carácter

⁽¹⁾ V. Laurent, *Rev. des Et. Byzant.* T. IX, 1951. Páginas 236 e 237.

⁽²⁾ Castelfranco. *Momenti stilistici dell'Arte della Moneta del IV Sec.* 1940. Páginas 69-72.

⁽³⁾ Blanchet. *L'influence artistique de Const. Porfyr.* Mel. Gregoire 98-101.

⁽⁴⁾ No muy frecuentes en buen estado. La pieza n. 138 de la colección del autor, presenta características del más depurado arte toreútico.

⁽⁵⁾ J. Babelon. *Le portrait dans l'antiquité d'après les monnaies.* Paris 1942. Páginas 156-177.

mas sugestivo y tambien con mayor perfeccion tecnica, para luego decaer con solo algunos pequeños rasgos fisionómicos reconocibles, como por ejemplo las barbas bifidas de Andronico I y Juan III Ducas, aunque como ya hemos expuesto anteriormente no muy acorde en el ultimo caso con miniaturas del mismo Emperador.

El ya citado trabajo del Dott. Bertelé sobre el Emperador alado, sirve de base para unos comentarios del P. Laurent acerca de la importancia del simbolo del ala en las monedas, que segun el citado autor, no puede explicarse unicamente por la influencia extranjera. Ya en este mismo trabajo me he referido a este tema y expuesto los fundamentos por lo que creo no es propiamente Byzantino. Sobre la flor de lys tambien expone algunos comentarios acerca de la prioridad de su empleo en Oriente u Occidente, tema en realidad muy complejo y para el que hay soluciones variadisimas, como por ejemplo la de los compiladores del Catalogo Ratto 1930, que lo consideran emblema de la Virgen?, sin exponer los motivos de tan peregrina hipotesis, que en los actuales tiempos puede tener fundamento, pero no en el siglo XIII. Segun un interesante trabajo de K. Wulzinger (1) las representaciones de edificios en las monedas de la edad Media es muy frecuente, y en algunos casos hasta es posible llegar a identificaciones de las mismas.

B) — PRIMER PERIODO ARTISTICO BYZANTINO

1) — CONSIDERACIONES GENERALES

Desde sus origenes, el Arte Byzantino como Arte Cristiano, se encuentra fuertemente penetrado de influencias Orientales, ya sean derivadas del Helenismo o del antiguo Oriente. El ya viejo debate acerca de la importancia que pudo tener Roma como tercer elemento fusionado, está lejos de ver su fin. Este supuesto arte del Imperio Romano, invencion de Wickhoff y Riegl (2) es aceptado con muchas reservas por la escuela de Kraus y sus seguidores Italianos, y negado terminantemente por las mas recientes teorías de Strzygowsky (3) que conceden en cambio la maxima importancia a lo

(1) K. Wulzinger. Gebäudedarstellungen auf Mittel. Münzen. 1939. 117/127. Vease tambien Dieudonné — Rev. Num. V. 1941, ix sobre la Flor de Lys.

(2) Hartel et Wickhoff. Die Wiener Genesis. Vienne, 1895. Riegl. Die spätrömische Kunstindustrie, Vienne, 1901.

(3) Strzygowsky — Orient oder Rom. Leipzig, 1901. passim.

Helenístico, como factor predominante, aunque no niegan también la influencia en mucha menos proporción de otras escuelas artísticas.

En frase de este autor «son los grandes centros helenísticos del Oriente, los que han preparado el nacimiento del nuevo arte mundial. La tradición de los países egipcios, sirios, anatolios, no tienen más que un papel puramente secundario» (1).

Constantinopla desde el día en que por la voluntad de Constantino se convirtió en el centro político del Imperio, ejerció una influencia poderosa en la fusión de estas tendencias, para formar un Arte homogéneo y característico (2). Hasta el siglo VI, sin embargo, las provincias Asiáticas y Orientales rivalizaban con ella, sobretodo Antioquia y Siria, verdaderos centros de gravedad del mundo Oriental, pero Constantinopla tomó bien pronto la dirección en materia Artística, ya que por su admirable situación geográfica era el punto de contacto del universo entonces civilizado. Como ciudad nueva sin tradiciones seculares de importancia, ya que Bizancio no se distinguió en ningún sentido más que el comercial hasta entonces, era el crisol donde se fundían los más diversos Artes y tendencias artísticas, y como al mismo tiempo era el centro de la Ortodoxia y del Helenismo, todas las fuerzas del mundo cristiano convergían en ella.

Para Strzygowsky, la ciudad nació bajo el triple influjo de Alejandria, Antioquia y Efeso, y aunque ciertamente no puede ser considerada como creadora única de su arte, en cambio es la coordinadora del mismo, y el nombre de Bizantino le corresponde en justicia por haber sido Bizancio quien la orientó por caminos hasta entonces desconocidos, y marcó todo con su sello característico y peculiar. Sigue hasta el siglo VI una marcha rápida y ascendente para llegar con Justiniano a su plena expresión y a su fórmula definitiva, que ha de brillar en todo el mundo de la Edad Media.

La tendencia realista de estos primeros siglos se refleja muy bien en los raros iconos que han llegado hasta nosotros, así como en los retratos a la encaústica de que habla un curioso pasaje de San Juan Crisostomo «xyróxutos graphy» así como también en algunos restos de pinturas, procedentes en su mayor parte de la Siria y del Egipto. Desde el Sinai el Obispo Porfirio Ouspenski llevó hasta Kiev varios iconos que datan de antes del siglo VI, con bustos de Santos, que posiblemente pueden ser interpretados como de San Constantino y Santa Helena y San Sergio y Baco, cuya técnica

(1) Strzygowsky. Klein Asien. Pagina 183.

(2) Bertaux. La part de Byzance dans l'Art Byzantin, 1911, Paginas 164-304.

en su conjunto esta claramente derivada de la retratista del tipo helenístico, con su característica realidad de expresión, que más tarde ha de derivar a la pintura de historia con marcado estilo simbólico.

La gran analogía de los retratos conocidos de esta época, ha hecho suponer a Kondakof que todos tienen un mismo prototipo original, considerándolos como «ramificaciones de ciertos manuscritos tipos» ⁽¹⁾, teoría que aun en la actualidad sigue en vigor, aunque con las naturales reservas a una excesiva generalización del sistema. Todo ello viene a confirmar que los mismos centros de producción artística, monetaria o no, han dado siempre nacimiento a obras de muy parecida inspiración, extremo este que se repite también en el segundo período y aun en las series monetarias de todos ellos, como la ceca de Salónica en los siglos XIII al XV, con su figuración alada a la que tantas veces nos hemos referido.

Los talleres Sirios y Egipcios nos han legado restos de orfebrería muy análogos a los cuños monetarios Bizantinos, como por ejemplo las celebres ampollas de Monza ⁽²⁾ con repujados de escenas evangélicas en plata, de técnica puramente numismática, y a su vez posiblemente inspiradas en composiciones monumentales, frescos y mosaicos que decoraban las iglesias de Jerusalén, Belén o Nazareth. Uno de los platos de plata de Chipre, en la actualidad en el British Museum, lleva en su fondo al estilo de las pateras helenísticas, una clara representación iconográfica de un Santo, que por su técnica es un simple troquel monetario.

Hacia el siglo V, las composiciones tienden a unificarse, y quedan ya en lo sucesivo como tipos inmutables. La figura de Cristo que antes se representaba de forma tan variable ⁽³⁾ ya joven e imberbe con reminiscencias del Dionisos helenístico y con los cabellos en largos bucles a la espalda, ya de más edad al tipo Sirio, con barba negra más o menos larga, los cabellos con raya y el conjunto con las características raciales de los hijos de Israel, queda al fin determinado por una variante del segundo tipo, acentuando aun más el carácter solemne y grave de la imagen, quedando el primero limitado al tipo llamado de Cristo Emmanuel, con algunas reminiscencias helenísticas.

La misma evolución fija los rasgos de la Virgen, que a partir de la definición del Concilio de Efeso como Madre de Dios (Theotokos) toma los rasgos graves, el rostro alargado y la actitud majestuosa que más tarde se aprecia con más claridad sobre todo a partir del siglo VI, en los mosaicos

⁽¹⁾ Kondakof, *Hist. de l'Art*, I. Página 31 y 33-34.

⁽²⁾ Diehl, *Op. cit.*, I. Páginas 310 y 311.

⁽³⁾ Kondakof, *Iconographie de Jésus-Christ*, S. Petersbourg 1905. *passim*.

celebres de San Apolinar el Nuevo, Parenzo y Salonica ⁽¹⁾. A pesar de ello subsisten multiples variantes que por regla general copian a los iconos celebres de la Panagia ⁽²⁾. Citemos entre ellos la VIRGEN HODIGITRIA (conductora) en pie y llevando en uno de sus brazos al Niño Jesus, mientras que la otra mano esta levantada en actitud de oracion; la VIRGEN BLAX-CHERNITISSA (del Palacio de las Blaquernas) en busto y con los dos brazos levantados en actitud orante, con un medallon sobre el pecho que figura la efigie de Jesus; LA VIRGEN KYRIOTISSA (como Reina de los Cielos) en pie y apretando entre sus brazos al Niño Jesus, contra su pecho; LA VIRGEN ORANTE sin el niño, con las manos levantadas en actitud de oracion; LA VIRGEN EN EL TRONO, bendiciendo o llevando al divino Niño sobre sus rodillas; y por ultimo la Virgen amamantando al niño Dios en actitudes variables. A pesar de todas estas variaciones los rasgos fisionómicos son inmutables y el tipo se reproduce exactamente hasta el final del Imperio.

Resumiendo, el Arte Bizantino durante el siglo VI alcanza ya un tipo concreto y definitivo, despues de la evolucion sufrida a partir de sus origenes, exagerando a veces la simetria en comparacion con el Arte Griego y Helenistico pero creando verdaderos tipos Cristianos, que expresan a la perfeccion la Majestad de las cosas Divinas y las esperanzas que la religion ofrece a la Humanidad, conservando su pronunciado caracter teologico en todo momento, ya que la Iglesia lo utilizó como medio de enseñanza e instrumento de glorificacion, orientacion que si bien le dió su indudable grandeza, tambien le infiltró alguna de sus debilidades.

2) — ASPECTO NUMISMATICO DEL PRIMER PERIODO ARTISTICO

Comparando los reversos de las monedas Bizantinas de los siglos IV-V y VI hasta el VII y excluyendo las acuñaciones de Constantino el Grande, ya que su Numismatica es por completo diferente de la Pre-Bizantina y Bizantina, se puede observar que la influencia Cristiana sobre el Arte oficial de Constantinopla, es mucho mas importante que lo que parece estudiando por ejemplo los monumentos arquitectonicos o los manuscritos iluminados de la época, y que ademas de notarse por la adiccion de temas Cristianos a las monedas, tiene un caracter negativo muy importante de eliminacion de temas y simbolismos paganos.

⁽¹⁾ Diehl. Op. cit. I. Pagina 325.

⁽²⁾ Schlumberger. Sigill de l'Emp. Byzantin. Paris 1884. Introduccion.

Para darnos cuenta mejor de esta simplificación de tipos de acuñación que lleva por consecuencia la eliminación antes citada, Grabar ⁽¹⁾, ha redactado un cuadro estadístico desde el año 335 al 578, con los tipos distintos de cuños monetarios en cada reinado, y que por su importancia para estos estudios, paso a extraer a continuación:

CONSTANCIO II	(335-361)	Mas de 50 tipos diferentes.
JULIANO	(361-363)	Mas de 30 tipos diferentes.
VALENS	(364-378)	Unos 30 tipos diferentes.
TEODOSIO I	(379-395)	Unos 20 tipos diferentes.
ARCADIO	(395-408)	Unos 15 tipos diferentes.
TEODOSIO II	(408-450)	Unos 15 tipos diferentes.
MARCIANO	(450-457)	7 u 8 tipos distintos.
LEON I	(457-474)	Unos 10 tipos distintos.
ZENON	(474-491)	Unos 6 tipos diferentes.
ANASTASIO	(491-518)	4 o 5 tipos distintos.
JUSTINO I	(518-527)	Solo 4 tipos diferentes.
JUSTINIANO I	(527-565)	Unos 7 tipos diferentes.
JUSTINO II	(565-578)	Solo 4 tipos diferentes.

Los datos antes señalados han sido extraídos de las obras de Cohen, Sabatier y Wroth y son solo aproximados ya que es muy difícil concretar si la variante de un tipo es o no el mismo de que se deriva, sobretudo en cecas distintas, pero sirve perfectamente para comprender esta reducción o eliminación progresiva de temas simbólicos, que a la muerte de Justino II quedan reducidos a una décima parte de lo que eran en tiempos del hijo de Constantino. Como se puede apreciar esta disminución ha tenido lugar gradualmente y acentuándose cada vez más, sin que tenga ninguna relación con los años que duró cada reinado, con la única excepción acaso de Justiniano I.

Desde Teodosio I desaparecen por completo las imágenes de divinidades paganas ⁽²⁾, y entre los reinados de Arcadio y de Marciano desaparecen los simbolismos brutales de Victoria al estilo pagano también, eliminando Marciano además todo el grupo monetario con personificaciones de Roma y de Constantinopla y que solo accidentalmente vuelven a reaparecer en el reinado de Justino II.

Las imágenes de la Cruz se multiplican en todo este primer periodo

(1) Grabar. Op. cit. página 159 y siguientes.

(2) Valens todavía utiliza cuatro tipos de estas divinidades.

artístico monetario, sin separarse por eso de los esquemas iconográficos ya consagrados por el uso, y con Teodosio I aparece por primera vez la Cruz en manos de una figura ⁽¹⁾, con el concepto de VIRTUS ROMANORUM. Sin duda alguna esta supresión de tipos paganos y la utilización cada vez mayor de la Cruz, es debida a la potente influencia Cristiana, que cada vez con mayor intensidad regula todo el conjunto del ceremonial y de la iconografía del Imperio. Así en el año 382, desaparece del Senado de Roma el altar o ara de la Victoria, en el año 393 se celebran los últimos Juegos Olímpicos, y en los mismos años los templos paganos se cierran o son saqueados por las muchedumbres Cristianas. La ley del año 426 bajo Teodosio II es el punto final de esta evolución, al ordenar el cierre de los santuarios paganos de toda especie «si quae etiam nunc restant integra» y la elevación de la Cruz sobre los mismos lugares donde se hallaban construidos. El año 425 se prohíbe la adoración de las imágenes Imperiales, reservando los honores que exceden a la dignidad humana, a la potencia suprema (SUPERNO NUMINI), y así sin disminuir la veneración a la potencia Imperial (ya que la palabra NUMEN sigue empleándose) se establece una distinción importante entre el valor religioso de los iconos de Dios por una parte y las imágenes Imperiales por otra, distinción típicamente Bizantina y ya consagrada por San Gregorio Nacianzeno al establecer una jerarquía análoga entre el lábaro con el monograma de Cristo y los demás estandartes del Ejército Romano, que lleven las insignias de los Emperadores ⁽²⁾.

La conversión al Cristianismo del Imperio fué la causa principal del empobrecimiento en temas iconográficos monetarios, pero la acción negativa se manifestó también en otro aspecto diferente: desde el siglo V en adelante toda la Numismática Bizantina se separa de la vida contemporánea, y ya no se reflejan más en las monedas los acontecimientos de la época, como sucedió durante todo el Imperio Romano. Para la Historia es sin duda una enorme pérdida puesto que las fuentes Numismáticas son siempre de primer orden, pero la razón de ello no hay que buscarla como creen Cohen ⁽³⁾ y otros eruditos en «...la falta de imaginación y de poesía que caracterizaba a los Bizantinos», sino que es la base misma de la iconografía religiosa lo que hace repetir hasta el infinito los mismos temas concretos, quedando únicamente de los simbolismos paganos los asimilables y convertibles en Cristianos,

⁽¹⁾ Cohen. VIII. Pág. 162, número 61.

⁽²⁾ Migne. Patrol. Graec. 35. col. 588.

⁽³⁾ Cohen. VII. página 407, nota.

como testimonio de la continuidad de la tradición «Romana» de los Emperadores.

En resumen, al perder todo contacto con el mundo exterior, la Numismática Bizantina pierde como fuente histórica y mucho más como Arte de toreutica, pero gana en profundidad religiosa y simbólica, convirtiéndose en la mejor propaganda del Cristianismo y del Imperio, y adquiriendo un poder como imagen religiosa que nunca tuvo la moneda hasta entonces. Para el Griego fué un objeto de arte, para el Romano una fuente de noticias, un diario de aquellos siglos, para el Bizantino en cambio es solo una imagen de la religión Cristiana y del poder divino de sus Emperadores.

Un tema también de interés en este primer período artístico, es lo relativo a las figuraciones del trono del Señor o de la Virgen y a la Cruz triunfal, temas estos que si bien han sido anteriormente expuestos, en parte necesitan de algunas consideraciones aclaratorias.

La imagen de Cristo en el trono, aparece ya en el siglo IV, puesto que según el «Liber Pontificalis» (1), el Emperador Constantino regaló a la Basílica de Letrán una pieza de orfebrería con Cristo sentado en el Trono y cuatro ángeles montando la guardia alrededor del Señor. El carácter soberano de Cristo sentado, en todas sus imágenes es evidente, y la Iglesia ya le ha dado desde antes del signo VI, los caracteres fijos del «Panbasileus» celeste. Algunas representaciones como las de los sarcófagos del siglo IV, tienen características demasiado acentuadas, por lo que su helenización llega al extremo de poder fácilmente confundirse con copias del Zeus de Olimpia o de Serapis. Desde tiempos de Furtwängler, se ha opinado en varios sentidos sobre esta analogía, y lo que para unos es únicamente una semejanza involuntaria para otros es simplemente empleo de arquetipos de taller aun no expurgados del todo de sus viejos modelos helenísticos. Ya los reversos monetarios Romanos presentan este tipo del Emperador en el Trono, pero su composición es diferente y las imágenes aparecen casi siempre de perfil, siguiendo el patrón antiguo, donde figuras sentadas en trono y de frente son casi desconocidas. Desde Diocleciano aparecen cuños monetarios con figuras de Emperadores en el Trono y de frente, de donde sin duda alguna se ha derivado el motivo del Cristo en Majestad. Con las mismas características las imágenes monetarias de la Virgen en su Trono se derivan de los antiguos modelos paganos de las Emperatrices ya conocidos en el siglo V (2) y más concreta-

(1) Liber Pontificalis, Edición Duchesne. I. pag. 172 y también en Byz. Zeit. 32. 1932, páginas 67-68.

(2) Retrato de Licinia Eudoxia, mujer de Valentiniano III.

mente aun en los tipos del siglo II, con la imagen de la Emperatriz con cetro y un niño a la que acompañan las leyendas FECUNDITAS AVG. y JUNO LUCINA, que le dan el conocido valor alegórico de imágenes de la maternidad ⁽¹⁾.

Ya en el año 1893, Strzygowsky ⁽²⁾, ha supuesto esta relacion entre las imagenes Romanas de la Emperatriz y las de la Theotokos en Majestad, y desde luego no deja lugar a dudas la influencia e interdependencia de estos temas artistico-iconográficos.

El trono del Señor, sin la figura de Cristo, ya es frecuente en mosaicos del siglo V, y en gran variedad de objetos de culto Cristianos. El trono no aparece nunca, como comunmente se dice, vacio, ya que el lugar de Jesus siempre está ocupado por algun objeto simbólico, bien sea una corona de oro, una Cruz con piedras finas, el «sudarium», el libro de los evangelios, el rollo apocaliptico sellado con los siete sellos, o bien algun simbolismo mas indirecto como una paloma o cordero y en algunos casos el monograma de Cristo. El Señor por lo tanto, no es reemplazado por el trono unicamente, ni tampoco por los objetos antes citados, sino por el conjunto de ambas cosas, es decir por la misma colocacion de estos simbolismos sobre el trono ⁽³⁾. Es bien conocido el hecho de que en el Concilio de Efeso, un trono con un ejemplar de los Evangelios, presidia la reunion de los tumultuosos teólogos ⁽⁴⁾.

Este simbolo Cristiano tan caracteristico tambien tiene su origen en la Iconografia oficial del Imperio Romano, ya que el rito helenistico del «Solisternium» aplicado al soberano, ha sido conocido en Roma desde tiempos de Cesar ⁽⁵⁾, y el trono del Emperador con su efigie o una insignia de su poder, casi siempre una especie de sudarium o la corona, era adorado como al mismo Soberano a quien reemplazaba. Monedas con el trono sagrado en sus cuños hay abundantes, y tienen una gran semejanza con el posterior tipo Byzantino, incluso en tecnica y estilo artistico, como por ejemplo los reversos de los aureus de Tito o Domiciano, sobre todo los ultimos.

La comparacion de la Cruz con el Trofeo pagano, nos lleva a otro caso indudable en que un tema artistico completo, es trasladado a la iconografia Cristiana, y caso singular, son el mismo simbolismo esencial. Aunque no es ciertamente un tema numismatico su importancia es decisiva para com-

(1) Cohen, III, paginas 217-218.

(2) Strzygowsky. Das Etschmiadrin. — Eu. in Byz. Denkm. I, paginas 39-41.

(3) Grabar. Op. cit. pagina 199.

(4) Mansi, V, col. 241.

(5) Sybel. Chr. Antike, II, pagina 330, nota 1.

prender los caminos que siguió el arte oficial Bizantino, hasta llegar a su completa madurez del siglo VII. Se trata de los relieves del sarcófago Ludovisi ⁽¹⁾, del fragmento de Letran y de varios sarcófagos de la época Constantiniana que demuestran una adaptación al tema triunfal Cristiano, de un motivo, que desde hacia un siglo aparecía ya en los ciclos de los sarcófagos paganos. En el Ludovisi, están situados simétricamente al pie del trofeo y haciendo el gesto clásico de los prisioneros en la iconografía triunfal, dos barbaros hombre y mujer, mientras que sus dos hijos repiten el gesto de los padres, de apoyar la cabeza tristemente sobre una mano en señal de sumisión.

En los sarcófagos con la adoración de la Cruz triunfal, los guerreros que hacen la guardia en el sepulcro de Cristo, duermen en actitudes idénticas a las de los barbaros vencidos del Ludovisi. De este modo el signo simbólico de la Victoria que domina las figuras sentadas, es el mismo en esencia, y los guerreros que rodean la Cruz son el símbolo de la Victoria del Cristo resucitado. En los dos casos se trata de vencidos que rodean el símbolo de su derrota.

C) — SEGUNDO PERIODO ARTISTICO BYZANTINO

1 — *CONSIDERACIONES GENERALES*

Desde el siglo VII hasta la querrela iconoclasta, el Arte Bizantino pierde la marcha ascendente en cuanto a técnica y concreción de sistema que lo ha caracterizado hasta el siglo de Justiniano; el potente esfuerzo creador tiende a amortiguarse y se repiten únicamente los modelos ya consagrados, sin inventar ninguno nuevo ni siquiera modificarlo. Esta que pudieramos llamar «atonía» del Arte Bizantino, es fácilmente explicable por las circunstancias históricas, ya que el largo reinado de Justiniano había agotado casi por completo la fuerza vital del Imperio, y por otra parte las invasiones de Siria, Palestina y Egipto, las batallas continuas en Asia Menor y la amenaza Persa, Eslava y Avara, eran de tal intensidad que Heraclio ya pensaba en trasladar su residencia a Cartago. Prueba de lo antes expuesto es que muy pocos monumentos de este periodo han subsistido y su estilo es, a lo más, algo inferior al de la anterior época, pero sin originalidad ni refinamiento alguno.

El movimiento Iconoclasta que lo siguió tuvo consecuencias importantísimas para la evolución del Arte Bizantino en general, y más especial-

(1) Wilpert. *Sarcofagi cristiani*. — Vol. I y II. *passim*.

mente para la iconografía. No nos podemos fácilmente dar cuenta de la violencia de aquella lucha ⁽¹⁾, pensando con nuestros cerebros de la Edad Moderna, pero el papel que las imágenes habían tomado en la religión y en el Culto Cristiano era de tal naturaleza que las representaciones de Cristo, de la Virgen o de los Santos, recibían los mismos honores que si fueran su modelo natural, acha candoles virtudes sobrenaturales, e incluso considerando a algunas como no hechas por la mano del hombre (ἀχειροποίητοι), con orígenes milagrosos y sobrenaturales. Siguiendo a Charles Diehl ⁽²⁾ «...las imágenes no solo figuraban en las Iglesias sino en todos los lugares, casas particulares, muebles, vestidos, y no se las veneraba sino que prácticamente se las adoraba, prosternándose delante de ellas, besándolas, coronándolas de flores y cantándoles himnos especiales compuestos en su honor».

Tales excesos llevaron consigo la reacción opuesta, influenciada además grandemente por la expansión Islámica y su sentido contrario a toda representación antropomórfica. Como es lógico el arte religioso y monetario sufrió las consecuencias de esta lucha, pero al mismo tiempo nació un arte nuevo, puesto que el sitio que hasta entonces ocuparon las imágenes, debía de ser reemplazado por algo en las Iglesias, Monasterios, joyas, manuscritos, monedas, etc. Constantino V comenzó por adornar la Iglesia de las Blaquernas con árboles, pajaros y animales de todas clases en guirnaldas de flores y frutos, teniendo la Iglesia al decir de un cronista contemporáneo «aspecto de parque o granja y no de lugar sagrado». Pero al mismo tiempo que se destruían con todo cuidado las representaciones sagradas, se restauraba la decoración de las Iglesias con un carácter ciertamente poco religioso: escenas de género, ornamentos y decoraciones de gusto alejandrino, abundaban por doquier, por lo que en el estilo iconoclasta hay un verdadero retorno a la decoración de las primitivas Iglesias Cristianas y de los modelos del arte antiguo, todo ello impregnado de una fuerte tendencia a la observación directa de la naturaleza y al realismo, que constituye en su esencia el foco del que ha de derivarse siglos después el Renacimiento macedónico.

La crisis Iconoclasta no marca pues una parada o detención en la evolución del Arte bizantino, sino que en realidad el arte cristiano en Oriente sale de esta crisis más fortalecido que nunca, y con nuevos elementos técnicos, con los que no contaba en siglos anteriores. En frase de Bertaux ⁽³⁾, «...en el

⁽¹⁾ Brehier. *La querelle des images*. Paris 1904. *passim*.

⁽²⁾ Diehl. *Op. cit.* páginas 361-362.

⁽³⁾ Bertaux. — *L'Art dans l'Italie méridionale*, página 109.

periodo de luchas que separa los reinados victoriosos de Heraclio y de Basilio el Macedonio, el Arte Cristiano de Oriente extendido por todo el Occidente, toma el mismo papel predominante que antes ejerció el Arte Romano». Por toda Italia se extiende y ramifica y las imagenes toman el mas puro aspecto Byzantino, perdiendo el caracter y la impronta de los antiguos simbolos.

El Renacimiento Macedónico (¹), la segunda edad de oro del Arte Byzantino es la continuacion del periodo anteriormente reseñado, y ocupa toda la época de las dinastias Macedónica y Comnena, con este maravilloso resurgir que fué la admiracion de los mismos cronistas coetáneos «...el Imperio está anciano, aparece de pronto como una jovencita vestida de oro y piedras preciosas» (²). Todos los testimonios de los que visitaron Constantinopla en estos siglos, son unánimes «...a excepcion de Bagdad, esta Ciudad no tiene igual en el mundo», dice Benjamin de Tudela y describe sus catedrales, sus estatuas, sus riquezas y sus palacios, complaciendose en poder ser testigo de tanta maravilla. Y toda la Edad Media, en el Occidente, en Venecia, en el Norte, sueña con esta Byzancio, ciudad incomparable y prodigiosa, unica en el mundo, llena de tesoros incalculables y de arte refinadisimo.

Los Emperadores Macedonios y Comnenos, con pocas excepciones, se ocuparon personalmente del arte en sus multiples ramificaciones y el mismo Constantino VII fue un artista de mérito, pintando miniaturas con tanta perfección que como dice su biógrafo, exagerando la nota «...no creo haya habido nadie antes de el, que le haya igualado». El Arte Byzantino se extiende por Giorgia y Armenia; Rusia al cristianizarse entra de lleno dentro de su órbita, el Occidente llama a los artistas Byzantinos para continuar sus monumentos, y lo que territorialmente consiguió Justiniano, artisticamente lo vuelve a conseguir esta edad de oro del Arte Byzantino; el dominio y la influencia en todo el mundo conocido en su época.

Ya hemos visto como la crisis iconoclasta ha tenido la calidad de hacer que el arte byzantino busque vias nuevas de expresion, caminos que ha encontrado facilmente resucitando las viejas tradiciones del arte alejandrino por una parte y desarrollando la ornamentacion pura de estilo árabe por otra, concretando ambos procedimientos con una observacion profunda

(¹) De Guadan. Las min. Byzant. en el m/s del Pseudo-Nonnus. Oriente 1952. paginas 100-102.

(²) Citado por Diehl. op. cit. pag. 391.

del realismo de la vida y de la naturaleza. Y precisamente estas nuevas tendencias son las que dan origen a la escuela artística de los siglos IX al XI; se vuelve al estilo de Justiniano al representar en las paredes del Palacio Imperial, los retratos de la familia y los hechos mas salientes de sus reinados; Andronico Comneno hace pintar escenas de caza, y el gusto por las tradiciones helenicas se despliega por todas partes, naciendo un verdadero Arte Imperial, con un estudio completo del modelo, de todos sus detalles, tipo y encuadres, con artistas procedentes de todas las Provincias y de paises orientales, Eslavos, Armenios, Persas, que ponen su sello personal en las obras de sus talleres bien en el del mismo palacio Imperial, bien en los numerosos particulares repartidos por Constantinopla: Conventos y Monasterios ⁽¹⁾.

El mismo arte religioso prospera y se enriquece con temas nuevos. Desde el concilio del año 787 se dictan las normas para la debida subordinacion del arte a las directrices teológicas y liturgicas, expresando uno de los cánones «... los pintores deben unicamente pintar, pero los Padres han de reglamentar y ordenar previamente la forma y motivo de la pintura»; así en lo sucesivo las diferentes composiciones pictóricas en una Iglesia, estan ordenadas de manera que sean una expresion completa y sistemática del dogma apareciendo con ello una iconografía nueva, que pronto queda fija y inmutable, y que es una de las obras maestras de esta segunda Edad de Oro Byzantina, con su doble caracter de fuerte inspiracion antigua por un lado y un realismo moderno y audaz por otro, de cuya mezcla ha nacido la mejor parte de las manifestaciones del arte Byzantino en toda su historia.

La evolucion continua sin embargo, y ya hacia el siglo XII comienza a debilitarse la tradicion del buen Arte, y al desaparecer por completo la influencia mitológica, los tipos se endurecen y las actitudes pierden su vida y dinamismo habituales. El movimiento iconografico no cesa por ello, pero su fuente de inspiracion queda reducida al arte Imperial unicamente. Kondakof ⁽²⁾, ha sintetizado esta epoca como la epoca del color, que pasa a ser la preocupacion dominante, y los artistas hacen valer sus matices y contrastes con una tecnica y una finura incomparables.

(Continúa)

⁽¹⁾ Ebersolt. Les arts somptuaires de Byzance. Paris 1923. passim.

⁽²⁾ Kondakof. Op. cit. II. — 3.

DESCRIÇÃO DAS MOEDAS DE ANGOLA E S. TOMÉ E PRÍNCIPE (*)

PELO DR. LUÍS PINTO GARCIA

DUAS PALAVRAS NECESSÁRIAS

Quando em 1941 publicámos a 1.^a edição deste opúsculo, cujo estudo iniciáramos dois anos antes, tínhamos a certeza absoluta que, embora pres-tássemos um serviço aos coleccionadores de moedas ultramarinas, por nada existir então, no género, ele não seria ainda o guia seguro para as séries de Angola e de S. Tomé, enfermando de imperfeições, dúvidas e erros a que este género de trabalhos não se pode de maneira nenhuma furtar.

As fontes de informação escasseavam, as ligações com aquelas duas províncias ultramarinas não eram muito fáceis para o fim em vista e por lá pouca gente haveria que nos tirasse qualquer dúvida, os coleccionadores, com raras e honrosas excepções, pouco se prestavam à colaboração tão neces-sária, e o Museu Numismático Português pouco nos pôde então ajudar neste capítulo. E quanto a informações, até a extinta Junta da Moeda de Angola nos induziu em erro quanto a uns novos valores que nunca se chegaram a emitir. Penitenciámo-nos desse último erro em 1952, quando Wayte Raymond nos editou a monografia *The Coins of Portugal and Colonies—1901-1951*

Passados 13 anos sobre a publicação deste pequeno estudo específico sobre Angola e S. Tomé e Príncipe, e só então, surgiu um artigo sobre a última destas províncias portuguesas, da autoria do já consagrado estudioso brasileiro Kurt Prober, que a *Nommvs* n.º 5 deu à estampa e que se intitulava *Moedas de cobre para «S. Tomé e Príncipe»*.

Kurt Prober, numismata de renome, com um *curriculum* invejável,

(*) 2.^a edição corrigida e actualizada.

autor de bibliografia enorme, iniciou a sua colaboração na revista portuguesa em momento de má inspiração e, com um azedume que não se compadece com a sua estatura de investigador, deu-lhe para maltratar os confrades portugueses, não poupando especialmente Batalha Reis e o autor destas linhas, pois afastou-se da correcção que este, como outros assuntos, impõem acima de tudo e, usando dum à-vontade muito sul-americano, enveredou por uma senda de confusionismos e de contradições, que roubaram ao artigo uma parte bastante importante de interesse.

Nessa altura achávamo-nos em situação que, por motivos bem estranhos à nossa vontade e bem estranhos igualmente à Numismática, não permitiram responder ao Senhor Kurt Prober. Fã-lo-íamos, estamos disso convencidos, sem a acrimónia usada por aquele numismata. Respondeu-lhe, passados dois anos e com raríssima felicidade, o saudoso Raul da Costa Couvreur, notável figura de investigador e de gentil-homem, cuja memória recordamos com o maior respeito.

Entretanto o pequeno opúsculo da nossa autoria esgotou-se e, por solicitação de inúmeros colecionadores, metemos novamente ombros à sua reedição, ampliada com as emissões modernas, extirpada de valores comerciais, anotada e acrescentada onde se impõe e, ao mesmo tempo, debatendo o ponto fraco, assim se lhe pode chamar, da série santomense de 1819-1822.

Registamos, para finalizar, a preciosa colaboração que nos foi prestada pelo confrade e amigo Sousa Nunes, homem sabedor e meticoloso, sempre pronto a coadjuvar os estudos numismáticos, para quem vão, com a mais rendida admiração, os nossos melhores agradecimentos.

ANGOLA

Cauris

Entre os variadíssimos objectos e mercadorias que, na Costa da Guiné, corriam como moeda, tal como a missanga, o sal ⁽¹⁾, peças de algodão ⁽²⁾, etc. contam-se os *cauris* ou búzios. Parece que o uso dos *cauris*, *caurins* ou *coris*, as antigas *cyproea moneta* ou *cyproea caurica* veio do Oriente e se espalhou pela costa de África e pelo sertão. Estas conchas chamadas *bouges* pelos indígenas foram naturalmente trazidas pelos mercadores indianos que as davam aos africanos em pagamento das mercadorias. O seu uso foi seguido por Holandeses e Franceses e, tudo leva a crer, também pelos Portugueses. Estes *cauris*, grande parte deles provindos das Ilhas Maldivas, tendo os desta proveniência uma cor alvíssima, correram no Sião com o nome de *bias* e foram usados pelos Espanhóis nas Filipinas, onde eram conhecidos sob a designação de *signeias*. O *Diccionario Universal das Moedas*, etc. de autor anónimo, donde extraímos algumas informações, dá-nos curiosos dados sobre a circulação das «conchas cauris». Assim diz ele: «A maior, ou menor distancia da Costa Maritima aumenta, ou diminue o valor destas conchas; pois nas partes do interior, nas permutações que fazem, dão menos conchas em pagamento do que na beira-mar».

O seu valor era pouco mais ou menos o seguinte:

10 *cauris* valiam um pano ou 5 réis, mas por vezes também com 4 réis se compravam 50 a 60 *cauris*:

Com 80 a 150 ARRÁTEIS DE CAURIS	comprava-se um escravo;
Idem	comprava-se uma peça de algodão;
Idem	comprava-se um dente de elefante;
Idem	comprava-se um pão, ou forma de cera.

Diz ainda o autor do *Diccionario* que primitivamente se davam 12 000 a 13 000 arráteis por 500 a 600 escravos e que depois um carregamento de carne humana com o mesmo número de indivíduos passou para 25 000 a 28 000 arráteis.

(¹) As *Pedras de Sal da Quissama*, segundo Travassos Valdez.

(²) E ainda os *Libongos* que, de acordo com o autor da *Noticia sobre os Pcsos*, etc., eram «uns paninhos quadrados semelhantes aos guardanapos feitos de um tecido de palha tão flexivel como o linho, e de côr amarella».

Estas conchas serviam não só de moeda como também para ornamento da indumentária e adorno das peças de pano.

Finalizaremos dizendo que ao *cauri* se chamou em Angola *Zumbo*, *jimbo* e, por vezes, *denti de pretinha*.

M O E D A S

A primeira moeda, pròpriamente dita, cunhada para Angola (e, duma maneira geral, para a África Ocidental Portuguesa), apareceu no reinado de D. Pedro II. Constava de peças de 20, 10 e 5 Réis de cobre e o seu primeiro ano de amoedação parece ter sido o de 1693 ⁽¹⁾.

Ainda no seu reinado, em 1704, por Carta Régia de 10 de Fevereiro, foi mandada circular na colónia do Brasil, que até então não tivera moeda deste metal.

A moeda de 5 réis não era conhecida do P.^o D. José Barbosa, continuador das *Notícias de Portugal* (2.^a edição) de Severim de Faria, pois, na página 186, diz: «Mandou lavrar moedas de cobre de 20 rs., e de 10 rs., que tem de uma parte estas letras: PETRUS II D.G. PORTUG. R.D. ETHIOP; e na outra dois XX entre uma espécie de quatro crescentes, em cujos vãos há quatro PP, e ao redor: MODERATO SPLENDEAT USU 1697». Ferdinand Denis trasladou toda a parte da numária descrita na obra de S. de Faria, nas págs. 228-260 do PORTUGAL PITTORESCO. D. António Caetano de Sousa, no tomo IV, livro V, pág. 290 da *História Genealógica*, também ignora a existência de tal peça.

D. PEDRO II

XX RÉIS — PETRVS. II.D.G. PORTVG. R.D.AETHIOP. Armas ornamentadas do Reino.

Rev. — MODERATO * SPLENDEAT * VSV . 1693. No meio de quatro arcos, com florões, o valor X * X, rodeado por quatro PP (Porto). Ae.

Conhecem-se exemplares dos anos de 1694, 1695, 1697, 1698 e 1699, ano em que terminou a amoedação da série ⁽²⁾. Desconhece-se a existência de qualquer exemplar de 1696.

⁽¹⁾ No ano seguinte foram introduzidas em Angola pelo Governador Henrique Jacques de Magalhães. Devido a isso houve descontentamento entre as tropas da Guarnição da Colónia, o que é confirmado por Travassos Valdez, que afirma que a moeda de cobre foi introduzida com custo, em Luanda, em 1694.

⁽²⁾ A primeira edição deste opúsculo inseria os valores, no mercado de então, da maioria dos espécimes.

Uma variante de cunho com SP .LENDEAT no reverso é citada por Schulman no catálogo de venda da colecção Grogan.

X RÉIS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1694. No meio de quatro arcos, com florões, o valor X, rodeado por quatro PP. Ae.

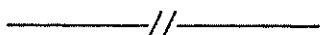
São conhecidos exemplares de 1695 ⁽¹⁾, 1696, 1697 e 1699. Não se conhecem dos anos de 1693 e 1698. Os de 1695 são raríssimos.

V RÉIS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1694. No meio de quatro arcos, com florões, o valor V rodeado por quatro PP. Ae.

São conhecidos exemplares de 1695 e 1696. Parece não se terem cunhado em 1693, 1697, 1698 e 1699.

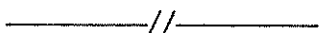
Esta moeda é da maior raridade. A de 1694 é extraordinariamente rara.



Na regência do príncipe D. João, o decreto de 18 de Abril de 1809 determinou duplicar-lhes o valor e para isso foram carimbadas com um escudete. São conhecidas contramarcadas de XX Réis de: 1693, 1694, 1695, 1697, 1698 e 1699;

De X Réis de: 1694, 1695, 1696, 1697 e 1699;

De V Réis de: 1694, 1695 e 1696.



CONTRAFACÇÕES (?) — J. Schulman, no seu catálogo LV de Dezembro de 1911, apresenta-nos um exemplar de XX Réis, sob o n.º 1602, de latão, e dá-o como suspeito. Será falso?

D. JOAO V

Neste reinado não se conhece moeda para a colónia, muito embora se diga ter circulado nessa possessão africana a série de cobre de XX, X, e V Réis cunhada em Lisboa para o Maranhão em 1749. Trata-se dos espécimes com a seguinte legenda anversa: IOANNES.V.D.G.P. ET. BRASIL. REX —, o valor no centro entre rosetas, com uma coroa por cima e data por baixo e a legenda do reverso: PECVNIA . TOTVM—CIRCVMIT. ORBEM em volta duma esfera armilar.

(¹) São conhecidos exemplares com data contrafeita, segundo informação do Senhor Sousa Nunes.

Parece ser desta época o aparecimento duma peça de cobre em forma de X, o símbolo exuberantemente representado nas moedas de D. Pedro II, que teria chamado a atenção do indígena. Destas peças, de fabrico nativo, pouco se sabe e com certeza pouco tempo teria durado o seu curso, dada a dificuldade de transporte, visto serem compridas e pesadas. O Senhor Dr. P. Batalha Reis cita e apresenta a gravura dum exemplar, no seu curioso trabalho intitulado *Numismática*, com 33,3 centímetros de comprimento e 1 700 gramas de peso! (1).

O nosso velho amigo José Maria Folgosa também nos prometeu estudar peças semelhantes aparecidas em Moçambique há anos.

D. JOSÉ I

É com este monarca que torna a aparecer a moeda de forma circular. Foi em 1752 (2) que se deliberou cunhar uma série exactamente semelhante à de Lisboa para o Maranhão. Constava de peças de XX, X e V Réis e do novo valor de XL. A amoedação terminou em 1757 e pouco mais ou menos na mesma época a moeda entrou na circulação da colónia do Brasil. Conhecem-se apenas exemplares de 1752, 1753 e 1757.

XL RÉIS — IOSEPHUS.I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE. No centro ☉ X ☉ L ☉ ; em cima a coroa e em baixo 1753.

Rev. — PECVNIA . TOTVM—CIRCVMIT . ORBEM. Esfera armilar. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1757; até agora ainda não apareceu nenhum exemplar de 1752.

XX RÉIS — A mesma legenda. O valor ☉ X ☉ X ☉ ; em cima a coroa e em baixo 1752.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1753 e 1757.

X RÉIS — A mesma legenda. O valor ☉ X ☉ ; em cima a coroa e em baixo 1752.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1753 e 1757.

(1) Uma imitação destas cruzetas figurou, segundo Mgr. Alves da Cunha, em *O Pavilhão do Banco de Angola, etc.*, na Exposição-Feira de Luanda, em Agosto de 1938.

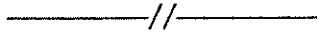
(2) Pelo Aviso Régio de 1 de Dezembro.

V RÉIS — A mesma legenda. O valor * V * ; em cima a coroa e em baixo 1752.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1753 e 1757.

A legenda por vezes termina em GUINE em lugar de GUINEAE.



Como as de D. Pedro II também esta série foi contramarcada para duplicação do valor. Com o escudete são conhecidos exemplares de XL Réis de: 1753 e 1757; de XX Réis de: 1752, 1753 e 1757; de X Réis de: 1752, 1753 e 1757; e de V Réis de: 1752, 1753 e 1757.

2.ª SÉRIE

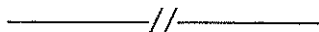
A segunda série de moedas para Angola (desta vez exclusivamente para esta colónia) constava de peças de prata e de cobre e teve início em 1762. Pela primeira vez se cunhava moeda de prata para Angola e pela primeira vez se iria usar o valor *Macuta* ⁽¹⁾, moeda de conta usada pelos indígenas de Angola e da Costa de África. Sobre a *Macuta* diz o autor do citado *Diccionario Universal das Moedas, etc.* o seguinte: «*Macuta, modo de contar, a que se pode mui bem chamar Moeda de conta, de que usão os Pretos em algumas paragens da Costa de África e com especialidade na Costa de Angola assim como em Loango. Cada Macuta vale dez, e dez Macutas valem hum cento, e cada cento entre os Pretos figura como outra moeda de conta. Por quanto, para avaliarem as suas compras, e vendas, ou para os seus alborques, taxão primeiro o numero de Macutas que pretendem pelo que dão, e depois reduzem em Macutas o preço por que querem acceitar os generos, ou effeitos que pretendem receber em escambo, ou alborque.*

O benigno Leitor creio não duvidará desculpar esta digressão, para conhecer cousa de utilidade ao Commercio.

Supondo que a taxa, ou preço de hum effeito qualquer, fosse de tres mil, a este genero põem o de trezentas Macutas; e em Escambo paga, ou permutação, como cada genero, ou qualidade de fazenda também tem seu preço em Macutas; tanto recebem até igualar o numero de Macutas de ambos os generos. A avaliação he, por exemplo, duas facas contão-se por huma Macuta, hum tachinho de cobre de pêzo de dois arrates, conta-se por tres

⁽¹⁾ Do termo indígena *Mukuta*, que designava os panos de palha ou mabela, os já citados Libongos.

Macutas; huma frasqueira de carregação de doze frascos de agoa ardente, está já taxada em cem Macutas, e assim dos mais generos á proporção, segundo a falta, ou abundancia delles».



Prata: A amoeção da prata fez-se em Lisboa entre 1762 e 1770 e constava de peças de 12, 10, 8, 6, 4 e 2 ⁽¹⁾ macutas, correspondendo respectivamente a 6, 5, 4, 3 e 2 tostões e 1 tostão. Diz Lopes Fernandes que se fabricaram à «razão de 7.800 réis por cada marco de prata da lei de 11 dinheiros. Treze moedas de 12 macutas cada uma pezam um marco, e tendo este 4 608 grãos, cabe de pezo a cada uma destas moedas de 12 macutas, ou seiscentos réis 354 6/13 grãos exactos».

A grande inovação é a legenda do reverso em português: AFRICA PORTUGUEZA.

12 MACUTAS — JOSEPHUS. I. D. G. REX. P. ET. D. GUINEAE.
Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1762. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 12 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770. Por vezes, em vez dum ponto, há uma roseta entre as palavras AFRICA PORTUGUEZA.

10 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 10 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

8 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 8 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

6 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 6 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

(¹) Embora o *Diccionario Universal*, pág. 191, e a *Relação* de Fr. José M. Veloso falem da Macuta de prata, não apareceu até hoje nenhum exemplar autêntico. Consta-nos existir um exemplar de 1763 numa colecção da Metrópole.

4 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 4 * . Ar.

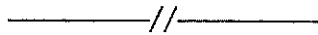
Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

2 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 2 * . Ar.

Conhecem-se exemplares de 1763. Parece não se ter cunhado este valor em 1770.

J. Schulman aponta no catálogo de venda das colecções Freitas da Silva — Calmon Viana um exemplar de 1761! Será gralha tipográfica ou existirá, na verdade, algum exemplar daquela data?



Cobre: A série de cobre, cunhada igualmente em Lisboa, constava de peças de 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta ⁽¹⁾, $\frac{1}{4}$ de Macuta ou Equipaga ⁽²⁾ e Pano, correspondentes respectivamente a 50, 25, 12 $\frac{1}{2}$ e 5 Réis e vai de 1762 a 1771 ⁽³⁾.

As legendas são iguais às das peças de prata, mas algumas vezes GUINE aparece em vez de GUINEAE e a legenda é cortada inferiormente pelas armas (G. — REX.).

MACUTA — A mesma legenda. Armas do Reino sobre a esfera.

Rev. — A mesma legenda. 1762. O valor MACU—TA 1 entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1763 e 1770.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1762. O valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1763, 1770 e 1771.

⁽¹⁾ Chamada *Mitiar* no sertão, nos meados do século passado, segundo Travassos Valdez.

⁽²⁾ *Quipaca* ou *Kipaka*.

⁽³⁾ Não deixa de ser curioso o que a respeito destas moedas de cobre nos diz Valdez (*Notícia, etc.*, pág. 36), apesar de algumas inexactidões.

$\frac{1}{4}$ de MACUTA — Idêntico.

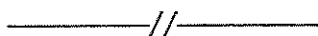
Rev. — Idem. 1762. O valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1763, 1770 e 1771.

PANO — JOSEPHUS . I . D . G . — REX . P . ET . D . GUIN. Idem.

Rev. — Idem. 1770. O valor V entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1771.



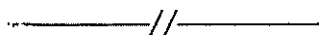
CARIMBOS — Para duplicação do seu valor foi toda a série de cobre contramarcada, mas desta vez com um escudo coroado, em geral com aspecto bárbaro, provavelmente aposto em África, a substituir o primitivo escudete. São raras as que não se encontram carimbadas e por isso o valor destas no mercado é muito inferior ao das intactas. São conhecidos exemplares contramarcados de:

Macuta de 1762, 1763 e 1770;

$\frac{1}{2}$ Macuta de 1762, 1763 e 1770;

$\frac{1}{4}$ de Macuta de 1762, 1763, 1770 e 1771;

Pano de 1770 e 1771.



RECUNHAGENS — A falta de metal motivou o aproveitamento de outras peças retiradas da circulação ou de peças de outra região onde havia abundância. É vulgar o coleccionador deparar com inúmeras recunhagens, em geral de Macutas. Ou são recunhagens sobre moedas brasileiras ou sobre peças da primeira série deste monarca.

D. MARIA I e D. PEDRO III

Neste reinado continuou a lavrar-se moeda de prata com as mesmas legendas, salvo os nomes dos soberanos, e os mesmos tipos, pesos e valores que os do tempo do pai de D. Maria I. A prata era igualmente de 11 dinheiros e lavrava-se à razão de 7800 réis por marco de metal. A peça de 12 Macutas pesava $354 \frac{6}{13}$ grãos e as restantes proporcionalmente.

Os valores são de 12, 10, 8, 6, 4 e 2 Macutas, mas Fr. José Mariano Veloso, o célebre frade-impressor, e o autor desconhecido do citado *Diccionario* falam de uma moeda de 1 Macuta de prata, desta época, valendo 50 réis. Presume-se que seja confusão destes tratadistas, pois até agora ainda não se encontrou indício de qualquer espécime.

O *Archeologo Portuguez*, vol. XX, pág. 27, diz que «*consta vagamente que existe numa das colecções mais importantes de Lisboa*».

Ainda a respeito convém transcrever o que nos diz o falecido numismata Manuel F. Vargas nas págs. 310-311 do *Archeologo Portuguez*, vol. XXI: «*Ao que disse a pp. 27 e 28 do vol. XX do «Arch. Port.» devido a informação do Sr. J. A. de Moraes Lobo, empregado de obras públicas, que nos primeiros anos deste século viveu em Loanda, em comissão de serviço público, posso acrescentar o seguinte: Que nos fins do século passado, ou princípios deste, segundo foi afirmado ao mesmo senhor por pessoa de toda a seriedade, um hábil artista de Loanda abriu os cunhos para UMA MACUTA DE PRATA e batera alguns exemplares — muito poucos — executando todos os trabalhos com tal perfeição que seria difícil distinguir as moedas contrafeitas das verdadeiras... se existissem; e finalmente que uns dois ou três desses exemplares tinham sido vendidos por altos preços.*

Será exacta a informação dada ao Sr. Moraes Lobo, que aliás partiu de pessoa séria e digna de crédito? E algum exemplar de UMA MACUTA DE PRATA, que figure em qualquer colecção será porventura proveniente desta emissão de Loanda? ou pelo contrário haverá algum exemplar desta moeda que tenha todas as características de autenticidade?

A amoedação, que é de Lisboa e feita exclusivamente para Angola, é de 1783-1785.

12 MACUTAS — MARIA.I.ET. PETRUS.III.D.G.REGES.P.ET.D. GUINEAE. Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 12 entre florões. Ar.

10 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 10 entre rosetas. Ar.

8 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 8 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1784.

6 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1784. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 6 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1785. Um catálogo de venda da Liquidadora, de 1906, indica-nos, sob o n.º 909, um exemplar de 1783! Deve ser erro tipográfico (¹).

4 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 4 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1784 e 1785.

2 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 2 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1784.



COBRE: A série de cobre deste reinado fez-se também em Lisboa, entre 1783 e 1786, e compreende as peças de 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta ou Equipaga, muito embora certos tratados só falem das duas primeiras. Os citados autor desconhecido e Fr. J. Mariano Veloso falam de uma peça de 2 Macutas de cobre, dizendo já ser rara naquele tempo. Nova confusão daqueles autores?! Uma peça semelhante só se cunhou mais tarde, na regência de D. João VI, como veremos.

MACUTA—MARIA . I . ET . PETRUS . III . D—G . REGES . P .
ET . D . GUINEAE. Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1770. No campo dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA 1 entre florões e rosetas. Ae.

São conhecidos também exemplares de 1783, 1785 e 1786.

As *Macutas* de 1770 de D. Maria I e D. Pedro III são recunhagens sobre peças do mesmo valor e da mesma data de D. José I. A este facto nos referimos mais desenvolvidamente na 1.ª edição. Em boa técnica não as devemos considerar nem híbridas nem anácronas pròpriamente ditas.

(¹) Na mesma dúvida abunda Sousa Nunes, nosso prestante confrade e gentil colaborador que, no entanto, nos apontou um desenho dum exemplar de 6 macutas de 1783 inserto na *Illustrated Encyclopaedia of gold and silver coins of the World*, de A. M. Smith — Filadélfia — 1886.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. No campo dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1784, 1785 e 1786.

$\frac{1}{4}$ de MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1784. No campo dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se ainda as datas de 1785 e 1786.

As Equipagas de Maria I e Pedro III não são vulgares.

—————//—————

CARIMBOS — O carimbo coroadado que se lhes apôs, para duplicação do valor, é igual.

São conhecidas:

Macutas — de 1770, 1783, 1785 e 1786;

$\frac{1}{2}$ Macutas — de 1783, 1785 e 1786;

E Equipagas — de 1784, 1785 e 1786.

—————//—————

RECUNHAGENS — O número de recunhagens é imenso, principalmente sobre moedas de D. José I de Angola e do Brasil. As moedas apresentam-se com as legendas e as datas confusas, por vezes de difícil leitura. Desta espécie só se conhecem Macutas.

D. MARIA I

Por morte de seu esposo, D. Pedro III, ocorrida em 1786, mandou D. Maria I lavar em Lisboa uma série de moedas de prata e de cobre em seu nome. Tudo leva a crer que a emissão principiou em 1789.

PRATA: Conservou os mesmos tipos, as mesmas legendas, com as devidas modificações, e os mesmos módulos e valores: 12, 10, 8, 6, 4 e 2 Macutas, lavradas à razão de 7800 réis por marco. À cunhagem fez-se no período de 1789-1797 e as moedas pesam sensivelmente o mesmo que as anteriores. Foi a última emissão de prata.

12 MACUTAS—MARIA . I . D . G . REGINA . P . ET . GUINEAE.
Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 12 entre florões. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1795 e 1796.

10 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1796. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 10 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1797 ⁽¹⁾.

8 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 8 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1796.

6 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 6 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se também exemplares de 1796.

4 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 4 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1796 e 1797 ⁽¹⁾.

2 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1796 ⁽²⁾. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 2 entre rosetas. Ar.

Parece que este valor só se cunhou nesta data.

COBRE: A emissão de cobre fez-se também no período de 1789-1797, com os valores 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta ou Equipaga. Quando aparece alguma moeda com data anterior deve-se ao facto de ter sido recunhada sobre outra peça dos reinados anteriores em que a primeira data prevaleceu.

Parece ainda correr nesta altura o PANO, antiga moeda de 5 réis, pois o *Diccionario Universal das Moedas, etc.*, que é de 1793, fala nele como corrente e dá-lhe o primitivo valor e também o de $6\frac{1}{4}$ réis ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Foi o último ano em que se cunhou moeda de prata, muito embora Travassos Valdez cite o ano de 1804 (...1796 e 1804, desde cujo ano se não lavrou mais... in «Noticia, etc.»).

⁽²⁾ O ex. 638 do Catálogo do 3.º leilão de Soares & Mendonça é apresentado como sendo de 1789. Erro tipográfico?

⁽³⁾ Diz-nos T. Valdez que já não apareciam c. 1856 e que tinham o valor então de 10 réis provinciais.

MACUTA — MARIA.I.D.G. REGINA — PORT. ET.D.GUINEAE.

Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1789. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA 1 entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1796 e 1797.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1785. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—
—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Trata-se duma recunhagem, pois naquela data ainda vivia D. Pedro III e então foram lavradas moedas em nome dos dois soberanos. A emissão, como se disse, só começou em 1789.

Conhecem-se exemplares de 1789 e 1796.

EQUIPAGA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1796 e 1797.

—————//—————

CARIMBOS— O mesmo carimbo aparece sobre as seguintes peças:

Macuta de — 1789 e 1797;

$\frac{1}{2}$ Macuta — de 1785 e 1789;

Equipaga — de 1789 e 1797.

—————//—————

RECUNHAGENS — É constante o seu aparecimento principalmente sobre moedas de D. Maria I e D. Pedro III.

PRÍNCIPE REGENTE D. JOÃO

D. João, ainda no Brasil, resolveu mandar emitir no Rio de Janeiro uma série de moedas de cobre para Angola. Conservou esta moeda o mesmo tipo, as mesmas legendas, com a mudança do nome do príncipe reinante, mas os módulos foram reduzidos. Apareceu pela 1.^a vez o valor de 2 Macutas em cobre. Constou a série, que foi feita em 1814-1816, de 2 Macutas, Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta. A primeira tinha o módulo da Macuta anterior, a Macuta o módulo da $\frac{1}{2}$ Macuta, a $\frac{1}{2}$ Macuta o da Equipaga e a Equipaga o do Pano; porém, os valores prevaleceram os mesmos, isto é, 100, 50, 25 e 12 $\frac{1}{2}$ réis.

2 MACUTAS — JOANNES.D.G.PORT.P.—REGENS.ET.D.GUINEAE. Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1815. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TAS 2 entre florões e rosetas. Ae.

Há ainda exemplares de 1816, mas não se conhece nenhum de 1814 ⁽¹⁾.

MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1814. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—
—TA 1 entre rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1815 ⁽²⁾ e 1816.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Mesma data. Dentro dum círculo de contas o valor
MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

São conhecidos exemplares de 1815 e 1816 ⁽²⁾.

EQUIPAGA — Idêntico.

Rev. — Mesma data. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—
—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se ainda exemplares de 1815 ⁽³⁾.

—————//—————

CARIMBOS — Usou-se o mesmo carimbo sobre as seguintes peças:

2 Macutas de 1815 e 1816;

Macuta de 1814 e 1816;

$\frac{1}{2}$ Macuta de 1816;

Equipaga de 1814.

—————//—————

RECUNHAGENS — Rara é a moeda que não mostra ter sido recunhada. A Casa da Moeda do Rio de Janeiro aproveitou imensas peças anteriores para lavar esta nova emissão. As moedas, que serviram, foram, é claro, as destinadas a Angola, de D. José I, D. Maria I e D. Pedro III e D. Maria I. As de 2 Macutas recunharam-se sobre as Macutas anteriores, as Macutas sobre as $\frac{1}{2}$ Macutas e as $\frac{1}{2}$ Macutas sobre as Equipagas. Parece que as *Equipagas* não foram recunhadas sobre outras; ignoramos, no entanto, se os *Panos* de D. José, moedas que têm o módulo daquelas, foram aproveitadas.

⁽¹⁾ Lopes Fernandes, citando as peças de D. João P. R., de 2 Macutas, 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta, afirma que todas as que viu foram lavradas em 1814.

⁽²⁾ Kurt Prober não menciona estas datas no seu *Catálogo das Moedas Brasileiras*.

⁽³⁾ Kurt Prober, obra cit., diz que não existe. Muitos numismatas, de facto, põem em dúvida a existência de Macutas de 1815, Meias Macutas de 1816 e de Equipagas de 1815.

D. MIGUEL I

D. João VI, como rei, e seu filho D. Pedro IV não cunharam moeda para Angola, e só com D. Miguel se tentou emitir dinheiro, em Lisboa, para a nossa maior colónia. Trata-se de ensaios, bastante raros, de 1831 ⁽¹⁾, de 2 Macutas, Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e Equipaga ou $\frac{1}{4}$ de Macuta.

Conservou-se o mesmo tipo, as mesmas legendas, com as devidas substituições, e os mesmos pesos e módulos que as correspondentes de D. Maria I. A inovação apresentada é o nome do rei aparecer na forma portuguesa e não alatinada como nas suas da metrópole e nas coloniais dos seus antecessores.

2 MACUTAS — MIGUEL . I . D . G . REX . ET . D . GUINEAE.
Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1831. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TAS 2 entre florões. Ae.

MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA 1 entre florões. Ae.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões. Ae.

EQUIPAGA — Idêntico.

Rev. — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões. Ae.

D. MARIA II

Para Angola nunca se cunhou ouro, mas as *Peças* e as *Meias Peças* correram na possessão, neste reinado ⁽²⁾ e talvez anteriormente, com os valores de 13.000 réis e 6.500, respectivamente. As *Macutas* de prata de D. José I a D. Maria I corriam, também ⁽²⁾, com o aumento de 25 % e,

⁽¹⁾ Aragão — *Hist. du Trav.* aponta a data de 1833.

⁽²⁾ E continuavam correndo no reinado seguinte, segundo se depreende da *Noticia, etc.*, de Luiz Travassos Valdez, publicada em 1856.

Além do ouro metropolitano e da prata angolana, circulavam *onças* espanholas e moedas de oiro inglesas e americanas e moedas de prata também inglesas e americanas, além de *patacas* brasileiras e espanholas, ao câmbio de 1.400 réis provinciais (fracos).

por este cálculo, as moedas de 12 Macutas, cujo valor era de 600 réis, passaram a valer 750 réis e as outras proporcionalmente: 10 Macutas (500) 625 réis, 8 Macutas (400) 500 réis, 6 Macutas (300) 375 réis, 4 Macutas (200) 250 réis e 2 Macutas (100) 125 réis.

As de cobre antigas carimbadas, valendo portanto o dobro, continuavam a circular.

Lopes Fernandes diz-nos que em 1851 se lavraram moedas de cobre para Angola, mas está averiguado que a primeira emissão desta soberana data de 1848 ⁽¹⁾. Realmente foi nesta data que se emitiu, em Lisboa, a $\frac{1}{2}$ Macuta de cobre, a única moeda deste reinado ⁽²⁾ de tipo, legendas e módulo semelhantes às congéneres de D. José I e D. Maria I e D. Pedro III. O peso era igual e o valor também, ou sejam 25 réis.

Em 1853 cunharam-se na Casa da Moeda de Lisboa 5864 arráteis de metal, *que à razão de 25 réis cada Meia Macuta faz 3.567\$975 réis*, diz M. B. Lopes Fernandes.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — MARIA.II.D.G.REGINA — PORTUG.ET.D. GUINEAE. Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1848. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1851 e 1853 ⁽³⁾.

—————//—————

CARIMBOS — As moedas carimbadas são raríssimas. Apenas se tem conhecimento de uma $\frac{1}{2}$ Macuta de 1848.

—————//—————

Não se conhecem recunhagens.

D. PEDRO V

Em 1858 mandou-se cunhar uma nova emissão de cobre para a colónia com o mesmo tipo, legendas, com a substituição do nome do rei, e os valores de 1 Macuta e $\frac{1}{2}$ Macuta. Tinham ambas quase o mesmo módulo, que era

⁽¹⁾ O peso e forma das macutas foi regulado ultimamente por Decreto de 5 Set. 1846 (Boletim Oficial n.º 154), determinando-se que cada uma pese $1 \frac{1}{3}$ onça, e que 10 d'estas moedas pesem um arratel; as meias macutas e quartos de macuta têm o peso correspondente (T. Valdez, obra citada, p. 36).

⁽²⁾ Cerca de 1856 continuavam circulando as macutas e as meias dos reinados anteriores, não aparecendo, já então, os Panos ou 5 réis.

⁽³⁾ Segundo a obra de Valdez, as Equipagas já eram raríssimas no mercado angolano nos meados do século XIX.

igual ao da $\frac{1}{2}$ Macuta de D. Maria II. A Macuta, porém, tinha o dobro da espessura da $\frac{1}{2}$ Macuta.

A emissão localiza-se no período de 1858-1860, posto que se desconheçam peças de 1859.

MACUTA — PETRUS.V.D.G. REX. — PORT. ET. D. GUINEAE.
Armas sobre a esfera.

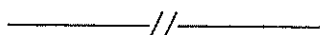
Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1860. Dentro dum círculo de contas o valor MACUTA 1 entre florões e rosetas. Ae.

Não se conhece nenhum exemplar de 1858.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1858. Dentro dum círculo de contas o valor MACUTA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1860.



Não se conhecem peças carimbadas ⁽¹⁾ nem recunhadas.

D. LUIS I

Em virtude da falta de metal circulante, pois faltavam as antigas *Macutas*, e o dinheiro continental, que era enviado para a colónia, desaparecia a olhos vistos, enterrado na sua maior parte pelos indígenas, que assim continuavam a adoptar o processo que usaram outrora com os cauris, resolveu-se em 1886 cunhar nova moeda de cobre de 20, 10 e 5 réis. Apenas se fez o ensaio da peça de 20 réis e, o único exemplar conhecido ⁽²⁾, pertenceu à colecção Lamas (n.º 1.141 do seu catálogo). O organizador deste catálogo não copiou fielmente a legenda da peça que se descreve assim:

D. LUIZ . I . REI . DE . PORTUGAL. Busto à esquerda dentro de um círculo de glóbulos. No exergo .1886. Na orla um círculo de contas.

Rev. — PROVIN . IA . DE . ANGOLA. No campo 20 (o seu valor em réis), dentro de uma coroa de louro e carvalho. No exergo ULTRAMAR. Na orla um círculo de contas. Ae. *Vintém*. Peso — 11,95 gramas. Módulo — 32 mm.

⁽¹⁾ Chama-se a atenção para o que o Dr. Cecílio Moreira, de Moçâmedes, in *Numismática de Angola*, pp. 17, 19 e 22, afirma sobre carimbos em moedas de D. João P. R. no reinado de D. Pedro V.

⁽²⁾ Em 1941. Conhecem-se hoje (1964) mais dois exemplares.

No catálogo da colecção José Lamas vem PROVINCIA em vez de PROVIN . IA. A substituição do C por um ponto explica-no-la Manuel Joaquim de Campos nas págs. 198-199 do *Archeologo Portuguez*, vol. XII: «Nota-se que na legenda do reverso falta a letra C, substituída por uma arruela na palavra PROVIN . IA. A falta explica-se pela seguinte theoria de convenção no fabrico de ensaios monetários.

Quando há duas provas referentes a projecto novo, é costume deixar bem visível numa d'ellas a falta de letra, ou letras, ou outro sinal qualquer, a fim de que a prova escolhida facilmente se distinga da rejeitada».

A única novidade que a peça nos apresentava era as legendas serem totalmente em português. Como, porém, não passasse de ensaio, hoje extraordinariamente raro, passou a ser enviado para Angola dinheiro da Metrópole.

Com D. Carlos I e D. Manuel II também não se cunhou moeda especial para a colónia que só tornou a aparecer com o advento da

REPÚBLICA

A primeira emissão (1921-1924) era quase igual à da Metrópole. De cupro-níquel lavraram-se moedas de 20 e 10 centavos cuja descrição é a seguinte:

ANGOLA — 1921. Busto da República à esquerda.

Rev. — REPUBLICA PORTUGUESA. No campo 20 — CENTAVOS. No exergo um florão.

De \$20 há exemplares também de 1922 e 1924. De \$10 de 1921-1922-1923-1924 ⁽¹⁾.

De bronze — de 5, 2 e 1 centavos (1921-24):

REPUBLICA PORTUGUESA. No campo 5 — CENTAVOS.

No exergo uma roseta.

Rev. — ANGOLA × 1922 ×. No campo as armas.

⁽¹⁾ Diz-nos um amável informador que não existem no M. N. Português peças de \$20 e \$10 de 1924. Em 1952 deram-nos oficialmente a informação de que tinham sido emitidos 740.000 e 220.000 exemplares, respectivamente.

De \$05 há ainda exemplares de 1921, 1923 e 1924. De \$02 e \$01 só do ano de 1921 ⁽¹⁾.

Pela mesma altura (1922-23) lavrou-se também uma peça de níquel de 50 centavos ⁽²⁾ igual no anverso às de prata da Metrópole.

REPUBLICA PORTUGUESA. Busto da República à esquerda. No exergo 1922.

Rev.—ANGOLA * 50 CENTAVOS *. No campo as armas. Emitiram-se exemplares ainda em 1923.

ESTADO NOVO

a) 1927 — 1928

Em 1927, quando se cunharam as primeiras moedas de 1 Escudo e 50 Centavos, de alpaca, para a Metrópole, fez-se também uma emissão do mesmo metal para Angola de 50 Centavos ⁽³⁾, Quatro Macutas (20 Centavos), Duas Macutas (10 Centavos) e Uma Macuta (5 Centavos). Eram muito semelhantes às continentais, mas tinham o busto para a esquerda.

REPUBLICA PORTUGUESA — 1927. ANGOLA. Busto da República à esquerda.

Rev.—VINTE CENTAVOS. No campo as armas e no exergo * III—MACUTAS *.

Destas moedas, cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa, por intermédio da Junta da Moeda de Angola, fizeram-se as seguintes quantidades: 1 600 000 de \$50 no valor de 800 contos; 2 000 000 de \$20 no valor de 400 contos;

⁽¹⁾ Há registos donde se depreende que houve emissões, experimentais certamente, de 300 exemplares de \$02 e \$01 de 1922. A este facto fizemos referência em 1952, no nosso trabalho *The Coins of Portugal and Colonies — 1901-1951*, mas, segundo informação recente (1964), os serviços da Casa da Moeda não compreendem como nos foram transmitidos há 12 anos tais dados! Garantem que não existem tais moedas no Museu Num. Português.

⁽²⁾ Cunhada em Birmingham (Inglaterra). Todas as outras foram fabricadas na Casa da Moeda de Lisboa.

⁽³⁾ Há, de 1927, ensaios em cobre com serrilha de \$50.

2 000 000 de \$10 no valor de 200 contos e 2 000 000 de \$05 no valor de 100 contos ⁽¹⁾.

Das de \$50, \$20 e \$10 há ainda emissões de 1928 ⁽²⁾.

b) Colónia de Angola

REPÚBLICA . PORTUGUESA. No campo o valor.

Rev. — COLÓNIA . DE . ANGOLA. Armas de Angola. No exergo a data.

Alpaca — \$50 — 1948 e 1950. Do ano de 1949 fez-se uma emissão bastante diminuta.

Bronze — \$20 — 1948 — 1949

— \$10 — 1948 — 1949

Não existem peças de \$50 de 1949 ⁽³⁾ no M. N. Português e nós, por informação oficial fornecida em 1952, citámos a emissão de 156.000 exemplares no nosso opúsculo *The Coins of Portugal and Colonies — 1901-1951*.

c) Angola

REPÚBLICA . PORTUGUESA. Armas nacionais sobre a cruz de Cristo. No exergo a data.

. * . ANGOLA . * . Armas de Angola sobre o valor.

Prata — 20\$00 — 1952 e 1955

10\$00 — 1952 e 1955

Alpaca — 2\$50 — 1953 e 1956

A existência dum exemplar de 10 escudos de 1954 ⁽⁴⁾ é-nos revelada pelo Dr. António Durães como existente na sua colecção (*A Moeda de Angola, etc.*, in *A Permuta, n.º 12*). Tal moeda não existe no Museu Num. Português.

⁽¹⁾ Estatística referente às emissões de 1927. Os números estatísticos exactos são os seguintes: \$50 — 1.608.013; \$20 — 2.001.495; \$10 — 2.002.600; \$05 — 2.002.100.

⁽²⁾ Com o seguinte número de exemplares emitidos: \$50 — 1.600.000; \$20 — 500.000; \$10 — 1.000.000.

⁽³⁾ Afirram-nos que na Casa da Moeda de Lisboa não há provas nem ensaios de tais moedas!

⁽⁴⁾ Asseveram-nos que na Casa da Moeda não há provas nem ensaios de tais moedas! Sabe-se agora (1964), por declaração do próprio Senhor Dr. Durães, que se trata duma gralha.

REPÚBLICA . PORTUGUESA. No campo o valor.
 Rev. — . * . ANGOLA . * . Armas de Angola sobre a data.
 Bronze — 1\$00 — 1953 — 1956 — 1963
 \$50 — 1953 — 1954 — 1955 — 1957 — 1958 — 1961
 \$20 — 1962 (1).

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Só muito tarde as ilhas de S. Tomé e Príncipe tiveram moeda própria (2) e mesmo essa lavrada fora do arquipélago. Era regente então o príncipe mais tarde rei D. João VI. No período de 1813-1815 mandou-se emitir no Rio de Janeiro uma série de peças de cobre de 80, 40 e 20 Réis que foram enviadas para aquelas ilhas (3).

Conservavam o tipo geral da moeda colonial brasileira, com a diferença que o valor era dado em algarismos árabes. J. Schulman, baseando-se em Aragão, diz que esta emissão teve também curso em Moçambique. Trata-se, porém, de um equívoco do célebre perito-numismata, pois as moedas enviadas por D. João VI para aquela colónia, em 1820, eram as da emissão de 1819 e 1820 que ali correram pelo dobro do valor marcado, o que bastantes prejuízos causou localmente.

80 RÉIS — JOANNES.D.G.PORT.ET.BRAS.P.REGENS. Ao alto uma coroa e dentro dum círculo de contas o valor 80 entre rosetas sobre o ano de . 1813.

Rev. — PECUNIA.TOTUM — CIRCUMIT.ORBEM. A esfera e R (Rio) sobre o zodiaco. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1815 (4).

(1) No momento em que nos preparávamos para enviar para a impressão estes ligeiros estudos de numária angolana e santomense surgiu-nos, enviado por mão amiga, o opúsculo intitulado *Numismática de Angola* da autoria do Dr. Cecílio Moreira. Estudo muito interessante e ilustrado foi editado, em 1963, em Luanda, pelo Centro de Informação e Turismo de Angola. Como subsidio importante apresenta, na pág. 22, um conjunto de desenhos de carimbos.

(2) Os pagamentos eram primitivamente feitos em oiro em pó. Circulavam igualmente pedaços de prata, sem dúvida moeda de prata espanhola cortada tal como nas Caraíbas. Refere-se-lhes T. Valdez afirmando que a *antiguidade, que é muita, não deixa perceber armas nem cunho.*

(3) E que vieram substituir *uns pedaços de metal de baixa liga* (T. Valdez), a que se chamava *Oracrá.*

(4) Kurt Prober não cita esta data no seu *Catálogo.*

40 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 40 entre rosetas sobre o ano de . 1813.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1815. Aragão cita um exemplar de 1814.

20 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 20 sobre o ano de . 1813.

Rev. — Idêntico. Ae.

Há também exemplares de 1815. Um exemplar de 1814 é citado por Aragão.

A citação da data de 1814 é que causou forte impressão ao Senhor Kurt Prober e deu origem à sua agressãozinha, que não causou, contudo, contusões. Aragão, de facto, cita na sua *Histoire du Travail* um exemplar de 40 Réis e outro de 20 Réis de 1814 e daí a citação. Não nos ocorreu se era gralha, mas sempre consultámos a Casa da Moeda nessa altura. Sem resultado, porém, e, como não achássemos, nas colecções existentes então e nos catálogos, mais qualquer exemplar desses valores do ano de 1814, demos-lhes a categoria de «muitíssimo raros» o que não nos pareceu desonesto.

Consultado recentemente o Museu Numismático Português vero-nos realmente a informação, dada por colega e amigo muito prestimoso, que não existe ali nenhum exemplar de 1814, nem tão-pouco qualquer exemplar de 80 Réis de 1815, data que se sabe existir. Mas também lá não existem outras datas de outros valores de que há a certeza absoluta que existem! O que existiu em 1867, ano da edição parisiense do trabalho de Teixeira de Aragão, na colecção real, pode não figurar hoje no Museu Numismático Português. E porque não?

De qualquer maneira aceitemos como realidade que não se emitiram moedas de 40 e 20 Réis em 1814, não porque o nosso confrade Senhor Prober tivesse insinuado que não havíamos percebido que se tratava de um erro de impressão, mas sim porque, após mais de vinte anos de investigações, não tivéssemos encontrado qualquer exemplar dessa data. E só por isso.

★

A 2.^a emissão, também do Rio de Janeiro, já se fez no reinado de D. João VI, no período de 1819-1822. Conservou quase o mesmo tipo, os mesmos pesos, os mesmos valores, mas a legenda do anverso diferiu. Foi parte desta emissão a enviada também para a circulação de Moçambique.

80 RÉIS — JOANNES.VI.D.G. PORT.BRAS.ET.ALG.REX. Ao alto uma coroa e dentro dum círculo de contas o valor 80 entre rosetas sobre o ano de . 1819.

Rev. — PECUNIA . TOTUM — CIRCUMIT . ORBEM. O escudo sobre a esfera. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1820.

40 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 40 sobre o ano de . 1819.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1820, 1821 e 1822.

20 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 20 entre rosetas sobre o ano de . 1819.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1820 e 1821 (¹).

Os de 1821 são raros.

O problema que se oferece primeiramente é o da origem desta emissão, indubitavelmente toda brasileira. Kurt Prober tentou equacionar o problema e o seu estudo seria interessante se não tivesse sido, após escusados remoes aos colegas lusitanos, em que, entre o mais, os acusa de não relerem a legislação existente... que ele não leu, como o demonstra exuberantemente quando afirmou que foi em Moçambique que se fez a carimbagem da coroa pequena, se não tivesse sido, dizíamos nós, engolido pela lógica. O Senhor Prober finalizou o seu trabalho (*As moedas de cobre para «S. Tomé e Príncipe»*) com o seguinte quadro:

Baía para Moçambique — 20, 40 e 80 Réis de 1819

Rio para Moçambique — 20, 40 e 80 Réis de 1820

Baía para S. Tomé e Príncipe — 40 Réis de 1821 — 53 pérolas

Lisboa para ? — 40 Réis de 1821 — 61 pérolas

Baía para S. Tomé e Príncipe — 40 Réis de 1822

o que, mais ou menos, confirma mais tarde no seu *Catálogo*, onde se estabelece que as Emissões de 1819 são da Baía para Moçambique, as de 1820 do Rio para Moçambique e as de 1821 e 1822 da Baía para S. Tomé e Príncipe.

(¹) O numismata brasileiro Senhor Prober não cita também esta data no seu recente *Catálogo*.

Conclui-se que para o Senhor Kurt Prober nunca mais o Rio de Janeiro, desde 1815, cunhou moeda para S. Tomé e Príncipe que, no período de 1819-1822, só em 1821-1822 foram emitidas moedas para esta última possessão, que essa emissão só constou de moedas de 40 Réis e que Lisboa colaborou com o Brasil no fornecimento de numerário, emitindo moedas de 40 Réis, no ano de 1821, com destino às possessões portuguesas de África, Moçambique ou S. Tomé e Príncipe ou para ambas simultâneamente.

Até prova em contrário estamos convencidos que a origem lisboeta de qualquer emissão neste período tem que ser posta de parte e é o próprio Senhor K. Prober que aventta tal hipótese baseando-se apenas no facto de que o soberano português ansiava aumentar os proventos da Fazenda Nacional, depois de ter deixado em extrema penúria o erário brasileiro.

Os colegas lusos não corresponderam ao repto do illustre confrade brasileiro e não souberam ou não puderam responder à interrogação que deixou em suspenso *como, quando e em que quantidade estas moedas (os 40 Réis de 1821) foram parar a S. Tomé e Príncipe (ou Moçambique)*, se é que foram emitidas em Lisboa, o que é muito duvidoso.

Enquanto não surgirem provas documentais somos levados a crer que a origem destas numismas é toda ela brasileira.

Na 1.^a edição deste desvalioso estudo nós, mal ou bem, seguimos a tradição da origem fluminense de toda a emissão de 1819-1822 tal como a da 1.^a (1813-1815).

Vamos por partes e com calma, estudando ano por ano. É o Senhor Kurt Prober que nos vem auxiliar. Antes de mais, queremos aqui prestar, apesar de tudo, a este numismata brasileiro as nossas homenagens. Concorrem neste Senhor variados méritos, aliando, a muito apreciáveis qualidades de trabalho, reais atributos de investigador. E, ao discutir um assunto que sabemos ser caro a ambos, fazemo-lo tendo em conta o respeito que nos merecem todos os homens, mesmo quando não estão de acordo connosco.

Comecemos então pelo *Ano de 1819*:

O Aviso de 27-10-1819 refere-se à emissão de 1813-1815 feita no Rio para S. Tomé e salienta a conveniência de se mandarem para a Casa da Moeda da Baía os *referidos cunhos* (que serviram para aquela mesma emissão de 1813-1815) sendo desejável que deles se fizesse a respectiva remessa em 3 de Novembro do mesmo ano de 1819.

Raul Couvreur, que tratou este assunto duma maneira superior, admittira generosamente que os cunhos podiam ter sido realmente enviados, embora o documento em questão nada esclarecesse. Claro que o documento não o

poderia esclarecer, pois tratava-se dum Aviso em que se achava conveniência apenas no envio. O que não há, ou não apareceu ainda, é documento em que se prove que foram realmente enviados para a Baía.

Quando se exhibe o Aviso de 9-8-1820, em que se dá conta do envio da moeda provincial de cobre para Moçambique, não se diz que partia da Baía.

Travassos Valdez afirma que *foram para alli mandadas do Rio de Janeiro* e já Aragão se referia ao mesmo envio do Rio para Moçambique da moeda provincial, o que foi bem salientado por Raul Couvreur.

Ora o que se mandava seguir ou, aliás, o que se achava desejável que fosse enviado para a Baía eram os antigos cunhos e eu estou convencido que não chegaram a sair. Abriram-se cunhos novos, e no Rio de Janeiro, que também não foram enviados para S. Salvador.

É Kurt Prober que afirma que a, para mim problemática, cunhagem da Baía se efectuou já no principio de 1820. Fica assim de pé a hipótese, para não dizer a certeza, de que as moedas de (80, 40 e 20 Réis) de 1819, que existem, foram cunhadas no Rio de Janeiro nesse ano, depois de Novembro de 1819, e, como diz Couvreur, também muito possivelmente até esse mês de Novembro.

Repugna-me aceitar, por ser pouco curial, a hipótese da aposição de ante-data (cunhagem na Baía em 1820 com data anterior de 1819).

Ano de 1820 :

Kurt Prober diz que a cunhagem se efectuou na Baía já no principio do ano de 1820, mas mais adiante afirma, que a Casa da Moeda do Rio de Janeiro teve de entrar em actividade suplementar, *sendo por isso da sua fabricação exclusiva todas as moedas de 1820.*

Couvreur, que notou este ilogismo do Senhor K. Prober, excluiu desde logo a hipótese da origem baiana das moedas provinciais de 1820.

Porque entrou em actividade suplementar a oficina monetária da capital brasileira? E porquê actividade suplementar? Naturalmente porque com a actividade normal não podia dar cumprimento ao Aviso de 9 de Agosto de 1820. Entrou em actividade suplementar para apressar o que estava cunhando em actividade normal — as moedas provinciais de 80, 40 e 20 Réis de 1820.

1821 — 1822

É ainda o Senhor Kurt Prober que deduz que ao abrigo do citado Aviso de 27-10-1819 a Casa da Moeda da Baía se constituiu em *uma espécie de «madrinha» de S. Tomé e Príncipe, de modo que continuou a cunhagem das moedas para aquela Colónia Portuguesa ainda nos anos 1821 e 1822,*

mas em escala muitíssimo reduzida... Refere-se o nosso muito ilustre confrade de além-Atlântico à cunhagem das moedas de 40 Réis de 1821 e 1822, tendo Lisboa coadjuvado a oficina baiana emitindo igualmente moedas de 40 Réis no ano de 1821, mas não já no ano seguinte! Então porque não se determinou a continuação da emissão para melhor se fazer frente ao custoso aparelho administrativo nacional, a que se refere Kurt Prober, e dar-se mais cabal demonstração do regresso do Governo à Metrópole?!

Esta hipótese de emissão da mesma moeda, do mesmo valor, no mesmo ano, em locais tão distantes deve ser apenas uma hipótese e os arquivos da nossa Casa da Moeda ainda nada nos revelaram, até agora, que nos desse, pelo menos, uma meia certeza.

Se o Rio de Janeiro emitiu as moedas provinciais de 80, 40 e 20 Réis de 1819, de 80, 40 e 20 Réis de 1820, também os cunhos continuaram a trabalhar, nos anos seguintes, na mesma cidade e é claro que ali foram emitidas os 40 Réis de 1821 e 1822 e ainda os 20 Réis de 1821, que também existem.

S. Tomé ou S. Tomé e Moçambique se, segundo a nossa hipótese, não tiveram madrinha, não perderam, pelo menos, o padrinho, que foi S. Sebastião do Rio de Janeiro.

E de resto a Baía não podia continuar aquilo que não tinha começado!

Lisboa só mais tarde deu a tal demonstração cabal de que o Governo de D. João VI estava radicado na metrópole, quando se ordenou a amoeção, para S. Tomé, no ano de 1825, em que o soberano português teimosamente ainda se intitulava rei do Brasil.

Moedas para S. Tomé?

Moedas para Moçambique?

Moedas para S. Tomé e Moçambique?

Não havendo dúvidas, hoje, e não pode haver, de que a emissão de 1813-1815 se destinou a S. Tomé e Príncipe, tem aparecido quem, merecedor de grande crédito no mundo numismático, não discutindo que a emissão se destinava àquela possessão equatorial, encarasse a hipótese de que parte dela tivesse sido desviada para o curso de Moçambique.

É Luís Travassos Valdez quem primeiro noticia o envio feito em 1820. Ninguém nos diz, porém, que as moedas enviadas em 1820 eram de 1820 ou de 1819 e 1820... Mas admitamos que não eram de 1813-1815 por ser crível já não haver no Rio *stock*, pequeno que fosse, dessas moedas.

Desde que assim se convencionou, abandonemos o assunto e, de resto, nós mesmos, já na 1.^a edição deste trabalhinho, seguimos o que se tinha

como geralmente aceite. Voltemos, por isso, às moedas do período de 1819-1822, mas antes permita-se-nos salientar, o que é axiomático, que uma moeda mandada cunhar para um território pode ter circulado só nesse território como pode vir a ser encaminhada, em parte ou no todo, para a circulação dum outro ou outros territórios nacionais e ter até aceitação em terras estranhas.

O primeiro caso deu-se, ou parece ter-se dado, com a emissão de 1813-1815 e o 2.º deu-se com a de 1819-1822. Aquela destinou-se a S. Tomé e circulou, ao que parece, só em S. Tomé e esta veio a ser desviada, parcialmente, para a África Oriental Portuguesa.

O já cansativamente citado Aviso de 27-10-1819 deixa implícita a realidade de que a emissão era para as Ilhas de S. Tomé, até para melhor vincular na colónia a moeda provincial própria.

Simplesmente em 1820 se desviou para Moçambique, por extrema necessidade, uma parte, naturalmente substancial, da emissão, dada a tradicional e cíclica falta de numerário nesta possessão. Claro que o novo valor liberatório, de mais 100 %, causou sérias perturbações. Mas isso é outra história...

E assim se desviaram as moedas de 1819 e 1820, reforçando-se logicamente o lavramento de peças neste segundo ano, dada a divisão da emissão pelas duas colónias.

Não admira que o maior número fosse para a possessão do Índico se se atender a que era maior e mais importante.

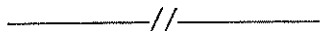
Kurt Prober mesmo admite isso ao escrever que *tendo ficado decidido, em princípio de 1820, mandar as moedas para Moçambique e isto numa quantidade bem maior do que a que se cunhava habitualmente para S. Tomé e Príncipe..... a Casa da Moeda do Rio de Janeiro teve de entrar em actividade suplementar.*

E, evidentemente, as de 1821 e 1822, para S. Tomé e Príncipe, podiam também ter ido parar a Moçambique se é que a pequenez das emissões o permitiu.

Em 1825 fez-se uma nova emissão, desta vez em Lisboa, com os mesmos valores — 80, 40 e 20 Réis — e exactamente igual à anterior. Fabricaram-se 13.985 moedas de 80 Réis, 24.393 de 40 Réis e 27.947 de 20 Réis, lavraram-se 1.059 arráteis e 8 onças de cobre e gastaram-se 2.653.460 réis.

A moeda conservou os mesmos tipo e peso e as mesmas legendas, intitulado-se D. João VI ainda rei de Portugal, do *Brasil* e dos Algarves. À data da amoedação ainda não tínhamos reconhecido oficialmente a independência brasileira, o que só sucedeu em 29 de Outubro daquele ano.

CONTRAFACÇÕES — Das de 80 Réis há falsas em bronze, pesando 18,70 gramas, quando as autênticas pesam apenas 15,30.



Aquelas moedas da 1.^a emissão vieram a circular no Brasil e para isso foram também carimbadas com o escudete de acordo com o Alvará da Regência de 18 de Abril de 1809. Como esta operação se fez de 1809 até, julga-se, 1812, natural é que, de 1813 a 1822, elas tivessem circulado naquela nossa colónia de além-Atlântico.

Conhecem-se carimbadas de:

80 Réis de 1813 e de:

40 Réis do mesmo ano.

Não queremos deixar de patentear aqui a discordância do Senhor Kurt Prober quanto ao curso destas moedas carimbadas no Brasil, afirmando (in «*Moedas de cobre, etc.*») *que aparecem estas peças de vez em quando com «Carimbo de Escudete» do tipo aplicado no Brasil, como se aqui no Brasil esta moeda tivesse circulado e recebido esta contramarca por engano. Entretanto, trata-se de carimbos «falsos», aplicados unicamente para explorar coleccionadores inexperientes, e só nos resta lamentar que desta forma se estraguem moedas tão valiosas para nós.*

Mais tarde, no seu *Catálogo*, o conhecido numismata brasileiro corrobora a sua opinião anterior, afirmando que a aplicação do carimbo sobre as moedas da 1.^a e 2.^a emissões é irregular e que, quase sempre, se trata de carimbos falsos.

A título de curiosidade devemos acrescentar que são vulgares no Brasil exemplares da 2.^a emissão com aplicação do chamado carimbo geral: 80 Réis de 1819 e 1820 C/C 20, e 40 Réis de 1819, 1820, 1821 e 1822 C/C 10.



Pela Portaria de 3 de Novembro de 1854 foram aproveitadas para a Colónia de Moçambique, por falta de meio circulante ali, carimbando-se com uma pequena coroa.

São conhecidas as seguintes:

80 Réis de: 1813, 1819, 1820 ⁽¹⁾ e 1825;

40 Réis de: 1813, 1815, 1819, 1821 e 1825;

20 Réis de: 1813, 1815, 1819 e 1820 ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Em pequeno número. Segundo o inquérito levado a efeito por Costa Couvreur, em 1956, só tomou conhecimento da existência de 2 exemplares carimbados de 20 Réis de 1820.

Não fomos inteiramente felizes quando deixámos isto exarado na 1.ª edição deste opúsculo, em 1941. Seria mais correcto se disséssemos que, pela referida Portaria, se mandara carimbar toda a moeda de cobre para se conhecer com toda a exactidão a quantidade dela circulante em S. Tomé e Príncipe.

Para lá se enviou o carimbo e lá se carimbou toda a moeda em circulação, provincial e outra que, porventura, circulasse nessas ilhas. A este facto se refere, também, Travassos Valdez (obra cit., pág. 35).

Raul da Costa Couvreur (in *Nummus*, n.ºs 11 e 12) realçou incontroversamente a inexactidão da afirmação de Kurt Prober quando diz que fora em Moçambique que estas moedas sofreram a aposição do dito carimbo.

Este, constante de uma coroa pequena, castigou as moedas provinciais de S. Tomé das 3 emissões (1813 a 1825).

É hoje ponto assente que todas elas devidamente carimbadas vieram a entrar um pouco mais tarde na circulação moçambicana, a qual continuava àvida de numerário.

O saudoso Raul Couvreur, nos mesmos números da *Nummus* (*As moedas de cobre para S. Tomé e Príncipe*), prestou um extraordinário serviço aos estudos da numária ultramarina ao inserir o célebre requerimento do deputado Jacinto Pereira Carneiro, vindo a lume no *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 7, de 8 de Julho de 1854. Antecedendo cinco meses aquela Portaria, Pereira Carneiro requer que se mande carimbar a moeda de cobre da Província de S. Tomé e Príncipe para se saber toda a quantidade existente, proclamando, outrossim, a extrema urgência em mandá-la retirar da circulação, substituindo-a por moeda forte.

Se foi toda retirada ou não, isso não está esclarecido. Estamos convencidos que não, pois deve-se ter convindo, *in loco*, na necessidade de circulação de moeda divisionária de que o arquipélago não podia ficar totalmente despojado, tanto mais que o decreto de 4 de Setembro do mesmo ano proibia entrada de moeda de cobre. Parte, porém, é indubitável que foi mandada para a nossa África Oriental.

Entretanto, ainda ali corriam as moedas de cobre que tinham sido *para ali mandadas do Rio de Janeiro em 1820* (Trav. Valdez — obra cit., pág. 39).

—————//—————

Em 1871 foram mandadas circular no arquipélago dos Açores, juntamente com outras peças de vária proveniência, applicando-se-lhes o carimbo — coroa grande.

Conhecem-se assim contramarcadas:

80 Réis de — 1813, 1819, 1820 e 1825;

40 Réis de — 1813, 1819 e 1821;

20 Réis de — 1813 e 1819.

Em 1887 continuavam a correr nos Açores, com outras, portuguesas e estrangeiras, mas, pela Lei de 3 de Outubro desse ano, após-se-lhes o conhecido carimbo G.P. coroadado (Governo Português).

Conhecemos um exemplar de 80 réis de 1813 assim contramarcado.

—————//—————

A moeda legal em S. Tomé e Príncipe passou depois a ser a da Metrópole.

Isto dizíamos nós em 1941.

Acrescente-se que em 1856, segundo Travassos Valdez, era livre a entrada, nas duas ilhas (*onde a única provincial que há... é a de cobre* — T. Valdez — obra cit. pág. 35), de moeda de ouro e de prata, nacional e estrangeira e que tinha giro entre os comerciantes sem câmbio fixo.

Da nacional de ouro destacava-se a *Peça* com o valor liberatório de 10.000 Réis e, da estrangeira de prata, a *Pataca* brasileira valendo 1.200 réis as quais, segundo o mesmo Autor, eram as moedas de ouro e prata que giravam na *Província com typo legal* (sic).

ESTADO NOVO

a) 1929

Só em 1929 ⁽¹⁾ voltou esta província ultramarina a ter moeda própria. Na Casa da Moeda de Lisboa fez-se uma emissão de alpaca de 50, 20 e 10 centavos.

REPUBLICA PORTUGUESA — 1929 — Busto à esq.

Rev. — S. TOMÉ E PRÍNCIPE. Ao alto as armas nacionais.

No exergo, em duas linhas, o valor.

b) Colónia de S. Tomé e Príncipe

Dez anos mais tarde uma nova emissão se fez, igualmente em Lisboa. Compunha-se ela de moedas de prata de 10\$00, 5\$00 e 2\$50 e de cupro-niquel de 1\$00.

(¹) Embora seja de 25 de Abril de 1929 a disposição legal que manda emitir estas moedas, existem \$50 de 1928 (moeda com serrilha e ensaio sem serrilha).

Descrevem-se, as primeiras, da maneira seguinte:

REPUBLICA . PORTUGUESA . 1939. As armas nacionais sobre a cruz de Cristo.

Rev. — COLONIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE. O valor.

As armas de S. Tomé e Príncipe.

E, as de cupro-níquel, assim:

REPUBLICA PORTUGUESA. No campo em duas linhas
1 ESCUDO.

Rev. — COLONIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE . 1939.

As armas de S. Tomé e Príncipe.

As de 5\$00 e 2\$50 voltaram a emitir-se em 1948.

———//———

Ainda no ano de 1948 foram mandadas cunhar moedas de alpaca de 1\$00 e \$50, ambas com o mesmo tipo da moeda de 1\$00 de 1939.

c) S. Tomé e Príncipe

Emitidas na Casa da Moeda de Lisboa:

REPÚBLICA . PORTUGUESA . 1951. As armas nacionais sobre a cruz de Cristo.

Rev. — S. TOMÉ . E . PRÍNCIPE. O valor.

Prata — 10\$00 — 1951

5\$00 — 1951

2\$50 — 1951

Prata — 5\$00 — 1962 (módulo menor)

Alpaca — 2\$50 — 1962 (módulo igual à de 1951).

REPÚBLICA . PORTUGUESA. No campo em duas linhas o valor.

Rev. — S. TOMÉ . E . PRÍNCIPE. A data.

As armas da Província.

Cupro-níquel — 1\$00 — 1951

\$50 — 1951

Bronze — 1\$00 — 1962

\$50 — 1962

\$20 — 1962

\$10 — 1962 (1)

(1) Quando finalizávamos a revisão deste insignificante estudo, foi-nos gentilmente enviada pelo Autor uma cópia dactilográfica dum artigo, a publicar no «*Boletim do Clube Filatélico de Portugal*», intitulado *Nótulas Numismáticas — Achados numismáticos em Moçâmedes e S. Tomé*. Subscreve-o o nosso ilustre amigo e confrade Dr. Arnaldo Brazão, a quem tantos estímulos ficamos devendo na confecção da reedição da *Descrição*.

BIBLIOGRAFIA

ANGOLA

- 1 — D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, pág. 290 — Lisboa, MDCCXXXVIII.
- 2 — MANOEL SEVERIM DE FARIA — *Notícias de Portugal* — 2.^a edição, pág. 185 — Lisboa, MDCCXL.
- 3 — Autor desconhecido — *Diccionario Universal das Moedas assim metallicas como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, etc., etc., por...*, págs. 180-181 e 191-192 — Lisboa, MDCCXIII.
- 4 — FR. JOSÉ MARIANO VELOSO — *Relação das moedas dos paizes estrangeiros, com o valor de cada huma, reduzido ao dinheiro Portuguez para o uso dos commerciantes, publicada, debaixo dos auspicios, e ordem de S. Alteza Real, etc., etc.*, págs. 77-78 — Lisboa, MDCCC.
- 5 — FERDINAND DENIS — *Portugal Pittoresco ou Descrição historica d'este reino*. Vol. III, págs. 246-247 — Lisboa, 1847.
- 6 — MANOEL BERNARDO LOPES FERNANDES — *Memoria das moedas correntes em Portugal desde o tempo dos Romanos até ao anno de 1856*, págs. 235-236, 266-271, 276-277, 284, 292 e 331-332 — Lisboa, 1856.
- 7 — A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO — *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'Histoire portugaise du travail*, págs. 97-100 — Paris, 1867.
- 8 — VISCONDE DE SANCHES DE BAENA — *Catalogo descriptivo das moedas e medalhas portuguezas que formam parte da collecção do...*, págs. 40-43 — Lisboa, 1869.
- 9 — *Catalogo das moedas e medalhas que pertenceram ao fallecido colleccionador Abilio Augusto Martins*, págs. 14-15 — 1886.
- 10 — JOSÉ NICOLAU RAPOSO BOTELHO — *Diccionario das moedas, pezos e medidas e informações commerciaes de todos os paizes*, págs. 41-42 — Lisboa, 1895.
- 11 — JOSÉ MARIA DO CARMO NAZARETH — *Numismatica da India Portuguesa*, págs. 98-102 e 184 — Nova Goa, 1896.
- 12 — RAYMOND SERRURE — *Collection de Feu M. Rodrigo J. Alves Souto de Lisbonne. Monnaies & Médailles françaises & étrangères*, pág. 17 — Paris, 1896.
- 13 — JULIUS MEILI — *O meio circulante no Brasil — Parte 1.^a As moedas da colónia do Brasil* — Zurich, 1897.
- 14 — MANUEL JOAQUIM PEREIRA — *Catalogo das Moedas da India e Africa Portuguesa que possue o Museu Municipal do Porto*, págs. 25-31, 33 e 35 — Ano de 1901.
- 15 — *Catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas, continentaes e coloniaes e de medalhas portuguezas e estrangeiras*, págs. 20-21 — Liquidadora, Lisboa, 26 a 30 de Maio de 1901.
- 16 — JOSÉ LAMAS — *Catalogo descriptivo das moedas portuguezas e outras que formam parte da collecção que foi organizada por...*, págs. 159-163 e 165-166 — Lisboa, 1903.
- 17 — *Collection Cyro Augusto de Carvalho. Monnaies et Médailles portugaises*, págs. 56-58 — J. Schulman, Amesterdão, Setembro de 1905.
- 18 — *Catalogo de uma collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, moedas brazileiras, jetons, pesos, sellos e senhas portuguezas e medalhas portuguezas*, págs. 29-30 — Liquidadora, Lisboa, 28 de Janeiro de 1906.
- 19 — *Monnaies indo-portugaises, du Brésil, des colonies africaines et des Iles. Collec-*

tions Manoel Joaquim de Campos et José Lamas, págs. 29-30 — J. Schulman, Amesterdão, Setembro de 1906.

20 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — Consulado de Portugal no Rio de Janeiro — *Espolio de Joaquim Gomes de Souza Braga. Catalogo da collecção numismatica pertencente ao mesmo espolio*, págs. 194-199 — Rio de Janeiro, 1906.

21 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XII, pág. 195 — 1907.

22 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — *Catalogo da Collecção Numismatica Brasileira*, estampas VII e LII — Rio de Janeiro, 1908.

23 — *Collection Joaquim José Judice dos Santos. Monnaies et médailles du Portugal, monnaies coloniales, du Brésil, des Indes Portugaises et de l'Afrique. Monnaies et médailles de l'empire du Brésil*, págs. 110-111 — J. Schulman, Amesterdão, Março de 1908.

24 — *Collection de M. Alvaro de Araujo Ramos, de Bahia. Monnaies du Portugal. Monnaies Coloniales de l'Afrique, du Brésil et des Indes Portugaises. Monnaies Brésiliennes de l'empire et de la république. Médailles du Portugal et du Brésil. Papier-monnaie*, págs. 46-47 — J. Schuman, Amesterdão, Março de 1909.

25 — *Collection de Feu le Dr. Julius Meili à Zurich — Première Partie. Monnaies continentales et coloniales du Portugal. Série de monnaies découpées ou contremarquées surtout des Indes Occidentales. Monnaies des Grands-Maitres de Malte*, pág. 73 — J. Schulman, Amesterdão, Maio de 1910.

26 — *Moedas portuguezas continentaes e coloniaes. Moedas brazileiras, jetons, pezos, sellos e senhas portuguezas. Medalhas portuguezas. Catalogo illustrado*. 8.º Leilão de moedas e medalhas, págs. 24-25 — Liquidadora, Lisboa, 3 de Junho de 1910.

27 — *Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada, de Mr. le Dr. jur. M. V. Calmon Vianna, à Rio de Janeiro. Monnaies et médailles du Portugal et de ses colonies et l'empire du Brésil*, pág. 36 — J. Schulman, Amesterdão, 1911.

28 — *Catalogue de monnaies et médailles. Asie, Afrique, Amérique, Océanie et des colonies anglaises, allemandes, danoises, espagnoles, françaises, italiennes, hollandaises et portugaises dans les pays d'outre-mer*, págs. 79-81 — J. Schulman, Amesterdão, Dezembro de 1911.

29 — *Portugal et Brésil. Monnaies, médailles, décorations, livres numismatiques*, págs. 72-74 — J. Schulman, Amesterdão, Abril de 1912.

30 — *Collection Henry Thomas Grogan*, págs. 54-59 — J. Schulman, Amesterdão, Fevereiro de 1914.

31 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XX, pág. 27 — 1915.

32 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XXI, pág. 310 — 1916.

33 — *Numismatic Circular*, págs. 532-533 — Londres, Nov.-Dez. de 1925.

34 — *Numismatic Circular*, pág. 519 — Londres, Out. de 1927.

35 — *Numismatic Circular*, pág. 544 — Londres, Dez. de 1929.

36 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XXIX, pág. 269 — 1930-31.

37 — SANTOS LEITÃO & C.ª — *Catalogo. Preço corrente de Moedas Brasileiras de 1643-1933*, págs. 7 e 45 (2.ª edição) — (Rio de Janeiro-1933); págs. 121-122 e 146-147 (5.ª edição) — (Rio de Janeiro — 1948).

38 — HERMANN PORCHER — *Catalogo illustrado de moedas brasileiras, 1643-1935*, págs. 44 e 49 — S. Paulo, 1934.

39 — PEDRO BATALHA REIS — *A Moeda de Angola*, Separata do Catálogo do Banco de Angola (Exposição Colonial do Porto em 1934) — Lisboa, 1934.

40 — Sociedade Numismática Brasileira — S. Paulo. *Lista official dos preços de moedas brasileiras — cobre — bronze*, págs. 25, 39, 47 e 53 — S. Paulo, 1935.

- 41 — PEDRO BATALHA REIS — *Numismática*. Separata do Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação, págs. finais — Lisboa, 1937.
- 42 — WAYTE RAYMOND & STUART MOSHER — *Coins of the World*, pág. 14 — New-York, 1938.
- 43 — *Colecção de moedas de Manuel Victorino Baptista*, pág. 13 — Coimbra, 1938.
- 44 — LUÍS PINTO GARCIA — *Moedas contramarcadas continentais, açoreanas e coloniais que correram nos Açores e nas Colónias*, págs. 40-49 — Castelo Branco, 1938.
- 45 — LUIZ TRAVASSOS VALDEZ — *Notícia sobre os Pezos, Medidas e Moedas de Portugal e suas possessões ultramarinas e do Brazil comparando os antigos systemas com novo systema metrico decimal*, págs. 35-37 — Lisboa, 1856.
- 46 — *O Pavilhão do Banco de Angola na Exposição-Feira de Luanda*. (Descrição numismática da autoria de Monsenhor Alves da Cunha) — Agosto de 1938.
- 47 — HERMANN PORCHER — *Catálogo de Preços de Moedas Brasileiras — 1643-1945*, pág. 128 — S. Paulo, 1945.
- 48 — ANTÓNIO DURÃES — *A Moeda de Angola desde o regime dos Altos Comissários. (Meros subsidios para quem seja estudioso e lhe interesse o assunto)* — in *A Permuta*, n.º 12, págs. 11-14 — Porto, Setembro de 1959.
- 49 — KURT PROBER — *Catálogo das Moedas Brasileiras*, pág. 110 — (S. Paulo, 1960).
- 50 — EMÍDIO CECÍLIO MOREIRA — *Numismática de Angola (subsidios)* — Luanda, 1963.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

- 1 — MANOEL BERNARDO LOPES FERNANDES — *Memoria das moedas correntes em Portugal desde o tempo dos Romanos até ao anno de 1856*, págs. 293 e 303-304 — Lisboa, 1856.
- 2 — A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO — *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'Histoire portugaise du travail*, pág. 99 — Paris, 1867.
- 3 — *Catálogo das moedas e medalhas que pertenceram ao falecido colleccionador Abilio Augusto Martins*, pág. 15 — 1886.
- 4 — JOSÉ NICOLAU RAPOSO BOTELHO — *Diccionario das moedas, pezos e medidas e informações commerciaes de todos os paizes*, pág. 216 — Lisboa, 1895.
- 5 — MANOEL JOAQUIM PEREIRA — *Catálogo das Moedas da India e Africa Portugueza que possui o Museu Municipal do Porto*, págs. 31-32 — Ano de 1901.
- 6 — *Catálogo de uma importante colleção de moedas portuguezas, continentaes e coloniaes e de medalhas portuguezas e estrangeiras*, pág. 21 — Liquidadora, Lisboa, 26 a 30 de Maio de 1901.
- 7 — JOSÉ LAMAS — *Catálogo descriptivo das moedas portuguezas e outras que formam parte da colleção que foi organizada por...*, págs. 164-165 — Lisboa, 1903.
- 8 — *Collection Cyro Augusto de Carvalho, Monnaies et médailles portugaises*, pág. 58 — J. Schulman, Amesterdão, Setembro de 1905.
- 9 — *Catálogo de uma colleção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, moedas brasileiras, jetons, pesos, sellos e senhas portuguezas e medalhas portuguezas*, pág. 28, moeda n.º 867 — Liquidadora, Lisboa, 28 de Janeiro de 1906.
- 10 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — *Consulado de Portugal no Rio de Janeiro. Espolio de Joaquim Gomes de Souza Braga. Catálogo da colleção numismatica pertencente ao mesmo espolio*, pág. 200 — Rio de Janeiro, 1906.
- 11 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — *Catálogo da Collecção Numismatica Brasileira, estampas LI e LXII* — Rio de Janeiro, 1908.
- 12 — *Collection Joaquim José Judice dos Santos. Monnaies et médailles du Portugal*,

monnaies coloniales, du Brésil, des Indes Portugaises et de l'Afrique. Monnaies et médailles de l'empire du Brésil, pág. 111 — J. Schulman, Amesterdão, Março de 1908.

13 — Collection de M. Alvaro de Araujo Ramos, de Bahia. Monnaies du Portugal. Monnaies coloniales de l'Afrique, du Brésil et des Indes Portugaises. Monnaies Brésiliennes de l'empire et de la république. Médailles du Portugal et du Brésil. Papier-monnaie, págs. 44-45 — J. Schulman, Amesterdão, Março de 1909.

14 — Collection de Feu le Dr. Jules Meili à Zurich — Première Partie. Monnaies continentales et coloniales du Portugal. Série de monnaies découpées ou contremarquées surtout des Indes Occidentales. Monnaies des Grands-Maitres de Malte, pág. 72 — J. Schulman, Amesterdão, Maio de 1910.

15 — Moedas Portuguezas continentaes e coloniaes. Moedas brasileiras, jetons, pezos, sellos e senhas portuguezas. Medalhas portuguezas. Catalogo illustrado. 8.º Leilão de moedas e medalhas, págs. 23-24 — Liquidadora, Lisboa, 3 de Junho de 1910.

16 — Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada, de Mr. le Dr. Jur. M. V. Calmon Vianna, à Rio de Janeiro. Monnaies et médailles du Portugal et de ses colonies et l'empire du Brésil, pág. 35 — J. Schulman, Amesterdão, 1911.

17 — Catalogue de monnaies et médailles. Asie, Afrique, Amérique, Océante et des colonies anglaises, allemandes, danoises, espagnoles, françaises, italiennes, hollandaises et portugaises dans les pays d'outre-mer, págs. 84-85 — J. Schulman, Amesterdão, Dezembro de 1911.

18 — Portugal et Brésil. Monnaies, médailles, décorations, livres numismatiques, págs. 71 e 139 — J. Schulman, Amesterdão, Abril de 1912.

19 — Collection Henry Thomas Grogan, págs. 65-66 — J. Schulman, Amesterdão, Fevereiro de 1914.

20 — SANTOS LEITÃO & C.ª — Catalogo. Preço corrente de Moedas Brasileiras de 1643-1933, págs. 45 e 52 (2.ª edição) — (Rio de Janeiro-1933), págs. 145-146 e 153 (5.ª edição) — (Rio de Janeiro — 1948).

21 — HERMANN PORCHER — Catalogo illustrado de moedas brasileiras — 1643-1935, pág. 48 — S. Paulo, 1934.

22 — PEDRO BATALHA REIS — A Moeda de Angola. Separata do Catálogo do Banco de Angola (Exposição Colonial do Porto em 1934), págs. 3, 15, 17, 33 e 35 — Lisboa, 1934.

23 — PEDRO BATALHA REIS — Numismática. Separata do Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação, pág. 191 — Lisboa, 1937.

24 — Colecção de Moedas de Manuel Victorino Baptista, págs. 16, 34 e 80 — Coimbra, 1938.

25 — LUIZ TRAVASSOS VALDEZ — Notícia sobre os Pezos, Medidas e Moedas de Portugal e suas possessões ultramarinas e do Brazil comparando os antigos sistemas com o novo systema metrico decimal, pág. 35 — Lisboa, 1856.

26 — O Archeologo Portuguez. Vol. XIX, págs. 151-152 — 1914.

27 — HERMANN PORCHER — Catálogo de Preços de Moedas Brasileiras — 1643-1945, págs. 128 e 130-131 — S. Paulo, 1945.

28 — KURT PROBER — Moedas de cobre para «S. Tomé e Príncipe» — Nvmmvs, n.º 5, págs. 21-28 — Porto, 1954.

29 — RAUL DA COSTA COUVREUR — Moedas de cobre para S. Tomé e Príncipe — Nvmmvs, n.º 11-12, págs. 13-20 — Porto, 1956.

30 — JOSÉ ALVES DAS NEVES — Moedas de cobre para S. Tomé e Príncipe — Nvmmvs, n.º 15-16, págs. 185-188 — Porto, 1957.

31 — KURT PROBER — Catálogo das moedas brasileiras, pág. 110 — S. Paulo, 1960.

MOEDAS DE ANGOLA E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ERROS E DÚVIDAS

PELO DR. ALEXANDRINO PASSOS

Como as primeiras emissões de moedas para Angola se limitaram, pode dizer-se, a três reinados e com poucos valores e datas, somente em prata e cobre, e as de S. Tomé e Príncipe a um só reinado, ainda com menos valores e datas e só em cobre, criou-se-me o desejo de fazer o seu coleccionamento, na esperança de o conseguir completo.

Conquanto a aparecida obra do insigne numismógrafo Dr. Pinto Garcia «Descrição das Moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe» me tivesse revelado a existência de datas de que até então não tinha notícia através dos catálogos de algumas colecções particulares e outros, de leilões realizados no país e estrangeiro, redobrou o meu afinco à ideia e a ela me dediquei com entusiasmo que depressa se acalmou perante as dificuldades surgidas.

A primeira, que constituiu verdadeira desilusão, foi ocasionada pelo Eng.º Raul Couvreur, quando, no casual encontro que tivemos num dos leilões de moedas de Soares & Mendonça, em 1946, me disse, em resposta a uma minha pergunta, só conhecer a série de macutas de D. Miguel na sua colecção. Sem alusão nenhuma à data, fiquei na convicção que era a de 1833, citada na obra do Dr. Pinto Garcia.

Seguiu-se, depois, a causada pela exposição de numismática, que a firma Almeida, Basto & Piombino & C.ª realizou, em Abril de 1948 no Secretariado Nacional de Informação, dum notável colecção de moedas de Angola e onde notei a completa ausência das datas de que continuava sem notícias.

Posteriormente, numa das minhas várias visitas ao nosso Museu Numismático, tive a surpresa de não ver nele nenhuma das datas de cuja existência eu procurava a confirmação e, maior ainda, a de ver exposta a série das macutas de D. Miguel, não com a data de 1833, mas sim a de 1831.

A primeira surpresa levou-me ao reconhecimento de mais alguma das dificuldades que já se me antolhavam inultrapassáveis e, portanto, à impossibilidade de vir a realizar a minha aspiração inicial.

A segunda, estabeleceu no meu espírito a dúvida da existência de datas

diferentes em duas únicas séries conhecidas e isso me levou à decisão de consultar o Eng.º Raul Couvreur com quem eu já tinha trocado outra correspondência, em recurso aos seus ensinamentos.

Assim fiz, e em resposta obtive a informação de que eram efectivamente de 1831 as suas macutas de D. Miguel e que eram muito raras e não conhecia outras mais.

Isto passou-se em Dezembro de 1958 e foi, infelizmente, a penúltima vez que me escreveu sobre assuntos desta natureza, porque a última foi a dizer-me que estava muito doente, ao agradecer os meus cumprimentos de Boas Festas.

Aquando dessa minha visita ao Museu reparei, como já disse, na falta das moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe (das datas que continuavam a intrigar-me), pelo que tomei a resolução de tornar a buscá-las em todas as obras e catálogos de colecções e leilões que possuía, agora em maior número, ou seja, quase toda a bibliografia citada na obra do Dr. Pinto Garcia e mais os catálogos de leilões que em grande número posteriormente têm sido publicados. Encontrei, então, no catálogo da preciosa colecção Ferreira Carmo, a série de macutas de D. Miguel com a data de 1831, donde é muito provável ter provindo (através da venda da colecção do Conde de Ameal, cujo catálogo a assinala também), a possuída pelo Eng.º Raul Couvreur. E na obra de A. C. Teixeira de Aragão, «Description des monnaies, médailles et autres objects d'art, concernant l'histoire portugaise du travail» destinada à Exposição de Paris de 1867, encontrei o registo de quase todas as datas das moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe que há muito procurava e passo a mencionar.

A N G O L A

D. MARIA I e D. PEDRO III

8 e 2 macutas de 1784 — 6 e 4 macutas de 1785

Meia e 1/4 de macuta de 1784

1/4 de macuta de 1784 c/ carimbo

D. MARIA I

Macuta, meia e 1/4 de macuta de 1796

Macuta e 1/4 de macuta de 1797, c/ carimbo ⁽¹⁾.

(¹) No catálogo da colecção vendida no leilão de Janeiro de 1902 pela Casa Liquidadora, a pág. 46, diz Manuel Joaquim de Campos, seu catalogador e anotador: «durante a época de D. Maria I, viúva, somente no ano de 1789 foram cunhadas moedas em cobre para a África Portuguesa».

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

D. JOÃO PRÍNCIPE REGENTE

40 e 20 réis de 1814

D. JOÃO VI

20 réis de 1821

São estas as moedas cujas datas não encontrei em nenhuma das obras e colecções consultadas, a que já me referi, e só as vim ver na dita «Histoire du Travail», de Teixeira de Aragão, onde todas se catalogam.

Ora, como todas as moedas constantes dessa obra faziam parte da colecção do rei D. Luís, que foi integrada na colecção do Museu Numismático, elas lá deviam figurar e é isso que muito estranhamente não sucede, faltando não só essas, mas mais a duma outra data cuja existência é conhecida. Tudo erros na «Histoire du Travail»?

Não quero perder a oportunidade de falar da moeda de 12 macutas de D. Maria I com a data de 1795, também citada na obra do Dr. Pinto Garcia, que só vim a encontrar na colecção Cyro Augusto de Carvalho, mas na corrigenda acrescentada no fim do catálogo vem emendada para 1796. É minha impressão que o lapso de não ter sido notada a correcção deu azo a dar-se como existente a moeda com a data de 1795.

E das moedas de D. João P. R. de macuta e 1/4 de macuta de 1815, e meia macuta de 1816, que ainda não encontrei nenhuma, direi que a última edição dos catálogos Santos Leitão (1962) e Kurt Prober (1960) continuam a ser mudos sobre tais datas e o mesmo sucede a respeito dos 40 e 20 réis de 1814 de D. João P. R. e 20 réis de 1821 de D. João VI, para S. Tomé e Príncipe. Kurt Prober no seu catálogo diz mesmo não existir 1/4 de macuta de 1815 e no seu artigo com o título «As moedas de cobre para S. Tomé e Príncipe», publicado no volume V da «NVMMS», afirma não terem existido as moedas com a data de 1814 e aos 20 réis de 1821 não se refere na tabela que junta ao artigo e o mesmo sucede no «Catálogo da Colecção Numismática Brasileira» de Augusto Sousa Lobo.

É devido a todas as circunstâncias que acima vim apontando que no meu espírito se estabeleceu a dúvida da existência de todos os exemplares de macutas citados, bem como a convicção de não haver as moedas de S. Tomé e Príncipe com as datas de 1814 nos valores de 40 e 20 réis, e a de 1821 no de 20 réis.

Com algumas das moedas de D. Pedro II cunhadas no Porto para a

África Ocidental e que foram das primeiras da espécie metálica que circularam em Angola e mais tarde também no Brasil, somente nos valores de XX e X réis, aconteceu o mesmo. Na obra acima citada do Dr. Pinto Garcia, vêm dadas como existentes os X réis de 1695 e V réis de 1694, que Sousa Lobo, Santos Leitão e Kurt Prober não citam nos seus catálogos e que também não figuram no nosso Museu Numismático.

Para que a dúvida que aponto não se generalize e subsista, será de toda a conveniência que os coleccionadores porventura possuidores de qualquer destes exemplares o manifestem, de forma a ser sabido de todos. Este mesmo princípio devia ser seguido a respeito de qualquer moeda da nossa numária cuja existência tenha sido posta em dúvida, declaradamente, ou pela omissão das suas datas em qualquer dos catálogos Ferraro Vaz ou Batalha Reis.

NOTA — Depois de composto este artigo veio à minha posse a publicação «Numismática de Angola» por Cecilio Meireles e editada pelo Centro de Informação e Turismo de Angola — 1963, por onde vim a saber que o Banco de Angola tem na sua colecção a série de macutas de D. Miguel com a data de 1831.

Também menciona como existente no Museu de Angola, meia macuta de D. José I com a data de 1755!!!.

Olhão, Novembro de 1963



MEDALHAS DA REAL EFIGIE DE D. MIGUEL OU REAIS EFIGIES

POR ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Uma das facetas mais interessantes do coleccionismo é a possibilidade, que dá, de tornar conhecidas do público determinadas séries de objectos que junta e guarda, cuidadosamente, preservando-as da inevitável e avassaladora destruição causada pela ignorância e pelo tempo. É essa vantagem, apesar das colecções aferrolhadas, ciosamente arrecadadas pelo egoísmo de alguns, existe em potencial intrinsecamente ligada à colecção, que, mais tarde ou mais cedo, alguém admira, alguém estuda, alguém valoriza, arquivando-a ou registando-a, para os vindouros, por intermédio de uma nota, de um artigo ou de um catálogo.

Felizmente que, no coleccionismo numismático e medalhístico, nos dias de hoje, já não se encontram com facilidade aqueles maníacos que fecham a sete chaves as suas colecções, evitando a todo o transe a divulgação das raridades que avaramente escondem no fundo de velhas arcas e gavetas, só de longe a longe as mostrando a algum amigo íntimo.

Graças à Sociedade Portuguesa de Numismática e à NVMMVS, ao mesmo tempo que progride o gosto de coligir moedas e medalhas, aumenta também o número de escritores que se dedicam a publicar notícias e estudos dos exemplares que possuem e catalogando as mais interessantes colecções que descobrem, já não falando dos especialistas portugueses que têm publicado últimamente obras de grande tomo que se destacam, mesmo comparadas com as de outros povos que têm muito maiores possibilidades de estudo e investigação.

Vem todo este arrazoado a propósito da facilidade que nos foi concedida por um coleccionador desta Leal e Invicta Cidade, que nos permitiu admirar, à nossa vontade, uma maravilhosa colecção, das mais interessantes e raras da sua classe, a qual, conjuntamente com algumas peças existentes no Gabinete Numismático do Museu Nacional de Soares dos Reis e de mais dois outros coleccionadores, nos vai dar lugar à catalogação que adiante se verá.

Trata-se das Medalhas da Real Efigie do Senhor D. Miguel I, ou como, sinteticamente, são mais conhecidas, Reais Efigies.

O Dr. Artur Lamas, célebre autor da magnífica obra Medalhas Portuguesas, de que infelizmente só publicou o primeiro volume, tratou também, e

RETRATO DO SENHOR D. MIGUEL I



Quadro a óleo existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, pintado por João Batista Ribeiro — 1790-1868

desenvolvidamente, das Medalhas de D. Miguel em O Arqueólogo Português, Vol. XI, N.º 1, pág. 2 a 40, tendo ali publicado a gravura de sete Reais Efigies.

Manuel Joaquim de Campos, ao publicar a resenha das ofertas ao Museu Etnológico Português, dá notícia, no mesmo volume do Arqueólogo, de mais duas Reais Efigies oferecidas ao mesmo Museu pelo Dr. Pedro Augusto Dias, Lente jubilado da Escola de Medicina do Porto, e numismata muito distinto. Tem portanto ilustres precursores esta catalogação a que, agora, nos atrevemos a dar esta achega. Claro que não podemos deixar sem revista os catálogos do Bazar Católico e «A Moeda», que suponho conterem algumas também.

Vejamos, prèviamente, a que classe de medalhas devem pertencer as Reais Efigies. Artur Lamas, no seu famoso volume atrás referido, subordina o seu trabalho a quatro classes de medalhas:

A. — Comemorativas de factos, de personagens a quem foram dedicadas, de monumentos, etc. Foi esta a classe que tratou no primeiro volume, único.

B. — De galardão ou recompensa:

- a) por *serviços humanitários*;
- b) por *serviços patrióticos*;
- c) por *serviços políticos*;
- d) por *serviços ou actos de carácter científico, artístico, literário e industrial*:

- 1) diversas,
- 2) de exposições,
- 3) privativa das escolas;

- e) por *diversos serviços*;
- f) relativas a exercícios desportivos.

C. — Medalhas-Insígnias:

- a) das Ordens: religiosas, militares e civis;
- b) de corporações, ou agrupamentos de carácter religioso;
- c) de corporações humanitárias;
- d) de corporações de carácter patriótico;
- e) de partidos políticos;
- f) de corporações de carácter científico, literário, artístico e de congressos;
- g) de corporações de classes;
- h) de corporações várias.

D. — Religiosas ou culturais, também chamadas verónicas ou veneras. Segue-se um apêndice de tésseas, contos, fichas, etc.

É uma classificação bastante analítica que o próprio Lamas confessa não o satisfazer, mas as Reais Efigies englobam-se perfeitamente na classe das Medalhas-Insignias, e) de partidos políticos. Isto é, a Real Efigie é uma medalha que foi destinada a ser usada por certas e determinadas pessoas com ostensiva característica política.

Não só o retrato de D. Miguel foi usado para se manifestar uma viva simpatia pelo absolutismo, como serviu mais tarde, e até oficialmente, para indicar a política do portador, com a concessão dos inerentes privilégios.

Lamas, no seu magnífico estudo a que acima nos referimos, escreve: «A medalha da Real Efigie era usada suspensa de uma fita, cremos que do lado esquerdo do peito. Assim deveria ser; desde que a imagem era tão venerada, o seu lugar mais apropriado era junto do coração!».

A fita que a suspensia era de cores variáveis, que Artur Lamas indica da seguinte forma, de acordo com vários números de A GAZETA:

- 1.^a — Fita com as cores da Casa de Bragança.
- 2.^a — Fita Nacional.
- 3.^a — Fita da Realeza.
- 4.^a — Fita encarnada e azul ou azul e escarlate.
- 5.^a — Fita encarnada orlada de azul.
- 6.^a — Fita das cores da Casa Real.
- 7.^a — Fita roxa.
- 8.^a — Fita inerente.
- 9.^a — Fita encarnada, orlada de branco.

E Artur Lamas resume esta complicada lista de cores ao verde e branco (Casa de Bragança); azul e encarnado; e encarnado orlado de branco.

D. Miguel, «O Intruso», reinou de 30 de Junho de 1828 a 26 de Maio de 1834 e a fazer-se fé na documentação da época, consolidou-se no poder pelo terror e intolerância. Aragão afirma que o partido absolutista, conspirando sempre contra a emancipação do Povo, empregou todas as diligências para conseguir que D. Miguel quebrasse o juramento que como regente fez à Carta Constitucional, e se fizesse aclamar rei absoluto em 30 de Junho de 1828.

Artur Lamas não é mais benevolente com o tio de D. Maria II, e apoiado em abundante documentação descreve o desembarque do Infante D. Miguel em Belém, com o largo repleto de gente e a marcha *triumfal e magnífica*, com o coche rodeado por bandos de vadios facinorosos, lacaios e carneiros, aos berros, dando *vivas ao Senhor D. Miguel I, nosso Rei absoluto e morras à Constituição*, e a D. Pedro, a quem por vezes davam epítetos grosseiros e baixos.

(Continua)

VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

NOVOS SÓCIOS EFFECTIVOS:

- N.º 362 — Avelino Oliveira da Silva — Comerciante — Trancoso
N.º 363 — Emílio Cecílio Moreira — Mestre do Ensino Técnico Profissional — Moçâmedes
N.º 364 — Graciano Cruz Teles de Menezes e Melo — Empregado bancário — Porto
N.º 365 — Manuel João Ferreira de Miranda — Empregado bancário — Porto
N.º 366 — António Moutinho Rúbio — Correspondente de línguas — Lisboa
N.º 367 — Gonçalo Pires da Bandeira Calheiros — Proprietário — Viseu
N.º 368 — Francisco Manuel Martins dos Santos — Capitão do exército — Porto
N.º 369 — Associação Portuense de Ex-Libris — Porto
N.º 370 — Álvaro Jordão Marques — Empregado de escritório — Catumbela
N.º 371 — Clube de Leça — Leça da Palmeira
N.º 372 — João Emílio Rêgo Sottomayor — Empregado bancário — Porto
N.º 373 — Arnaldo Ferreira Garcia — Empregado do comércio — Lisboa
N.º 374 — Nuno da Cunha Dias — Médico veterinário — Aveiro
N.º 375 — Fernando de Carvalho Neto — Comerciante — S. Paulo — Brasil
N.º 376 — Fernando António Mota de Sousa Magalhães — Estudante — Porto
N.º 377 — Eduardo Beirão Reis — Médico — Porto
N.º 378 — Joaquim Nicolau — Comerciante — Braga
N.º 379 — Bonaventuro Ferrinho — Comerciante — S. Paulo — Brasil
N.º 380 — Nuno Ernesto de Sousa Coutinho Empis — Empregado do comércio — Lisboa
N.º 381 — Armando Nunes Baptista — Gerente Industrial — Porto
N.º 382 — Manuel José Nogueira de Sousa Lopes — Estudante — V. N. de Famalicão
N.º 383 — Avelino Teixeira de Sousa Braga — Técnico industrial — Porto
N.º 384 — Artur Áspera Roberto Ermida — Empregado de escritório — Porto
N.º 385 — Jorge Luís de Castro Ferreira — Funcionário público — S. Tomé e Príncipe
N.º 386 — Pedro Franco de Almeida — Médico — S. Paulo — Brasil
N.º 387 — Francisco José Barbosa de Sousa Lopes — Estudante — Rio Tinto
N.º 388 — Sebastião de Freitas Leal — Comerciante — Portimão
N.º 389 — José António Penteado Godinho Miranda — Estudante — Lisboa
N.º 390 — Giovanni Cipolli — Comerciante — Porto
N.º 391 — Domingos Pedro da Cunha Gonçalves de Sá — Estudante — Rio Tinto
N.º 392 — Eurico Ponciano de Magalhães — Profissional de Seguros — Beira — Moçambique
N.º 393 — José Fernando Ribeiro de Sousa — Arquitecto — Viseu
N.º 394 — Joaquim Ponte — Guarda-livros — Leça da Palmeira
N.º 395 — Manuel da Fonseca Amaral — Ferroviário — Beira — Moçambique
N.º 396 — Manuel Martins Pissarra — Delegado de Propaganda Médica — Porto

- N.º 397 — Manuel do Vale Costa — Professor e Reitor de Liceu — Quelimane
N.º 398 — Francisco de Matos Gomes — Professor do liceu — Quelimane
N.º 399 — Clube Ferroviário de Moçâmedes — Moçâmedes
N.º 400 — Raul Eduardo Pereira — Electricista — Barreiro
N.º 401 — Mário Rueda da Silva Pimenta — Empregado de escritório — Lisboa
N.º 402 — José de Jesus — Industrial — Lisboa
N.º 403 — Miguel José de Freitas Pacheco — Estudante — Porto
N.º 404 — José de Sousa Oliveira — Oficial de aeronáutica — Lisboa
N.º 405 — Joaquim Pereira Biscaia — Professor do Ensino Liceal Particular — Porto
N.º 406 — Afonso Carlos Pinto Salgado — Professor do Ensino Técnico Profissional
— Catumbela
N.º 407 — Manuel Rodrigues Valverde — Empregado do comércio — Porto
N.º 408 — Mário Faria Neves Guimarães — Comerciante — Porto
N.º 409 — José Luís Pires — Comerciante — Guimarães
N.º 410 — Manuel Gomes de Carvalho — Médico — Monção
N.º 411 — Manuel Lobato — Construtor civil — Lisboa
N.º 412 — Henning Olaf Peter Christiansen — Eng. químico — Sacavém
N.º 413 — Fernando de Araújo Branco — Empregado do comércio — Lisboa



BIBLIOTECA DA S. P. N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Ofertas particulares:

- Do SR. DR. LUÍS PINTO GARCIA
— O Museu de Castelo Branco
— Um Museu e um Director um corpo e uma alma
- Do SR. DR. MÁRIO DE CASTRO HIPÓLITO
— Dos Tesouros de Moedas Romanas em Portugal
- Do SR. MAJOR ISMAEL JOAQUIM SPÍNOLA
— Acção Dinâmica e Circunferência, do Eng.º Couvreur
- Do SR. DR. VEIGA DE MACEDO
— Regime Jurídico da Concessão de Bolsas de Estudo (3 ex.)
— A Campanha Eleitoral de 1961
— A Reforma da Previdência Social
- Do SR. DR. ARNALDO BRAZÃO
— O Pataco e a sua bibliografia
— Numismólogos Contemporâneos e a sua actividade cultural
- Do SR. DR. DAMIÃO PERES
— Catálogo das Moedas Indo-Portuguesas do Museu Numismático Português
- Do SR. EDUARD NIEPOORT
— Dicionário Universal das Moedas, Pesos e Medidas
- Do SR. DR. AURÉLIO P. MARTINS
— The Numismatist — Dezembro de 1948 a Agosto de 1949 e Outubro de 1949 a Abril de 1951
- Do SR. DR. ALEXANDRINO R. PASSOS
— Gold Coins of the world (2 ex.)
— The Numismatist — Janeiro de 1948 a Dezembro de 1952
— Seaby's Coin and Medal — Dezembro de 1952 a Fevereiro de 1954
— L. S. Forrer Ltd. — Listas de Janeiro de 1951 a Julho de 1953
— Munzen und Medaille A. G. — Outubro de 1948 a Dezembro de 1963
— Munzen und Medaille S. A. Abril de 1938 a Setembro de 1948
— The Numismatic Circular — Março de 1951 a Dezembro de 1955
— A. N. A. Convention Sale catalogue — Hotel Statler
— Hesperia art — Abril de 1953
— Catálogos de Moedas Jacques Schulman — 1932-1951-52 e 53
- Do SR. DIMAS DOMINGUES DA SILVA
— Catálogo N.º 237 de Jacques Schulman

- De PINTO DE MAGALHÃES, BANQUEIROS
— Coleção Numismática de Pinto de Magalhães
- Da LIVRARIA FERNANDO MACHADO
— Preçário das Moedas Portuguesas (2.ª Edição) 1140-1960 (B. Reis)
- Do MUSEU DE ETNOGRAFIA E HISTÓRIA
— Revista de Etnografia — N.º 1 de Julho de 1963

Obtidas por intercâmbio:

- De OSCAR RINALDI: Casteldário, Mantova — Itália
— Itália Numismática — N.ºs de Novembro de 1962 a Maio de 1964
- Da CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
— Boletim Cultural. Vol. XXV, Fasc. 1-2 (1962), Vol. XXV, Fasc. 3-4 (1962) e Vol. XXVI, Fasc. 1-2 (1963).
— Casas do Porto (Séculos XIV a XIX)
— Alguns Retábulos e Painéis de Igrejas e Capelas do Porto
- Da STADT UND UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK — BERNA
— Schweizer Münzblätter. N.ºs de Outubro de 1962, Março, Agosto e Novembro 1963 e Março de 1964
- De B. A. SEABY LTD. — LONDRES
— Seaby's Coin and Medal. N.ºs de Dezembro de 1962 a Maio de 1964
- Da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO — GUIMARÃES
— Revista de Guimarães, Vol. LXXII, N.ºs 3-4 (1962) e Vol. LXXIII, N.ºs 1-2 e 3-4 (1963)
- Do MUSEUM FÜR HAMBURGISCHE GESCHICHTE — ALEMANHA
— Numismatisches Nachrichtenblatt. N.ºs de Novembro de 1962 a Maio de 1964
— Hamburger Beiträge zur Numismatik. N.ºs 16 e 17 de 1962 e 1963
— Schweizerische Numismatische Rundschau, Vol. XLII e XLIII
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA — S. PAULO
— Boletim da Sociedade. N.ºs 15 a 18 de 1963
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA DE PUEBLA — MÉXICO
— Monedas. N.ºs 14 a 17 e Vol. II, N.ºs 19-20
- De SPINK & SON LTD. — LONDRES
— The Numismatic Circular. N.ºs de Dezembro de 1962 a Maio de 1964
- Da INSTITUCIÓN «PRÍNCIPE DE VIANA» — PAMPLONA — ESPANHA
— Príncipe de Viana. Ano 23, N.º 86 a Ano 24, N.º 93
- Da SOCIEDADE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS NUMISMÁTICOS — MADRID
— NVMISMA. N.ºs de Janeiro 1959, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Setembro-Outubro de 1963
- Da CESKOSLOVENSKÁ AKADEMIE VED — CHECOSLOVAQUIA
— Numismatichy Sbornik. N.ºs de 1957, 1958, 1960, 1962 e 1963
- Da FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN — LISBOA
— Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira. Vol. III, N.º 4 e Vol. IV, n.º 1

- Do INSTITUTO ITALIANO DE NUMISMÁTICA
— Annali. N.º 7 e 8
- Do INSTITUTO ANTONIO AGUSTIN — ESPANHA
— Numário Hispânico, Tomo IX (1960)
- Do MUSEU ARQUEOLÓGICO DE BARCELONA — ESPANHA
— Ampúrias, Vol. XXII-XXIII
— Bulletin. N.º de Março de 1963
- Da POLSKIE TOWARZYSTWO — POLÓNIA
— Wiadomosci Numizmatyczne, N.º 21-22
- Do INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA — COIMBRA
— Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Vol. XIX, N.º 1
- Da ASOCIACIÓN NUMISMÁTICA ESPAÑOLA — MADRID
— A. N. E. N.º 5, 6 e 7 de 1963
- Da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS
— XXVI Congresso Luso-Espanhol — Tomo II
- Da ASSOCIAÇÃO PORTUENSE DE EX-LIBRIS — PORTO
— A Arte do Ex-Libris, N.º 1, 2, 3, 4 e 5
- Da UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA — ESPANHA
— Boletín de la Universidad Compostelana — N.º 70 (1962)
— Memória del Curso 1962-63
- Da JUNTA DISTRITAL DO PORTO
— Revista de Etnografia, Vol. II, Janeiro de 1964



CATÁLOGOS DE VENDAS DE MOEDAS

RECEBIDOS:

- Numismática* — Giuseppe de Falco — Nápoles, N.º de Dezembro de 1962, Março, Junho, e Setembro de 1963
- Monete per Collezione* — Luigi Simonetti — Firenze — Itália, N.º 16 a 24
- Monete per Collezione* — P. & P. Santamaria — Itália, N.º de Maio de 1964
- Numismática* — Muschietti-Udine, N.º 24 a 27.
- Monnaies Antiques Modernes* — J. Vinchon & Cie — Paris
- Public Auction* — Hans Schulman — New York — U. S. A. N.º de 1963 (4 ex.)
- Aero Clube do Porto* — 1.º Travessia aérea do Atlântico Sul, Catálogo da Exposição Documental
- Clube Ferroviário e Numismático de Angola* — Catálogo da 1.ª Exposição (2 ex.).
- Selos & Moedas* — Clube dos Galitos — Aveiro, N.º 2, 4, 5 e 6
- Revista Filatélica Brasileira* — S. Paulo — Brasil, N.º 32 a 34 e 36 e 37.

ÍNDICE

DOS NÚMEROS DO 7.º VOLUME

N.º 23, Dezembro 1962 — N.º 24, Dezembro 1963
e Suplemento ao N.º 24, Dezembro 1963

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

	N.º	Págs.
B		
BIBLIOTECA DA S. P. N.	23	62- 64
BIBLIOTECA DA S. P. N.	25	225-227
C		
COMEMORAÇÕES (AS) DO 10.º ANIVERSARIO DA SOCIE- DADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA — <i>Dr. António</i> <i>Francisco Teixeira</i>	24	67- 74
CUNHOU-SE MOEDA PORTUGUESA NO TRASVAL DURANTE A GUERRA? — <i>Comandante José Torres</i>	24	119-121
D		
DESCRIÇÃO DAS MOEDAS DE ANGOLA E S. TOMÉ E PRIN- CIPE — <i>Dr. Luís Pinto Garcia</i>	25	179-215
E		
ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONE- TARIA EN BYZANCIO — <i>Dr. António Manuel de Guadan</i> <i>y Láscaris Comneno</i>	25	163-178
EVANGELIZAÇÃO DA PENÍNSULA E SEUS PRIMEIROS EVAN- GELIZADORES — <i>José Manuel Landeiro</i>	24	97-104
G		
GIL VICENTE — MOEDEIRO — <i>Agostinho Ferreira Gambetta</i> . . .	23	3- 36
L		
LEGENDAS (AS) MONETARIAS INDÍGENAS DA PENÍNSULA IBÉRICA E AS PRIMEIRAS DECIFRAÇÕES DERIVADAS DO ALFABETO NUMÉRICO — <i>Dr. Leonel Ribeiro</i>	24	75- 96

M	N.º	Págs.
MAIS UMA ACHEGA PARA A SOLUÇÃO DE UM PROBLEMA NUMISMÁTICO — <i>Dr. Arnaldo Brazão</i>	24	114-118
MEDALHAS DA REAL EFÍGIE DE D. MIGUEL OU REAIS EFÍGIES — <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	25	220-222
MINISTÉRIO (O) DAS OBRAS PÚBLICAS E A ARTE MEDA- LHÍSTICA EM PORTUGAL — <i>Dr. António Francisco Teixeira</i>	24	122-127
MOEDAS DE ANGOLA E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. ERROS E DÚVIDAS — <i>Dr. Alexandrino Passos</i>	25	216-219
N		
NUMARIA MEDIEVAL PORTUGUESA E PREÇARIO — <i>Eng.º J. Ferraro Vaz</i> Suplemento ao N.º	24	133-159
O		
OFICINA (UMA) MONETÁRIA DO SÉCULO XVI — <i>Dr. Joa- quim Fronteira</i>	24	105-108
OURO AMOEDADO DA INDIA PORTUGUESA — 2.ª PARTE — <i>Dr. Joaquim Fronteira</i>	23	37- 57
R		
REEDIÇÃO DA «DESCRIPÇÃO GERAL E HISTORICA DAS MOEDAS CUNHADAS EM NOME DOS REIS, REGENTES E GOVERNADORES DE PORTUGAL», DE A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO	23	58- 59
V		
VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS DA 4.ª DINASTIA — <i>J. O. de Sousa Nunes</i>	24	109-113
VIDA SOCIAL	23	60- 61
VIDA SOCIAL	25	223-224

ÍNDICE DOS AUTORES

B		
BARROS (<i>Alexandre Ferreira</i>) — Medalhas da Real Efigie de D. Mi- guel ou Reais Efigies	25	220-222
BRAZÃO (<i>Dr. Arnaldo</i>) — Mais uma achega para a solução de um problema numismático	24	114-118
C		
COMNENO (<i>Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris</i>) — Ensayo sobre la evolucion comercial y monetária en Byzancio	25	163-178

	F	N.º	Págs.
FRONTEIRA (<i>Dr. Joaquim</i>) — Ouro amoadado da Índia Portuguesa — 2.ª parte		23	37- 57
FRONTEIRA (<i>Dr. Joaquim</i>) — Uma oficina monetária do Século XVI		24	105-108
G			
GAMBETTA (<i>Agostinho Ferreira</i>) — Gil Vicente — Moedeiro . . .		23	3- 36
GARCIA (<i>Dr. Luís Pinto</i>) — Descrição das moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe		25	179-215
L			
LANDEIRO (<i>José Manuel</i>) — Evangelização da Península e seus pri- meiros evangelizadores		24	97-104
N			
NUNES (<i>J. O. de Sousa</i>) — Variantes inéditas de moedas da 4.ª dinastia		24	109-113
P			
PASSOS (<i>Dr. Alexandrino</i>) — Moedas de Angola e São Tomé e Príncipe. Erros e dúvidas		25	216-219
R			
RIBEIRO (<i>Dr. Leonel</i>) — As legendas monetárias indígenas da Penin- sula Ibérica e as primeiras decifrações derivadas do alfabeto numérico		24	75- 96
T			
TEIXEIRA (<i>Dr. António Francisco</i>) — As comemorações do 10.º aniver- sário da Sociedade Portuguesa de Numismática		24	67- 74
TEIXEIRA (<i>Dr. António Francisco</i>) — O Ministério das Obras Públi- cas e a arte medalhística em Portugal		24	122-127
TORRES (<i>Comandante José</i>) — Cunhou-se moeda portuguesa no Transval durante a Guerra?		24	119-121
V			
VAZ (<i>Eng.º J. Ferraro</i>) — Numária medieval portuguesa e precário Suplemento ao N.º		24	133-159

